

LUÍS ALFREDO CHINALI

**FÊNIX E A GLOBALIZAÇÃO (ou Malthus revisitado)**

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por  
Luís Alfredo Chinali e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_  
Orientador

UNICAMP  
1998

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do  
Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de  
Concentração de Filosofia e História da Educação da  
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Newton Aquiles  
Von Zuben.

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

Ao Professor Doutor Newton  
Aquiles Von Zuben pela orientação,  
estímulo e confiança.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
Capítulo I - GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO .....	11
Capítulo II - CULTURA E GLOBALIZAÇÃO .....	72
Capítulo III- IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO .....	133
Capítulo IV - O MITO DA QUALIFICAÇÃO E O PAPEL DOS EDUCADORES .....	186
- Tecnologia e qualificação - uma questão ideológica? .....	186
- Técnica e qualificação .....	191
- Educação e qualificação .....	194
- Qualificação e relações de produção .....	203
- Uma educação para a globalização .....	209
- A escola como centro cultural .....	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	218
SUMMARY .....	225
BIBLIOGRAFIA .....	226

## Resumo

Este estudo analisa a globalização capitalista atualmente em curso como episódio histórico no qual se repete um padrão recorrente, pelo qual a classe dominante apropria-se de progressos técnicos devidos ao trabalho social geral como instrumento para aprofundar sua hegemonia. Identifica no recuo ideológico que tem se verificado no campo político e sindical de orientação proletária ao mesmo tempo que um grave problema, enquanto abre campo à ofensiva de classe da burguesia, uma oportunidade histórica, por decantar o campo dos trabalhadores dos oportunismos e modismos que comprometeram a possibilidade de elaboração mais avançada, no que tange à ideologia revolucionária. Propõe uma reinterpretação do atual quadro histórico como configurando o confronto entre uma barbárie “clássica”, configurada na condição de vida a que são forçados os trabalhadores, com o avanço da violência e de formas “marginais” de integração econômica e uma neobarbárie, configurada nas formas que a burguesia tem encontrado para fugir às conseqüências, em termos de instabilidade social, de suas próprias políticas excludentes. Interpreta o caráter crescentemente excludente das políticas da burguesia como decorrência da ausência de fronteiras de expansão, onde a atual classe hegemônica possa empregar os excedentes de produção e mão-de-obra como elementos de acumulação ampliada. Postula a necessidade de os intelectuais ligados à classe trabalhadora reelaborarem a ideologia proletária tendo em vista a crescente importância do Lumpen Proletariado, como forma de existência das classes subalternas.

## INTRODUÇÃO

O fascismo não passa de uma consequência das forças do mercado<sup>1</sup>.

Considerar o status e os impactos mútuos entre a educação e a estrutura de poder social emergente dos processos de reorganização do capitalismo mundial, é a intenção que nos move, ao elaborar este texto. São referenciais indispensáveis para essa análise a questão da globalização capitalista, uma discussão da teoria da educação e o confronto do liberalismo individualista, núcleo ideológico da organização capitalista da sociedade, com as propostas socialistas e comunistas que ofereceram o suporte teórico do segmento mais significativo do movimento operário neste século. Por uma parte consideramos que a atividade do educador adquire sentido e intencionalidade em função do desenho das relações econômicas e sua contextualização política. Trata-se de uma perspectiva que, superando a especialização, sem recusá-la enquanto avanço na concepção de cooperação social, postula as contribuições setorializadas para uma construção teórica e prática da totalidade do processo civilizatório. Sob tal ângulo todas as áreas de atividade adquirem conteúdo político, na medida em que a contradição de classes se apresente como nota principal característica da forma de organização das relações sociais. Nossa concepção é de que a contribuição dos vários especialistas se justifica e adquire sentido conforme contribua para a configuração de um projeto histórico que possa dar aos homens parâmetros para se posicionarem nos conflitos que lhes for dado viver. A atividade pedagógica deve ter um interesse muito especial pelas consequências do processo de reorganização das relações produtivas presentemente em curso porque a consequência que se encontra no centro do processo é justamente a de mudar o significado que tem para os vários agentes sociais a presença de interesses sociais diversos dos seus. As alianças e antagonismos que anteriormente delimitavam as relações entre os indivíduos, grupos e classes estão sujeitos a mudanças que, conforme sejam ou não percebidos, mais ou menos prontamente, vão

---

<sup>1</sup> Heine Müller, dramaturgo alemão, citado por HAAG, Carlos. Berliner Ensemble encena Brecht em São Paulo. *O Estado de São Paulo*. 22/9/97, p. D-1.

determinar profundas alterações na capacidade que cada um desses agentes possa ter, de fazer valer seus objetivos. Essa percepção ocorrerá na medida em que conteúdos e procedimentos adotados nas várias instâncias educacionais estiverem sintonizados com a natureza e orientação desses processos de mudança. Para além desse aspecto há um outro em que a teoria da educação tem particular relação com os processos que a sociedade capitalista está vivenciando, a nível mundial. Talvez o marco mais decisivo da humanização, da civilização, seja a busca do conhecimento, entendida tanto como a penetração no âmago da natureza como a formulação de hipóteses que ofereçam sentido aos entes e mecanismos que o homem vai assim colocando no âmbito da concepção de mundo que orienta a praxis. Poderíamos talvez formular que o sentido da vida humana, tal como pode por nós ser alcançado, a partir da análise da história, está na própria busca de sentido, redundância que nos parece, contudo, absolutamente fecunda como princípio de orientação para a reflexão filosófica e, decorrentemente, para a intervenção sócio-histórica. Ora, tal perspectiva se conforma de maneira muito adequada com a de uma praxis centrada numa pedagogia de formação e auto-formação do homem, só adiada na sua plena dimensão de uma educação permanente, entendida como desenvolvimento da ciência, da filosofia e da arte, pelo império do reino da necessidade, cuja resolução num plano de liberdade, a revolução burguesa simultaneamente afirma e nega. Afirma quando oferece os meios técnicos pelos quais essa utopia pode tornar-se realidade. Nega, quando instrumentaliza tais meios a serviço da manutenção de uma hegemonia político-ideológica que, realizada, teria que ser superada para não ser traída, como de fato está sendo se considerarmos o ideário com que conquistou seu lugar na história. Resgatar o progresso técnico como a base de uma concepção renovada do trabalho, em que o mesmo se dirija não mais para principalmente suprir as necessidades materiais do dia a dia, agora atendidas por uma “segunda natureza” cada vez mais ampliada, porém para a auto-construção do homem como criador por excelência, é o objetivo que deve ser colocado, contrapondo-se ao acúmulo de quinquilharias e lixo em que a burguesia converteu a sua pretendida “pós-modernidade”. Diante do acirramento das contradições representadas pelos gêmeos siameses da sobreexploração dos trabalhadores e da exclusão social, que resultaram do triunfalismo com que a burguesia se lançou à liquidação do pacto social-democrata,

tão logo se configuraram as condições político-ideológicas decorrentes do fim dos regimes do “socialismo real” no Leste Europeu, o neoliberalismo coloca as condições da globalização como inevitavelmente resultantes no desemprego estrutural. Diante disso, qual Fênix rediviva das próprias cinzas, ressurgem um malthusianismo, renovado com o mito da qualificação profissional. Trata-se de um malthusianismo “invertido”, como convém na evocação de velhos fantasmas: não mais um malthusianismo “de demanda”, com a apresentação da ameaça de mais bocas para alimentar do que a possibilidade do sistema produtivo, mas a afirmação da inevitabilidade da miséria, se o oráculo não for atendido, *exatamente* porque a oferta se tornou abundante. Caberia aos trabalhadores limitarem seu número, pelo planejamento familiar, bem como suprirem-se do treinamento adequado para se inserirem na “pós-modernidade”, provendo os meios para isso com uma compressão ainda maior de seus padrões de consumo, uma vez que a “racionalidade” de uma sociedade de mercado implica na superação das políticas sociais, entre elas o ensino público e gratuito. Contrapor-se a essa ideologia que não esconde seu caráter de classe torna-se absolutamente necessário, para que os frutos da produtividade acrescida não venham a configurar-se em novas cadeias a prender ainda mais os trabalhadores a uma posição subalternizada.

Essa reflexão nós a desenvolveremos tendo como referenciais, de um lado, os elementos de análise oferecidos pelas literaturas acadêmica, política e sindical voltadas para a experiência de organização da classe trabalhadora de uma maneira geral, e por outro a percepção que se pode ter dessa questão a partir do acompanhamento das circunstâncias em que essa experiência se dá para trabalhadores que, em sua maioria, são eles mesmos ou suas famílias recentemente egressos da vida rural. Tal condição leva a limitações ideológico-culturais que têm significativo peso na forma como reagem às propostas de luta sindical.

Para atingir o objetivo que nos propomos devemos caracterizar o processo da globalização capitalista. Cabe em primeiro lugar atentar para o fato de que a mesma é apenas um caso particular do processo histórico como um todo, que se caracteriza exatamente pelo aumento da capacidade de ação humana, cada vez mais abrangente com relação ao espaço e ao tempo sobre o qual incide, para impactar o futuro e recuperar, como elemento de análise, o passado. Na medida em que ocorre tal

desenvolvimento, muda a forma pela qual se dá a determinação social da existência humana, da maneira pela qual ela atinge cada indivíduo, grupo e classe social e torna imperativa a reorganização do cotidiano deles. As “distâncias” (“sociais” e “geográficas”) são alteradas (para mais ou para menos)<sup>2</sup>, acarretando novas relações de dependência mútua. Há um aspecto que pode ser considerado crítico na forma como o processo se apresenta atualmente: a evolução das curvas de redução da demanda e da ampliação da oferta de trabalho vivo estão aproximando-se de um ponto de convergência, pelo menos se considerada a definição de necessidades humanas utilizada pelo capitalismo, centrada na noção de bem-estar que pode ser identificada com o consumismo. Entretanto trata-se aí apenas de uma decorrência do caráter ideológico da concepção burguesa, do processo histórico da globalização. Esse caráter ideológico está essencialmente ligado à exclusão como nota marcante da motivação cultural mobilizada pela economia burguesa. Na sociedade burguesa o bem-estar é subjetivamente definido como a posse daquilo de que o outro é privado. Encontra-se nesse aspecto o núcleo a partir do qual se estrutura o debate político-ideológico que os defensores do capitalismo gostariam de considerar superado, mas que cada vez mais vai ficando claro que mais ainda se acirra, com o avanço do projeto neoliberal: se o mercado constitui um instrumento historicamente construído, que como tal deve ser percebido nas suas potencialidades mas também nas suas

---

<sup>2</sup> Os atores sociais, situando-se em pontos diferentes da escala de poder social, atingem-se através de mediações diferentes, sendo que essa diferença se mantém mesmo dentro da reciprocidade que eventualmente tais relações contenham. Assim, por exemplo, enquanto a elite tem significativo domínio de instrumentos econômicos e ideológicos para agir sobre os integrantes da “base” da organização social, os subalternizados, em condições “normais” de vigência das normas de funcionamento da sociedade só dispõem de instrumentos “formais” de eficiência muito duvidosa, para a ação em sentido contrário. A situação no que diz respeito ao voto, na democracia burguesa, é paradigmática, sob tal ponto de vista. Por outro lado, indivíduos e grupos separados por distâncias físicas consideráveis, passam a constituir uma continuidade de ação social muito mais integrada, na medida em que novas possibilidades de comunicação, trocas e coordenação de ações são colocadas à disposição dos focos mais “ativos”, que se encontram colocados dessa forma em condições de assegurar uma mais intensa “presença” de parte à parte. Conforme a “opacidade” das relações vai aumentando ou diminuindo a capacidade de ação dos participantes dessa nova maneira de sociabilidade uns sobre os outros também se altera. Isso, entretanto, não se dá de uma forma automaticamente equalizadora do poder social de cada parte. Pelo contrário, o que está em disputa na luta política e ideológica é exatamente a possibilidade de diferentes indivíduos, sociedades e principalmente classes ampliarem as perspectivas de afirmação de seus interesses, apoderando-se dos instrumentos que constantemente vão emergindo, com a incorporação de novas técnicas de manipulação do meio físico e social. O caráter “opaco” ou “transparente” que as relações sociais assumem para cada um dos lados, nas relações de classe, pode ser percebido, por uma parte, na ignorância em que a maior parte dos aficionados estão, no que se refere às complicadas relações ideológicas, políticas e econômicas que se estabelecem entre os interesses socialmente hegemônicos e a forma que tomam as atividades de lazer, comunicação social etc., direcionadas para as camadas

limitações e mesmo perversidades, ou se deve ser considerado como um dado inescapável da pretendida “natureza” das relações sociais, inatingível na sua soberania absoluta, diante do qual quaisquer projetos sociais devem se dobrar como diante de uma divindade inarredável. Decididamente ficamos com a primeira alternativa, e portanto com a necessidade de limitar e controlar as relações de mercado, indo mesmo à supressão dele, se e quando as técnicas de manejo do ambiente físico e social permitirem aos homens superar o mero acaso, nas relações que estabelecem entre si. Ficamos portanto com o ideário socialista e comunista, contra o liberalismo individualista e sua versão ensandecida de nossos dias, o neoliberalismo. Daí que a globalização capitalista, do nosso ponto de vista, possa ser caracterizada como uma antiglobalização que preserva o conteúdo de classe das fronteiras definidoras da participação no consumo. O que se faz é globalizar o espaço de movimentação do capital, para que ele possa explorar mais eficientemente as reservas localizadas de trabalho.

As conseqüências sócio-culturais do controle burguês do processo econômico mundial implicam na necessidade de um controle social, esse sim, renovado, para estabilizar o processo político-ideológico em favor da hegemonia do capital. O neoliberalismo aparece como a formulação ideológica capaz de suprir essa demanda. Ele se caracteriza essencialmente por despir-se das preocupações éticas que o liberalismo clássico se impunha, na esteira de sua ancoragem teórica no iluminismo. Essas preocupações tornaram a ideologia burguesa anterior ao neoliberalismo vulnerável ao ataque do movimento operário e seus aliados. Daí a reação “renovadora” dos neoliberais, em prol de uma visão “de mercado” (...) “pura e dura”, capaz de proteger o princípio da livre iniciativa, contra o debilitamento que identificam nas teses da social-democracia. A provocação representada pelo movimento operário e mais decisivamente pelos países do “socialismo real” motivaram, já no pós-guerra<sup>3</sup>, a consolidação de mecanismos de ação internacional da burguesia, cujo eixo central é ocupado pelo Banco Mundial e pelo FMI. Essas instituições, na atual conjuntura, permanecem como canais privilegiados através dos quais se procurará assegurar a “ordem” do capital, em todo o planeta.

---

populares. De outra parte, pode-se pensar nas sofisticadas técnicas utilizadas pelos profissionais de marketing para direcionar a produção e a propaganda, desde sabonetes até candidatos presidenciais.

<sup>3</sup> Trata-se aqui da Segunda Guerra Mundial.

Uma nova etapa, muito mais atraente para a burguesia, colocou-se com a queda dos governos do “socialismo real”. Se por um lado não é possível ignorar os graves erros cometidos pelos partidos e governos comunistas, que estão na raiz desse processo, por outro não é possível ignorar que esses erros foram muito mais a alavanca estratégica que permitiu ao sistema capitalista e seus aliados livrarem-se de uma presença incômoda. Ainda que com importantes limitações, esses partidos e governos por eles controlados representavam o contraponto que ameaçava a hegemonia da ideologia burguesa. A perspectiva de superar essa ameaça abriu, para os governos capitalistas e as empresas interessadas na sua manutenção, a chance de liquidar as políticas do Estado de bem-estar, que implementaram como sua mais importante arma ideológica nos anos da Guerra Fria. Assim recuperaram importantes potenciais de investimento, visando à acumulação de capital.

A conjunção dessa estratégia com o incremento de produtividade verificado na presente conjuntura, abriu amplos horizontes para a intensificação da extração de mais-valia. Isso se reflete no fenômeno que talvez seja o mais característico da conjuntura da globalização capitalista: o desemprego estrutural. Este coloca no mesmo cenário social o espetacular progresso das formas de intervenção no meio físico e o assustador avanço da exclusão sócio-econômica, da miséria material e moral, primeiro nas metrópoles e áreas em que os conflitos são já tradicionais e cada vez mais por toda parte. As tensões sociais daí decorrentes não são mais objeto de políticas econômicas da classe dominante. Na ausência de uma contestação orgânica, basta estabelecer simplesmente um contraponto ideológico. Assim, a *ideologia* do “fim das ideologias” se configura como a dimensão “teórica” do neoliberalismo. Ela se complementa com uma dialética da *promessa* e da *fatalidade*. Por um lado se apresentam as mazelas sociais da globalização capitalista como disfunções passageiras a serem superadas em favor do paraíso do mercado, tão logo a reedição da “mão invisível” tenha completado a sua tarefa. Entretanto, como essa fase redentora não chega nunca, atua também o argumento de que os sofrimentos impostos aos trabalhadores são “inevitáveis” e “independentes” da vontade dos dirigentes do capitalismo, ou bem porque decorrentes da “preguiça” das próprias vítimas ou bem porque resultado das “naturais” diferenças de aptidão das pessoas para se adequarem à economia de mercado. Nada de novo, portanto, sob o sol.

Contraposta à ideologia do neoliberalismo está a afirmação de que o progresso tecnológico não precisa, fatalmente, gerar mais exclusão. Resultado e objetivo do processo mais geral de humanização, e não patrimônio exclusivo da burguesia<sup>4</sup>, o atual patamar de domínio do homem sobre o meio físico, com a conseqüente possibilidade de poder sobre o meio social, pode converter-se de instrumento de barbárie em instrumento de civilização.

A ideologia cresce de importância, à medida que as relações sociais se tornam mais complexas, complexidade resultante da maior interdependência, decorrente do aperfeiçoamento técnico e conseqüente especialização. Paralelamente à ideologia, cresce a importância da educação, cada vez mais sua matriz geradora, dentro da tendência geral da divisão do trabalho. Entretanto, a interpretação corrente, dentro da tendência do pensamento burguês, de que as atuais condições culturais exigem mais “qualificação” é apenas manobra para distorcer e colocar a serviço da dominação de classe o papel da educação nessa fase de reorganização das relações sociais. A qualificação como simples preparação de mão-de-obra é falaciosa, porque a tendência geral do processo técnico é a simplificação das tarefas materiais e não sua sofisticação. Outra coisa é a demanda de engenheiros de projeto e pessoal de manutenção, este sim com níveis de preparo técnico em ascensão. Contudo a ampliação da educação técnica significa tão somente uma maior oferta de trabalhadores melhor preparados e a conseqüente possibilidade de compressão dos salários e deterioração das condições de trabalho em geral, em proveito da expropriação de mais-valia. Isso não quer dizer que a qualificação não seja necessária como recurso para democratizar responsabilidades e domínio sobre a produção de bens. Entretanto consideramos que a tarefa crucial da educação é possibilitar que os trabalhadores compreendam as circunstâncias que são levados a viver, e assumam o papel de sujeitos do processo histórico-social. Isso significa mais concretamente contrapor à globalização da dominação a globalização da resistência e da humanização. Em suma entendemos que a “globalismo” converte-se em uma

---

<sup>4</sup> Isso não elimina que a burguesia tenha desempenhado, no período de seu ascenso, como classe, papel de fundamental importância, sob esse ponto de vista. Entretanto implica em reconhecer que o papel auto-outorgado por essa classe, hoje, é o de constituir-se em barreira para que os frutos do próprio progresso que gerou possam cumprir sua função histórica de alargar ainda mais as possibilidades de realização da humanidade.

nova ideologia a serviço da dominação de classe diante à qual cabe aos educadores posicionarem-se.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro, “Globalização e capitalismo”, desenvolve a análise da forma como o quadro técnico e político presente vem sendo utilizado para aprofundar a extração de mais-valia. No segundo, “Cultura e globalização”, o aspecto da reformulação das representações produzidas pelos aparelhos ideológicos burgueses é apreciado, como componente indissociável do processo de dominação requerido para assegurar os objetivos econômicos da classe hegemônica. O terceiro capítulo, “Ideologia, educação e globalização”, situa os processos pedagógicos como instrumentos para a montagem do padrão sócio-cultural adequado aos objetivos das classes, como componente decisivo para determinar a conformação das relações sociais em geral. No contexto da globalização a educação, como função social especializada, ganha relevância sob esse ponto de vista. No quarto capítulo, “O mito da qualificação e o papel dos educadores”, analisa-se a utilização ideológica da noção de qualificação [nos quatro primeiros itens, respectivamente (1) “Tecnologia e qualificação - uma questão ideológica?”, (2) “Técnica e qualificação”, (3) “Educação e qualificação” e (4) “Qualificação e relações de produção”] e propõem-se linhas de orientação sobre uma escola comprometida com os trabalhadores, como requisito do cumprimento de seu papel num projeto civilizatório [nos dois últimos itens: (1) “Uma educação para a globalização” e (2) “A escola como centro cultural”].

## Capítulo I

### GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO

É hoje possível, técnica e materialmente, reduzir as desigualdades, alimentar os famintos, distribuir os recursos, abrandar o crescimento demográfico, diminuir as degradações ecológicas, mudar o trabalho, criar diversas instâncias planetárias de regulação e de salvaguarda, desenvolver a ONU em verdadeira Sociedade das Nações e civilizar a Terra (MORIN e KERN, 1993: 109).

A maneira como o capital joga com as diferentes realidades locais, de forma a intensificar a taxa de extração de mais-valia demonstra da maneira mais cabal como o conceito de globalização não exclue as realidades específicas, senão que as situa como elementos de uma estratégia em benefício da burguesia:

*El proceso de maquila<sup>5</sup> hizo su aparición en los años cincuenta, cuando la economía estadounidense comenzó a afrontar la creciente competencia internacional. A fin de eludir el alto costo del factor trabajo, se siguieron varias vías: se sustituyó mano de obra por capital y se cerraron las plantas no redituables; en algunas ramas y períodos se redujeron las remuneraciones; se relocalizaron industrias hacia regiones donde los salarios eran menores y se segmentó el proceso productivo en fases intensivas de capital y de mano de obra, con el traslado de esta última al exterior. Simultáneamente, para dotar la fuerza*

---

<sup>5</sup> As *maquiladoras* são indústrias de capitais principalmente americanos que operam na fronteira mexicana com os EUA, tendo em vista também principalmente a exportação *para* os EUA.

*de trabajo de mayor flexibilidad, se aumentó la proporción de jóvenes y mujeres* (CEPAL<sup>6</sup>, 1996: 13).

Então, em correspondência aos interesses que instrumentalizam o conceito de globalização para sua estratégia de dominação, em suma, um local hegemônico, teremos interesses que devem ser controlados, eventualmente distorcidos e, fundamentalmente, instrumentalizados, com vistas à manutenção da mesma hegemonia de que acima se falou. Portanto, um primeiro âmbito de análise deverá ser o contexto mundial em que ocorrem os processos infraestruturais de incorporação tecnológica em sentido estrito e de reorganização dos processos produtivos e os ideológicos, que supõem, não uma extensão dos sujeitos, que se tornariam universais, como muitas vezes é proclamado pelos ideólogos do sistema, mas o seu encerramento numa individualidade radical, ainda que “plugada” na internet, sob o argumento de que o peso do mercado global dilui e torna insubsistente os laços que poderiam uni-los à sua classe social. Podemos dizer que é este segundo nível, de caráter simbólico, que constitui a demarcação fundamental do que tem sido apresentado como globalização, pela burguesia. Cabe, do lado dos trabalhadores, a necessidade de entender a forma como a burguesia lida com as realidades locais e específicas, como as subordina aos seus renovados instrumentos de ação “globalizada”, bem como as especificidades dos diferentes segmentos do capital, para lidar com eles, por sua vez, na elaboração de estratégias de luta de classes adequadas a essa forma de atuação do adversário.

No que se refere à análise da base técnica mesmo quando estupendos sucessos são alcançados no plano do domínio da natureza, uma parte significativa do sentido que tais eventos assumem diz respeito às vitórias ou derrotas que eles significam no plano da relação entre os homens. Isso decorre do fato de que os ritmos de mudança são relativamente lentos, na natureza, se comparados com o que se verifica, sob esse aspecto, na vida social. As mudanças mais espetaculares nas condições do mundo físico, no sentido de ocorrerem de forma a se tornarem rapidamente evidentes, decorrem muito mais da intervenção humana, aliás feita para melhor posicionar seus agentes na relação com os outros homens. Os acontecimentos destes últimos anos

---

<sup>6</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Orgão da ONU).

vêm confirmando que os desenvolvimentos técnicos que têm caracterizado o paradigma pós-moderno têm inequivocamente um significado que se traduz, de forma muito concreta, no terreno da luta de classes. A introdução de Roberto Schwarz à edição brasileira do livro *O Colapso da Modernização*, de KURZ (1993) já antecipava os termos em que a questão vem se colocando ao advertir que

*a mutação do mercado e do padrão produtivo faz que (...) (as empresas) já não tenham usos para as multidões de trabalhadores sem saúde, sem educação e quase sem poder aquisitivo que, depois de terem sido o trunfo competitivo do terceiro mundo, passam a ser a sua assombração, não tendo mais para onde voltar (p. 11-2).*

Os neoliberais argumentam que a situação dos países periféricos do sistema capitalista se deve à sua “deficiente integração no mercado”. De acordo com tal abordagem o problema estaria em que a “heranças” (...) “estatistas”, “corporativistas” etc. etc., bloqueariam o pleno funcionamento dos mecanismos de mercado, impedindo conseqüentemente que a iniciativa dos capitalistas criasse o número de postos de trabalho capaz de absorver a massa de desempregados produzida pelos ajustes à globalização capitalista. Conforme o próprio Schwarz adverte no mesmo texto, o fenômeno tem características abrangentes que invalidam esse argumento: *[o] capítulo seguinte da crise já está em andamento nos países centrais, onde o mesmo inexorável aumento de produtividade vai inutilizando e assimilando ao terceiro mundo novas regiões e camadas sociais (página 14).*

A forma que se define para as relações de produção, a partir da instrumentalização das novas condições técnicas pelo capital, visando a intensificação da extração de mais-valia, vai se constituindo no núcleo quase que obrigatório de todas as análises sobre a vida social, nas duas últimas décadas. Na mesma linha de constatações, YAZBEK acentua que, na vigência das *inovações tecnológicas e informacionais* sob o capitalismo, *o desemprego torna-se um fantasma com a destruição de milhares de postos de trabalho (1997: 6)*<sup>7</sup>. A

---

<sup>7</sup> Confirmando esse diagnóstico, um comentário sobre a economia americana assinalava que no país líder da assim chamada “nova ordem”, a indústria *tem sido mais rápida em anunciar cortes em massa do que*

substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”, em si tendência e desiderato da própria cultura, podendo mesmo dizer-se que constitui uma das formas possíveis de defini-la, converte-se sob o capital em maldição social. O processo, conhecido em toda a história humana, acelera-se de maneira muito forte e constitui-se mesmo na marca definidora do contexto social no qual a humanidade prepara-se para entrar no novo milênio. É claro que a rigidez do ajuste ao modelo neoliberal é paralela à criação de *um certo tipo de ocupação*. Mais concretamente, permite a criação de vagas mais precárias, “desregulamentadas”, com sensível redução da massa de salários pagos. Essa a principal diferença que tem marcado, nos últimos tempos, o mercado de trabalho do EUA, com relação aos seus análogos europeus, estes mais sujeitos à ação de uma estrutura sindical combativa e partidos sensíveis à ação da mesma, sem esquecer uma opinião pública com uma sintonia relativamente mais alta para com os problemas sociais. Isso não quer dizer que a Europa esteja imune às conseqüências da globalização. Muito pelo contrário, lá também se verifica uma forte pressão do fenômeno do desemprego estrutural, embora com um potencial de reação relativamente maior por parte dos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho ou ameaçados por tal processo. De fato, o aspecto mais essencial das relações capitalistas é que o custo do trabalho como fator de produção, onde quer que incida a análise, constitui-se no elemento mais sujeito às pressões que permitam produzir aí as vantagens estratégicas dos empresários, na disputa por mercados. O sentido mais geral da globalização capitalista é exatamente expandir para nível planetário o espaço em tais vantagens podem ser buscadas. As barreiras nacionais e a necessidade de o capital contar, diante delas, com o respaldo da organização estatal dos países centrais do sistema ainda colocava a necessidade de manutenção de certas condições internas, que explicam as concessões à organização sindical, aos partidos ligados aos trabalhadores e as decorrentes políticas sociais-democratas, nos países de capitalismo avançado. São exatamente esses fatores que as condições técnicas, políticas e econômicas vigentes na globalização capitalista permitem à burguesia considerar em processo de superação. Daí que a deterioração das condições de emprego se manifestem em todos os países, indistintamente. No âmbito das opiniões

pró-capitalistas também se verifica a constatação dos problemas decorrentes do paradigma neoliberal, pelo menos à medida que as evidências deixam de ser de ordem a poderem ser ignoradas:

*O exemplo mais extremo de desregulamentação do mercado de trabalho foi realizado pela Sra. Thatcher na Inglaterra, a partir de 1979 e seus resultados são discutíveis. Em 1993 o número de empregos manuais de tempo integral havia sido reduzido a quase 40%! E ainda hoje sua taxa de desemprego é de 8%, igual à da Suécia, cujo mercado de trabalho não é exemplo de “desregulamentação” (DELFIM NETO, 1997: 67).<sup>8</sup>*

Este tipo de manifestação reflete o ponto de vista daqueles que, embora alinhados aos interesses políticos da burguesia, são suficientemente lúcidos para perceber o potencial de desestabilização contido no grau excepcionalmente forte de pauperização a que vêm sendo conduzidos os trabalhadores, pelo aprofundamento das características excludentes das relações de produção capitalistas. Entretanto a motivação imediatista da maximização do lucro a qualquer preço, traço fundamental da mentalidade básica do empresário capitalista, torna improvável que tais alertas venham a exercer um efeito significativo. O que se verifica é que o grau de exploração cresce de forma assustadora, aproveitando-se a maioria dos empresários da multiplicação do número de desempregados e das possibilidades oferecidas pela associação de lucros crescentes com a disponibilidade de mais e mais tecnologias poupadoras de mão-de-obra para acuar ainda mais os trabalhadores, forçando-os a aceitar condições ainda mais precárias de contratação. Tal contexto coloca-se como propício ao aparecimento de contradições sociais cujo caráter agudamente conflitivo

---

<sup>8</sup> Tais constatações levam evidentemente, os ideólogos da ordem burguesa, a defenderem mais concessões, por parte dos trabalhadores, inclusive com a liquidação das normas legais de proteção ao trabalho. Contudo não deixam de constituir uma admissão da verdadeira natureza das relações capitalistas e sua configuração nas condições criadas pelo atual desenvolvimento técnico e organizacional da produção. Esse tipo de fenômeno leva a imprensa burguesa a refletir também nas chamadas “páginas de opinião” a preocupação com os destinos do capitalismo: *Quase dois anos depois de Caetano Veloso, o mundo desenvolvido reconhece que alguma coisa está fora de ordem na nova ordem mundial. Nuvens negras encobrem o planeta Terra, na capa do primeiro número de agosto da revista “International Business Week”. São os apóstolos do capitalismo competitivo que perguntam, nessa mesma capa, “What’s wrong”, o que há de errado se a falência do comunismo e o florescimento de mercados livres pareciam levar à terra prometida do crescimento do emprego e do bem estar social. A realidade destrói essas ilusões. Ter ou não mercados livres parece menos urgente do que reverter a maré montante do desemprego estrutural, do crescimento subvegetativo e da competição desenfreada entre os salários e os preços* (NOVA desordem mundial. Folha de S. Paulo, página 1-2).

necessariamente deverá configurar-se como marca da organização social decorrente da globalização capitalista. Muito ao contrário do que apregoam os arautos do fim da história e das ideologias, o que se verifica é a multiplicação dos fatores de exclusão, até porque a forma de a cultura capitalista visualizar o sentido das novas tecnologias é a de geração de produtos de consumo mais e mais sofisticados que supõem altos níveis de concentração de renda para que apareçam os consumidores adequados ao perfil de um mercado desse tipo. Dessa maneira os conflitos de classe do novo milênio vão tomando forma:

*Já se delinea um novo cenário político em que, sob formas diversas e freqüentemente espontâneas, estão se confrontando grandes contingentes - unidos pelo empobrecimento e pela falta de esperança - com pequenas minorias vertiginosamente enriquecidas e investidas do poder que emana do controle sobre as decisões econômicas (LAURELL, 1995: 175)<sup>9</sup>.*

Contudo, enquanto os desafios desse quadro social permanecem isolados de sua vivência mais imediata<sup>10</sup>, a classe dominante se dedica a aprofundar as formas de exploração, acicatada pela elevação dos padrões do consumo considerado necessário à afirmação social e conseqüente imperativo de ampliar a apropriação de renda. Este mecanismo de atuação da burguesia, como já indicamos, está concentrado em grande medida, na eliminação de operações que anteriormente tinham de ser confiadas ao trabalho “vivo”. Vale acentuar que tal mecanismo não é novo, constituindo estratégia do empresariado capitalista que acompanha toda a sua história. Também não se deve deixar de anotar, preferindo-se a redundância ao risco do esquecimento, que essa forma de acentuar a extração de mais-valia nada mais faz do que aproveitar-

---

<sup>9</sup>O caráter de luta de classes que domina as novas relações que estão se estabelecendo fica claro nesta análise: *Uma recente reportagem-denúncia desta Folha (de São Paulo) constitui um exemplo bastante elucidativo do que nos preocupa. Nela o gerente de uma destilaria acusada de usar índios como mão-de-obra escrava, contra-atacava ameaçando com um mal maior: mecanizaria as suas lavouras deixando os trabalhadores à míngua (...). Na agricultura, ou fora dela, freqüentemente a máquina é usada como instrumento de pressão e chantagem. Seu principal alvo é a consciência do trabalhador ou, como no caso de reportagem, o cerco social a formas ilegítimas de exploração do trabalho (FISCHER, André Luis. Um fantasma ronda os canaviais. Folha de S. Paulo, 01/11/93, página 2-2).*

<sup>10</sup> Uma das características marcantes da sociedade que vai se configurando no atual contexto é a construção de barreiras de todo tipo, inclusive e destacadamente as propriamente físicas, de maneira que os grupos sociais cujos interesses vão se antagonizando progressivamente possam ser isolados uns dos

se de uma característica mais geral do trabalho humano, de objetivar-se em sistemas de aumento de produtividade que, interligando-se, aumentam cada vez mais o seu potencial. Dessa forma a maneira como se organiza presentemente o processo produtivo, *amplamente dinamizada pelas tecnologias eletrônicas e informáticas, parece acentuar e generalizar o desemprego estrutural* (IANNI, 1996: 171)<sup>11</sup>. Acentuando de maneira extraordinária a produtividade, o desenvolvimento dos processos industriais vai permitindo cada vez mais um volume de produção crescente com uma decrescente utilização de horas de trabalho. Esse processo, em etapas anteriores da história humana, e mais particularmente, do capitalismo, permitiu a incorporação de novos territórios ao *continuum* incorporado ao sistema econômico dominante. Contudo as possibilidades de repetição desse processo são hoje limitadas, principalmente se considerada a escala dos incrementos de produtividade que se têm verificado. A redução da demanda de trabalho humano ocorre geralmente pela ação combinada da redução de quantidade do mesmo, que precisa ser utilizada, e pela concentração de tarefas que assim se torna possível. Assim, verifica-se uma profunda mutação nas condições de emprego, em prejuízo das condições de barganha do trabalhador diante do capital. Esse quadro leva à formulação de diagnósticos que podem chegar ao extremo da declaração de que *o desenvolvimento das forças produtivas (...) findou por tornar o trabalho virtualmente supérfluo* (GORZ, 1987: 93)<sup>12</sup>. É sobre essa temática que tem se desenvolvido a parte mais significativa do debate sócio-político mais recente. Entretanto, dois aspectos da forma como tem se dado o processo político internacional e a sua incidência sobre as situações locais sugerem que tal tipo de diagnóstico pode ser no mínimo apressado e com certeza equivocado quanto às suas conseqüências mais profundas. No que diz respeito à

---

outros, de forma a minimizar o potencial imediato de conflito. Veja-se a esse propósito os conjuntos residenciais fechados, que se multiplicam em nossa paisagem urbana.

<sup>11</sup> O comentário que se segue, de maneira mais explícita, parece referir-se à tecnologia que se tem designado sob a formulação geral de “informática”, muito embora fique possível a interpretação de que se refere à tecnologia como categoria mais abrangente, sendo que nos inclinamos a incorporar a interpretação que vai por esta segunda vertente: *a tecnologia em geral substitui a mão-de-obra (...). Especialista no uso de novas tecnologias de informação em empresas, Faria tem entre suas tarefas descobrir quais funções podem ser substituídas com vantagens pelas máquinas. “Algumas vezes me sinto como um carrasco que elimina empregos”* (UM mal moderno. *Veja*, 6/9/95, p. 64).

<sup>12</sup> Conforme esta análise, referente ao quadro brasileiro: *Lula pertence a uma espécie cada dia mais rara de metalúrgicos - aqueles que aprenderam a domar um torno mecânico. A profissão que lhe deu o sindicato e o jogo nas veredas da política está com os dias contados. Os tornos já não são mais mecânicos. Têm controle computadorizado. (...) Os microchips permitem que um só operário seja*

sobrevivência do trabalho como categoria para a análise da sociedade e elaboração de propostas políticas práticas, o mesmo esforço dos neoliberais para limitar a proteção ao trabalho, nas políticas nacionais, indica que não acreditam na superação de sua demanda. Entretanto, é no que diz respeito ao raciocínio subjacente de que, superado o trabalho cessariam também a luta de classes e, conseqüentemente, a vigência da ideologia, que o dia a dia vem dando o mais cabal desmentido ao discurso neoliberal, uma vez que a própria realidade do desemprego tem gerado conflitos de significativo peso. Outra questão é sobre a possibilidade de orientar de maneira politicamente conseqüente tais conflitos: esse é o desafio que se coloca para os que se posicionam ao lado da classe subalternizada.

A incorporação de tecnologia poderia permitir a redução da jornada de trabalho, insistentemente reivindicada pelos sindicatos e, até mesmo, apontada como medida necessária pelas cabeças mais lúcidas da burguesia. Tal alternativa, entretanto, sistematicamente, é colocada de lado. Dessa forma se agrava o processo de expulsão de mão-de-obra do mercado de trabalho e de redução das possibilidades de emprego das novas gerações de trabalhadores. Do ponto de vista dos interesses do capital este processo tem ainda a vantagem de permitir livrar-se de toda uma geração de trabalhadores experimentados na luta sindical, permitindo assim aos patrões lidar em condições mais favoráveis com o controle da força de trabalho.

O processo, como vimos apontando anteriormente, não é novo. Entretanto, em períodos anteriores do capitalismo pode ser mitigado em suas conseqüências sociais pelo reaproveitamento da mão de obra tornada excedente e do “excesso” de bens produzidos em “fronteiras de expansão” de que o sistema podia dispor. Essa noção deve ser compreendida no contexto da economia capitalista. O primeiro requisito para que se possa caracterizar a efetiva disponibilidade de “fronteiras de expansão” não está localizado necessariamente na área em que elas se configuram. Trata-se da demanda de mercados capazes de absorver os produtos que venham a ser gerados. Mais que isso tais mercados devem atender ao requisito de poderem assimilar produtos cuja natureza não implique em mudanças culturais contraditórias com a hegemonia do capital. Uma vez definida essa condição aí sim se coloca a análise do

---

*responsável, ao mesmo tempo, pelo conserto de uma máquina e pelo controle da qualidade do produto (NA marca do pênalti. O Estado de S. Paulo, 6/9/95, p. A-2).*

setor geográfico onde se pretende aplicar a capacidade de investimento. É preciso que existam aí recursos naturais cuja possibilidade de utilização se coloque como base para a definição dos investimentos. Presentemente tem se tornado mais explícita uma outra questão: a de que a utilização desses recursos seja compatível com a perspectiva de não haver uma geração de resíduos não assimiláveis, nos limites do ambiente controlado pelo agente econômico (inclusive *através* do agente político). Assim, ao mesmo tempo que assimilava fatores de tensão que poderiam ameaçar sua estabilidade, o capitalismo voltava os mesmos a seu favor, empregando-os na ampliação dos territórios e populações compreendidos no sistema. Pode-se mesmo dizer que tais momentos correspondiam aos grandes impulsos para o crescimento do capitalismo, incorporando às suas crises um aspecto essencialmente “criador”, não apenas compatível com o lado de “destruição” que as mesmas continham, mas mesmo beneficiário das conseqüências aparentemente “negativas” daí decorrentes. Uma das formas importantes pelos quais a burguesia estabeleceu sempre a adequação entre os acréscimos de produtividade e os seus interesses de classe, é claro, sempre foi o estímulo do consumismo, baseado numa interpretação peculiar do que sejam “necessidades”. É o caso de um componente essencial do atual processo, a informática, cuja evolução sob o capitalismo, como se verifica nessa análise de BRETON obedece a essa lógica: *Era preciso acreditar que essas máquinas correspondiam a uma necessidade ou, pelo menos, teriam compradores (o que não é obrigatoriamente igual) para se lançar em uma aventura desse tipo* (BRETON, 1991: 201). As “necessidades humanas”, num sentido estrito, corresponderão a fatores que permitam o crescimento num sentido propriamente humano, quer dizer, num crescimento no sentido de transformação dos indivíduos que tiverem tais demandas satisfeitas em sujeitos históricos, quer dizer, em agentes, em fatores ativos do processo de construção da cultura e da sociedade. É claro que por aí há um potencial de crescimento praticamente infinito para o rol de produtos culturais. Entretanto a própria definição de necessidade em tais termos implica num questionamento do ordenamento sócio-cultural, quando ele deixa de corresponder aos imperativos que a presidem, como acontece na presente ordem capitalista. Já a definição daqueles produtos que “teriam compradores” pode perfeitamente coincidir (e de fato coincide, nas atuais condições culturais) com um sem número de

quinquilharias, as quais permitem a continuidade do giro do processo econômico capitalista, sem o “indesejável” resultado colateral de levar a criação de demandas contraditórias com a ordem social estabelecida. Tal mecanismo continua disponível, sendo amplamente utilizado na conjuntura atual, inclusive pelo clima cultural que ajuda a instalar, muito mais conveniente do ponto de vista da classe dominante, do que uma forma que incorporasse uma noção mais exigente de demandas a serem atendidas. Entretanto a expansão das áreas geográficas dominadas pelo mercado ocupou sempre um lugar privilegiado na estratégia burguesa. O mesmo processo permitia acenar com perspectivas de ascensão social para as camadas subalternas da sociedade capitalista, permitindo assim manter a mística de “justiça”, uma vez que as situações de pobreza podiam então ser atribuídas à indolência ou a incapacidade dos que nelas se encontravam. Tal parece não suceder atualmente<sup>13</sup>. É essa limitação “objetiva” que obriga a burguesia a aprofundar o caráter excludente da ordem que impõe à sociedade. As perspectivas de incorporação de novos contingentes populacionais às faixas de consumo mais sofisticado, nos momentos em que o sistema contava com tais “fronteiras de expansão”, ainda que não fossem de fato abrangentes com relação a parcelas significativas dos trabalhadores, permitiam acenar com uma esperança e ao mesmo tempo como uma justificação para as características da sociedade que ele moldava. Constituía-se assim um desenho minimamente coerente das relações sociais propugnadas pela classe dominante. Tal possibilidade não se apresenta como uma alternativa razoável, nas presentes circunstâncias, agravando-se as condições de crise social e limitando a eficácia dos mecanismos tradicionais de dominação. Esse quadro acaba forçando a classe dominante a aprofundar os controles que lhe permitam,

*socializando uma visão da crise, no leito de uma programática neoliberal, (...) criar as condições para instituir os novos objetos do consenso, quais sejam: a*

---

<sup>13</sup> Comentando a situação brasileira, a citação seguinte parece-nos situar os elementos fundamentais dessa discussão: *A expansão imperial dos Estados europeus (para não falar, nos séculos 18 e 19, na expansão norte-americana pelo imenso território desconhecido a oeste) pode disfarçar o fenômeno do desemprego e do desajustamento social que a transformação do “moinho de vento” em “moinho a vapor” havia produzido nos sistemas produtivos e na organização social. (...) Ora, como é politicamente complexa a tarefa de abrir o território aos padrões da civilização do computador, e como a expansão extra-fronteira já não se pode dar, o problema que a globalização da economia coloca para o Brasil é inquietante* (FERREIRA, Oliveiros S. *A “máquina” computador*. O Estado de S. Paulo, 7/7/95, p. A-4).

*desqualificação teórica, política e histórica da existência de alternativas positivas à ordem capitalista e a negação de qualquer mecanismo de controle sobre o movimento do capital, seja enquanto regulação estatal, seja por meio de outros mecanismos democráticos de controle social, em favor da regulação do mercado (MOTA, 1995: 97).*

Para essa empreitada impõe-se o desmonte das instituições que resultaram da interação entre o aparecimento de organizações dos trabalhadores, de caráter sindical ou político e da possibilidade que se colocava para a classe dominante de fazer face a tal desafio com estratégias de cooptação, através do Estado de bem-estar. A sustentação dessas políticas dependia do vigor de estruturas estatais que absorvessem seus custos, implicando de forma correlata em concepções filosóficas e institutos jurídicos correspondentes, que abriam espaços para o reforço dos pressupostos necessários à vigência de regras sociais nas quais se amparavam movimentos que buscavam aprofundar a organização das classes subalternizadas. A liquidação das instituições do Estado de bem-estar tem ademais, do ponto de vista da burguesia, a vantagem de liberar recursos para subsídio ao capital, seja numa perspectiva de investimentos propriamente ditos, seja como “colchão” de segurança para as crises ocasionadas pelo caráter predatório e errático dos fluxos de especulação financeira. É claro que, no que diz respeito a investimento eles estarão relacionados, nas atuais circunstâncias, mais a estratégias de minimização das demandas de mão-de-obra do que a ampliações dos volumes de produção, considerado o conjunto das economias. A vantagem estratégica com que conta a burguesia, nessa fase da luta de classes, liga-se ao domínio jurídico-político de que desfruta sobre as condições da base técnica, que presentemente permitem-lhe operar em todo o mundo, em busca de vantagens relativas no que se refere à extração de mais-valia. Alternadamente joga com a existência de mão-de-obra barata nos países da periferia do sistema, para retornar com os trunfos que o momento anterior lhe proporcionou para forçar a aceitação de condições progressivamente mais draconianas por parte dos trabalhadores dos países centrais. Do ponto de vista da estabilidade das relações sociais isso significa que

*homogeneiza-se econômica, política e socialmente parte significativa do planeta, mas, ao mesmo tempo, aprofunda-se a diferenciação no interior de cada espaço nacional, mesmo nos países mais desenvolvidos. Nessa medida globaliza-se o desemprego e a exclusão social, a instabilidade e as incertezas; enfim, globaliza-se o mal-estar, inclusive entre as parcelas privilegiadas das sociedades, de se estar destruindo um “modo de vida” sem, contudo, se ter ainda a clareza do que se está colocando em seu lugar (FILGUEIRAS, 1997: 29).*

Quanto ao reflexo dessa situação, do ponto de vista dos problemas de clima de convivência social, de deterioração de padrões éticos e outras sequelas quando a um padrão de vida minimamente civilizado, sobre as classes médias e mesmo sobre a própria elite, o que se deve ter em conta é que se trata de uma contradição, sim, porém de uma contradição absolutamente inseparável da lógica que preside ao sistema: a maximização do lucro é apresentada como a única forma de se precaverem os indivíduos contra os problemas emergentes na organização social. Assim a própria destruição das condições de sociabilidade acaba sendo utilizada como argumento para que os indivíduos ainda mais se engajem na guerra do mercado. Aliás o próprio caráter social da produção, implicando necessariamente um caráter também social do consumo, impede que nessa matéria boas vontades individuais possam eventualmente ser significativas. A negação, por parte de setores da classe média e da elite, do caráter predatório das relações sociais em que estão imersos, implicaria em sua própria auto-negação como classes. Assim, ainda que ameaçados pelo clima de guerra social que se instaura, nas condições impostas pelo neoliberalismo, esses setores continuam condenados a se solidarizar com as políticas que geram tal clima. O caminho para superar esse impasse estaria em propostas que favorecessem o desenvolvimento das atuais condições de forma compatível com a progressiva integração dos setores atualmente excluídos aos benefícios que, inegavelmente, os atuais índices de produtividade poderiam assegurar a toda a sociedade. Não é essa, evidentemente, a opção das instâncias que conduzem o sistema. Nessas condições expande-se para o conjunto dos países a observação feita por HOBBSAWM, a respeito do neoliberalismo na Inglaterra, cuja *derrota e (...) destruição (...) constituem a tarefa básica e essencial (...), não apenas para a*

*esquerda (...) mas para todas as pessoas que se importam com as tradições e as convenções de lei e civilidade, de liberdade e (...) de responsabilidade e valores sociais, que agora estão sendo gradualmente estrangulados (1991: 261).*

É claro que haveria uma solução “óbvia”: expandir “para dentro” os padrões de consumo, com a adoção de subsídios a várias atividades, seja o mero lazer, sejam ações “produtivas” em planos novos, potencialmente enriquecedores, material ou espiritualmente para seus agentes e para as demais pessoas. O caráter livre da atividade que então se poderia instaurar, de fato, é a condição precípua de que essa nova configuração da cultura possa recuperar o sentido mais profundo de humanização, que em alguns momentos o desenvolvimento técnico parece estar apostado em sepultar. Na verdade tal possibilidade está mesmo no centro do horizonte que se propõe o movimento dos trabalhadores, à medida que se estrutura como visão de mundo. O fatalismo que múltiplas influências mobilizadas pela classe dominante incutiram em gerações e gerações de trabalhadores é vencido pela percepção de que o produto extraído de seu trabalho é cada vez mais abundante e elaborado, o que coloca em causa a necessidade das privações, ainda mais pelo espetáculo todo dia renovado da utilização perdulária desse produto pelos privilegiados. Nesse ponto o movimento dos trabalhadores se torna o legítimo portador das aspirações mais profundas que levaram a humanidade à aventura de conquista do ambiente físico, para colocá-lo a serviço de uma realização superior do conceito de civilização:

*O importante a destacar é que, ao resistir às propostas empresariais de organização do trabalho, os trabalhadores não estão apenas olhando para o passado. Ainda que o façam a partir de suas vivências pretéritas, eles agem no presente com os olhos direcionados para um futuro que, de acordo com sua experiência e sua utopia, consideram possível ser mais livre, mais democrático e com maior espaço para a iniciativa e a criatividade. Mais do que a defesa do passado, a ação operária indica no sentido de transformação do presente em direção a um futuro melhor que, embora não esteja até o momento assegurado, pode ainda ser conquistado (LEITE, 1994: 321).*

É claro que se deve creditar à burguesia ter, pelos seus motivos, desempenhado também importante papel no desencadeamento dos avanços técnicos que permitem sonhar com esse futuro. Entretanto não é possível ignorar que, nas condições presentes, o seu interesse de classe caminha no sentido inverso do significado progressista que essa realidade pode representar. O acúmulo de bens e principalmente as estruturas de manipulação do ambiente físico que o capitalismo logrou construir são o dado objetivo que permite sonhar com um mundo que seja realmente a “casa da humanidade”. Este seria o lado potencialmente positivo do avanço técnico, ancorado no aspecto da cultura material e capaz de transcender a ele, que motiva às vezes avaliações otimistas da conjuntura que assim se anuncia:

*a retracção simbólica da produção face ao consumo pode vir a traduzir-se na redução da semana de trabalho, aliás cada vez mais reclamada pelo sindicalismo europeu, e tal redução pode resultar uma maior disponibilidade para actividades socialmente úteis e para o exercício da solidariedade (SANTOS, 1994: 83).*

Tal possibilidade é também reivindicada por alguns defensores da ordem burguesa. Quando confrontados com os problemas que têm se verificado em decorrência da maneira como os aumentos de produtividade são administrados pelo capital, argumentam que tais processos são disfunções temporárias, as quais serão superadas na medida em que os mecanismos de mercado venham a operar a realocação dos benefícios aos diversos participantes da organização social. Como era de se esperar, a versão mais aceita pela burguesia para a administração dos frutos dos acréscimos de produtividade passa, no melhor dos casos, por alguma modalidade de benemerência ou assistência social. Tal perspectiva teria, do ponto de vista dos interesses da classe dominante a vantagem de anestesiar os problemas sociais gerados pelo caráter excludente da ordem capitalista, sem introduzir fatores que pudessem conduzir a mudanças no plano cultural-ideológico que pudessem levar à organização de núcleos de contestação. Esse por exemplo o “defeito”, sob a ótica neoliberal de uma ampliação quantitativa e qualitativa da educação pública, uma das formas mais evidentes de aproveitar as condições econômicas atuais de forma “produtiva”. Veja-se que para o objeto de nossa discussão, tal alternativa se coloca

como de fundamental interesse. Os efeitos dessa abordagem sobre o desenvolvimento humano são desastrosos, como apontado por MARQUES:

*Manter gratuitamente um mundo considerável de inaptos através dos mecanismos de seguridade social é até possível nas sociedades tecnicizadas e altamente produtivas em termos modernos, mas é humanamente condenável, como bem demonstra a destruição das vidas de grande parte das pessoas que por muito tempo vivem desempregadas no primeiro mundo (1993: 22).*

Entretanto encontram-se também proposições que pretendem compatibilizar a a ideologia da economia de mercado com uma forma de sociedade na qual estaria se realizando a vocação iluminista que a Revolução Burguesa apresentou como sua grande justificação. Nessa quadratura do círculo o desenvolvimento produtivo gerado pelo capitalismo abriria as condições de realização humana para todos os indivíduos, o que compensaria os processos de exploração e degradação humana que tal desenvolvimento requereu ao longo da sua história. Para tomar uma formulação da “esquerda” (...) “democrática” as condições geradas pelas atuais possibilidades técnicas resultaria na *capacidade de adoptar estilos de vida livremente escolhidos (...) [como] benefício fundamental gerado por uma ordem pós-tradicional* (GIDDENS, 1994: 205). O revisionismo contido nas proposições da “esquerda” (...) “democrática”, subjetiva ou objetivamente acaba se convertendo numa apologia da ordem burguesa. Nem é por outro motivo que os políticos e intelectuais vinculados a essa perspectiva são festejados pelo sistema, particularmente quando obtêm sucessos eleitorais que precisam ser explicados, contra o discurso precedente de que as massas trabalhadoras encontravam-se já “resgatadas para a sanidade” e iriam certamente escolher os candidatos claramente conservadores<sup>14</sup>. Afinal o movimento dessa “esquerda” (...) “moderna” no sentido de aceitar os mecanismos de mercado

---

<sup>14</sup> Isso não quer dizer que as vitórias eleitorais dos partidos da “esquerda” (...) “democrática” não se constituam em indicadores concretos do amadurecimento de uma visão crítica dos trabalhadores, que conquanto dirigida para uma perspectiva ainda equivocada, apontam contudo para um rumo que, se adequadamente explorado pode constituir a base de um avanço futuro da consciência de classe. A posterior frustração das expectativas que desaguaram nesses resultados eleitorais é que deve ser visualizada como a circunstância privilegiada para a intervenção político-pedagógica que permita um desenvolvimento mais conseqüente de tais movimentos da percepção dos trabalhadores. Nem se deve

constitui uma forma de diluir as tensões concretamente colocadas pelo aprofundamento dos resultados da política neoliberal, com especial destaque para o desemprego estrutural. Mesmo quando reconhece a presença no pensamento dominante sob o capitalismo de componentes voltados à manutenção da dominação de classe, considera esses aspectos como “desvios” ou “resíduos” da fase “selvagem” desse modo de produção. Identificam no caráter excludente do sistema capitalista, no melhor estilo neoliberal, uma conseqüência da “realidade” do mercado, naturalizando a ordem do capital. Sob tal argumentação destaca-se a tese de que o sindicalismo precisa tornar-se um mecanismo de sintonia dos trabalhadores com as limitações que as condições de mercado colocariam às reivindicações, ajudando a estabelecer compromissos entre o capital e o trabalho, de forma a dar viabilidade ao empreendimento capitalista. Os sindicatos, com todas as limitações que os marcam constituem-se, afinal, num dos aspectos da organização social que mais incomodam os defensores da “nova ordem” do capital, pelo que se colocam como alvos prioritários da ofensiva da classe dominante. Bem ou mal são estruturas mínimas de organização dos trabalhadores, nos quais aqueles operários que passam para níveis de percepção mais elaborados, a respeito das relações de produção podem encontrar espaços para dar conseqüência prática à mesma. Mesmo as direções mais comprometidas com o capital têm limites para impor linhas de ação fortemente limitadoras dos interesses dos trabalhadores, pelo menos de forma permanente, sob risco de serem ameaçadas por oposições sindicais mais aguerridas que venham a ser formar. Por isso que, nos “elos fracos” da cadeia de relações internacionalizadas de exploração que o capital vai construindo a burguesia procura aproveitar suas vantagens estratégicas, investindo fortemente contra a organização sindical:

*Na maioria dos países do terceiro mundo que implementaram políticas de ajuste de corte neoliberal, o movimento sindical sofreu enormes revezes. Na verdade, as reformas bem sucedidas do Chile, da Argentina, das Bolívia, do Peru e mesmo do México devem muito do seu “sucesso” à destruição prévia ou concomitante do poder sindical (CARDOSO e COMIN, 1995: 48).*

É claro que as mudanças na base técnica nos termos em que é utilizada pela burguesia na conformação do sistema econômico-social coloca para o modelo clássico de sindicalismo desafios significativos. Contingentes de trabalhadores que por largas décadas foram iludidos pela suposição de que ocupavam lugar privilegiado, diante do capital, são reduzidos à condição de forte exploração pelas empresas, na medida em que as conveniências político-administrativas resolvidas sob a ótica da burguesia assim o indicam. Incorporar esses trabalhadores à luta sindical constitui uma questão da maior relevância, que deve ser encarada como uma importante prioridade, apesar e por causa das dificuldades ideológicas que apresenta. LOJKINE levanta a tese de que *as clivagens operários/quadros, operários/empregados, “produtivos”/“improdutivos” devem ser ultrapassadas - se se quiser fazer da batalha por uma nova gestão um problema de todos os assalariados* (1990: 236).

A importância do controle dos sindicatos, para a manutenção do modelo neoliberal pode ser aferida pela asserção de um autor que está longe de considerar o socialismo como uma possibilidade, pelo menos nos termos em que atualmente se coloca o debate ideológico. Trata-se de PRZEWORSKI, quando admite que *os empregadores (...) temem sindicatos fortes e lutam contra a expansão de direitos sindicais que possam vir a ser usados contra eles no futuro* (1994: 247). Contudo a admissão implícita do acerto da interpretação da relação fundamental vigente no capitalismo como de conflito de classes, não impede os pensadores orientados por essa perspectiva de considerarem mais adequado aos trabalhadores um compromisso com a burguesia. Sua argumentação parece sugerir que o caráter “democrático” contido na ordem burguesa seria uma garantia maior do atendimento das demandas das classes subalternas do que a possível organização de movimentos de contestação da mesma. GIDDENS, em outra obra, não esconde a diluição que faz do caráter reacionário que a esquerda atribui ao neoliberalismo:

*será que a distinção entre esquerda e direita mantém algum sentido fundamental ao ser retirada do ambiente mundano da política ortodoxa? Sim, mas apenas em um plano bastante geral. No todo a direita aceita melhor a existência de*

*desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante. Mas seria difícil levá-lo muito longe, ou fazer dele um princípio dominante. Na verdade nenhum conservador, hoje em dia, defende a desigualdade e a hierarquia à maneira do Velho Conservadorismo. Os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, até certo ponto, a vêem como um princípio motivador da eficiência econômica. Mas essa proposição baseia-se, principalmente, em uma teoria da flexibilidade necessária dos mercados de trabalho, e não em uma justificativa da desigualdade per se. Certamente não é uma justificativa “em princípio” da pobreza - embora, talvez seja, às vezes, ideologicamente usada como tal. Além disso, os neoliberais atacaram as formas tradicionais de privilégio com mais ênfase do que os socialistas dos últimos tempos... (1996: 285).*

Assim, o caminho da resolução dos problemas que se apresentam a nível global, de crescimento da exclusão e da instabilidade dos trabalhadores circunstancialmente não excluídos do mercado de trabalho e das possibilidades de consumo passariam pelo amadurecimento do mercado, em condições adequadamente “flexibilizadas”, do ponto de vista dos direitos trabalhistas que resultaram do último século de lutas sindicais e da atuação dos partidos ligados às classes subalternizadas. Entram particularmente na linha de fogo aquelas estruturas características do Estado de bem-estar, característico da social-democracia, enquanto adaptação do capitalismo às condições do conflito social decorrente dos desenvolvimentos da política mundial no período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial. Tais estruturas representariam entraves ao livre desenvolvimento das forças de mercado, impedindo que o investimento capitalista gerasse todas as benesses que seu dinamismo intrínseco permitiria tornar acessível às sociedades que os adotassem. Entretanto, ainda SANTOS, mais adiante, constata a forma concreta, em termos de poder, que toma a assim chamada modernidade, nas mãos da burguesia, como instrumento da mais brutal luta de classes, visando a garantia da continuidade da exploração e seu corolário, a necessidade de uma lógica excludente, seja no âmbito da economia como no da cultura (e como pressuposto de ambas essas exclusões, a

essencialidade da exclusão política) [1994: 128-9]<sup>15</sup>. Os limites que se colocam para o desenvolvimento desse lado “criador” da conjuntura do capitalismo tecnificado e em processo de globalização são de duas ordens: (1) de um lado, um aumento do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores apresenta problemas para a pressão a que os mesmos devem estar submetidos, para que se verifique a sua “prontidão” para o atendimento das necessidades de recrutamento pelo capital, em condições de custo adequado aos padrões considerados satisfatórios quanto à acumulação. Não é outro o sentido do sinal de alarme que se acende nos escritórios de consultoria financeira norte-americanos quando o índice de desemprego cai “perigosamente” abaixo de 6%; (2) por outro lado, ainda que a tendência dos empresários seja ignorar esse tipo de questionamento, há o problema das “sustentabilidade” de aumentos muito acentuados do consumo, do ponto de vista ecológico. Isso pelo menos se pensarmos nos padrões de utilização de recursos que predominam no mundo capitalista “desenvolvido”. Trata-se, de um lado, do problema da cultura de “descartabilidade”, seja pela “obsoletização” dos modelos, seja pela própria concepção de uso implícita na engenharia dos mesmos. Por outro, os próprios aspectos quantitativos, seja em termos de produtos finais, seja pelos padrões predatórios do uso de insumos, implícitos nos hábitos de consumo desenvolvidos neste contexto, devem ser considerados. Associados esses padrões à quantidade crescente de indivíduos a serem incorporados ao mercado assim concebido, estabelece-se o estrangulamento a que nos referimos. Assim, essa via de ajuste implicaria numa nova concepção sócio-cultural, mais equilibrada, e como tal

---

<sup>15</sup> *Depois da crise da regulação fordista nos países centrais, estamos provavelmente numa fase de transição entre regimes de acumulação. Uma das facetas centrais dessa transição parece ser o fato de o capital, sem dispensar a funcionalidade institucional do Estado, estar a criar um outro suporte institucional, paralelo ao Estado, constituído pelas agências financeiras e monetárias internacionais, a dívida externa, a lex mercatória, as firmas de advogados norte-americanas, um suporte institucional que se distingue do suporte institucional estatal, quer porque é transnacional em si mesmo, quer porque não pretende manter qualquer exterioridade ou autonomia perante as relações de produção. Por via desta última característica, a nova regulação econômica, que, face à anterior, assente no Estado, aparece como desregulação, arroga-se ser regulação social e, de facto, a única regulação possível. É esta a miragem essencial do neoliberalismo. Visa basicamente manter e aprofundar a hegemonia da dominação capitalista por sobre o colapso das condições que a tornaram possível no período anterior, que no quarto capítulo designei por período do capitalismo organizado. É assim que a lógica e a ideologia do consumismo podem conviver sem grande risco político com a retracção brutal do consumo entre camadas cada vez mais amplas da população mundial vivendo em pobreza extrema. É assim também que a democracia liberal pode ser imposta como “condição política” da ajuda aos países do terceiro mundo, ao mesmo tempo que são destruídas as condições econômicas e sociais de uma vivência*

incompatível com a perspectiva de avanço contínuo dos níveis de produção, inseparável do capitalismo, sendo portanto não só inútil como perigosa para os interesses do sistema. Na medida em que os interesses sociais mais gerais, nesse caso situados no plano da preservação das condições de equilíbrio ambiental, se tornem objeto da consciência dos trabalhadores, essa contradição “objetiva” se converterá num conflito político concreto. Não precisamos ir aos autores vinculados à ortodoxia marxista, para fundamentar o caráter reacionário, sob esse ponto de vista, dos interesses que movem a ideologia burguesa: essa incompatibilidade do capitalismo com um real progresso social é reconhecida na expressão de PRZEWORSKI: *o capitalismo impede-nos de nos tornarmos o que quer que possamos nos tornar quando somos livres* (1991: 289).

A explicitação do contexto acima apontado, passa a requerer dos setores identificados com as forças dominantes da sociedade capitalista, um redimensionamento da problemática político-ideológica com o que iniciamos o retorno à área específica do interesse do educador. Veja-se, a esse propósito, que na tarefa de manter a dominação de classe há diferentes formas de interevidência, conforme ela se expresse pela força (militar ou econômica) ou pelo controle ideológico. As instâncias encarregadas do controle propriamente ideológico precisam estar atentas às situações nas quais a exploração econômica ultrapassam limites que coloquem em risco a coerência dos argumentos destinados a apresentar os interesses dominantes como “gerais”, abrangendo portanto também os interesses dos dominados<sup>16</sup>. Por isso que a reação aos “exageros” do grupo dominante é mais

---

*democrática credível. Para se poderem reforçar mutuamente, a lógica de circulação simbólica do capital e a lógica da circulação material do capital são cada vez mais independentes* (idem ibidem).

<sup>16</sup> É interessante notar que, para bem desempenhar seu papel, as instâncias ideológicas, como é o caso das igrejas, precisam freqüentemente contar com agentes “sinceros”, quer dizer, com pessoas “subjetivamente” alinhadas com o argumento da “justiça” dos interesses defendidos. Afinal, não são muitas as pessoas que conseguem mentir de forma convincente sem acreditar na própria mentira. As situações de exacerbação da exploração econômica (e como decorrência, eventualmente, da dominação pela força policial ou militar) apresentam sob este aspecto grande risco, quanto à fidelidade desses agentes, uma vez que o abalo na sua crença na “justiça” da causa defendida podem levá-los, em tais situações, a romper com a ortodoxia das organizações. Veja-se que isso não significa negar que as religiões surgem como decorrência de profundas aspirações humanas pela libertação, devendo corresponder a elas e só obtendo sucesso nessa medida. Entretanto, uma vez institucionalizadas, a lógica do poder impõe-se, inclusive na associação das elites religiosas com os grupos dominantes em outras esferas da vida social. É a presença dos clérigos e leigos não assimilados por esses pactos de poder, cuja permanência nas comunidades é tolerada pelas cúpulas da instituição pela necessidade de não comprometerem a credibilidade da mesma, que garante que em momentos históricos críticos haja dimensões do funcionamento das igrejas que podem ser incorporadas à luta dos trabalhadores. Essa

rápida em surgir nesse nível, particularmente quando se verificam resultados eleitorais que apontam para uma maior sintonia dos trabalhadores com as ideologias que conforme a ortodoxia neoliberal deveriam estar devidamente sepultadas. E mais ainda se esses resultados ocorrem nos antigos países do “socialismo real”<sup>17</sup>. Tais avanços apontam para a precariedade da “nova ordem” capitalista, implantada nesses países, na medida em que refletem a decepção das populações dos mesmos com o “paraíso do mercado” que lhes havia sido prometido tão logo se livrassem dos governos comunistas<sup>18</sup>. Entretanto, os aparelhos ideológicos burgueses mais sofisticados sintonizam-se de maneira bastante eficiente, sob este ponto de vista, não causando espécie a nenhum deles manifestações mais “à esquerda” quando adequadamente situadas, do ponto de vista da conjuntura política<sup>19</sup>. Não se trata, contudo, de fazer realmente uma crítica dos processos mais extremos de exploração, o que seria exigido pelos pressupostos da liberal-democracia “ética”. Trata-se tão-somente de dispor de alternativas ideológicas enquadradas numa organização capitalista da sociedade, quando determinados aspectos do funcionamento da

---

distinção é importante para não confundirmos o inevitável embate com o sentimento religioso, no plano filosófico, com as alianças que freqüentemente se impõem, com as correntes religiosas identificadas com os interesses das classes subalternizadas, no campo da política.

<sup>17</sup> Assim, recentemente, o jornal *Folha de S. Paulo* publicava nota em que o papa João Paulo 2º era citado afirmando que *os defensores do capitalismo extremo, sob qualquer forma, tendem a fazer vista grossa às conquistas do comunismo, a luta contra o desemprego, a preocupação com os pobres* (PAPA diz que comunismo tem “semente de verdade”. *Folha de S. Paulo*, 3/11/93, página 2-10) É sintomático que essa manifestação do líder religioso tenha se dado pouco mais de um mês depois que começavam a emergir análises sobre o novo quadro político no leste Europeu, que apontavam para avanços dos grupos políticos identificados como “comunistas reciclados”, potencialmente na Hungria e de forma efetiva na Lituânia e na Polônia [ROSSI, Clóvis. Leste tem transição difícil para o capitalismo. *Folha de S. Paulo*, 22/9/93 (Suplemento “Golpe na Rússia”), página A-8].

<sup>18</sup> A questão do retorno dos partidos comunistas (ou “ex-comunistas”, como querem os analistas neoliberais) evidentemente suscita a discussão sobre se representa uma “volta ao passado”. Já nos referimos a essa discussão anteriormente, mas vale a pena retomá-la aqui. Perceber que o comportamento eleitoral nesses países representa um desencanto com o “mercado” não pode significar minimizar os erros que levaram à queda dos regimes anteriormente instalados ali. E não significa também ignorar que o retorno dos socialistas e comunistas ao poder pelo voto não esteja carregado de problemas, na medida em que também as expectativas que a isso conduziram freqüentemente não corresponderão ao que poderão fazer efetivamente, seja por condicionamentos objetivos, seja por suas limitações políticas. O que pretendemos destacar é tão somente que tais fatos restauram a evidência de possibilidades que haviam sido enfaticamente negadas pelos arautos do “fim da história”. Aproveitá-las, assumindo o ônus de eventuais fracassos, é a responsabilidade dos partidos que se encontram nesses contextos.

<sup>19</sup> Sintomático a esse propósito é esta análise sobre a manifestação do papa, afirmando que o mesmo *está ciente de que as estruturas mentais e os quadros humanos formados ao longo de sete décadas na URSS e cinco décadas na Europa Oriental não se esvaem fácil e rapidamente. Não é à toa que, depois da queda inicial, os antigos quadros do Partido Comunista voltaram ao poder, de diferentes formas, na maioria das antigas repúblicas soviéticas e em vários países do leste Europeu. A luta ainda não está ganha* (PASTOR e estadista. *O Estado de S. Paulo*, 4/11/93, página A-3).

economia de mercado gerarem tensões que coloquem em risco a estabilidade da hegemonia burguesa. Essas variantes do pensamento identificado com as classes dominantes permitem a ágil estruturação de reformismos, aptos a cooptarem os descontentes numa perspectiva de “evolução sem ruptura”, contando com o fato de que a hegemonia cultural pré-existente assegurará que apenas em casos isolados não se poderá contar com pressões endógenas ou exógenas, ou seja, com a própria mentalidade dos sujeitos ou as pressões familiares e sociais, de modo a enquadrá-los nessas formas “mitigadas” de “inconformismo”. Sob esse aspecto particular as instituições religiosas são uma das formas mais efetivas de implementação de políticas de controle social. Aquelas que são ainda herdeiras de uma tradição pré-capitalista compensam o potencial de conflito ideológico com a situação de hegemonia burguesa com o fato de, mais institucionalizadas, estarem interessadas de forma particularmente intensa na estabilidade social geral, que geralmente concorre para a estabilidade interna de suas estruturas de poder. A manifestação do papa, na realidade, insere-se na lógica da atuação histórica das hierarquias religiosas:

*Todas as Igrejas consideradas como instituições, salvo algumas seitas, fizeram e fazem oposição à transformação do modo de produção requerido hoje pelas leis do desenvolvimento social. Ligaram e continuam a ligar sua autoridade e seu prestígio à conservação do regime de propriedade privada dos meios de produção sob as formas feudais e capitalistas, quando não são ao mesmo tempo as duas coisas. Quando muito, contemplam ajustamentos parciais perante os destruidores efeitos desses caducos regimes, sem quererem declarar-se contra as causas. Mas também não o fazem geralmente senão sob a pressão de forças revolucionárias já existentes. A Igreja Católica enuncia a sua doutrina social em vista dos trabalhadores... um século após a passagem da França ao modo de produção capitalista (VERRET, 1975: 317-318)<sup>20</sup>.*

---

<sup>20</sup> Que essa movimentação político-ideológica, independentemente do vínculo mais geral entre ideologia e educação, tem tal conexão de forma absolutamente particularizada pode-se depreender da inserção, no suplemento infantil da *Folha de S. Paulo* do seguinte comentário: *O comunismo entrou em crise no mundo porque não conseguiu cumprir o que prometia*. Muito embora não seja surpreendente o desprazo da simplificação histórica contida no texto, é importante anotar que ele é significativo pelo público a que se destina. O simplismo aí é provavelmente intencional, na medida em que se trata de inculcar, sem qualquer espaço para alternativas, uma determinada visão de mundo, o que se torna particularmente possível pela limitação da possibilidade de crítica por parte dos leitores. Trata-se apenas de um caso

O que vem sendo chamado processo de globalização constitui a marca característica da sociedade atual e, sob tal ângulo, vem sendo objeto do interesse de todos os tipos de analistas. Entretanto ocorre um desvio importante, na medida em que o fenômeno é encarado como uma realidade estritamente econômica, sendo suas repercussões no plano ideológico reduzidas a um papel de “negação”: o grande efeito da globalização, nesta forma de abordagem, seria o de tornar obsoleta a questão ideológica, instaurando uma realidade nova na qual o que importaria seria a perspectiva de “resultados”, no sentido de os agentes deverem adotar como parâmetros de avaliação de seus posicionamentos e intervenções a possibilidade contida nos mesmos de funcionarem como fatores de integração no processo capitalista, propugnado como o único modelo que restou possível para a organização da sociedade. Por isso preferiríamos falar em globalização *capitalista*, para descrever tal realidade. Neste sentido haveria que distingui-la de uma questão mais ampla, a globalização como uma possibilidade não necessariamente nova, embora num processo de aceleração que pelo menos aparece como “novo” do ponto de vista do ritmo que assume, mas que deve ser entendida como uma possibilidade de se estabelecer uma escala mais ampla, como referência para a análise da sociedade, que entretanto restaria aberta a ser considerada do ponto de vista da diversidade e oposição entre os diferentes projetos que se formularem para ela, sendo o conflito entre tais projetos a verdadeira relação criadora através da qual a humanidade possa avançar no rumo de sua auto-criação.

A perspectiva em que nos colocamos diz respeito a considerar a globalização do ângulo mais abrangente, como realidade cultural, enquanto sua dimensão econômica, da qual não se pretende negar a relevância, sendo pelo contrário elemento fundante que identificamos na problemática a ser analisada, se constitui, contudo, em apenas um nível do complexo sócio-cultural que com que trabalhamos, num contexto mais imediato. A dimensão ideológica ganha, posto que determinada em primeira instância, caráter de determinante, na medida em que seu

---

limite do princípio geral de que uma parte fundamental, senão a mais fundamental, da batalha política se trava no âmbito da educação política, não se podendo pretender desenvolver nenhum projeto consistente de sociedade sem atentar para esse nível [COHEN, David. Guerra acontece há 17 meses. *Folha de São Paulo*, 18/9/93 (Suplemento “Folhinha”), p. 5-4].

desenvolvimento lhe permite atingir uma autonomia relativa, com relação à base a partir da qual se desenvolveu. Só nesta abordagem se pode resgatar a função humanizadora sem a qual a política (e a educação, como campo específico da ação política) ganha (m) uma conotação odiosa de processo de dominação e controle. Tal perversão só pode ser obviada quando a totalidade “objetiva” dos processos sociais é convertida em subjetividade dos agentes subaternalizados.

Portanto, o objetivo que nos propomos é trabalhar elementos que permitam avançar na compreensão do significado do neoliberalismo, como conteúdo para uma elaboração ideológica que se dirige a garantir o controle da burguesia sobre os trabalhadores, no contexto da globalização capitalista. Para esse objetivo o núcleo da estratégia consiste em jogar, ao mesmo tempo, com a tese da extinção das fronteiras nacionais, no que se refere aos movimentos do capital e utilizar os governos locais submetidos aos interesses do capitalismo como instrumentos do controle social, utilizando-se aqui as fronteiras nacionais, para esse fim reabilitadas, como limites “naturais” para a ação sindical e política (dos partidos alinhados com os interesses da classe operária)<sup>21</sup>.

Avançando na compreensão desse processo pretende-se contribuir para a constituição de uma abordagem que se contraponha à forma que toma a ideologia burguesa, ou seja, a constituição de uma renovada ideologia operária, que busque adequar-se às condições da sociedade globalizada. Sob este ponto de vista consideramos estratégico situar o nosso trabalho também como uma contribuição para a construção de um conceito da educação. A educação, como processo de construção (ou desconstrução) do sujeito será encarada aqui como práxis que supõe um determinado estado da subjetividade daqueles a quem se dirige e uma meta de um novo patamar ao qual esta mesma subjetividade deve ser conduzida.

---

<sup>21</sup> Os episódios dos protestos dos trabalhadores da Coreia do Sul são ilustrativos a este propósito: *Submetidos a uma nova legislação que restringe a atividade sindical, dando ao patronato a liberdade de demitir em massa e reduzir salários, os trabalhadores sul-coreanos protestaram. Desmentindo sua reputação de operários bem-comportados, acabaram desencadeando uma greve de grandes proporções. Pior ainda, acolheram calorosamente líderes das centrais sindicais européias e americanas que viajaram até lá para lhes prestar solidariedade. De fato o governo de Seul condenou essa “ingerência estrangeira” nos assuntos internos do país. Aqui também ficou claro o descompasso entre o liberalismo econômico e o liberalismo político. Para o patronato e o governo sul-coreanos - ponta de lança da globalização dos mercados -, as indústrias e os capitais nacionais devem ter total liberdade para enfiar-se em qualquer canto do planeta. Mas a solidariedade sindical tem que ser barrada na fronteira* (ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vacas loucas, coreanos e democracia*. Veja. 29/1/97, p. 126).

De uma maneira geral, o fenômeno da globalização tem sido interpretado como a “desregulamentação” da vida social, interpretada esta formulação como a diluição dos controles estatais sobre as atividades econômicas. Seu sustentáculo, no plano teórico, é o que tem sido chamado de neoliberalismo.

Antes de explicitar a forma pela qual o neoliberalismo se distingue do liberalismo clássico, torna-se importante destacar os pontos que os aproximam. Isto se coloca como uma prioridade porque, na retórica dos ideólogos burgueses quando o fenômeno do neoliberalismo aparece há uma conotação subjacente de que ele representa a reformulação do projeto histórico que redundava no capitalismo, adaptado a contingências novas e, nessa medida, superando as limitações que implicaram, durante algumas décadas, num desafio à hegemonia burguesa. É claro que tais ideólogos não *recusam* a continuidade e solidariedade entre os princípios e propostas desta nova fase do capitalismo, com relação ao que resulta ser a formulação clássica deste projeto político-social. Demonstrando que, mais do que muitos marxistas, assimilaram uma forma dialética de pensar, jogam de forma que a cara e a coroa sejam jogos a seu favor.

No que se refere à identidade entre neoliberalismo e liberalismo clássico ocupa lugar central a questão do mercado, como relação subjacente às relações sociais e que guardaria a chave do encaminhamento das mesmas de maneira a maximizar os fatores de bem-estar. Cabe entender que o mercado, nesta concepção é encarado como tendencialmente capaz de realizar um panorama de trocas perfeitas, capazes de satisfazer as necessidades e aspirações dos vários parceiros sem prejuízo para nenhuma das partes. É claro que a noção do que seriam as aspirações e necessidades próprias de um ser humano obedecem ao pressuposto básico do liberalismo, radicalizado sob a vigência do neoliberalismo, de que as diferenças não só são “naturais” como “desejáveis”<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Assim, por exemplo, diante do desemprego estrutural que se apresenta como o resultado mais significativo do progresso da globalização sob a hegemonia burguesa, o argumento central seria o de que, a vista do fato de serem os empregos criados *no lugar* daqueles que foram destruídos na indústria *de baixa qualidade* tal situação *ainda (...) é melhor do que o desemprego* [a declaração é de Jorge Jatobá, assessor especial do Ministério do Trabalho, em entrevista à *Folha de São Paulo* (SALOMON, Marta. Abertura ainda vai cortar mais empregos. *Folha de São Paulo*, 23/2/97, p. 2-12)]. Poder-se-ia pensar que se trata de uma situação “de transição”. Em primeiro lugar não localizamos, na ampla discussão que a este respeito vem se processando em todo o mundo capitalista alguém que se atrevesse a efetivar tal formulação, fora do contexto em que o que se verifica é a mera propaganda ideológica. Dada a preocupação com que economistas, jornalistas e políticos têm se lançado à defesa da globalização

Considerando-se as conseqüências da forma como se vem organizando a produção capitalista, nos dias atuais, sobre as chamadas políticas sociais, deve-se ter em conta que verificou-se uma convergência da preocupação com os custos dessas políticas com o novo quadro criado pelo desmoronamento dos regimes comunistas e a desmobilização dos sindicatos e partidos identificados com os interesses dos trabalhadores, que se seguiu. A conjuntura político-ideológica assim estabelecida diminuía ou mesmo eliminava as pressões em favor da manutenção de políticas de favorecimento do consumo das classes subalternas de forma subsidiada pelo Estado. Assim, abriam-se perspectivas de que o capital recuperasse condições de acumulação que fora obrigado a sacrificar, na onda das políticas de concessões aos trabalhadores que sucederam à Segunda Grande Guerra. Por outro lado, a existência de uma rede de instituições “técnicas”, aptas a coordenar a política financeira a nível mundial, permitia que esse novo controle social se exercitasse a uma escala ampliada, destacando-se pela centralidade sob esse aspecto o papel do Banco Mundial. De uma maneira geral os governos capitalistas se sentiram liberados a “racionalizar” as “políticas sociais”, para “adaptá-las” a orçamentos mais “austeros”:

*O fim da ilusão do ajuste automático levou a uma ampliação do receituário: a necessidade de acompanhar as políticas de estabilização com reformas estruturais - desregulação dos mercados, privatização do setor público e redução do Estado. Esta doutrina liberalizante e privatizante tem no Banco Mundial seu principal porta-voz e operador, que faz sentir o peso das condicionalidades setoriais conseqüentes na negociação de projetos. A precedência do ajuste fiscal e a dissolução do sonho de sistemas de proteção social inclusivos substituídos pela ação “focalizada” na pobreza são as peças centrais desta doutrina (LESSA, 1993: 11).*

---

capitalista como ponto de chegada ao paraíso capitalista, não nos parece crível que se houvesse a mínima possibilidade dessa configuração ela não estivesse sendo alardeada aos quatro ventos como cenário certo para os próximos anos. Por outro lado apontaríamos ainda o próprio progresso técnico como obstáculo a que se aceite o caráter de imprevisibilidade que necessariamente teria que ser atribuído a esse fenômeno, para se lhe conceder a qualificação de fenômeno “transitório”, a ser aceito na sua “inevitabilidade”, enquanto não se elaboram soluções para o mesmo. Do ponto de vista qualitativo ele faz parte dos cenários que podiam ser antecipados, por mero exercício de lógica, a partir das análises efetuadas não só pelos marxistas, mas pelos mais sólidos clássicos da economia burguesa.

É claro que é da maior importância que haja mecanismos de relativa amenização das consequências desse arranjo das economias capitalistas sobre o conjunto da população. Ao mesmo tempo os conceitos vigentes de “necessidades” e “oportunidade empresarial” favorecem a montagem de tais processos, com o reaproveitamento da mão-de-obra expulsa de setores mais estáveis da economia em atividades nas quais o caráter relativamente marginal, com relação ao fluxo tecnicamente mais avançado da produção capitalista, é propício a fórmulas improvisadas e socialmente instáveis de alocação do trabalho<sup>23</sup>.

É no plano da filosofia social que as diferenças entre liberalismo clássico e neoliberalismo se explicitam. No liberalismo clássico temos, pelo menos na retórica utilizada, a vitória de uma vertente que MACPHERSON designa como *liberal democracia ética*, se por isso entendermos

*como John Stuart Mill e os liberal-democratas éticos que o acompanhavam em fins do século XIX e inícios do século XX, uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar as suas capacidades. Infelizmente, a democracia liberal pode significar (...) [outra coisa]. Pois “liberal” pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco de acordo com as regras do mercado; ou pode significar de fato igual liberdade para todos empregarem e desenvolverem suas capacidades. Esta última definição é contraditória em relação à primeira (1978: 9).*

---

<sup>23</sup> É interessante verificar que tipo de “empregos” são criados, nesse contexto: sob uma foto em que aparece um jovem puxando um carrinho de mão com sete grandes sacos cheios de latas de cerveja e refrigerante e a legenda [S.] (...) *transporta latas de bebida para posto de recolhimento em Copacabana*, é noticiado que em São Paulo, 600 mendigos se transformarão em trabalhadores, empregados na remoção de lixo com salário de R\$ 255 por mês. No Rio, há os “garis da lata”, pessoas que recolhem latas de cerveja e refrigerante das praias que vendem em postos instalados nas próprias praias (CIDADES ficam mais limpas com soluções alternativas. *O Estado de S. Paulo*, 23/2/97, p. A-1). É dessa forma que as agressões à natureza e ao conceito de sociedade civilizada, perpetradas pela “ordem” capitalista se transformam, na mão de seus ideólogos, de “problemas” em “soluções”. É com a concepção aí subjacente de sociedade que o neoliberalismo se apresenta como o pensamento apto a realizar o paraíso do capitalismo. Trata-se, no caso, antes de mais nada, de um pensamento de caráter econômico. Isto não quer dizer que seja uma elaboração destituída de intuítos e conteúdos político-ideológicos, como já sugerimos acima. Exatamente porque sob este ponto de vista é uma visão muito sólida e unificada, é que pode desenvolver-se plenamente como uma visão e um projeto a respeito da dimensão econômica da vida social, dotada de coerência e eficácia admiráveis. Enquanto projeto no âmbito da economia ele se define como uma orientação no rumo da maximização da extração de mais-valia.

Diante da necessidade de contrapor-se às proposições de socialistas e comunistas, e no nosso entender, como um desenvolvimento possibilitado pelos pressupostos da “liberal democracia ética”, desenvolveu-se nos países capitalistas a social-democracia e, decorrentemente, o Estado de bem-estar social. Essa associação das propostas social-democratas com uma versão do liberalismo que se manifesta preocupada com princípios de uma “justiça social” concebida nos limites da ordem capitalista tem, do ponto de vista dos interesses políticos burgueses, a vantagem de facilitar a cooptação de setores que de outra forma tenderiam a somar-se à esquerda, na defesa de uma mudança na ordem social. Quando dizemos que há uma diferença (e mesmo uma contradição) entre liberalismo clássico e neoliberalismo não pretendemos que não possa a burguesia utilizá-los aos dois como instrumentos teórico-ideológicos, no processo da luta de classes. Trabalhar com as contradições, convertendo o eventual antagonismo de seus componentes com relação aos seus interesses em possíveis vantagens a favor dos mesmos é exatamente a tarefa central que se coloca para todas as classes sociais ao longo da história.

Para isso não só as contradições *entre* as classes devem ser levadas em conta. As contradições *internas* a elas podem se revelar preciosas, do ponto de vista tático. O “herege”, quando adequadamente administrado pode-se converter na “ponte” ideológica que permita cooptar os elementos capazes politicamente do campo adversário, esta sim operação fundamental para o sucesso no confronto de classes. Independentemente do grau de honestidade e sinceridade de que possam estar imbuídos os liberal-democratas “éticos” (e este é freqüentemente muito grande), na lógica política mais geral os instrumentos teóricos decorrentes da postura deles, como é o caso do ideário social-democrata, podem servir aos interesses da burguesia. Isto se deve a que, de forma significativa, no caso das idéias social-democratas, trate-se de instrumentos, no plano da ação política, como no da ideologia, para manejar situações nas quais a tensão social possa ameaçar com rupturas.

Entretanto, sendo a social-democracia, como de fato é, uma apropriação pela burguesia de análises e propostas do movimento operário para seus próprios fins, ela pode ser (e de fato é) eventualmente apropriada também pelos trabalhadores como instrumento de luta, utilíssimo no plano tático. É aí que os contributos teórico-ideológicos do neoliberalismo se tornam essenciais para a defesa da “ordem”

capitalista. Num primeiro plano essa contribuição se limita a questionar “exageros” do Estado de bem-estar, sem questionar os fundamentos últimos dessa política. Entretanto, na medida em que tal iniciativa é bem sucedida, abre-se o campo para que a questão seja colocada em termos de “princípios” da organização “liberal” da sociedade que a social-democracia colocaria em risco. É desenvolvendo uma ética coerente com o liberalismo plenamente submetido à idéia de mercado, que o neoliberalismo se apresenta como crítico da social-democracia, apontada como coveira da “sadia” acumulação capitalista. Diante dessa “doença” os teóricos neoliberais

*Desafiando o consenso oficial da época (...), argumentavam que a desigualdade era um valor positivo - na realidade imprescindível em si -, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos. A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973 (...) mudou tudo. (...) as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. (...) O remédio (...) era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos de bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais as reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (...) (ANDERSON, 1995: 10-1).*

É claro que o discurso de elogio da desigualdade deve ser “justificado” de forma a não comprometer a possibilidade de manter os arranjos políticos da democracia burguesa, mais “econômicos” do que a garantia da exploração através da força explícita, no seu sentido militar e policial. Nesse sentido é que se coloca o argumento de que diante da “ineficiência” do Estado, que seria desse ponto de vista quase um dado “de natureza”, a defesa dos mecanismos de mercado como norma

suprema de organização da vida social abriria um caminho novo para que os trabalhadores obtivessem condições de vida mais satisfatória pela via da iniciativa individual, aproveitando oportunidades que “só o mercado pode oferecer” (trata-se em outras palavras de colocar como ideal para os trabalhadores *deixarem de ser trabalhadores e converterem-se em empresários*). Seria, no argumento dos ideólogos do neoliberalismo, a plena realização da “mão invisível”, capaz segundo tal interpretação de realizar o bem-estar pela via do mercado, desde que deixado ao livre jogo de suas forças. É claro que essa ideologia otimista começa a sofrer, já, o duro confronto com os dados da realidade objetiva. Assim, por exemplo, KURZ chama a atenção para o fato de que “já começaram a misturar-se, na imprensa burguesa, vozes de advertência e dúvida quanto aos gritos de triunfo dos ideólogos imediatistas: “*Será mesmo esta a sociedade perfeita que para todos os tempos triunfará sobre o socialismo?*” (Graefin Doenhoff no jornal *Die Zeit*, 22.9.1989). *A sociedade do sistema ocidental não tem realmente essa aparência* (1993:18-9). O que foge geralmente à percepção dos participantes ingênuos desta discussão é que, longe de ser este livre movimento de *todos* os agentes, a ordem capitalista que vem sendo implantada é, pelo contrário, o reino de fortes regulações para constranger *principalmente* os trabalhadores a se adaptarem aos interesses do capital. De qualquer forma, para analisar as perspectivas e impactos dessa formulação deve-se considerar o caráter abrangente da forma neoliberal de acumulação do capital bem como o fato de estar fundamentalmente baseada na mobilidade do mesmo. No panorama conjuntural políticas no longo prazo temerárias ou mesmo suicidas, do ponto de vista das comunidades locais, podem assegurar disponibilidades de recursos financeiros que permitem surtos de consumo que sustentam a idéia de “oportunidades” abertas a iniciativas econômicas de pequeno porte. Esse tipo de alternativa permite que governos afinados com os interesses das finanças internacionais mantenham por períodos mais ou menos prolongados “milagres” econômicos, que funcionam como vitrines do “sucesso” das receitas neoliberais. É claro que na hora da cobrança da conta dos “banquetes” assim “oferecidos” elas recaem sobre a parcela mais pobre da população, não faltando os analistas para apontar as inconsistências das políticas adotadas, a exigirem medidas “duras” de “ajuste”. E nem deve surpreender que não se discuta a estranha situação de tais

inconsistências não terem sido notadas nos momentos anteriores, pelos mesmos iluminados, uma vez que aí contam com todo o trabalho de uma imprensa alinhada com seus pressupostos e todo um conjunto de aparatos ideológicos para reescrever convenientemente a crônica dos fatos, de maneira a tornar a mesma adequada aos interesses dominantes. Até pela proximidade dos exemplos, cuja evolução pudemos recentemente assistir, vale o comentário seguinte, da situação latinoamericana:

*una fuente importante de capital ha sido (...) los capitales extranjeros que especulan con rentabilidades de corto plazo en America Latina (...). Naturalmente, toda variación importante de las rentabilidades a corto plazo en América Latina comparada con el resto del mundo podría revertir la dirección del flujo de capital, con consecuencias negativas para el balance de pagos y el ajuste externo. El carácter especulativo de estos flujos los hace potencialmente inestables* (COMISION Economica para America Latina y el Caribe<sup>24</sup>, 1994: 225-6).

É claro que as turbulências inevitavelmente decorrentes dessas seqüências de eventos econômicos precisam ser circunscritas, de forma a não contaminar os setores que permanecem estáveis, do ponto de vista dos interesses de acumulação do capital. Nas condições da globalização capitalista o controle social passa a ser principalmente processado através do controle dos fluxos financeiros. A manipulação dos diferenciais de poder de compra das diversas moedas e a conversão das relações econômicas em relações entre os detentores de créditos em “moedas fortes” é o principal instrumento de diluição das solidariedades de classe, solidariedades nacionais e outras que se colocam como obstáculos à supremacia dos interesses do capital, em escala mundial. É claro que esse esquema apresenta também riscos para o capital: aventureiros com o treino adequado podem perpetrar golpes financeiros de grandes proporções, através intervenções nos fluxos de crédito nas redes de computadores. Nesse momento é que o caráter “relativo” das teses do Estado “mínimo” revela a importância que têm: quando se verificam danos decorrentes desse tipo de intervenção os mecanismos estatais, sob adequado controle

de funcionários alinhados aos interesses do capital, são chamados a intervir para “socializar os prejuízos”, de vez que este verbo pode ser melodioso aos ouvidos da burguesia, quando utilizado no contexto adequado. A inserção de funcionários que sejam adequados a esse pressuposto é facilitada pelo fluxo dos mesmos entre as instâncias financeiras públicas e privadas, “uma vez que, afinal se contas, trata-se dos ‘mais competentes’”. O exemplo mais acabado destas instâncias de um *novo controle*, explicitamente conformado aos interesses do capital, é o conjunto formado pelo FMI e pelo Banco Mundial. No caso da América Latina as interferências devidas a este sistema organizacional poderão ser mais facilmente sentidas através das políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A ligação deste organismo com os anteriormente mencionados pode ser aquilatada em texto do BID:

*Quase todos os países membros do BID o são igualmente do Banco Mundial. Como é lógico supor, isto exige estreita cooperação entre os dois órgãos a fim de evitar a adoção de estratégias antagônicas, a exigência de requisitos diversos de comportamento econômico ou a duplicação das atividades de assistência. No nível técnico levam-se a efeito, com grande frequência, contatos de caráter individual entre os funcionários que ocupam cargos equivalentes nos dois organismos (...), (...) o que dá como resultado um constante intercâmbio de informações. Os estudos das economias nacionais realizados pelo CIAP<sup>25</sup> e as reuniões do Grupo Consultivo Interagencial, às quais comparecem funcionários de ambos os bancos, oferecem um mecanismo de caráter mais oficial para estabelecer uma coordenação regular num nível mais elevado. De igual modo, cada um dos órgãos envia representantes às Assembléias Anuais do outro. (...) A cooperação com o FMI, criado com a finalidade de estabelecer um sistema de pagamentos internacionais, tem sido semelhante à mantida com o BIRD<sup>26</sup>. O FMI também participa dos estudos das economias nacionais efetuados pelo CIAP e nas reuniões internacionais, existindo o mesmo intercâmbio de informações técnicas entre os funcionários de ambas as instituições (BID, 1971: 228-9).*

---

<sup>24</sup> Orgão da ONU. O documento é apresentado como atualização para os 4 anos precedentes, quanto às orientações gerais para o desenvolvimento dos países da região.

<sup>25</sup> Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso.

<sup>26</sup> Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Trata-se do nome oficial do Banco Mundial. Ver a respeito SANDRONI, Paulo (consultoria). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (p. 33).

Esse tipo de instituição permite aos elaboradores das políticas neoliberais jogar ainda com os dois lados da moeda a seu favor. Exerce-se forte pressão sobre os governos nacionais, para que as políticas locais sejam adequadas aos interesses da acumulação do capital, sob a cobertura do caráter “técnico” das análises e diretrizes que constituem o conteúdo das políticas de tais organismos, não constituindo nenhum gênero de intervenção exógena. Assim, o caráter “natural” das configurações determinadas pela crescente mundialização das políticas neoliberais fica como argumento para forçar a adesão às mesmas. Por outra parte, quando os resultados socialmente danosos das medidas se apresenta, a “autonomia” dos governos nacionais reaparece como a razão dos males apresentados para as populações dos países respectivos: seria a insuficiência de rigor na aplicação nas medidas recomendadas, e não a própria natureza delas, a explicação dos mesmos.

Entretanto seria muito arriscado permitir que efetivamente dinâmicas específicas das várias realidades locais imprimissem sua lógica à maneira como elas se integram no capitalismo mundializado. A leitura dos noticiários econômicos e de política internacional demonstram com que interesse a morte de um determinado líder ou o congresso de um determinado partido são enfocados como determinantes de aspectos essenciais para a configuração dos quadros de análise estratégica das políticas dos Estados hegemônicos do capitalismo. Ainda recentemente, recusando o julgamento pela OMC da Lei Helms-Burton, a secretária de Estado dos EUA foi, como é hábito dos funcionários americanos em tais circunstância, brutalmente explícita, ao declarar que a mesma OMC, a quem os EUA estão recorrendo para limitar os “excessos de protecionismo” do governo brasileiro, “não eram a instituição competente para traçar a política externa do governo ianque”.

Que muito para além da simples assessoria técnica, a criação de uma dinâmica supranacional mais explícita do funcionamento do capitalismo exige instâncias regulatórias no pleno sentido do termo pode-se deduzir das discussões voltadas para a viabilização dos dispositivos desta integração. Analisando os conflitos gerados pelo confronto entre as estruturas supranacionais e os aparatos jurídicos nacionais, no âmbito da ALALC<sup>27</sup> Vicuña faz a seguinte formulação:

---

<sup>27</sup> Associação Latino-americana de Livre Comércio.

*El único mecanismo que puede dar satisfacción a estas necesidades es un organo judicial independiente, al cual tengan acceso tanto los individuos afectados, como los gobiernos y los propios órganos subregionales. Pero la función de proteger al individuo, controlar la legalidad e interpretar la norma, no puede ser ejercida al nivel nacional, ya sea porque los problemas planteados exceden del marco nacional - habiendo incluso los países delegado parte de sus competencias - como porque en el nivel nacional la perspectiva estaria limitada por el derecho interno, que es sólo uno de los factores en juego. Por otra parte, el control de la legalidad de las competencias subregionales y la interpretación uniforme no pueden conseguirse en este último nivel. (...) El organo debe estar ubicado en el nivel subregional, que es donde se origina la norma (VICUÑA, 1973: 220-1).*

A criação de instâncias regulatórias em escalão que ultrapassa o Estado nacional tem-se apresentado como um dos grandes desafios na montagem dos esquemas do capitalismo globalizado. Isso é compreensível, se considerarmos que a gênese do Estado, tal como agora se apresenta, foi mediada por densas realidades culturais, incluindo-se aí as especificidades linguísticas, costumes sociais e memórias históricas: enfim, tudo aquilo que poderíamos sintetizar sob a expressão “identidade nacional”, com toda a carga de solidariedades e hostilidades que ela carrega. Esse nível “cultural” da realidade dos Estados nacionais tem sido inclusive competentemente manipulado pelos políticos ligados às classes dominantes para organizar seus programas eleitorais ou justificativas para medidas de governo mais duras, como é o caso do debate sobre as leis de imigração que ora se processa na França. Lembre-se também a proposição do Sr. Buchanan, no seu programa para as eleições presidenciais americanas, da construção de um verdadeiro muro (!!!) para barrar o deslocamento dos “chicanos” para os EUA. Como argumentado por Hobsbawm, em entrevista ao canal de notícias da rede Globo, no processo da globalização do capitalismo, só não se globaliza a liberdade de movimentos da força de trabalho. Ainda assim, as identidades nacionais são mais obstáculos do que trunfos para a mundialização mais aprofundada da hegemonia do capital.

Contudo os ideólogos neoliberais aplicam-se à tarefa de criação dos mecanismos de poder supranacional, naquilo que interessa à implementação de suas políticas, com grande denodo, até porque na medida em que forem bem sucedidos poderão contar com alternativas para determinados impasses que os esquemas capitalistas pré-globalização tiveram que defrontar, na medida em que amadureceram os sistemas jurídico-políticos de nível nacional. Neste nível

*la formalidad, la abstracción, la generalidad y la reglamentariedad de las reglas-instituciones estatizadas actuales (...) pueden ofrecer posibilidades tácticas reales a la praxis revolucionaria: por ejemplo, mediante las “lagunas” que implican estructuralmente, por campos relativamente “muertos” que pueden ser un comienzo de organización por la praxis obrera; o incluso, dada la relativa fragilidad que este sistema, en razón de su especificidad, presenta como lado contrario al de su rigidez, un ataque táctico decisivo contra un eslabón puede alcanzar en forma decisiva a la cadena al activar sus contradicciones, fenoménicamente conciliadas; o incluso por la libertad y la igualdad, siquiera formales y abstractas, por medio de las cuales, y en razón de la creciente positividad de las clases oprimidas, trata el sistema de conseguir apoyo de las masas (POULANTZAS, 1969: 107).*

O projeto de criar um quadro de regulações jurídicas que esteja além do Estado nacional esbarra contudo, como já se disse, em consideráveis dificuldades. Não é a menor delas que não se tenha ainda encontrado uma forma de implementação das normas jurídicas que prescindia do poder de coerção. Tal poder radica essencialmente na força policial-militar, em última instância. Entretanto, esta supõe em condições ideais, pelo menos uma máscara de legitimidade política e, independentemente dela, condições materiais (e portanto econômicas) de sustentação e operacionalização dos aparatos repressivos.

Comentando a experiência já existente a este propósito, FRIEDMANN faz a seguinte asserção: *toutefois, la plupart des nouvelles institution internationales sont encore trop faibles sur le plan financier et sont dépourvues de tout pouvoir d'exécution* (1970: 141). A verdade é que, desejando o estabelecimento de aparatos capazes de garantirem uma “nova” (...) “ordem” (...) “mundializada” os Estados

hegemônicos do capitalismo gostariam que algures surgisse quem pagasse a conta. Esta conta tanto pode significar o dinheiro em si, como o desgaste na política interna que as mobilizações militares representam. As infundáveis futricas internacionais em torno da forma como se haverão de compor os contingentes militares “pacificadores” e sobre os orçamentos dos organismos internacionais, a começar pelo da ONU, demonstram à saciedade como tal questão se coloca para os governos capitalistas.

Outro autor, embora sustentando que há progressos e que é possível pensar na instituição de um direito acima dos Estados, acaba apontando para a questão básica, que se coloca diante desse objetivo, ao dizer que a eficiência do *sistema depende, obviamente, da vontade política dos Estados, no tocante à sua implementação (...)* [SWINARSKI, 1992: 97]. Essa questão da “vontade política”, como tantas outras expressões demasiadamente sintéticas, apresenta o risco de ignorarmos a complexidade de fatores que estão na raiz de sua determinação. No mínimo elas supõem a circunstância concomitante da ocupação do poder por dirigentes com suficiente clareza de análise do quadro histórico e de projeto nacional para visualizar caminhos definidos, como um correspondente “estado” da opinião pública, contemplando também percepções adequadas desses fatores (ou pelo menos - e talvez mais provavelmente - a assimilação de mitos<sup>28</sup> cuja estrutura possa substituí-las), para que a ação das lideranças possa ter respaldo a nível interno. Temos portanto o retorno da *identidade nacional* como *pressuposto da mundialização*. Só a percepção e configuração de práticas adequadas a essa complicada dialética, na verdade, poderia fornecer bases para o desenvolvimento de políticas eficazes, neste nível. As dificuldades são de tal ordem que levam muitos à conclusão de que

*ainda que o Estado nacional venha a sofrer modificações importantes devido ao processo de internacionalização do capital, ele não perde sua soberania. Ou seja, ele não é substituído por “potência econômicas” (sociedades multinacionais) nem abre espaços ao surgimento de um Estado supranacional* (MENEZES e MENEZES, 1997: 46).

---

<sup>28</sup> O relacionamento do fator “subjetivo” com as condições “objetivas”, constituirá sempre um dos desafios mais significativos à montagem de uma estratégia de intervenção política. Aqui será de muita

Esta ausência de alternativas ao Estado Nacional, como fonte da elaboração jurídica no que ela tem de efetivo, ressalta a necessidade da dupla via da elaboração teórica e da vigência da vontade política como formas de circunscrever a atuação da empresa típica da globalização capitalista, quanto ao seu impacto sobre a vida social. Isso é tanto mais real quanto as vias conhecidas de análise dessas relações transnacionais, do ponto de vista do direito, se encontram fortemente limitadas quanto à sua capacidade de suprir de conceitos e modelos operacionais a ação dos indivíduos e organizações, diante da realidade que se vai configurando. Assim, por exemplo, BAPTISTA reconhece que *o Direito Internacional Privado não está equipado para dominar o ambiente ocupado pelas empresas transnacionais* (BAPTISTA, 1987: 134). O aspecto central que deve ser levado em conta em tal discussão é o de que o conceito de “empresa”, na perspectiva do capitalismo, está inextricavelmente ligado ao interesse individual, enquanto antítese da cooperação. Só uma cultura da cooperação, seja ela voluntária ou compulsória, pode se contrapor ao caráter predatório, quanto ao meio físico e ao meio social, de que se reveste a lógica da atuação do empresário. E para assegurar a cooperação compulsória, forma única a que tal determinismo pode atender, não há outro instrumento na experiência humana que não o Estado, seja nas suas formas embrionárias, seja naquelas mais acabadas, que correspondem ao seu conceito em sentido mais estrito. Nessas condições *o Estado-nação que conhecemos deverá permanecer ainda por muito tempo, como unidade organizadora básica da vida política, econômica, social e cultural de nossos povos* (LERDA, 1996: 260).

A superação das fronteiras nacionais não é um tema que necessariamente venha a interessar apenas ou principalmente a uma estratégia de consolidação da hegemonia burguesa. Pelo contrário, se encararmos pelo ângulo da tese do internacionalismo, trata-se de reivindicação histórica do movimento dos trabalhadores. Entretanto, a emergência de uma nova organização social, econômica, cultural e política, na qual a totalidade da experiência e dos recursos da humanidade estejam acessíveis a todos os homens não pode servir de pretexto para o esmagamento dos patrimônios dessas mesmas ordens que cada povo conseguiu

---

utilidade adotar a concepção de *consciência* como *la aprehensión de los elementos que configuran y condicionan la acción* (KOHEN, 1972: 221).

construir nos limites de sua experiência nacional. Acreditamos que a emergência real de instituições internacionais independentes de determinações exclusivistas de políticas internas dos diferentes Estados supõe a efetiva mundialização cultural. Por isso que postulamos a precedência da análise ideológica sobre a econômica (muito embora a base “ontológica” continue radicando no econômico, que é onde se definem os interesses que cabe à ideologia promover). A configuração dessa nova cultura, o sentido em que ela se tornará instrumento do controle social, a favor de determinados interesses e contra outros, dependerá dessa análise ideológica e correspondente ação política, por parte dos diversos protagonistas.

A forma como a questão da configuração de um novo sistema mundial vem sendo encaminhada pelas políticas neoliberais obedece a um claro objetivo de tornar a exploração da força de trabalho pela burguesia, a nível mundial, ainda mais intensa. É nesse sentido que se processa a montagem dos organismos que traçam o perfil da globalização capitalista. Ao contrário da retórica de eliminação das distinções contidas na configuração do mundo através dos Estados nacionais, o que se verifica é que, principalmente com a queda dos regimes do “socialismo real”, cada vez mais a burguesia se apoia num esquema em que a existência de hegemônias muito fortes por parte de Estados que se definiram ao longo da história como os núcleos aglutinadores dos interesses do capitalismo constitui elemento fundamental para o fortalecimento dos esquemas de força para manter uma “ordem” favorável à continuidade e aprofundamento da extração de mais valia, como pedra de toque da economia. Ao mesmo tempo em que as fronteiras nacionais são declaradas peremptas, para tudo que se relacione a sistemas de proteção social ou nacionalismos econômicos, que eventualmente se coloquem entre os interesses de explorar a força de trabalho e os recursos materiais dos países periféricos em seu proveito, as instituições de legislação, judiciárias e de repressão dos países centrais restam como argumento definitivo, em quaisquer litígios que se configurem na atuação internacional das empresas dos países centrais: *as ETNs<sup>29</sup> não abdicam de suas bases e passaportes nacionais, nem dispensam a ajuda de seus governos de origem* (CORAZZA, 1997: 24). As linhas de força pelas quais passa a determinação das políticas dos organismos da globalização capitalista pode ser aferida por um

---

<sup>29</sup> Empresas transnacionais.

comentário, que pretendendo enfatizar um alegado esforço pela independência, a ninguém enganará, se acompanhado o dia a dia das relações internacionais no mundo capitalista. O autor que citamos a seguir, comentando a história do BID coloca que

*dia virá em que se conhecerá melhor - porque isto não se pode divulgar a miúdo - a influência que o Banco Interamericano teve, em certos momentos delicados, para sustentar com vigor e fazer prevalecer pontos de vista que - não fora a sua influência e a de quem tem a responsabilidade de examinar os problemas do desenvolvimento latino-americano no seio do Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso - talvez não tivessem sido levados em consideração. Isto é importante, pois árduo e longo é o caminho que temos pela frente para encontrar novas fórmulas de convivência entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. (...) No caso do Banco não se trata de confronto estéril, porém fecundo, pois, o que se busca é persuadir e ser persuadido, o que se procura é chegar a certas formas de consenso susceptíveis de tradução em ação construtiva. Consenso essencial numa instituição sui generis, como o CIAP, em cujo Conselho Diretor há países devedores e credores. Não deveriam prevalecer uns sobre os outros<sup>30</sup>.*

Em todo o mundo os instrumentos de gestão da economia como laço efetivo entre as burguesias dos diferentes países obedece a uma sistemática na qual a “coordenação” dos interesses específicos de cada uma delas fica subordinado à estratégia definida pelos países hegemônicos do sistema capitalista<sup>31</sup>. As burguesias locais, nos países “intermediários” ou subalternos, no sistema de forças capitalistas, muitas vezes têm que se deter diante de contradições geradas pela conveniência de manutenção da ficção “democrática”. Isso decorre que a não-centralidade desses países, quanto ao papel hegemônico, está associada a desníveis no plano econômico, político-ideológico, ou em ambos, as quais permitem uma maior ocorrência de

<sup>30</sup> A citação é do texto do *Prólogo*, de Raul Prebisch, em BID, 1971, op. cit. (página VI).

<sup>31</sup> A esse respeito é exemplar a análise realizada por LICHTENSZTEJN e BAER, quando apontam a nítida evolução negativa dos programas do Banco Mundial, nos momentos em que se encontram no poder regimes reformistas ou socialistas nos países da periferia do sistema capitalista, seguida de uma recuperação dos apoios financeiros, quando ocorre a queda dos mesmos. Ao contrário, mesmo regimes que se assumem como anticapitalistas podem ser beneficiados pelo Banco, quando há interesse nesse sentido, por parte das forças hegemônicas do capitalismo (1987: 236-9).

núcleos sociais “desviantes” com relação à ordem burguesa ou mesmo francamente contrapostos a ela. As ações mais agressivas, contra as organizações de trabalhadores ou no âmbito daquelas instituições da sociedade civil que, por sua natureza, são mais suscetíveis a uma “contaminação” por uma perspectiva anticapitalista, é mais facilmente desenvolvida a partir de iniciativas tomadas “de fora”, com origem nos núcleos hegemônicos do capitalismo. A questão das relações internacionais mediadas pela “cooperação” dos centros hegemônicos do capitalismo fica bem caracterizada em seu sentido mais efetivo pela análise do Plano Marshall:

*Todavía no se ha contado toda la historia del esfuerzo norteamericano por transformar a Europa Occidental durante los años del Plan Marshall. Tal historia incluye incidentes sórdidos tales como la participación activa del aparato de espionaje norteamericano en los esfuerzos tendientes a dividir los movimientos laborales europeos y las complejas maquinaciones políticas que llevaron al poder a gobiernos conservadores en Francia, Italia y Alemania. En esos años, la influencia norteamericana llegaba a las fibras más profundas del tejido de la sociedad europea; la intervención norteamericana tuvo mucho que ver con las decisiones referentes a quiénes debían ser promovidos a posiciones prominentes de liderazgo en el gobierno, las empresas, y el movimiento laboral. (...)*<sup>32</sup> (BLOCK, 1989: 139).

Esse esquema, de associação da “ajuda” econômica a condicionalidades, que na prática significam o alinhamento a políticas destinadas a garantir a hegemonia burguesa, constitui o modelo geral da “integração” supranacional que, concretamente, resultou no sistema coroado pelo Banco Mundial e FMI, eixo fundamental do atual capitalismo “globalizado”. Um componente essencial do modelo são as aberturas a intervenções diretas do poder exógeno que controla os recursos alocados, intervenções essas que se distribuem tanto no plano econômico, como na política, na educação e na cultura em geral.

---

<sup>32</sup> O autor acrescenta aqui a seguinte nota de rodapé: *La intervención en el movimiento laboral europeo se describe en Radosh, American Labor and United States Foreign Policy (1969), pp. 310-347. La extensión de la influencia norteamericana sobre la política de Europa Occidental se sugiere en Price, Marshall Plan, especialmente pp. 264-286.*

Um analista insuspeito<sup>33</sup> apontava para *a exclusão incontornável da maior parte da população mundial do mercado de trabalho*, na perspectiva do aprofundamento das atuais condições do capitalismo. Decorrência lógica da maneira como os recursos técnicos são utilizados pelo empresariado capitalista, no estabelecimento das relações com os trabalhadores, o assim chamado desemprego estrutural pode ser considerado a marca central da globalização do capitalismo. Considerando-se que a contrapartida ideológica da globalização tal como vem ocorrendo, o neoliberalismo<sup>34</sup>, tem como objetivo central a liquidação das redes de proteção social que foram construídas nos países de capitalismo amadurecido, como núcleo fundamental da estratégia de cooptação da classe trabalhadora, diante do avanço de partidos e sindicatos identificados com o socialismo e o comunismo, essa exclusão do mercado de trabalho só pode resultar no agravamento da miséria que sempre esteve associada à dominação burguesa. Num cenário de catastrofismo digno da melhor ficção científica e no entanto apontado como estando *à vista de todos*, o mesmo analista aponta para a *eclosão de fundamentalismos, renascimento do neofascismo, multiplicação de organizações mafiosas, migrações de povos inteiros e guerras civis pôr toda a parte*. Deve-se considerar que a maior parte dessas manifestações dizem respeito a processos originados em movimentos de socialização orientados para a resistência material ou cultural. Sua degradação em estruturas de controle social retrógrado deve ser entendida muito mais como uma tendência lógica dos processos de institucionalização, principalmente na ausência de lideranças capazes de orientar tais movimentos de maneira progressista. Trata-se de características específicas de culturas e regiões, que confrontadas com a forma como o sistema capitalista amplia e consolida o seu controle econômico e social sobre o planeta resolvem-se, na linha do “natural” (...) “bárbaro”, cuja vigência sob a

---

<sup>1</sup> Assim a matéria jornalística que estamos citando se referia ao analista em questão: *Este soco no estômago do otimismo histórico, em alta no país às vésperas do governo de FHC, não foi dado por um petista rancoroso ou por um peemedebista da Unicamp desconfiado com tanta euforia. Não. A análise acachapante foi sugerida pelo economista Gilberto Dupas, eleitor de FHC, ex-integrante do Governo Franco Montoro (1983-1987) e ex-vice-presidente do Banco Safra*. Deve-se acrescentar que o Sr. Dupas falava em seminário internacional, organizado como preparação ao Governo FHC.

<sup>34</sup> O neoliberalismo deve ser entendido como a forma atual da ideologia burguesa, baseada objetivamente no controle *político* da atual base técnica e voltado para a intensificação mais extrema da exploração da força de trabalho, com o conseqüente abandono dos aspectos “éticos” do liberalismo clássico (que eventualmente por ingenuidade política, mas no mais das vezes por oportunismo ideológico, a burguesia adotou em fases anteriores de sua história).

hegemonia das classes em decadência apontamos acima<sup>35</sup>. A dialética entre o universal, o global e, do outro lado o local, o particular, não se resolve necessariamente no sentido do progresso como, às nossas custas, vamos pouco a pouco aprendendo. Nenhum processo o faz. Da vontade política de agentes livres depende o rumo que os processo históricos tomarão. No caso presente a exclusão e a barbárie, essa conseqüência direta da primeira, se consolidam, diante da nossa inércia, como os frutos da “modernidade. Com efeito, ainda o mesmo texto que vimos citando identifica tudo isto como *as conseqüências prováveis da chamada terceira revolução tecnológica impulsionada pela informática e a microeletrônica, cujos efeitos apenas começam a se esboçar neste final de século*<sup>36</sup>.

Outro fenômeno que temos em vista é a crise do socialismo real. A intensificação da ofensiva neoliberal está profundamente ligada a ele. Essa ligação é, a nosso ver, adequadamente situada pela seguinte análise de IANNI:

*A agressividade e a expansividade das forças sociais, econômicas, políticas e culturais do capitalismo afetavam duramente o mundo socialista como um todo. Aliás, a desagregação do bloco soviético foi provocada, em certa medida, também pôr essa agressividade expansividade; o que não significa esquecer ou minimizar os desacertos internos (1994:3).*

---

<sup>35</sup> Essas formas de “ressocialização na exclusão”, que aparentemente tendem a proliferar nas condições sócio-culturais miseráveis que se incorporam agora ao panorama urbano, como fruto da globalização capitalista, estão sendo associadas por nós a uma maneira elementar de expressão de uma “vontade de liberdade e bem-estar”, na linha da análise efetuada por BARROS (1977). O autor fala da forma mais geral que toma a religiosidade popular, em épocas de crises que ameaçam a condição de bem-estar mínimo do contingente mais pauperizado da sociedade nos seguintes termos: *O sentido de luta e de revolta teria que ser encontrado nas próprias promessas e exaltações a um mundo perfeito e sem injustiças sociais. A diferença - e nisto é que o messianismo se afasta de doutrinas religiosas específicas - é que essa melhoria social é desejada aqui mesmo na terra. O messianismo cria suas próprias interpretações, lança formas de sincretismo, menos por desejo de erigir novas religiões do que de servir-se delas para resolver os problemas de mudança e de transformação social* (p. 164). Essa estrutura de motivação ajuda a explicar a força que fórmulas religiosas fundamentalistas vêm ganhando, nas atuais circunstâncias. Outra questão é se as massas assim cooptadas são vítimas de empulhações que na realidade têm muito mais compromisso com a manutenção das condições de opressão, do que com a sua superação. Trata-se aí de um problema político-cultural, para cujo enfrentamento é fundamental que nos equipemos com uma análise científica adequada, que é onde situamos a preocupação dessa digressão. Essa vinculação do messianismo à luta social, por sua vez, leva o mesmo autor a incorporar uma outra relação importante sob o ponto de vista que estamos adotando, ao associar tais movimentos religiosos também ao banditismo no Nordeste, enquanto resultante de tensões sociais e decorrentes movimentos de resistência, transmutados no cangaço como decorrência das formas de repressão e/ou cooptação pela classe dominante. Também nesse caso vale a observação de que a degradação da resistência em formas de aliança com a classe dominante não altera a necessidade de compreender a gênese do fenômeno no solo fértil da marginalização social.

Mais recentemente vieram a público informações sobre a colaboração entre o Vaticano e a Casa Branca, na forma como se desenrolaram os acontecimentos na Polônia, primeira pedra do dominó na seqüência das quedas dos governos socialistas e comunistas do leste europeu. Isso demonstra que o apreço da burguesia pelos processos “naturais” é bastante seletivo. Entretanto, como sugerido pela citação, não é possível ignorar as razões endógenas que levaram às transições para o capitalismo nos países do antigo “socialismo real”.

De uma maneira geral essas razões são identificadas com as questões da democracia e da burocracia, sendo que se deve levar em conta que, na medida em que tais análises são pertinentes, o último fator deve ser considerado, em sua gênese, como fundamentado no anterior. Entretanto pensamos que o ponto chave é um terceiro aspecto (que de nenhuma maneira consideramos como independente dos problemas gerados pela falta de democracia<sup>37</sup> e a conseqüente hipertrofia dos obstáculos burocráticos): trata-se do problema da produtividade e de sua dependência da criatividade e industriabilidade que se possa esperar dos membros de uma dada sociedade. Entretanto não podemos admitir que a alternativa para isso seja aceitarmos uma sociedade na qual as energias motrizes fundamentais sejam o egoísmo e a competição sem fronteiras.

Estudar educação hoje, como estudar quaisquer outros temas que interessem ao entendimento de como os homens colaboram entre si, mas principalmente de como se utilizam uns aos outros como “recursos” para satisfação de seus apetites e interesses, será estudar, antes, o mundo que está surgindo sobre as novas bases materiais e técnicas e sob os projetos culturais, políticos, econômicos e militares que elas possibilitam e induzem. Temos em primeiro lugar a questão da modernidade entendida como *a nova divisão internacional do trabalho e produção (...) e a dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas* (IANNI, 1994:2). Todos os indicadores disponíveis apontam para um agravamento do quadro de desemprego estrutural, com as mazelas decorrentes, na

---

<sup>36</sup> Trata-se da seguinte matéria jornalística: Dupas alerta para a globalização da miséria. *Folha de S. Paulo*. 4/9/94. p. 1-8

medida em que se aprofundar a implantação do modelo de organização econômico-social atualmente privilegiado dentro da orientação capitalista<sup>38</sup>. É sob essa ótica que o clima psicossocial em que se processa a globalização capitalista tem que ser analisado. A independência que a ideologia da “nova ordem” capitalista supõe, como característica necessária à participação na competição que ela instaura como regra universal e irrestrita se encontra obstaculizada pelas condições em que se formaram as percepções que o trabalhador, em geral, tem do mundo<sup>39</sup>. As relações sociais, tais como ele as visualiza, são marcada ou bem por uma solidariedade ligada aos laços familiares e comunais ou por uma benevolência pelo menos esperada, como obrigação ou magnanimidade, por parte das classes dominantes. Estas características sócio-psicológicas são acentuadas pelas já mencionadas dificuldades apresentadas pelo novo meio, diante das quais sua reação será a de aturdimento, uma vez que nas condições de origem estava acostumado a contar com apoios relativamente sólidos, diante de situações assim desafiadoras. Privados de tais apoios, só lhes restará confinar-se a atribuições extremamente subalternizadas, nas quais se acentuará ainda mais o complexo cultural que os relega a uma situação de dependência, de incapacidade de reagir de uma forma adequada às estruturas de relações do meio urbano. Esse confinamento é apontado por SADER:

*Ao chegar, “foi a maior dificuldade para arrumar emprego, primeiro porque a gente não tinha profissão”. Isto é, as habilidades que tinham no trabalho da lavoura de nada lhes serviam na cidade. (...) O pai foi ser “ajudante geral”. Ela mesma (a filha) começou a trabalhar com 12 anos “em casa de família e também costurando pra fora” (1988: 61-2).*

---

<sup>37</sup> Sobre a questão da democracia, na evolução da situação dos países do “socialismo real” recusamo-nos a abrir mão do problema do cerco imperialista (cultural, político e militar), como item fundamental para a análise.

<sup>38</sup> Uma análise na Gazeta Mercantil de 09/3/95, no nosso entender, é bastante eloqüente, sobre as conseqüências do processo de globalização situando a relevância da necessidade de mobilizar as energias que possam evitar o quadro descrito: *Um novo estudo sobre o trabalho em nível global prevê que o desemprego estará em alta no restante deste século nos países mais industrializados e que o “desemprego” endêmico e o “subemprego” também aumentarão em muitos países em desenvolvimento, foi o que noticiou o The Wall Street Journal. (...) A OIT, que está divulgando seu primeiro levantamento sobre emprego em nível global estima que 30% dos 2,5 bilhões de trabalhadores no mundo estejam desempregados ou subempregados (p. 9).*

<sup>39</sup> Sob tal ângulo deve-se considerar que o trabalhador usualmente é recrutado diretamente entre migrantes oriundos de situações “atrasadas”, do ponto de vista de urbanização e industrialização ou filhos

Os fatores de subalternização político-cultural serão reiterados pela subalternização econômica. Trata-se de uma relação dialética, em que o fator econômico, em sendo a base sobre a qual se estrutura a organização da vida social, passa a reforçá-la, na medida em que ela se encontra estabelecida. A própria inserção econômica do migrante está ligada, no mais das vezes, à persistências dos laços através das quais a ideologia de subordinação mantém sua vigência, enquanto traço definidor do papel social que esses trabalhadores podem aspirar. A inovação que a ideologia liberal estabelece, com relação às formas mais tradicionais de dominação, é o argumento de que, no longo prazo, os canais de acesso às posições mais favoráveis da estrutura sócio-econômica estão abertos a todos, o que entretanto se mostra cada vez menos plausível, diante do gigantismo que marca as organizações que realmente dominam a produção capitalista.

O processo de globalização cria alterações estruturais na sociedade, que é preciso levar em conta na formulação das estratégias políticas. Muito embora no longo prazo estejamos convictos de que *todos* os trabalhadores têm a perder com o avanço do domínio da burguesia, é preciso levar em conta a sensação subjetiva de ganhos no curto prazo. Como estes ganhos vêm sempre carregados da insegurança e das ameaças típicas da cultura do capitalismo tal tarefa apresenta-se como viável, embora evidentemente desafiadora. De uma maneira geral ela exigirá grande competência em ampliar o arco de alianças para setores que embora muito tenham a ganhar com a associação com os interesses político-ideológicos dos trabalhadores, são distintos e como tal devem ser considerados. Estabelecer tais coalizões sem descaracterizar o conteúdo de classe de sindicatos e partidos operários se coloca talvez como um dos maiores desafios para as lideranças dessas organizações:

*O movimento dos trabalhadores, hoje, só pode crescer e se tornar a força hegemônica na sociedade se souber fazer alianças realistas, se tiver propostas viáveis para as classes médias, se mostrar competência política para dividir o campo de seus adversários mais poderosos. O jogo se tornou muito mais difícil*

---

destes, formados total ou parcialmente sob as condições sócio-culturais decorrentes desse quadro, principalmente em situações como as que estão vigentes em nosso país.

*do que aquele que Marx conhecia. E tudo indica que vai se tornar ainda muito mais difícil* (KONDER, 1992: 135).

Um dos aspectos que não se pode perder de vista para elaborar tais propostas é que, apesar da retórica da eliminação das fronteiras nacionais e das especificidades de grupos sociais determinados, o local e o particular continuam presentes, e dependendo do nível da agressão que a dinâmica capitalista levar os trabalhadores a enfrentar, ganha importância pelo caráter de espaço de resistência que podem oferecer. Em países como o nosso o processo de globalização deve ser entendido como relacionando-se com um anterior, a transição do rural para o urbano. O jogo de forças, entretanto, é o mesmo: trata-se dos movimentos induzidos pelo capital, como estratégia para intensificar a exploração da força de trabalho. A migração campocidade obedece a possibilidades causacionais que podem estar ligadas a *fatores de expulsão, ligados à estrutura econômica do campo, ou a fatores de atração, ligados ao desenvolvimento urbano* (MELLO, 1978: 67-8) ou combinar ambos os aspectos.

Esse processo apresenta-se para o candidato à migração como a redenção, seja pelo agravamento das condições de vida a que estava acostumado no campo, seja pela mitologia a respeito da vida urbana, apresentada, como todo “produto” da economia capitalista, de forma a omitir os problemas que apresenta. As misérias materiais e morais associadas à vida urbana só se tornarão nítidas para ele quando o seu desenraizamento com relação à situação de origem torna praticamente irreversível o processo de transição. E muito embora os impulsos conflitantes entre o retorno ao campo e a permanência na cidade, mesmo no plano subjetivo, acabem favorecendo em geral a segunda hipótese, isso se dá em condições que dificilmente poderão favorecer uma relação socialmente estável entre essa população e as estruturas sócio-culturais vigentes no meio urbano. Este quadro, de distância entre as expectativas do migrante e a situação que efetivamente vem a encontrar, é bem conhecido dos pesquisadores sociais dos países da periferia do sistema capitalista. Entretanto, na perspectiva das novas condições criadas pela atual ofensiva neoliberal, tal situação tende só a agravar-se. Afinal mesmo aqueles fatores que caminhavam no sentido de garantir uma relativa melhora nas condições de vida, uma vez efetuada a transição do rural para o urbano estão sendo diluídos, para dar lugar a

um estado de maior “disponibilidade” da mão-de-obra para a sua exploração pelo capital. Nesse sentido a tendência é mundial. Vejamos a análise da situação da Rússia:

*os lemas do momento são o “livre-mercado” e o direito das “minorias avançadas” a implementar reformas em seu próprio benefício, sacrificando os interesses da “minorias atrasada” (...).(…) nas páginas da Novy Mir, outrora famosa por sua defesa dos direitos individuais, somos lembrados da necessidade de nos resignar à existência de dez milhões de desempregados; em resumo, (...) somos convocados a agir da mesma maneira como os da direita ocidental se comportam e propagandeam... (KAGARLITSKY, 1993: 61).*

Nas novas formas de relações de produção que se vão estabelecendo, os campeões do neoliberalismo apresentam o mercado como indutor do paraíso capitalista, em que todos terão acesso às quinquilharias que são definidas como a essência da modernidade. Embora no México, em forma já bem definida e na Argentina ainda embrionariamente, o tal paraíso já venha mostrando a sua verdadeira face, cabe aos povos do leste europeu um novo pioneirismo, de mostrar com sua saga, qual o sentido real da “modernidade” capitalista. Comentando a transição à economia de mercado nos países do antigo socialismo real FREDERICO aponta que

*A classe operária de fato perdeu com o desmantelamento do “socialismo estatal”: ela perdeu os subsídios nos artigos essenciais para a subsistência, perdeu o direito ao trabalho (o desemprego hoje atinge especialmente os trabalhadores qualificados) e está perdendo o sistema de saúde pública e previdência social (1994: 45).*

Como é do princípio da organização capitalista é claro que há os ganhadores. A lógica dos sistema é exatamente oferecer oportunidades que não podemos imaginar que não sejam reais, de ascensão na escala de consumo, tanto o material como o simbólico. Contudo a experiência histórica do regime tem demonstrado sempre que

correspondem a essas oportunidades, a fatalidade na outra ponta de lançamento de amplas massas da população em condições extremamente penosas e mesmo abjetas de existência. Neste trecho, onde não deixa de ser interessante para nós analisar os países tomados pelo autor para servirem de referência para sua análise, o caráter dialético da relação dos ganhadores com os perdedores fica como aspecto mais interessante a ser destacado, no nosso entender:

*Foi-nos prometido o capitalismo, e nós o tivemos. As pessoas comuns e as hordas de líderes, todos tinham visões de ricas vitrinas das melhores lojas de Paris, esquecendo-se dos desempregados famintos de cidades como Lima e São Paulo. O avião decolou e parte do público ainda acredita que ele vá aterrissar em Paris ou Estocolmo. Só que na verdade, a rota foi programada para o Brasil, ou mesmo para a Nigéria, porque aquela empresa aérea e aquele tipo de avião não voam para a Europa Ocidental de maneira alguma. É verdade que alguns atingirão sua meta, e viverão em Moscou como se estivessem em Paris - mas à custa dos que estarão vivendo como na América do Sul ou na África (KAGARLITSKY, 1993: 10).*

Os defensores do capitalismo argumentam, como dissemos acima, que essas disparidades são problemas provisórios, tendendo a serem superadas à medida que amadurecerem as condições de funcionamento da economia de mercado. Pensamos que os próprios dados que podem ser verificados na imprensa burguesa, a respeito das tendências mundiais permitem colocar em dúvida essa asserção. Entretanto, mesmo admitindo-se que tal possibilidade se colocasse, cabe perguntar sobre as características culturais emergentes do desenvolvimento do mercado capitalista e as conseqüências que daí decorrem, de um processo que pudesse permitir a abrangência dos padrões de consumo que estão associados ao mesmo. Já nos referimos anteriormente ao caráter extremamente precário, quando não danoso, do ponto de vista de desenvolvimento humano, que caracteriza a noção de “interesses” que é mobilizada pelo mercado capitalista para definir os produtos a serem oferecidos ao consumo. Essa questão merece com certeza uma discussão mais ampla, que muitos autores já iniciaram. Contudo não é extemporâneo chamar a atenção para dois

aspectos que se colocam, centralmente a nosso ver, sob tal ponto de vista: (1) o primeiro diz respeito à própria concepção de “necessidade”<sup>40</sup> que informa a definição de tais interesses. Isso já colocaria um aspecto ligado ao segundo ponto, a saber, qual a ordem de prioridades com que nos colocamos diante do mundo físico para transformá-lo. Sob tal ponto de vista é forçoso reconhecer que os defensores do capitalismo se armam de argumento muito sedutor, ainda que falacioso, a saber o caráter “democrático” que estaria “contido na atitude de respeitar as escolhas do consumidor”; (2) o outro aspecto contudo é, a nosso ver, uma questão que a cada dia menos podemos dizer que possa ser deixado aos cidadãos de determinados países ou mesmo aos integrantes de uma determinada geração resolver isoladamente: trata-se da discussão sobre até que ponto o “nicho ecológico” representado pelo planeta, com as atuais tecnologias ou com as que se podem razoavelmente esperar para o futuro, pode suportar a espiral de consumo que tal modelo supõe. Se essa pergunta puder ser respondida afirmativamente, pode-se prever que o regime capitalista poderá garantir condições de estabilidade social, pelas promessas de participação no consumo, ainda que profundamente desigual e degradante, que pode oferecer. Ainda assim não faltariam argumentos para combater tal perspectiva, a partir de um ponto de vista efetivamente comprometido com um conceito de civilização. Entretanto estamos convictos que, mesmo nesse horizonte, fortes limitações se colocam para as propostas da burguesia.

De uma maneira geral a situação presente do sistema produtivo tem sido descrita como de crescente “globalização da economia capitalista”, entendida como a extensão dos mercados produtivos (de mão de obra, máquinas, insumos e tecnologia) e de consumo (de bens finais a serem utilizados para satisfação das necessidades humanas, inclusive as “criadas” pela propaganda) para além das fronteiras nacionais. As causas deste processo são freqüentemente associadas ao progresso técnico (que é real) como se este dissesse respeito à melhoria “técnica” da produção, considerada como fator autônomo. Entretanto (e longe de ser um fato de significação secundária) o que deve ser entendido é que as modificações fundamentais se dão no nível das relações dos produtores com os consumidores, dos produtores do mesmo ramo ou de ramos diferentes entre si e, principalmente, do capital com os trabalhadores:

---

<sup>40</sup> Ou poderíamos também dizer, de “cultura”, de “felicidade” ou mesmo de “homem”.

*Buscamos neste trabalho (...) elaborar uma caracterização abrangente do padrão tecnológico que vem se delineando recentemente. Tal padrão abarca não apenas questões de base técnica (e, nesta, não apenas de microeletrônica), mas também, e fundamentalmente, questões relativas à organização em seus vários níveis (SALERMO, 1992: 107).*

Embora essas modificações sejam apresentadas pelos seus defensores como também “técnicas”, no âmbito de uma “objetividade” (...) “administrativa”, o que se omite é que elas dizem respeito a estratégias de redução de custos no que se refere à mão-de-obra, principalmente no sentido de reduzir a participação dos trabalhadores na renda gerada pelo empreendimento.

As discussões sobre as relações entre socialismo e mercado (que é forçoso reconhecer, os chineses haviam antecipado contra a estranheza de muitos de nós) constituem parte da agenda que deverá ser enfrentada pelo pensamento marxista. Para isso, entretanto, é preciso ter claro que o mercado, como qualquer outro instrumento sócio-cultural não é uma panacéia. Pelo contrário, na perspectiva concreta em que se coloca o seu desenvolvimento histórico, guarda uma relação com os interesses da burguesia que determina a necessidade de considerá-lo como fortemente orientado para os mesmos e potencialmente hostil aos da classe trabalhadora. Isso decorre do fato de que, nos termos da definição da economia de mercado feita pela ideologia burguesa o trabalho é tão somente mais uma mercadoria, ou mais radicalmente, se se distingue das demais é exatamente pelo fato de ser mais sujeito a manobras de redução de custos. A partir desse raciocínio será prioritário para o empreendedor capitalista investir em todas as medidas possíveis, seja individualmente, seja através de ações combinadas, inclusive utilizando-se de pressões sobre o Estado, de forma a reduzir a participação dos trabalhadores na renda gerada pela atividade produtiva. Portanto é preciso distinguir entre a idéia de mercado como instrumento de medida dos fluxos de troca existentes ou potenciais e a sua instrumentalização como fonte de poder social, se tivermos a intenção de chegar a uma formulação que permita fazer conviver princípios de mercado e políticas ativas de defesa das condições de vida dos trabalhadores. Em geral tratar-

se-á do problema da regulamentação social. Não é sem motivo que a idéia de desregulamentação constitui a pedra de toque da maior parte das análises dos intelectuais a serviço da burguesia. É claro que o argumento da necessidade de diluir privilégios corporativos, normalmente levantado no discurso neoliberal tem muita força, principalmente na medida em que o corporativismo se converteu numa das formas de setores específicos das sociedades organizadas de maneira capitalista se defenderem contra ataques a seus interesses. Assim, o corporativismo se tornou uma cultura, a partir da qual fortes perversões de sua tendência básica se fazem presentes em nosso dia a dia. O que temos que ter claro é a necessidade de que a nossa defesa da necessidade de normas de regulação social seja acompanhada de análises adequadas a fazer de tais normas uma elaboração que resulte da participação ampla e transparente de todos os setores interessados. As atuais condições da economia e política mundiais têm impulsionado muitas análises, seja no campo burguês, seja no âmbito do pensamento marxista a respeito dessa questão. Uma das formulações que apareceram no processo de discussão da queda dos regimes do socialismo real é a que considera que

*não é preciso haver uma autoridade central que diga às pessoas o que devem produzir e como devem produzir. (...) as cooperativas de trabalhadores constituem um bom meio. Mas é provável que essas cooperativas sejam mais adequadas a determinados tipos de produção que a outros - por isso são também necessárias a propriedade municipal e a propriedade exercida por organismos regionais e nacionais. Merece muito mais atenção, igualmente, a vinculação dessas unidades produtoras à comunidade mais ampla. A democracia interna é sem dúvida necessária, mas não é suficiente. Os direitos da participação e responsabilidade não devem constituir monopólio dos funcionários dessas unidades, pois é preciso que a responsabilidade social se amplie. Como atingir tal objetivo? Segundo alguns socialistas, o melhor meio de conseguir isso são os mercados, desde que haja uma distribuição relativamente igualitária da renda e da riqueza. Em minha opinião, embora seja importante e até indispensável a função de compra e venda na organização das sociedades socialistas, o fluxo monetário por si só, não mostra essas necessidades como seria de desejar. Além disso, tende a adquirir vida própria e incentivar uma busca mais estrita de*

*interesses de pessoas e grupos, em vez de avaliar interesses de outros e tentar chegar a decisões genuinamente sociais (ELSON, 1993: 249-50).*

A economia de mercado corresponde a um processo histórico no qual a burguesia mobilizou fatores de grande força no conjunto das motivações humanas. As instituições que se desenvolveram em tal contexto prestaram e podem prestar serviços ao desenvolvimento da sociedade, sem que isso elimine o fato de que também deram lugar a formas de dominação e exploração as quais constituíram o lado perverso dessa maneira de organizar as relações sociais. Assim, trata-se de encarar o mercado como um fato a ser levado em conta, porém na perspectiva de sua transformação conforme um projeto de civilização. A melhor definição que encontramos para tal perspectiva é a que segue: *Da minha parte, recuso a formulação de um socialismo de mercado. Penso que o mercado se integra na economia socialista, porém não será sua característica definidora (GORENDER, 1992: 161)*<sup>41</sup>.

A oposição ao mercado como princípio orientador da organização social tem um fundamento que vai além do interesse imediato da classe trabalhadora. O princípio da organização da economia capitalista é exatamente a falta de compromisso com o próprio destino da civilização. A necessidade de um consumo sempre ascendente, ao longo de toda a escala social e principalmente em seus níveis mais privilegiados, implica numa ameaça crescente ao equilíbrio ecológico, como tem sido enfatizado por várias analistas. Aqui, como em outros casos, dizer do interesse dos trabalhadores é, em última análise, dizer do interesse de todos os homens. E apesar de tudo deve-se ter bem claro que este sistema, *um sistema louco e perigoso para a humanidade não será abandonado voluntariamente por seus representantes (os executivos, a classe política, e o aparato de administração e de emergência) (KURZ, 1993: 233).*

Assim, nestes tempos de triunfalismo neoliberal, em que mais do que nunca as classes dominantes se sentem estimuladas a empreender a destruição das políticas de contenção dos aspectos mais destrutivos do capitalismo que, diga-se de passagem,

---

<sup>41</sup> Trata-se de fala do personagem Marcino, que nos diálogos que constituem o livro é o defensor do socialismo. Conforme GORENDER os participantes do diálogo concordaram com o projeto de que o mesmo fosse publicado *sob a condição de que apareceriam sob nomes fictícios* (1992: 8).

devem muito ao interesse que tinham de confrontar o modelo socialista quando de sua vigência mais significativa, faz-se ainda mais urgente elaborar uma política conseqüente, seja em defesa das conquistas sociais, seja em defesa do próprio futuro da humanidade ameaçada pelo acúmulo de lixo, na realidade o produto mais abundante da economia de mercado.

Entretanto (e aqui se situa o nosso projeto) esta política tem que contemplar como seu aspecto essencial a luta ideológica, ou seja, entender e agir em função da percepção que os vários grupos sociais objetivamente interessados no bloqueio da barbárie capitalista tenham do processo. Seria como o colocado por ELSON, quanto à seqüência do processo de organização da produção que propõe, ao qual nos referimos anteriormente:

*O processo seria mais tarde ampliado, podendo então exigir mais responsabilidade social por parte dos detentores de propriedades. O processo iria se democratizando, e as pessoas ganhariam mais experiência em exercer funções de regulamentação e passariam a ver o direito de limitar a propriedade privada como algo que lhes diz respeito, em vez de lhes ser imposto por um Estado Impessoal (1993: 254).*

Os acontecimentos dos últimos anos, na situação política mundial, suscitam desafios novos, tanto para a ciência social, encarada de uma maneira abrangente como - porém muito mais especialmente - para os profissionais da área que se consideram comprometidos com a idéia de que, para além da falácia da neutralidade cabe-nos a responsabilidade de um engajamento num projeto que pode ser definido como de civilização. Este projeto nasce da convicção de que é possível pensar formas de organização social que sejam humanizadoras, entendida esta humanização como a luta pela participação de *todos os homens* nos frutos do progresso técnico como pressuposto da possibilidade de participação na vida cultural e política. Para tal impõe-se superar a atitude dogmática, o que não quer dizer abrir mão de um posicionamento ideológico claro e responsável<sup>42</sup>. Se por um lado a intensidade do

---

<sup>42</sup> Na segunda perspectiva a que nos referimos acima encontram-se em foco de forma mais radical as posições que se identificam com o marxismo. Entretanto os desafios que se colocam especificamente para os marxistas devem ser referidos a um problema mais específico que emergiu de maneira bastante

ataque que os interesses dos trabalhadores vem sofrendo sugere um quadro muito preocupante, a própria radicalidade da exclusão aponta para um limite nos quais não restará às classes subalternas alternativa que não o enfrentamento, que apenas será mais ou menos humanizante, enquanto processo histórico, na medida em que se oferecerem ou se deixarem de oferecer elementos de análise e projetos estruturados para orientar tal reação. Assim o novo, representado pelas relações de produção que vão se estabelecendo em escala planetária, marcadas por uma ainda mais forte exclusão, na medida em que o progresso técnico, apropriado pela burguesia, se configura antes em flagelo da humanidade do que em instrumento de libertação<sup>43</sup>, não nos pode intimidar. A burguesia, dando prosseguimento ao seu papel histórico de desatamento das forças produtivas, não o poderia fazer de outra forma, a partir de suas limitações ideológicas. É aí exatamente que se coloca a tarefa revolucionária: como extrair do núcleo mesmo dos fenômenos que são identificados pelo adversário como a sua força os elementos que permitam realizar os interesses da classe trabalhadora. Uma das dimensões desse empreendimento consiste em determinar em que medida as condições culturais criadas pela hegemonia burguesa, amparada no extraordinário incremento produtivo que o capitalismo conseguiu implementar, limitam a perspectiva de os trabalhadores assumirem pautas de ação social orientadas por prioridades diferentes daquelas que constituem o modelo consumista

---

esclarecedora em entrevista recente de Eric Hobsbawm: *Não se pode ler Marx da maneira como muita gente lê a Bíblia*. Deve-se levar em conta também que este problema não é novo. A própria formulação d’*O Capital* caminha no mesmo sentido: *Estou, naturalmente, pressupondo leitor que queira aprender algo de novo, desejoso, portanto, de pensar por sua própria conta* (MARX, 1971: 4).

<sup>43</sup> Mesmo analistas burgueses acabam por perceber que os rumos que as coisas estão tomando são preocupantes, ao contrário do quadro róseo que a propaganda neoliberal aponta como emergente da hegemonia burguesa: *Ninguém jamais experimentou o capitalismo de sobrevivência do mais apto por muito tempo, na era moderna. Para os cientistas sociais essa experiência será interessante. Para os que serão objeto da experiência será muito doloroso. Para os interessados na estabilidade social, os riscos serão grandes* (THUROW, Lester. *Capitalismo de sobrevivência do mais apto*. *O Estado de São Paulo*. 4/2/96, página A-2). THUROW está se referindo a um conceito que comenta da seguinte forma: *Os EUA parecem inclinados a voltar à variante do capitalismo do século 19. Naquela época, o filósofo inglês Herbert Spencer criou um conceito que chamou de “capitalismo de sobrevivência do mais apto” (frase que Darwin tomaria por empréstimo, mais tarde, para usar nas suas explicações sobre a evolução). Spencer acreditava que os mais fortes do ponto de vista econômico tinham o dever de conduzir à extinção os que eram economicamente mais fracos; que na verdade, essa era a força do capitalismo - que eliminava os fracos. Spencer criou o movimento de eugenia para impedir que os inaptos se reproduzissem, porque considerava esse o modo mais humano de fazer o que a economia fazia de modo mais brutal. Na sua opinião todas as medidas paliativas oferecidas pelo sistema de bem estar social simplesmente prolongavam e intensificavam a agonia humana, aumentando o número de seres que no fim acabariam morrendo de fome. O Contrato com os Estados Unidos, do Partido Republicano, tem um tom muito spenceriano e propicia o retorno do “capitalismo de sobrevivência do mais apto”.*

essencial à dinâmica capitalista. Essa medida é o parâmetro a ser considerado por políticos ligados aos interesses populares e sindicalistas para definir o quanto dos programas políticos podem ser executados e até que ponto será preciso adotar táticas de concessões a programas mais modestos, incorporando inclusive medidas que, compatíveis com as limitações ideológicas presentes, não sejam contraditórias com avanços futuros. Tal formulação não constitui novidade, sendo entretanto mais imperativa nas presentes circunstâncias históricas.

O tempo livre sempre ocupou um lugar importante na organização de um projeto humanizador, como núcleo da proposta cultural. Por outra parte, como decorrência lógica, nas estratégias políticas e ideológicas das classes dominantes também constitui fator relevante. Enquanto instrumento de controle social, o lazer já se encontra incorporado à ideologia burguesa. Entretanto impõe-se perceber a especificidade em que a questão se coloca na era do desemprego estrutural. Deve-se levar em conta que a carência de postos de trabalho, embora inseparável dos regimes de exploração dos trabalhadores através de esquemas de assalariamento, vem sofrendo, no capitalismo tal como atualmente desenhado um crescimento de tal ordem que se coloca, concretamente, a possibilidade de um salto qualitativo no significado sócio-cultural do fenômeno. Com relação aos setores organizados da classe trabalhadora, a forma de a burguesia lidar com as perspectivas de perturbações do controle social geradas por tal salto passam principalmente pelo enfraquecimento do aparato sindical, associado ao insistente apelo à tese do esgotamento das ideologias como forma de interpretar a realidade social. Entretanto restam as amplas massas de trabalhadores ainda envoltos em um clima ideológico dominado pela inconsciência das relações de dominação de classe, que podem tanto evoluir para uma posição mais politizada, o que seria com certeza o problema mais sério, do ponto de vista da classe dominante, como podem, como mais freqüentemente acontece, constituir-se em bandos violentos, empenhados na “simples criminalidade” ou mesmo organizados em torno de lemas direitistas. Nesse último caso podem até ser úteis à burguesia, em certas situações, mas são, com certeza, de difícil controle, constituindo assim, junto com os grupos de “simples criminosos”, problemas do

---

*Naturalmente, muitos dos seus defensores são menos honestos que Spencer, e negam que alguém esteja destinado a morrer de fome.*

ponto de vista da “ordem pública”. É principalmente com relação a essas duas últimas categorias de “inempregáveis”, como definidos recentemente pelo presidente brasileiro, que o lazer pode se colocar como uma das alternativas de controle social. Conforme comenta ENZENSBERGER, com relação aos bandos neonazistas empenhados na guerra aos imigrantes, os governantes da Europa capitalista

*subiram ao palco num papel pouco familiar: o de assistentes sociais. Seus esforços terapêuticos não visavam as vítimas da caçada - logradas com fases altissonantes - mas as pessoas que empreenderam a caçada humana. (...) ... súplicas se ouviam pedindo a compreensão para com a dura realidade do desemprego; além da sua imaturidade, a desorientação cultural dos matadores foi levada em consideração. No fim das contas, estávamos lidando com “pobres almas” que precisavam ser tratadas com a máxima paciência. Não era mesmo possível esperar que essas pessoas tão desprivilegiadas fossem perceber que atear fogo a crianças é, no sentido estrito, uma atividade não permissível. Precisamos chamar a atenção o quanto antes para o suprimento insuficiente de atividades de lazer postas à disposição desses facínoras. Esta compaixão profunda é espantosa, quando nos lembramos das imagens de Brokdorf (uma usina que se transformou no foco dos protestos antinucleares) e da Startbahn West (uma das pistas do aeroporto de Frankfurt, destinada inicialmente ao uso militar norte-americano, cuja construção foi adiada por anos de protesto). Naquela ocasião, os ocupantes do poder não pareceram cogitar na criação acelerada de discotecas ou clubes de jovens como uma possível solução; evidentemente, nos anos 70, o acesso livre e incontestado ao paraíso da sociedade de lazer ainda não se transformara num direito inalienável (1995: 136).*

Nem a burguesia inova quanto a isso, com relação às classes dominantes que a antecederam, como o demonstra o “pão e circo”, dos romanos. Assim, por exemplo, uma justificativa clássica da escravidão é a que decorre da colocação de Aristóteles: ela seria necessária para que uma parte da humanidade pudesse fazer avançar a cultura. Só com o trabalho compulsório dos escravos, nessa argumentação, seria possível garantir os meios materiais para que filósofos e artistas se dedicassem ao desenvolvimento do pensamento, lançando assim as bases do desenvolvimento da

realidade objetiva. Mesmo que admitamos que, concretamente, foi assim que se deu o processo de formação de uma importante herança intelectual e decorrente desenvolvimento prático, cabe considerar se o mesmo argumento não implica, necessariamente, em rever a estrutura de dominação social que até hoje conhecemos, no momento em que sua própria evolução cria as bases de superação das determinações que a tornaram se não indispensáveis, pelo menos úteis. De outra perspectiva é conhecida a manobra do governo americano, disfarçando a disfunção econômica em que se encontravam os veteranos da Coreia, ao direcioná-los para programas educacionais que os “readaptassem” ao seu país. Entretanto, de solução o tempo livre de repente converteu-se em “problema”, na era do desemprego estrutural. Cabe resgatar sua função humanizante, estendendo-o do extra-institucional para o cerne mesmo da definição das instituições.

Entretanto, para que a reorganização da vida sócio-cultural se dê de forma compatível com a continuidade da hegemonia burguesa, é imprescindível que os ganhos de produtividade assegurados pela reorganização produtiva, sejam conservados como “propriedade” da classe dominante. A disputa pelo controle do diferencial da capacidade produtiva (e de consumo, enquanto auto-produção) não constitui em novidade no processo histórico. Este diferencial, seja ele criado pela mudança técnica ou pelas alterações na correlação de forças entre as classes sociais, constitui-se em fator de consolidação da dominação ou da determinação da possibilidade de os subalternizados organizarem um espaço socio-cultural relativamente autônomo (e portanto criarem uma maior possibilidade de superarem a dominação). Da disputa ao longo da história, no caso da jornada de trabalho, nos fala BARROS:

*A idéia errônea que hoje se tem de que o dia de oito horas só foi conhecido depois das lutas do operariado moderno não se casa bem com a História. De fato os operários tiveram que reconquistar aquilo que os trabalhadores das guildas e das corporações tinham, de certa maneira, conseguido (1977: 44).*

A concepção do resultado do progresso técnico, como chave para um mundo mais humanizado constitui parte do patrimônio ideológico do movimento socialista.

Podemos mesmo dizer que, assumindo tal ideal, o que o pensamento socialista e comunista propõe-se postular, essencialmente, é que o fruto do desenvolvimento técnico e cultural beneficie a *toda* a humanidade, abrindo a perspectiva de plena realização de *todos* os homens, enquanto criadores da cultura e sujeitos do processo histórico. Assim resgatam-se as promessas das fases revolucionárias dos movimentos que fizeram as grandes transições na história humana e que foram atraídas pelas classes dominantes sempre que se viram diante da possibilidade de reinstaurar as hierarquias sociais em favor de seus interesses. LAFARGUE, comentando o famoso trecho de Aristóteles que, ao ironizar os ideais anti-escravistas, na prática antecipa uma civilização fundada materialmente no aparato técnico, situa a possibilidade de superação da exploração dos trabalhadores aí contida e o paradoxo de que este aparato, nas mãos da burguesia, tenha que perder o seu potencial emancipador:

*O sonho de Aristóteles é nossa realidade. Nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho; no entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. Ainda não entendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sordidas arte e do trabalho assalariado, o Deus que lhe concederá os lazeres e a liberdade (1980: 49).*

Trata-se, aqui, de analisar a correlação entre a reorganização da atividade produtiva e o “estado” do desenvolvimento “humano” que, sob a nova forma que venha a ser dada à economia, se possa esperar. Dissemos acima que a percepção do relacionamento entre as formas de produção e um ideal de plena realização do potencial do homem é patrimônio ideológico dos movimentos socialistas e comunistas. Entretanto, isso não quer dizer que a formulação e busca desse objetivo se restrinja, em termos de experiência histórica a esses movimentos. Pelo contrário, o que eles pretendem reivindicar é a integridade da herança de esperanças e sacrifícios que, ao longo da experiência da humanidade se construiu, com tal orientação. Poder-

se-ia dizer que a própria história humana adquire o sentido de uma maior realização do anseio por bem estar (ou pela felicidade) que traduz toda a evolução da matéria viva, subindo um patamar nesse rumo, quando busca realizar esse desiderato a nível consciente e indagador do grande paradoxo do sentido que possa ter busca tão ingente quando a forma de organização da natureza que lhe dá origem se caracteriza exatamente pela mais absoluta finitude. O mérito de que o movimento socialista e comunista não abre mão é o de ter avançado mais significativamente no sentido de entender, indicar e enfrentar a forma que essa contradição toma na organização sócio-histórica.

O economicismo que o discurso de defesa da ordem capitalista procura imprimir à discussão das atuais condições de funcionamento da economia capitalista está ancorado no pressuposto de que o progresso técnico inaugura uma nova fase nas relações humanas, na qual a transparência das vantagens que o mesmo colocaria ao alcance de *todos* os atores sociais permitiria superar as divergências ideológicas, substituídas que seriam por uma análise “objetiva” das alternativas que melhor atendessem às demandas de bem-estar do consumidor. O que permanece oculto nessa forma de interpretação é o fato de que a própria lógica da competição, eixo fundamental da dinâmica social do capitalismo, tem como implicação que o sucesso dos empreendimentos enquadrados na mesma dependa da eliminação das vantagens que possam ocorrer para os demais sujeitos do processo social, por parte do empreendedor. É a partir dessa lógica que a burguesia enquadra os procedimentos técnicos, o que vai ao ponto de o manejo dos mesmos poder assumir um caráter contraditório com o conceito de utilidade, tal como o mais elementar bom senso poderia formulá-lo, no que se refere ao aspecto material dos produtos a serem gerados. A este propósito é ilustrativo analisar o seguinte conceito a respeito da atividade industrial:

*Atualmente toda a produção industrial determina de antemão o período de durabilidade de um produto: é a chamada obsolescência programada, que freqüentemente chega a preparar um desgaste artificialmente curto para obrigar os consumidores a uma reposição mais rápida do produto. Nesse processo a publicidade desempenha um papel auxiliar estimulando a compra de “novos”*

*produtos, que diferem dos anteriores apenas no aspecto externo ou em acessórios cuja utilidade é supervalorizada nas campanhas* (DICIONÁRIO de Economia, 1985: 302).

É sob tal ótica que deve ser entendida a forma que toma o desenvolvimento das relações econômico-sociais, no contexto da globalização capitalista. No centro dessa discussão está o destino do trabalho, enquanto categoria fundamental da inserção social do homem. Ao longo de toda a história, o sentido mais geral da intervenção no ambiente físico e social foi a “internalização” das habilidades, antes sediadas no corpo humano, no seio de “objetos” culturais, tanto os de natureza “material” como os “simbólicos”, e sua conseqüente “externalização” com relação ao sujeito “humano” que antes tinha as mesmas como seu patrimônio mais significativo. Como todo processo histórico, também esse radica-se num sentido essencialmente progressista, sem o que não haveria condições de que se afirmasse como uma tendência da organização sócio-cultural. Trata-se, sob esse aspecto, de liberar o homem de tarefas progressivamente mais numerosas e abrangentes, com relação a um círculo de necessidades sempre mais “sofisticadas”, com o que, num certo sentido o homem “cresce”, atuando sobre dimensões de tempo, espaço e “interioridades” sempre mais amplo<sup>44</sup>. Entretanto, também como toda a história social demonstra, esse sentido progressista sempre foi vulnerável a uma apropriação pelas classes dominantes existentes em cada período, como instrumento da política reacionária de conservação de privilégios que, perversão de papéis também eles originariamente progressistas que tais classes uma vez desempenharam, degradaram-se em usurpações do poder por parte delas, quando entram em decadência. Assim, a aceleração da incorporação de trabalho morto no processo produtivo, que marca fundamentalmente a atual conjuntura histórica, de fator “positivo”, converteu-se em maldição, traduzida de maneira sintética no fenômeno do desemprego estrutural. Na própria medida em que as necessidades de sobrevivência da burguesia tornam imperativo que essa classe atue de forma contrária ao progresso social, ocorre o

---

<sup>44</sup> Formulamos “interioridades” num plural, para indicar que essa dimensão, que talvez possamos postular como “espacial”, porém de “novos espaços”, diz respeito tanto a um “mergulho” do homem em si mesmo, como fenômeno ideológico, quanto na matéria, no microcosmo (da estrutura atômica, por exemplo). Paralelo a isso temos o progresso para o macrocosmo (como, por exemplo, faz a astronomia).

imperativo de que ela justifique os sofrimentos que sua dominação traz aos trabalhadores sob o manto de uma suposta inevitabilidade deles, atribuída a determinações de uma alegada “natureza” do processo econômico. Por isso os ideólogos da “ordem” elaboram e propagam um discurso de homologação, destinado a constituir-se no substrato da atuação dos aparelhos ideológicos a serviço da classe dominante. Daí a importância de resgatar a organização da produção social e de sua apropriação como objetos históricos, sujeitos à intervenção dos homens e implicando na responsabilidade deles pelos resultados obtidos. Para executar tal tarefa impõe-se desconstruir o discurso da homologação, vendido pela burguesia como a única interpretação possível do processo sócio-histórico, que vem sendo intensificado no contexto da teoria do “fim das ideologias”.

Sob esse ponto de vista a educação deve ser encarada como campo de luta onde se podem lançar os fundamentos de diferentes concepções do processo social e condicionando assim o sentido da atuação dos sujeitos, como uma das etapas da execução de um determinado projeto de sociedade. Não existe uma autonomia da educação, pelo que devem ser recusadas as concepções que propõem panacéias pedagógicas, como alternativas às lutas políticas. Contudo, na medida em que, no espaço das atividades educacionais se sustenta o seu caráter de instrumento para a percepção das relações de produção e posicionamento no conflito de classes que delas decorre, nas sociedades caracterizadas pela dominação social, abre-se o espaço para a autonomia que realmente interessa, com relação à hegemonia ideológica da classe dominante.

## Capítulo II

### CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

Submetemos a formulação que elaboramos ao conceito mais geral de que, na sociedade burguesa e nas que a antecederam, a partir do momento em que a divisão do trabalho resultou na sociedade de classes, a luta entre as mesmas é inconciliável, a não ser pela supressão da dominação. O que define a existência da burguesia é exatamente a possibilidade de exploração do trabalhador como forma de realização da acumulação. A desalienação do trabalho implica na negação da classe que da mesma se beneficia, pelo que ela deve, enquanto tal, lutar para evitar que tal alternativa se viabilize. Sendo o surgimento do Estado decorrência *do fato de as contradições de classes serem inconciliáveis* (LENIN, 1970:9) também sobre a educação o mesmo conflito será fator absolutamente determinante. A educação só é possível quando o conteúdo cultural (ideológico) a ser transmitido está codificado de maneira sólida e coerente, o que supõe a instância abrangente no qual tal processo se dá. Na sociedade de classes essa codificação tem que contemplar, necessariamente, as atitudes que garantem as posições de hegemonia e subalternidade, como elementos ao mesmo tempo contraditórios e complementares. As classes sociais só podem se realizar como sujeitos do processo sócio-histórico se assumirem essa perspectiva consciente e criticamente. Ao contrário, no atual clima político-ideológico, tendem a proliferar interpretações que *tem precisamente a função de eliminar (...) a contraditoriedade do ser social* (LUKÁCS, 1981:133), enquanto definem a formulação a respeito da sociedade que deve ser inculcada nos indivíduos que se concentram nas camadas médias e subalternas, de forma a conformar uma consciência compatível com a manutenção da dominação de classe.

A proclamação da morte das ideologias não surge por acaso, como componente da teoria burguesa da globalização do capitalismo. O papel da ideologia pode tornar-se mais claro na medida em que os agentes sociais se apropriam intelectualmente de uma forma mais efetiva da realidade técnica social em que atuam. Quando as condições técnicas mudam e as sociais se vêm forçadas a acompanhá-las, principalmente se o processo tem as características de aceleração daquele com que

presentemente nos defrontamos, mais difícil será percebê-lo e a seus reflexos ideológicos e mais letal será essa incapacidade. Em outras palavras, mudam as condições materiais e mudam, conseqüentemente os posicionamentos das várias classes a respeito delas. Mudam portanto as formulações teóricas em que tais posicionamentos são apresentados. Não perceber as novas condições sociais em que novas armas são utilizadas é estar duplamente inerte diante delas.

Na abordagem do problema da ideologia temos que estar atentos para o fato de que abundam interpretações do mesmo que pretendem “pasteurizá-lo”, despindo-o do conteúdo relativo à luta de classes. É claro que nas conjunturas em que este conteúdo se impõe, a partir das condições históricas concretamente vividas, essas tentativas se mascaram sob um argumento “metodológico”, de que esse aspecto pode ser “prematureo” e prejudicar uma análise “isenta” do tema da ideologia. Entretanto o sentido mais profundo dessas demarches acaba aparecendo, como por exemplo na afirmação de que há um *perigo de se aceitar como evidente, na definição do problema da ideologia, uma análise em termos de classes sociais que (...) acontece graças à marca do marxismo sobre o problema da ideologia* (WERNECK, 1982: 55). Essa linha de raciocínio, não importa se conscientemente ou não, ajuda a classe dominante a desmobilizar os trabalhadores, conjurando assim ameaças à ordem estabelecida.

A análise da ideologia justifica-se, em nosso trabalho, na medida em que postulamos uma interpretação do atual quadro histórico a partir da qual a estruturação de um projeto pedagógico tem que retomar seus fundamentos na forma como se definem as relações de poder dentro da sociedade, enquanto totalidade, em que pretendem os educadores desenvolver a sua práxis. Entretanto deve ser considerado também que, a própria educação, enquanto espaço específico da sociedade é, ela mesma, ideologia. Mesmo os treinamentos “operacionais”, tendo em vista as especificidades da base técnica, são instrumentalizados e condicionados tendo em vista a formação ideológica.

Partimos do entendimento de que a ideologia oferece aos indivíduos, grupos e classes uma imagem que lhes possibilite situar-se no contexto das condições históricas das sociedades em que vivem, fazendo-o porém em função de um complexo de determinações. Fundamentalmente deve-se considerar aquelas que se

referem à extração sócio-cultural do sujeito e às estratégias que os grupos dominantes utilizam para conseguir a conformidade dele à situação específica que lhe está destinada, dentro da lógica do sistema de dominação vigente<sup>45</sup>.

Colocamos como ponto central a representação que os trabalhadores fazem a sociedade capitalista “globalizada” e de sua posição dentro dela. Representação será entendida aqui como *a maneira como o indivíduo explica suas práticas dentro de sua própria lógica e em função de sua organização perceptual* (RODRIGUES, 1978: 33). A importância do estudo do nível ideológico, onde localizamos as representações, constitui por certo ponto cardeal do referenciamento teórico dos marxistas. A ideologia, conquanto determinada em última instância pela base “material”, ganha autonomia conforme se desenvolve, convertendo-se no que poderíamos chamar de um fator “relativamente” determinante. Não se trata de

---

<sup>45</sup> É preciso entender essa concepção no sentido em que ela integra dialéticamente a inserção do indivíduo no processo social, enquanto este condiciona suas opções, e a sua progressiva autonomização, como sujeito do mesmo processo. O sócio-cultural, concebido como a forma ideológica pela qual a base econômica é apresentada para o indivíduo não como a imposição de uma coerção mas como um exercício de liberdade, na sociedade de classes deve, em tal contextualização ser analisado como passível de ser moldado pela ação coletiva dos homens. É preciso ter claro que a ideologia da sociedade de classes, mesmo quando assume retoricamente o valor da realização do indivíduo, como é o caso da sociedade burguesa, na realidade a torna insubsistente, enquanto isolada da ação social, que lhe dá perspectiva, potencialidades e sentido. Na forma predatória, individualista e egoística que a realização individual é colocada pela burguesia, ela conduz a um “fim da história” que nada tem do triunfalismo de que tal concepção foi revestida recentemente pelos sicofantas do capitalismo. Veja-se a propósito a seguinte análise sobre o atual contexto mundial, no que se refere à necessidade de medidas de controle das emissões de dióxido de carbono: *o comunicado final da recente reunião do G-7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo lembra que uma “irresistível evidência científica liga o aumento de gases de estufa [principalmente o dióxido de carbono] na atmosfera a mudanças no sistema climático global”. Conseqüência, segundo o mesmo comunicado: “se as tendências atuais continuarem no próximo século, provavelmente haverá inaceitáveis impactos sobre a saúde humana e o ambiente global”. Sendo assim é incompreensível a posição da maior potência mundial, os EUA, país que mais emite dióxido de carbono, de recusar metas de redução nas emissões. A União Européia propõe que, até o ano 2010 os países industrializados emitam 15% menos gases desse gênero do que o faziam em relação a 1990. Os EUA alegam que haveria altos custos na aplicação desses critérios. Do ponto de vista econômico não deixam de ter razão: seria necessária uma enorme reciclagem das indústrias que usam combustíveis fósseis. Mas essa parece uma visão de muito curto prazo: se os impactos sobre o ambiente e a saúde humana se tornarem mesmo “inaceitáveis”, o custo para corrigi-los será certamente ainda maior num futuro bem próximo* (FOLHA de S. Paulo. *Economia e ambiente*. 6/7/97, p. 1-2). Não surpreende que o editorial em causa considere “incompreensível” a posição yanque. Na sua condição de jornal burguês o órgão que estamos citando encontra-se preso na armadilha representada pela sua própria característica ideológica. Aqui é que se apresenta a necessidade de situar para os grupos, classes sociais e indivíduos, *inclusive* (e talvez *principalmente*?) àqueles que se sentem seduzidos pelas quinquilharias do capitalismo, qual a perspectiva concreta que a ordem burguesa prepara para seu futuro. Trata-se de obter a adesão ao movimento pela superação da sociedade de classes pelo interesse próprio do indivíduo, o que, pelo menos como regra, é mais razoável do que esperar essa adesão pelo engajamento em valores mais universais de humanismo. Neste caso deve-se considerar como estratégica a situação da juventude, que se trata do segmento que mais razões tem para posicionar-se de forma revolucionária, no contexto dessa problemática. Nessa linha de abordagem limitaremos os adversários irredutíveis a uma ínfima minoria,

sugerir qualquer grande novidade nessa abordagem. Entretanto nunca é demais enfatizar a sua importância, para que nos distanciemos de um imediatismo “objetivista” que pode às vezes passar por “materialismo”. Essa discussão tem um interesse muito particular para a elaboração de uma pedagogia. Afinal qualquer pedagogia só tem sentido se, pelo menos para efeitos práticos, imaginarmos o educando como um ser com um potencial de ação livre, para o qual *tem sentido* propor uma “teoria” como um “ideal” num sentido *político*, ainda que não *necessariamente* num sentido *filosófico*. Queremos dizer com isso que tal “ideal” tem que ser concebido como um projeto com relação ao mundo *material*, concreto<sup>46</sup>. É intervir no aqui e agora das pessoas e dos grupos. Porém, para alterar o “material” é imprescindível travar também uma luta no plano “espiritual”, quer dizer, no ideológico. Com KORSH, diremos que

*a arte, a religião e a filosofia (...) juntas (...) constituem a estrutura espiritual da sociedade burguesa, que corresponde à estrutura econômica desta sociedade no mesmo sentido em que, sobre esta estrutura econômica, se ergue a superestrutura jurídica e política desta sociedade. A crítica social revolucionária do socialismo (...) que abrange a totalidade da realidade social, tem que criticá-las a todas na teoria e revolucioná-las na prática, tal como à estrutura econômica, jurídica e política da sociedade e ao mesmo tempo que ela* (KORSCH, 1977: 132).

É exatamente a necessidade de atuar no plano ideológico que estabelece a dimensão “pedagógica” do processo revolucionário. Trata-se de mudar a percepção que os sujeitos têm da realidade social, no que se refere aos trabalhadores. Na interpretação que os ideólogos neoliberais fazem da presente situação ela decorreria de condições “objetivas”, decorrentes da mudança da base técnica, às quais as empresas, governos e sociedades devem adaptar-se. Com base nessa proposição reclama-se que sindicatos e partidos vinculados aos interesses dos trabalhadores

---

tendente a restringir-se sempre mais pela própria característica de progressiva exclusão de novos contingentes sociais, intrínseca à ordem capitalista.

<sup>46</sup> É claro que essa discussão remete, ainda e mais uma vez, para o problema filosófico do determinismo, sendo pertinente enfrentá-lo, porém não nos limites do trabalho que estamos nos propondo neste momento.

abandonem conquistas e reivindicações históricas e disponham-se a cooperar com o capital, na “flexibilização” das relações trabalhistas. Contra essa interpretação deve-se considerar que a base técnica pode ser utilizada como fundamento para projetos de relações sociais diferentes e contraditórios entre si. É necessário ter presente que *há* um projeto de sociedade, naquilo que chamamos neoliberalismo. Sua formulação decorre do fato de o capital avaliar que *pode, hoje, se libertar dos grilhões legais a ele impostos e reclamar, alto e bom som, o seu domínio quase que completo sobre toda a sociedade* (TEIXEIRA, 1996: 74)<sup>47</sup>. É claro que teremos permanentemente a discussão que pespegará a esta asserção o rótulo de “teoria conspiratória”. Dir-se-á que as multinacionais não se reúnem para tramar formas de assegurar o aumento do desemprego estrutural. Entretanto a leitura dos clássicos do liberalismo nos mostrará uma visão perfeitamente estruturada de sociedade, que os defensores da onda neoliberal não fazem senão retomar. E quando se lê que os economistas americanos acendem as luzes de advertência quando o desemprego cai “abaixo” de 6% da força de trabalho não há senão como aceitar a idéia de um projeto, ao qual só nos podemos contrapor apresentando um outro, através de estratégias pedagógicas adequadas.

O trabalho de pedagogia política cuja instauração estamos propondo como objetivo a ser perseguido deve necessariamente levar em conta as características da massa trabalhadora junto à qual se pretende atuar. No nosso caso tratar-se-á de um trabalhador cuja família (ou ele mesmo) tem um passado recente em regiões de densidade demográfica relativamente restrita, eventualmente na zona rural. O que se deve levar em conta, principalmente em se tratando de trabalhadores cuja incorporação ao meio urbano e à produção industrial é recente é que, quando se trata da ideologia enquanto consciência de classe.

*isso não significa “homogeneidade” e “uniformidade”. O emaranhado desnorteante de fatores funcionais e sócio-estruturais (...) não é simplesmente um traço da teoria, mas da própria prática social. Ele se manifesta na forma de estratificações sociais complexas, com interesses parciais definidos, refletidos na*

---

<sup>47</sup> As linhas gerais deste projeto podem ser depreendidas da análise da crise argentina, no sentido de que *os problemas políticos, profundas que sejam as raízes sociais que os determinam, não podem afetar de maneira brusca a economia* (AGORA, tudo depende de Menen. *O Estado de São Paulo*. 30/7/96, p. A-3).

*contingência da consciência de estrato, em qualquer época específica (...) O que liga vários grupos sociais em uma situação histórica favorável - por exemplo, em uma greve geral - não é algum poder psicológico misterioso, mas programas práticos significativos, resultantes da realidade empírica da subordinação estrutural comum aos grupos ligados ao poder do capital (MÉSZÁROS, 1993: 115-9).*

Trata-se portanto, de trabalhar, no nosso caso, com uma experiência de vida em que as relações sociais são percebidas pelo trabalhador com forte influência de uma visão arcaica, patrimonialista, com evidentes dificuldades para que o mesmo se visualize como sujeito do processo político. É claro que a emergência de um sindicalismo combativo tem contribuído para alterar este quadro. Mas, quando ocorre, ele está longe de poder levar a dominação de classe a ser considerada como em vias de superação. No que diz respeito às relações de classe, longe da “modernidade” capitalista, estamos aqui no âmbito da sobrevivência de uma cultura em que a dominação repousa em muito no paternalismo, numa visão em que o trabalhador muitas vezes percebe o empresário como seu benfeitor, quando não como um antigo trabalhador, que “subiu por seus próprios méritos”. Com esta limitação não se quer dizer que o tema da globalização capitalista perca vigência como item da pauta de análise aqui apontada. Pelo contrário, talvez ela se torne ainda mais premente, na medida em que, perceba o trabalhador ou não, aplica-se a ele também a ação do capital globalizado. E na medida em que não a percebe, mais dramáticas poderão ser as conseqüências que o afetarão. Isto posto, será necessário entender como se coloca o problema da conscientização e organização dos trabalhadores, consideradas as condições estabelecidas pela globalização capitalista. Para configurar as condições objetivas de uma atuação política dos trabalhadores será necessário demonstrar de que forma o projeto neoliberal será danoso aos seus interesses de classe, necessariamente traduzidos na forma de seus interesses como indivíduos circunscritos a um determinismo de condição de classe. Para isso será necessário decodificar primeiro as percepções que os trabalhadores têm sobre o estado atual da sociedade burguesa e das perspectivas que a propaganda hegemônica apresenta para o desenvolvimento futuro dela.

A ideologia existe “concretamente”, enquanto complexo de símbolos e significados<sup>48</sup>. Ela é um componente da situação social, que se pretende modificar, tanto quando os bens cuja distribuição se pretende reformular, as leis e instituições de governo que se pretende alterar e assim por diante. Mais do que isso, é ela que realmente cimenta estes outros níveis da realidade, na medida em que cresce e ganha autonomia (relativa, sim, porém nem por isso frágil), a partir de seu nascimento no solo das relações materiais, econômicas.

Na medida em que os homens produzem socialmente, só podem produzir se produzirem-se a si próprios enquanto sujeitos coletivos (portanto a si próprios mas *também* aos outros homens). E esta produção do sujeito do processo de produção tem que dar-se *de uma determinada forma*. E esta adequação da *forma* que terão os homens, que é a adequação deles ao processo histórico é, em si mesma, fazer história. Será aí, nas necessidades criadas pelo desenvolvimento dos homens (pela própria história, em si, portanto) que se encontrará a chave explicativa das instituições e da própria sociedade. Da produção material e ideológica dos homens, na família, como Marx e Engels chamam a atenção que se observe, é que se parte para o momento em esta *família, que é inicialmente a única relação social, transforma-se numa relação subalterna (...) quando o acréscimo das necessidades*

---

<sup>48</sup> Estamos assumindo aqui a perspectiva de que “significado” tem um sentido menos “determinado” do que “símbolo”. *O símbolo é um objeto que representa outro de forma analógica ou convencional, um sinal convencional através do qual se designa um objeto. A relação entre o símbolo e o objeto simbolizado é, assim, nesse sentido, convencional, exterior* (JAPIASSU e MARCONDES, 1991: 224-5). Já com relação a “significado” deve-se levar em conta que a compreensão do termo está relacionada também *aos tipos de uso que uma expressão pode ter em contextos diferentes e para objetivos diferentes* (idem, p.224). É claro que estamos tratando aqui da sociedade de classes e de sua necessária fragmentação social. Nesta sociedade *as ciências humanas desenvolveram uma tendência a substituir afirmações responsáveis acerca de um problema por uma descrição do estado atual das pesquisas na área, incluindo um cálculo e adução indutiva do “ponto de vista geralmente admitido nos nossos dias”; esse procedimento é mesmo algumas vezes considerado a melhor “solução” possível de um problema. Em tudo isso manifesta-se a alarmante instabilidade e a incerteza da palavra ideológica* (BAKHITIN, 1988: 195-6). Esta análise aponta para o grave problema do relativismo, que tem se constituído, recentemente, em componente fundamental da ofensiva ideológica burguesa. Para manter o gume desta ideologia a burguesia se vê obrigada a fazer tábula rasa de seus maiores sucessos, inclusive o fato de que os *situados na Biologia e a investigação filosófica da memória e hereditariedade colocaram o “significado” de sinais, em geral, acima de qualquer dúvida e (...) o pensamento e a linguagem devem ser tratados de maneira análoga* (OGDEN e RICHARDS, 1976: 250). Tanto os símbolos como os significados têm um papel ideológico, como elementos de organização da visão de mundo que se pretende inculcar. A substituição do símbolo à realidade e a sistemática relativização dos significados obedece a uma tendência idealista, no sentido filosófico do termo, que, no limite, procura prender os homens nas cadeias da ideologia dominante e limitar a possibilidade de se engajarem em projetos históricos que se constituam em alternativa à ordem social vigente. O caráter realístico, “objetivo”, da linguagem decorrerá do *controle colectivo consciente da humanidade sobre a sua própria história* (VERRET, 1975: 263).

*engendra novas relações sociais e o crescimento da população dá origem a novas necessidades* (MARX e ENGELS, 1980: 34).

No caso o que se pretende é analisar as condições em que será possível implementar uma política na perspectiva dos interesses dos trabalhadores considerada a emergência das instituições sociais especificamente “educativas” (dentre as quais a escola, mas não apenas ela). Consideramos que tais instituições fazem parte plenamente do que poderíamos denominar de instância ideológica da vida social. Portanto, a “pedagogia” que pretendemos elaborar só poderá ser uma pedagogia “horizontalizada”, na linha de promover a independentização político-ideológica de seus sujeitos. Não quer isso dizer que ela esteja privada de diretividade. A diretividade surgirá entretanto do jogo sócio-político dos vários atores considerados.

A relação dos trabalhadores com o nível ideológico da organização social é decorrente da própria função com que surge essa instância da vida humana. Na medida em que o outro surge como o primeiro instrumento “tecnicamente” (...) “sofisticado” de intervenção na realidade (física e social), o controle do trabalho surge como o eixo fundamental de todo o processo de controle social. Assim os trabalhadores têm que haver-se com a ideologia, ainda que não tenham consciência disso. E é exatamente porque a ideologia tem destinação privilegiada no sentido do controle do trabalhador que no momento em que esta relação se torna mais crucial é que é mais necessário para a burguesia convencê-los que a ideologia deixou de constituir-se em item pertinente para a análise da sociedade<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Todo o empenho da ideologia neoliberal está exatamente em negar a sobrevivência da questão ideológica. *O fim das ideologias* constitui o eixo fundamental do novo credo que se quer impor aos trabalhadores, classificadas as mesmas como *rótulos que caíram em desuso* (DIREITA, Volver. *Folha de S. Paulo*, 23/7/96, p. 1-2). Entretanto a razão desta manobra, em si ideológica, pode ser encontrada na própria natureza do processo da globalização capitalista: *Thomas L. Friedman (...) fez (...) belo resumo do estado do mundo em consequência da globalização. Diz que, por conta dela, seu trabalho o leva a tratar menos de guerras entre países e mais de conflitos entre perdedores e ganhadores dentro de cada país. (...) Friedman chama de “O Paradigma” o conjunto de regras e padrões impostos aos países pela globalização. (...) Para Friedman, o paradoxo do Paradigma é que a expansão da globalização “cria mais e mais perdedores”, quando a expansão da democracia lhes dá direito a votar* (ROSSI, Clóvis. *O Paradoxo do Paradigma. Folha de S. Paulo*, 21/7/96, p. 1-2). A partir desta constatação, a burguesia não pode senão ver-se conduzida pelo seu interesse de classe a, mais uma vez na história, negar a democracia, sob a égide da qual ela se apresenta desde os seus primórdios como agente do processo social. Como demonstrou à exaustão ao longo da crônica de sua atuação política, em todos os momentos em que ameaças mais concretas se colocaram diante da possibilidade de manter e ampliar a exploração dos trabalhadores, não ocorreu a menor hesitação em mandar a democracia às urtigas e restabelecer a “ordem”. E a impossibilidade de manter os procedimentos “democráticos” sem alterar fundamentalmente

Essa ofensiva político ideológica vem sendo favorecida pelo fato de que a conjuntura da globalização capitalista colocou nas mãos da burguesia instrumentos excepcionais para aprofundar a extração de mais-valia, apontando em decorrência disso para um notável agravamento das pauperização da classe trabalhadora. Contudo, de imediato, os recursos para cooptação de lideranças potenciais do lado das classes subalternizadas estão muito ampliados. É claro que essa apropriação só ocorre na medida em que se mantenham as condições institucionais (e por isso as ideológicas) que a sustentam. É com as limitações das estratégias de acomodação de interesses, no longo prazo, que pensamos que se deve jogar, na montagem de uma fórmula de confronto com o neoliberalismo. Então, na medida em que o sentido histórico que tal quadro tem ficar claro para o conjunto da sociedade necessariamente haverá uma tendência a que cada setor procure fazer o cálculo das vantagens e desvantagens que pode esperar do mesmo. E, em boa lógica, considerando uma perspectiva de prazo mais longo, a maioria da humanidade tem muito mais a ganhar com uma melhor distribuição dos benefícios do progresso, considerado o conjunto dos homens, do que com o agravamento da concentração dos mesmos em uma exígua minoria. A própria tendência da ideologia burguesa a hipertrofiar essa concentração assegura tal fato. No momento em que se produzir uma consciência mais ampla dessa relação é plausível imaginar que muito do consenso que os beneficiários maiores têm conseguido produzir em torno desse arranjo venha a diluir-se. Isso colocaria para a classe dominante um terrível desafio à sua dominação político-ideológica. Ao mesmo tempo, contudo, as características da história recente tornam problemático um apelo a soluções de força, quando as tensões sociais chegam a ponto de ruptura, diagrama do desenvolvimento das posições da burguesia recorrentemente trilhado ao longo da experiência da hegemonia burguesa. As conseqüências de tal contradição, do ponto de vista da luta de classes, são claramente perceptíveis, na análise de MÉSZÁROS:

---

as relações de produção, num sentido em que a própria dominação ficaria comprometida é que se coloca como contradição crítica do caminho a burguesia, no atual contexto histórico. Com o abandono dos pruridos democráticos restauram-se as condições de acumulação: *Reduz-se a capacidade das classes assalariadas participarem do poder, tornando-se mais fácil reduzir sua participação no produto. Controla-se e às vezes anula-se temporariamente a sua capacidade de reivindicação. (...) Trata-se de*

*Em janeiro de 1971, proferi a Conferência Memorial Isaac Deustscher, “A necessidade do controle social”, e aí eu indicava o início do desemprego estrutural. Mas o desemprego na Grã-Bretanha da época estava bastante abaixo de um milhão. Hoje, mesmo depois de 23 falsificações das verdadeiras cifras de desemprego, está oficialmente em torno de 2,7 milhões. E não há compromisso, nem mesmo do partido trabalhista, de retorno ao pleno emprego. Eis a medida das mudanças em curso. É uma contradição maciça quando você declara supérflua uma parcela bastante grande da população. Esta parte da população não vai permanecer sempre dócil, complacente e resignada às condições às quais está condenada. Portanto as coisas estão acontecendo, estão mudando. Mas essas mudanças terão que se aprofundar e estou convencido de que o farão<sup>50</sup>.*

Ora, o que temos é uma situação em que a felicidade de uma grande maioria dos seres humanos depende de significativas alterações na forma de conceber e organizar a vida do social. Mais grave que isso: talvez não se possa dizer que a necessidade de uma concepção de sociedade como projeto consciente e livre, no que se refere ao pensamento e ação de *todos* os homens, apareça sob a perspectiva de importância mais irrecusável do que em qualquer outro momento da história, embora tal afirmação tenha que ser considerada como merecedora de toda a atenção, para que a resposta apressada, em sentido negativo, não venha a constituir perigosa leviandade; contudo parece-nos impossível não concluir que as condições presentes colocam a *possibilidade* desse projeto, como uma evidência cuja ignorância chega a se tornar criminosa. E é exatamente esse fato que obriga a que, talvez mais do que em qualquer outro momento da história humana, tenhamos de encarar a vida social sob uma perspectiva irreduzível de classe. De fato, o neoliberalismo, ideologia da globalização capitalista, deve ser situado como uma teoria que coloca o econômico, encarado restritivamente como realização de mais-valia, como o eixo central e

---

*reordenar os fatores e reintegrar as condições institucionais, de modo a fazer crescer o excedente econômico capitalizável pelas empresas* (IANNI, 1971: 113).

<sup>50</sup> MÉSZÁROS, István. O Marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. *Crítica Marxista*. Vol. I, n.2, páginas 129 a 137 (o trecho citado está na página 137). A entrevista é introduzida com a seguinte observação: Esta entrevista é uma versão elaborada a partir daquela publicada em *Montly Review* (vol 44, n.11, abril de 1993) e que, inicialmente e na íntegra apareceu em *Radical Philosophy* (n.62, outono de 1992, sob a condução de Chris Arthur e Joseph McCarney).

tendencialmente exclusivo para orientação das ações de organização da vida social. Dessa perspectiva é que se justificam todas as ações (e omissões associadas às prioridades que as ações colocam) que têm resultado no crescimento acelerado da miséria e da marginalização social. E assim é porque, sob a perspectiva da burguesia, uma parte significativa do debate político atual diz respeito ao ponto de vista de que não se trataria mais de optar entre o capitalismo e outras formas de organização sócio-econômica, mas de encontrar uma forma de nos inserirmos na organização capitalista, de vez que se coloca como a única possível:

*Está se produzindo (pois trata-se disso mesmo, de produzir) a crença generalizada de que a direção tomada pelo processo de globalização é irreversível, de que para não ficar fora do “bonde” - ou da carroça - da história, é preciso modernizar, significando isto mais e mais automação, com a conseqüente perda de postos de trabalho, dando lugar a um desemprego estrutural nunca antes visto na história. As mais diversas justificativas, desde aquelas mais sofisticadas produzidas pelos economistas e sociólogos do Banco Mundial e “compradas” com grande seriedade pelos nosso compatriotas, até aquelas que abusam do nosso bom senso, tamanha a desfaçatez com que são apresentadas (veja-se, por exemplo, as propostas de membros do governo e de alguns sindicalistas ligados à Força Sindical, de “flexibilização” dos contratos de trabalho, objetivando diminuir os encargos sociais devidos pelas empresas), todas, ou quase todas elas operam como que uma “naturalização dos processos econômicos”, acabando por justificar uma naturalização dos processos de produção da pobreza e da exclusão social (FARIAS FILHO, 1996: 51).*

Ao contrário da proposta neoliberal, trata-se extamente de afirmar que as novas condições criadas pelo aparato técnico abrem a possibilidade, mais do que em qualquer momento anterior, de estender a todos os integrantes da humanidade a possibilidade de realizar seus potenciais mais nobres, como criadores culturais, ampliando as possibilidades de entendimento dos grandes temas que sempre nos preocuparam, sem que nos fosse possível gozar do tempo livre necessário para buscar respostas para as perguntas contidas nos mesmos. É essa a única perspectiva que coloca um sentido para a história humana até aqui decorrido que possa apontar

para uma realização dos valores que motivaram a fase progressista de todas as ideologias que ainda hoje permitem aos homens de todas as nacionalidades e crenças resistirem à tendência à barbárie, conteúdo inseparável da atual orientação da burguesia. No projeto de combater a ideologia neoliberal, apresentando aos trabalhadores uma alternativa à rendição à hegemonia agudizada do capital, torna-se de fundamental importância demonstrar que o progresso tecnológico e organizacional possibilita uma outra organização social, oposta à sociedade do desemprego estrutural que o neoliberalismo nos apresenta como uma inevitabilidade. MÉSZÁROS chama a atenção para aspectos da nova organização do trabalho que possibilitam uma reformulação das estratégias de organização sindical (1993: 115-7). Interessa-nos aqui, principalmente, o aspecto em que a questão ideológica de um projeto de sociedade está mais presente:

*a dimensão crescente do “tempo supérfluo”, socialmente falando (ou “tempo disponível”), normalmente chamado de “lazer”, faz com que seja cada vez mais absurdo e praticamente impossível manter uma grande parte da população vivendo em ignorância apática, divorciada de seus próprios poderes intelectuais. Sob o impacto de vários fatores sócio-econômicos de peso a velha mística da elite intelectual já desapareceu para sempre. Da mesma forma, lado a lado com um desemprego intelectual crescente - tanto potencial quanto real, bem como o aumento da distância entre o tipo de formação escolar recebida pelo indivíduo e o que ele realmente alcança em termos de oportunidades de emprego, torna-se mais difícil manter a subordinação tradicionalmente inquestionável da grande maioria dos intelectuais à autoridade do capital (idem, p. 116).*

O problema que se coloca para realizar as perspectivas mais humanizadoras dessa situação histórica tem relação com o significativo êxito que tem conseguido a burguesia em “vender o peixe” da “superação das ideologias” como marca da “modernidade”. O caso dos que pedem para que se esqueça o que escreveram é apenas o mais visível. Mais grave é a ameaça dos que ainda se afirmam no campo político dos trabalhadores, mas levam a preocupação com um “adaptar-se” às “novas conjunturas” ao ponto de renunciarem a uma ideologia proletária. É significativo a

esse propósito o entusiasmo com que a imprensa e os políticos a serviço da burguesia acolhem esses “cristãos novos”. Apesar de terem apregoado com todas as fanfarras de que dispunham que “a ideologia morreu”, periodicamente aparecem manifestações oriundas desse setor insistindo que “é *necessário* que haja uma esquerda”, porém “uma esquerda ‘renovada’, que tenha renunciado aos ‘dogmas’ e aderido às ‘virtudes’ do mercado como regulador social único”. Contra essa tão evidentemente *ideológica* “desideologização” é necessário fundamentar e afirmar que nunca a agressão de classe contra os trabalhadores foi tão acerba, o que de resto é compreensível, com o susto passado pela burguesia, com as revoluções socialistas e o afã de completar a obra de liquidação a que conseguiu dar tão promissor começo. Contudo, o próprio agravamento das condições de vida dos trabalhadores, sob as condições geradas pela política neoliberal, conspira contra essa empreitada da classe dominante. Coloca-se, assim, a possibilidade concreta de demonstrar às classes subalternas que só a reconstrução das condições organizacionais, no plano sindical e político, pode representar uma perspectiva de luta contra a pauperização crescente que lhes impõe o inimigo de classe. Portanto o que se pretende é refundar e afirmar a possibilidade de uma organização ideologicamente autônoma dos trabalhadores, definindo da melhor maneira possível quais os interesses dos mesmos diante do processo de globalização da economia e qual a estratégia a partir da qual tais interesses podem ser promovidos. Nesse sentido, numa discussão sobre as perspectivas da ação sindical dentro do quadro criado pelos paradigmas de organização da produção característicos da globalização da economia, foi sugerido que a análise das condições que se apresentam

*não deve se restringir à questão das novas tecnologias, embora a centralidade dessa questão demande uma crítica extremamente bem elaborada. Deve ampliar-se para o conjunto das condições de vida do trabalhador, no espaço da produção de bens e serviços, no espaço da sociabilidade, no espaço do lazer e da cultura. Ao indagar e interferir sobre essas questões, o trabalhador estará questionando os mecanismos econômicos, políticos, sociais e culturais pelos quais o capital busca assegurar a servidão dos verdadeiros criadores da riqueza. (...) A agenda*

*da ação sindical deve incluir este projeto, raiz da liberdade do indivíduo e da humanidade, em seu fazer diário* (DIAS, 1995: 24).

Na medida em que a ação política dos trabalhadores volta-se para eliminar a discriminação pela qual as possibilidades de realização humana propiciadas pelo progresso produtivo são apropriadas por uma classe, em detrimento dos demais seres humanos, ela transborda os interesses dos operários e passa a ser uma meta que abrange o pleno desenvolvimento de *todos* os homens. Esta última dimensão do projeto, de em tendo sido um elaborado com vistas à forma como o capitalismo determina as condições de vida da classe trabalhadora, poder e dever interessar à humanidade, no seu conjunto, deve ser destacada para que se configure o encaminhamento estratégico do mesmo. Para isto deve-se levar em conta a incompatibilidade, já apontada, do neoliberalismo, enquanto ideologia do capitalismo na era de sua globalização, com os ideais de desenvolvimento humano num sentido mais geral, duramente elaborados ao longo das vicissitudes históricas. Tal incompatibilidade com certeza coloca a questão de um modelo alternativo de organização social, em que os atores hegemônicos sejam outros. Entretanto, sob o fogo de barragem da propaganda instrumentalizada na crítica da experiência do chamado “socialismo real”, muitas pessoas de boa vontade tem profundas dificuldades de aceitar tal alternativa. É necessário ressaltar, perante aqueles que se encontram nessa condição que a alternativa que se coloca não é de uma humanização do capitalismo. Sob a pressão da crescente marginalização que lhes impõe a lógica de uma economia globalizada sob a hegemonia burguesa, as massas excluídas tendem a buscar a sobrevivência física e cultural onde quer que ela se ofereça, o que favorece a emergência de formas “marginais” de organização, sejam os grupos religiosos fundamentalistas, as organizações violentas que lembram o fascismo ou os grupos mafiosos. O quadro a que se refere esta linha de argumentação pode ser claramente visualizado nos conflitos políticos e sociais que tem marcado o dia a dia da humanidade. Entretanto é preciso alcançar a lógica mais profunda que está por trás desse quadro, evidenciado nesta análise do crescimento dos fundamentalismos religiosos, atores privilegiados do drama a que nos referimos:

*Reconhece-se nesse mundo do cálculo, da previsibilidade, a falência da racionalidade herdeira do iluminismo; da razão científica, dos paradigmas absolutizantes na pós-moderna “sociedade dos indivíduos” e da emergência do mal-estar na racionalidade (ESPINHEIRA, 1995: 69).*

É claro que os fundamentalismos têm uma dimensão preocupante, quanto à perspectiva em que se colocam, no sentido de recusarem os avanços da condição humana, particularmente no que se refere ao respeito às minorias, ao progresso científico e à tolerância intelectual genericamente considerada. Tal característica se torna mais grave quando se institucionalizam, gerando quadros “profissionalizados”, que passam a trabalhar ativamente para o aprofundamento do reacionarismo cultural aí compreendido, como requisito do reforçamento de seu poder. E quando as estruturas institucionais dos movimentos fundamentalistas passam a ter acesso ao poder de Estado, essa dimensão de sua perspectiva ideológica se torna ainda mais ameaçadora. Contudo não se pode ignorar que, particularmente em sua origem, expressam anseios de libertação autênticos, que lhes conferem a força que constantemente demonstram e que é eficientemente aproveitado pelas instâncias de poder que decorrem de sua estruturação como movimentos mais organizados. Sob esse ponto de vista coloca-se um problema político que as esquerdas têm tido, freqüentemente, muita dificuldade em enfrentar. Considere-se, como já apontamos, que tais movimentos, até pela omissão de intelectuais e lideranças de orientação laica, têm muitas vezes se constituído em alternativas praticamente exclusivas de sobrevivência psicológica e cultural e mesmo material de significativos contingentes populacionais. Esse quadro tende a multiplicar sua incidência, nas condições que estão se tornando rotineiras, na globalização capitalista. Nessa perspectiva, com as oscilações que seria de esperar da configuração ideológica que apresentam, os fundamentalismo, em tais circunstâncias podem se apresentar como autênticos processos de resistência dos grupos sociais subalternizados. Colocam-se aí problemas para definir alinhamentos políticos que não temos o direito de ignorar ou de resolver de uma forma que tende perigosamente ao pior elitismo. A única alternativa que se coloca a essa situação é oferecer ideais laicos capazes de mobilizar essas massas, em função de sua sintonia com os problemas concretos que elas

enfrentam. A percepção dessa realidade pode chegar a cabeças ligadas aos interesses estabelecidos, quando se tem condições intelectuais ou morais que apontem neste sentido<sup>51</sup>.

Partimos do pressuposto teórico de que as formas de pensamento decorrem da forma como os homens produzem sua vida, consideradas as condições materiais para a mesma. No que se refere à organização social o modo de produção se caracteriza por relações concretas, decorrentes da base técnica e por interpretações ideológicas dessas relações, mediante as quais a classe dominante procura justificar os privilégios de que usufrui e apresentá-los como de fato correspondendo ao interesse “comum”, que unificaria os trabalhadores e os setores sociais parasitários, numa

---

<sup>51</sup> Uma entrevista do presidente da Sociedade Rural parece indicar isso: *O que os sem-terra querem é uma vida digna.(...) se você está desesperado, sem emprego, não tem educação e nem saúde, e vem alguém com uma bandeira vermelha para lhe dar esperança, você vai atrás. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, foi o único que deu esperança para esse pessoal* (HAFERS, Luiz Marcos Suplicy. MST é mais eficiente do que todos nós, diz Hafers. *Folha de S. Paulo*, 22/6/86, p. 1-4. Trata-se de entrevista concedida ao jornalista Bruno Blecher, pelo senhor Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira). Contudo, como é evidente, tal percepção só pode surgir, crescer e adquirir massa crítica na dependência de uma movimentação efetiva dos “de baixo”. Essa percepção depende portanto, da maneira como os dados objetivos da situação econômica afetam a vida do trabalhador. Sob esse ponto de vista podemos pensar alguns cenários a serem levados em conta. Os que vivenciamos, nos países periféricos do sistema capitalista ou são de continuidade dos padrões de relações econômicas e sociais que sempre caracterizaram esses países, com forte exclusão social como marca predominante ou, como é o caso brasileiro, de “milagres” (...) “de mercado”, tornados necessários à hegemonia do capital para fazer frente a crises potenciais que se apresentaram diante da mesma. No caso do segundo cenário a crise do México, aparentemente já velha, mas perfeitamente atual, na realidade, ou mais recentemente o caso da Tailândia, demonstram a fragilidade de tal “teologia” econômica. Ou para ficarmos em nossa vizinhança, o caso da continuada crise social da Argentina. Ao analisar a situação dos países latinoamericanos, na presente conjuntura da economia mundial GRIFFITH JONES e SUNKEL ponderam que *chegará a hora em que será impossível continuar a importar carros de luxo, aparelhos elétricos e eletrônicos, bebidas alcoólicas e outros artigos supérfluos enquanto há escassez de alimentos e outros produtos essenciais ou de matérias primas* (1990: 228). A partir dessa constatação elaboram as alternativas políticas que se colocarão para esses países: *Seus próprios recursos limitados serão divididos entre toda a população, após ter sido assegurado um alto nível de poupança e acumulação, ou uma minoria cada vez mais isolada conseguirá por algum tempo manter um padrão de vida semelhante ao dos países industrializados, cercada pela imensa e sempre crescente maioria de desempregados, marginais e pobres, que não lhes permitirá desfrutar por muito tempo esse privilégio* (idem ibidem). No caso dos países centrais do capitalismo verifica-se que as próprias possibilidades oferecidas ao capital, pelas crise nos periféricos, leva ao agravamento das condições impostas aos trabalhadores, por transferências de investimentos concretizadas ou ameaçadas, como argumento para que aceitem condições contratuais draconianas e a derrocada das pré-existentes instituições do Estado de bem-estar. Finalmente cabe comentar a situação dos países que transitaram do “socialismo real” para o capitalismo. Nesses casos, sem prejuízo da admissão e análise dos erros e equívocos cometidos pelos partidos comunistas anteriormente dominantes, toda situação aponta para uma enorme deterioração das condições de vida da maioria da população, na vigência das receitas neoliberais. Entretanto esses são os elementos “objetivos”. Eles podem significar tanto o rumo da barbárie, pelo esgarçamento do tecido social ou pela predominância de uma ideologia fascista, como um avanço na organização dos trabalhadores como classe. Essa última possibilidade, que se confunde com a primeira apontada por GRIFFITH JONES e SUNKEL, só existe se a debandada ideológica que se verificou na esquerda em geral, com a “queda do muro” puder ser detida. É nessa orientação que situamos o interesse fundamental de nosso trabalho.

aliança em prol da manutenção dessa forma de arranjo econômico, político e cultural. Essas interpretações devem, para garantia de sua eficácia, ser sistematicamente inculcadas na mentalidade dos integrantes da sociedade em questão sendo, para tal finalidade, estratégicos os anos de formação. Assim, na dualidade estrutura-superestrutura, podemos dizer que a uma determinada base técnica corresponde uma determinada pedagogia. Deve-se considerar que a ação educativa se distribui por uma variedade de agências, cada uma atuando conforme pressupostos específicos. Assim teremos partidos políticos, igrejas, meios de comunicação e, como “especialização” dessa função social, as escolas. No que se refere às escolas, a sua especificidade tem sido fonte de grande confusão a respeito do papel que se lhes pode atribuir no processo político-social. Temos desde as posições burguesas, da educação como panacéia para os males sociais, até as ilusões de que antes de os trabalhadores atuarem politicamente deve-se “educá-los”, como se houvesse tal distinção entre a prática e a reflexão quanto à ação sobre a sociedade. Trata-se em ambos os casos de proposições eivadas pelo idealismo, cuja eventual boa intenção de seus defensores não resgata, como perspectiva político-ideológica. Entretanto, considerada como um componente do processo político mais geral, a educação, da mesma forma que todos os demais aparelhos ideológicos, constituem-se em campo importantíssimo para a luta pela transformação social. E entender o contexto objetivo que vai condicioná-la e ao qual ela aspira influenciar é tarefa básica para poder atuar nesse campo. Por todas essas razões impõe-se ter uma idéia tão clara quanto possível das condições determinantes do modo material de produção, também na medida em que se pretenda atuar no campo educacional.

É consensual na análise marxista que a burguesia desempenhou um papel histórico da maior importância, lançando e impondo o processo de vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas que marca o período a partir do qual se verificou a sua hegemonia político-social. E a forma econômica de que se revestiu decisivamente esta intervenção foi a industrialização e a conseqüente urbanização. Entretanto é preciso ter claro que a burguesia fez o que fez em proveito próprio e às custas de inomináveis sofrimentos dos trabalhadores que recrutou para desenvolver seu projeto. Nem poderia ser de outra forma. O que se coloca nessa discussão é se, a partir da experiência que a burguesia acabou nos proporcionando, não podemos

pensar em outras maneiras de promover o avanço material da humanidade, que não tenham como corolário o sacrifício de gerações. Principalmente se nos munirmos de um prudente ceticismo diante da proposição de que tais sacrifícios seriam o preço de uma “inevitável”(...) “generalização”, para todos, das benesses do progresso no futuro. Afinal, as condições sociais e culturais com que o capitalismo tem nos brindado até hoje não parecem justificar muito otimismo nesse sentido. Todos os indicadores disponíveis sugerem, ao contrário, que o modelo social emergente das opções empresariais e políticas que a burguesia tem adotado caminha no sentido de acentuar a concentração de renda, tornando virtualmente supérflua uma parte significativa da população mundial. Essas condições podem ser sintetizadas no destaque que HOBBSAWM faz de formulações do Partido Trabalhista britânico, no sentido de que *a política econômica é dominada por aqueles que mantêm os ativos, mais do que por aqueles que criam a riqueza* (1991: 259). Ao lado da defesa da tese do Estado “mínimo”, o que se verifica é a decisiva utilização do aparato público como instrumento de acumulação de capital, restringindo-se a sua “minimalização” à destruição das políticas sociais. Tal política vem sendo viabilizada pela hegemonia sobre a base técnica em mutação acelerada, que no atual quadro histórico a burguesia vem assegurando para si. Trata-se, portanto, de uma operação de caráter ideológico, na medida em que o decisivo é garantir formulações filosóficas e decorrentes instituições políticas que garantam essa hegemonia. Por isso é da maior importância, para a garantia dos interesses da classe dominante, que se mantenha o quadro de desmobilização e derrotismo que se instaurou nos partidos de esquerda e, de maneira geral, nos movimentos dos trabalhadores. Por outro lado, o próprio desenvolvimento da forma em que se dá a incorporação pelo capitalismo dos elementos da base técnica, na produção e na organização social, suscita tensões que, em si, apontam para fórmulas alternativas de superação do modelo. Talvez a modificação que tenhamos de fazer, em termos teóricos, para abordarmos tal quadro, seja a superação do otimismo histórico que por muito tempo nos levou a considerar que, fatalmente, o sentido do movimento dialético da história deveria levar a um mundo mais humano. O sentido que tomará o desenvolvimento histórico dependerá da atuação dos seus participantes, seja essa participação consciente ou determinada. Do que se trata, no plano pedagógico, é que estamos diante do desafio de direcionar nossa atuação como

educadores para ampliar a perspectiva da evolução, dos que passarem pelas experiências que temos a responsabilidade de estruturar, como sujeitos do processo, plenamente responsáveis pelo rumo que ele vier definitivamente a tomar. HUYSSSEN, analisando os movimentos que caminham no sentido da contradição das tendências dominantes nas últimas décadas, as quais classifica de *uma cultura de imperialismo interno e externo* (1991: 77), coloca que esse quadro

*é agora contestado política, econômica e culturalmente. Ainda não sabemos se estas contestações levarão a um mundo mais habitável e democrático e menos violento, e é fácil ser cético. Mas o cinismo esclarecido é uma resposta tão insuficiente quanto o entusiasmo ingênuo pela paz e pela natureza* (p. 77-8).

Nos limites assim colocados, será necessário mapear os interesses em jogo, situando as motivações concretas dos vários atores. Isso significa entender a percepção que eles conseguem ter do processo em que estão envolvidos. Para além dessa etapa, o que se coloca é a necessidade de estruturar uma pedagogia política que torne possível trabalhar sobre tais percepções, ampliando a penetração dela, no que se refere aos trabalhadores. Dessa forma estaremos atingindo o eixo da estratégia da classe dominante, que procura apresentar as medidas de intensificação da extração de mais valia como políticas decorrentes de fatores “objetivos”, com relação aos quais só caberia uma “adaptação” (...) “prudente”, que eliminaria qualquer tentativa de constestação. As experiências que se verificam parecem indicar espaço para a reivindicação *de um tipo de desenvolvimento econômico que distribua de modo mais justo os resultados do crescimento* (CARDOSO e COMIN, 1995: 47). A dinâmica sócio-cultural e sua configuração numa psicologia social, com as quais conta a ideologia burguesa, para promover a iniciativa econômica, têm como pressuposto não só o caráter desigual da condição humana, como a institucionalização da mesma como um *valor* social, a ser cultivado e promovido na engenharia social das forças dominantes. Como as necessidades “reais” antes identificam do que diferenciam, a sociedade burguesa se vê diante da contingência de estimular um modelo sócio cultural em que o centro paradigmático é *a indústria da moda* (...) *[que] funciona como parte de uma economia que depende mais e mais*

*de formas de visibilidade como mercadoria, da “publicidade”, e cada vez menos da troca de bens reais ou mesmo de serviços* (CONNOR, 1993: 158). Essa forma de conceber a sociedade e a cultura deve ser percebida no seu significado mais geral, de permitir que os frutos do progresso sejam utilizados do ponto de vista material, assegurando o controle da classe sob a qual eles fazem sua entrada no cotidiano sobre o conjunto da vida coletiva sem a qual não teriam sido gerados, sem que seu efeito homogeneizador sobre a demanda de trabalho individualmente considerado possa afetar o caráter hierárquico que interessa aos grupos dominantes que seja preservado, nas relações sociais. Trata-se de diversificar as “necessidades” individuais, para que a compulsão para satisfazê-las impeça que se perceba a possibilidade concreta da ampliação da participação sócio-cultural real, pela libertação de parte significativa da carga de trabalho destinado à mera sobrevivência. Também nas palavras de CONNOR, a cultura do capitalismo estimula e multiplica *um desejo que nunca pode ser satisfeito* (1993: 157). É sob essa determinação que deve ser compreendido o sentido que tem tomado a reestruturação produtiva que vem se processando em todo o mundo. Seja a natureza dos produtos visados pelo sistema produtivo, sejam as relações sociais que se estabelecem no mundo do trabalho ou as que se organizam no conjunto da sociedade, todos esses fatores estão submetidos à lógica mais geral da competição e do individualismo. A prevalência dessa ideologia permite à burguesia assegurar seu controle sobre as várias instâncias sociais, uma vez que seus reflexos de classe a habilitam a utilizar-se dos mecanismos sociais correspondentes com uma eficácia que supera tudo que os indivíduos e grupos de outra posição social, inclusive aqueles que aspiram inserir-se na condição burguesa, possam pretender sob tal ponto de vista. Entre os mecanismos sociais contemplados sob essa ótica, é claro, inclui-se a cooptação daqueles raros elementos da classe trabalhadora que, tendo as condições subjetivas de dominarem as fórmulas de sucesso, nesse contexto social, poderiam desenvolver-se como ameaça, na medida em que não tivessem suas aspirações de ascensão social atendidas. Ocupa importante papel, na maneira de administrar os processo cultural de forma compatível com os interesses dominantes, a vinculação da capacidade inventiva e do empenho produtivo a incentivos ligados à aquisição de bens materiais e simbólicos associados à inserção nos estratos sociais dominantes. Na medida em que os aparelhos

ideológicos burgueses promovem a mentalidade que promove uma associação desse tipo, tornam autorealizável a profecia de que só a competição econômico-social promove a atitude adequada ao progresso técnico, científico, artístico e assim por diante. Diante desse quadro impõe-se uma postura analítica, para identificar no próprio desenvolvimento do atual estágio, de grande fortalecimento da ideologia burguesa, os fatores de tensionamento, decorrentes da própria exclusão que é essencial ao modelo, que permitirão definir novos atores antagônicos a esse quadro. JAMESON caracteriza a situação presente do sistema político-econômico mundial ao indicar que

*Saul Landau observou (...) que nunca houve um momento da história do capitalismo em que este tenha tido maior liberdade de ação ou espaço de manobra: todas as forças ameaçadoras que ele havia gerado contra si mesmo no passado - os movimentos trabalhistas e as insurreições, os partidos socialistas de massa, e até os Estados socialistas - parecem hoje em completo desarranjo, quando não efetivamente neutralizadas; por ora, o capital global parece seguir sua própria natureza, sem as precauções tradicionais. Temos então, aqui, ainda mais uma definição de pós-modernismo, bastante proveitosa, que somente uma outra iria qualificar de "pessimista". O pós-moderno pode muito bem ser, nesse sentido, pouco mais do que um período de transição entre dois estágios do capitalismo, no qual as antigas formas do econômico estão em processo de reestruturação em escala global, incluindo as antigas formas de trabalho, suas instituições organizativas e seus conceitos. Não é preciso ser profeta para prever que um novo proletariado internacional (tomando formas que não podemos ainda imaginar) vai ressurgir dessas mudanças convulsivas: nós, no entanto, ainda estamos no meio do túnel, e não podemos saber quanto tempo ainda vamos ficar lá (1997: 412).*

A mudança da base técnica aparece como a condição material que foi utilizada pela burguesia de forma eficiente para garantir seu controle político-ideológico. Ela oferece tanto o instrumento de espetaculares aumentos de produtividade, como essa variante deles, que é a extensão do espaço e a contração do tempo em que as transações econômicas, e principalmente sua formulação financeira, podem ser

efetivadas. Por outro lado, os pressupostos jurídicos e políticos sob os quais a implementação das mudanças no sistema produtivo foi levada avante, que consagravam o domínio das instituições capitalistas sobre os recursos materiais a serem manejados, garantiu que outras alternativas sócio-econômicas, que de um ponto de vista objetivo eram possíveis de ser visualizadas fossem descartadas, numa demonstração que merece ser contemplada e analisada da relativa independência que a superestrutura ganha, conforme sua vigência se encontra consolidada. Neste sentido ganha destaque o papel desempenhado pela ideologia do Estado de bem-estar, como uma versão “de mercado” das “preocupações” com a situação da classe trabalhadora que assegurou a cooptação de significativas parcelas dela para uma sustentação dos governos de ideologia capitalista. O conjunto da forma como se dá a reestruturação é retratado por PETRAS, conforme a interpretação de seu pensamento por GUTIÉRREZ, da seguinte forma<sup>52</sup>:

*Os processos de reestruturação da economia implicariam mudanças nas relações entre o capital e o trabalho, com o fortalecimento exponencial do primeiro, graças às interações entre o capital financeiro e a revolução tecnológica, em que o capital constante e a acumulação resultante de sua produtividade teriam amplos e novos horizontes (...). Ademais essa dinâmica suporia uma nova escala de internacionalização da economia (GUTIÉRREZ, 1987: 209-10).*

Um equívoco que constantemente acomete pessoas bem intencionadas, na análise das relações de produção, é a confusão entre o avanço técnico configurado pelo processo de industrialização com o que ele significa, pelo menos no âmbito da dominação capitalista em termos da forma de organização social. Como o contexto que estamos atravessando demonstra à saciedade, a forma material que toma o sistema produtivo é tão somente instrumento da realização de projetos sociais cujo caráter contraditório só se resolverá pela hegemonia político-ideológica que as

---

<sup>52</sup> A referência utilizada por GUTIÉRREZ é a seguinte: PETRAS, J. *Critical perspectives and social class in the Third World*. Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press, 1985. A posição de GUTIÉRREZ é mais próxima da “esquerda” (...) “democrática”, como se verifica do comentário que agrega, sobre a visão de H. Brochier: *numa visão maniqueísta, afirma ser a crise uma estratégia para a manutenção do poder* (ver nota de rodapé, na página 209).

diferentes forças conseguirem assegurar, no contexto social em que estiverem se realizando essas modificações técnicas. O caráter “progressista” que o avanço das forças produtivas tem não está ligado à sua determinação “subjetiva”, do ponto de vista da classe dominante, senão que ao seu resultado concreto de colocar os indivíduos, grupos e classes sob novas condições, nas quais são levadas a confrontar fatores que implicam em que mudem a sua visão a respeito da sociedade em que vivem. Não o fazem porque seus valores indiquem novas orientações para sua atuação enquanto agentes sociais. A mudança ideológica é resultado e não causa das mudanças nas relações sociais, em primeira instância. É claro que uma vez estabelecida a nova ideologia ela passa a ser fator determinante, porém isso acontece *a partir* de sua configuração como elemento constitutivo de uma certa realidade histórica, que *decorre das condições materiais em que os seus sujeitos são levado a viver, na medida da mudança da base produtiva*. As condições em que o desenvolvimento da indústria coloca os trabalhadores acabam se configurando condições objetivas de que eles passem a se constituir em classe consciente de seus interesses como tal, pois

*A grande indústria aglomera num local uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que têm contra o seu patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência - coligação. (...) Se o primeiro objetivo de resistência não foi senão a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas, por seu lado, se reúnem com um pensamento de repressão, as coligações, a princípio isoladas, agrupam-se, e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para eles mais necessária que a do salário (MARX, 1990: 190).*

Portanto, a luta pela industrialização, que é assumida pelos trabalhadores num primeiro momento pela consideração elementar de que por aí se colocarão oportunidades de obter novas alternativas de emprego, deve ser assumida pelos seus aliados políticos também porque se coloca aí a possibilidade de gerar condições novas de desenvolvimento da ideologia dos trabalhadores, no rumo da sua

consolidação como classe. Contudo, estamos tratando da possibilidade de uma industrialização nas condições da hegemonia burguesa. Para que ela se dê é preciso que se verifiquem os fatores que constituem o interesse da burguesia no processo de industrialização. E esses podem ser localizados no fato de que

*A transição da manufatura para a fábrica marca uma revolução técnica completa, que reduz a nada a habilidade manual que os mestres-artesãos adquiriram ao longo de séculos; é uma revolução de que resulta a mais radical ruptura das relações sociais de produção - a cisão definitiva, entre os diferentes grupos que participam da produção, o rompimento total com a tradição, o agravamento e a extensão de todos os aspectos sombrios do capitalismo e, ao mesmo tempo, a socialização em massa do trabalho pelo capitalismo (LÊNIN, 1982: 289).*

Ou seja, as condições político-ideológicas para que se dê a iniciativa empresarial capitalista são aquelas que asseguram a submissão da força de trabalho às condições de exploração nas quais o nível de extração de mais-valia passa a ser considerado aceitável para a burguesia. Verifica-se que as tendências que se configuram no processo de globalização da economia, de erosão das condições de barganha do trabalho diante do capital podem ser consideradas como uma característica estrutural das relações capitalistas, não se justificando a “surpresa” com que os economistas burgueses afetam posicionar-se diante do fenômeno. A implicação de constatar esta lógica inerente ao processo de desenvolvimento capitalista é abandonar as ilusões de que os problemas sociais que se tem constatado ao longo de sua história sejam “acidentes de percurso”, a serem superados na medida em que o modelo venha a amadurecer. Analisando a questão da distribuição de renda na América Latina, Anibal Pinto conclui que a “*marginalização*” de uma parte considerável da população parece inseparável deste modelo e desta realidade (...) [1976: 114]. Mesmo quando os diferenciais de impacto do processo de desenvolvimento capitalista implicam em melhorias das condições de distribuição de renda, estes avanços estão sujeitos (diríamos mesmo fadados) a serem anulados posteriormente pela lógica inerente ao conjunto da situação. É vital para a forma

como se define o modelo do investimento visado dentro da perspectiva da burguesia que exista uma massa de população mantida no limiar e mesmo um abaixo de um padrão de subsistência, a qual funciona como reserva de mão-de-obra a ser mobilizada, nos surtos de “oportunidades”. Porém deve-se ter presente que esse contingente funciona também como argumento dissuasório de eventuais mobilizações dos trabalhadores que se encontram empregados, visando melhoria das condições de salário e de trabalho, de uma forma geral. Afinal, o pleno emprego tem sido claramente definido pelos economistas burgueses como característica de um quadro pouco “saudável”, para as perspectivas de investimento. Isso se explica se considerarmos que o trabalho constitui um dos custos da produção e, de acordo com nossa análise, aquele custo em que se concentra o caráter crítico, pela dimensão de controle social que é indissociável de seu gerenciamento. Tal característica da organização capitalista do sistema produtivo tenderá a se tornar mais grave, à medida em que a “objetivação” do trabalho converter os fatores de instalação e manutenção da infraestrutura produtiva em aspecto mais abundante e barato, o que deslocará de novo a competição entre as empresas para a exploração da mão-de-obra. Não é outro o sentido da argumentação dos neoliberais, de que estruturas sindicais “demasiadamente” fortes e políticas sociais “muito” (...) “ambiciosas” constituem fator negativo, do ponto de vista da atração de investimentos. Aliás, nesse caso, é preciso concordar com eles. Pelo menos dentro do padrão definido pela ideologia burguesa é exatamente essa a situação. Do que se trata é exatamente de discutir se as tendências de desenvolvimento desse modelo são adequadas para uma perspectiva de extensão dos benefícios do progresso produtivo ao conjunto da sociedade. É exatamente porque a análise que fazem é correta que se torna necessário recusar firmemente os pressupostos ideológicos, com as decorrentes conseqüências econômicas, sociais, culturais e políticas, que constituem o cerne da dominação burguesa, radicalizado e aprofundado pelo seu momento neoliberal. A análise que se segue, aplicável à América Latina é dolorosamente atual, se considerarmos o tipo de efeito que a globalização está tendo para os trabalhadores dos países centrais do sistema capitalista, com aumento do desemprego, que se constitui em razão essencial de muitos dos conflitos com os migrantes. Discutindo as perspectivas criadas pelos investimentos característicos das economias capitalistas, ainda Aníbal Pinto assinala

que dentro da dinâmica do desenvolvimento capitalista há uma tendência de *diminuir as margens de renda entre a população dos “pólos”, que tenderiam a aproximar-se* (1976: 113). Entretanto, dentro da perspectiva em que escrevia, de uma expectativa de desenvolvimentos socialmente “harmônicos” dentro do capitalismo, atribuía a essa aproximação um efeito “positivo”, de equalização “por cima”, como resultado da *redistribuição do progresso técnico* (idem *ibidem*). De fato o que se verifica é que a equalização se dá “por baixo”, uma vez que o capital tende a procurar as regiões onde possa minimizar o custo do fator trabalho. Cada trabalhador incorporado ao fluxo mais dinâmico da produção capitalista vem a se configurar em uma ameaça àqueles outros que já la estavam antes. Não é por acaso que na discussão da presente conjuntura os economistas burgueses enfatizam a questão da “competitividade”, como determinante essencial da necessidade de Estado, sindicatos e opinião pública aceitarem o paradigma neoliberal. Deve-se considerar que o significado de competitividade, muito para além da evidenciada relação entre empresas, países e modelos de operação produtiva e de distribuição de bens, significa estabelecer padrões de acendrado individualismo, com a eliminação de qualquer prurido de solidariedade, produzindo-se aí a quinta-essência da potencialização do egoísmo, da agressividade, em suma da *competição*, como traço de comportamento a ser mobilizado, para determinar as características da sociedade<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Na discussão do papel que devem ter, na organização da percepção e ação social, a competição e a colaboração, se por um lado devemos apontar o caráter essencial do capitalismo, de atuar com base nas tendências mais destrutivas, não podemos deixar de levar em conta que, simetricamente, uma tendência que pensamos poder ser caracterizada como um “otimismo antropológico” constituiu um viés que, no mais das vezes, marcou o pensamento e a ação da esquerda, com conseqüências que talvez só agora podem ser percebidas em toda a sua extensão. Tal tendência, como a definimos, consiste em imaginar que pela simples realização da revolução estará criado um “homem novo”, capaz de mobilizar todo seu potencial criativo e produtivo em benefício da sociedade, sem uma razão de ganho pessoal para isso. Pensamos que será necessário um trabalho de pesquisa bastante abrangente para determinar o quanto desse desvio filosófico pode ser encontrado na raiz dos acontecimentos que vieram a resultar na queda dos regimes socialistas. Cabe ainda aguardar para ver a plausibilidade da hipótese de que os chineses, contrariando a posição de que chegamos a participar, de que sua política constituía mero revisionismo, não tiveram a clarividência de perceber tal relação, antecipando-se aos seus piores resultados, com sua política de utilizar mecanismos de mercado, *sob o controle do partido*, como forma de enfrentar os desafios aí contidos. Da mesma forma cabe indagar se a NEP não constituía uma antecipação de Lênin com relação a esse aspecto da problemática a ser enfrentada pela revolução. Que o modelo de desenvolvimento que deve emergir do processo de globalização do capitalismo não foge à determinantes acima apontadas podemos deduzir de análise triunfalista que conhecido economista burgues vem a trazer a público. Conforme dita análise *Joseph Schumpeter (...) reconhece (...) isso: quando um mundo velho se decompõe, o potencial de crescimento é mobilizado por toda parte, e, emergem novas estruturas que podem facilmente levar a um grande e prolongado surto de crescimento. (...) Hoje o mundo se encontra*

No caso brasileiro a tendência de manutenção do padrão excludente que marca o desenvolvimento capitalista deve ser considerada na perspectiva do agravamento de tendências históricas do nosso sistema sócio-econômico. O próprio potencial representado pelas dimensões continentais do país e os recursos a isso associados tornam inevitável que os processos político-sociais aqui ocorridos sejam acompanhados com muita atenção pelos estrategistas a soldo do capital internacional. Daí decorrem apoios para a burguesia brasileira, nos momentos em que sua dominação venha a ser colocada em causa que talvez tenha sido imperdoável leviandade não levar em conta, em cruciais momentos de nossa história. Nesse sentido os dados já conhecidos a respeito do golpe de 64 são bastante eloqüentes<sup>54</sup>. Os dados da realidade brasileira assumem, então, um sentido muito mais abrangente para o entendimento do que significa, para os trabalhadores em geral, a manutenção da hegemonia burguesa. Eles são retratados de forma muito adequada pela constatação de que

---

*diante de uma oportunidade semelhante àquela descrita por Schumpeter. Os motivos imediatos disso [incluem] (...) - o fim das estruturas estatais-corporativistas incorporadas ao Estado de bem-estar social e da regulamentação onipresente, na Europa, mas também em boa parte do mundo em desenvolvimento. (...) Essa fonte (...) de mudanças vai transformar tudo na economia mundial. Novos países, novas indústrias e novas pessoas vão assumir posições de liderança. As chances de surgir um mundo mais rico (não com menos desigualdade do que o atual) são muito grandes (DORNBUSCH, Rudger. Uma nova era de ouro do capitalismo? Folha de São Paulo. 21/7/96, p. 1-3). Poder-se-ia dizer que “desigualdade” não significa necessariamente “exclusão”, entendida como privação de condições mínimas de dignidade e bem-estar. Entretanto, tanto no mundo periférico do sistema capitalista como nos seus centros mais dinâmicos podemos localizar exemplos de como esta asserção otimista não se sustenta. Isso se deve ao fato de que não é objetivo da burguesia generalizar os benefícios da revolução técnica para os trabalhadores. Pelo contrário, a revolução em causa se apresenta para a classe dominante como oportunidade de aprofundar seu domínio, com o corolário essencial de agravamento das condições de pauperização absoluta ou relativa dos trabalhadores. Deve-se considerar que para análise das relações de produção é preciso levar em conta que o que define a privação não é um padrão absoluto de consumo, mas a condição relativa que o mesmo representa, dentro das condições de uma dada sociedade. O bem-estar é definido por um dado comparativo, tendo em vista as condições vigentes, que definem quais os patamares de disponibilidade de bens materiais e simbólicos os indivíduos e grupos devem ter à mão para poderem realizar-se como sujeitos plenos da situação cultural em que estão inseridos. No caso dos países situados na periferia basta que nos voltemos para os moradores de rua em São Paulo, para nos situarmos quanto a esta discussão. Para uma visualização sobre como a mesma se coloca, no que se refere aos países hegemônicos adquire interesse a seguinte análise da situação japonesa: Encurralado pela crise do endividamento e pela globalização, o “Japão S/A” é compelido a lançar por terra os seus lastros sociais. Pouco a pouco, a “família empresarial” é dissolvida por ordem superior. Os chamados “empregos ociosos” de funcionários improdutivos que todavia não podem ser demitidos (mais de 6% da população ativa) tem que desaparecer. Trabalhadores e funcionários públicos, por meio de uma tática psicológica de desgaste, são instigados a pedir a própria demissão “por livre e espontânea vontade”. Ao mesmo tempo, milhões de empregos “de segunda classe” e nas empresas de fornecimento são suprimidos. Progressivamente, impõe-se também no Japão o mesmo desemprego estrutural de outras nações industrializadas (KURZ, Robert. O fictício milagre japonês. Folha de S. Paulo. 4/8/96, p. 5-10).*

*A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apóia-se (...) na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho subnutrida, em jornadas de trabalho prolongadas e em espinhosas condições urbanas de existência, torna-se possível na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída (CAMARGO, s.d.: 59).*

Assim, assumir a necessidade da industrialização não pode significar fechar os olhos para os problemas que se colocam quando se concentram grandes contingentes populacionais num modelo de organização social em que o Estado é concebido pelas classes dominantes apenas como um instrumento de controle social e mesmo de acumulação a serviço de seus interesses. Embora esta análise tenha sido elaborada tendo em vista as condições da cidade de São Paulo, o quadro apontado tende a repetir-se nas demais áreas onde se processa a organização de empresas atraídas pelas condições mais “favoráveis” do interior do Estado, entre as quais costuma ter destaque a ausência de sindicalismo combativo. O que se verifica é que o adensamento dos novos polos de industrialização vai reproduzindo as mesmas condições de vida que já se verificavam na Grande São Paulo. Uma análise da situação do Estado já aponta o *surgimento de favelas nas cidades do interior e (...) condições de vida desfavoráveis da população localizada na periferia de algumas (...) cidades de porte médio* (RODRIGUES, 1990: 55).

É dentro da perspectiva desigual e excludente do capitalismo que temos que visualizar todas as etapas do seu desenvolvimento. Sua dinâmica supõe a precarização das condições de vida dos trabalhadores como requisito da manutenção das condições de barganha dos patrões, com vistas ao rebaixamento dos salários e barateamento dos demais aspectos dos custos representados pelas condições de trabalho a serem oferecidas. A forma de integração dos trabalhadores nas dinâmicas

---

<sup>54</sup> Ver, a tal propósito, DREIFUSS, 1981, p. 172 e 214-5.

geradas pelo desenvolvimento capitalista carregam, em geral, a carga discriminatória acima referida:

*essas experiências (...) nos permitem qualificar o significado dessa insegurança e dessa instabilidade inscritas nas condições de vidas das famílias trabalhadoras. Mesmo para aquelas que conseguiram se afastar das fronteiras da miséria, esta no entanto comparece em seus horizontes como ameaça real ou virtual de desestruturação dos arranjos que conseguiram estabelecer em suas vidas cotidianas, de tal forma que suas histórias podem ser descritas como um esforço permanente para driblar essa ameaça (TELLES, 1990: 45).*

As processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores, dentro do quadro de sobre exploração implicado nas condições do modelo é agravado pelas crises cíclicas do capitalismo. No âmbito da expansão da interdependência dos mercados, característica essencial à globalização, tal determinação torna-se agravada pelo papel de crescente importância que assume na economia o setor exportador. Nessas condições o trabalhador passa a defrontar-se com um capital cujos espaços de manobra se tornam enormemente ampliados. Disso decorre que as “oportunidades” serão utilizadas com muito mais agilidade, passando o empresário capitalista a atuar mais decididamente como um predador, que se desloca de um ponto a outro do planeta, sugando as energias vitais das populações e deixando atrás de si um território arrasado, na medida em que perspectivas “mais promissoras” se lhe apresentam em outras paragens. Já anos atrás advertências se faziam ouvir a respeito de possíveis problemas sob tal ponto de vista:

*Não esqueçamos que iremos iniciar 1988 com uma recessão que poderá ser mais profunda que a de 1983, se o quadro internacional se agravar como suspeitamos (...). Em função do apresentado fica difícil pensar se a economia do interior do estado [de São Paulo] irá continuar tendo o processo de crescimento acelerado e transformador que teve nos últimos anos. Não sabemos, porque se evidentemente a crise for profunda e a crise internacional se agravar, teremos desta vez problemas na dinâmica de exportações, um encolhimento da demanda efetiva no que tange à questão do consumo e do investimento interno e, portanto,*

*uma crise tão grave que frente a ela teremos saudades do período recessivo de 1981 a 1983* (CANO, 1988: 132).

Esse cenário, por tudo que nos é dado observar, tende a repetir-se de forma cíclica e progressivamente aprofundada, à medida que se consolidarem as tendências atuais de atuação do capital. Desarmar ideológica e politicamente os trabalhadores, diante de tais condições ultrapassa o limite do equívoco, para dever ser considerado como uma definida tomada de posição do lado do adversário. É por isso que, talvez mais do que em qualquer quadra histórica anteriormente vivida impõe-se uma clara atitude de classe, conquanto aberta às alianças estratégicas e táticas que a complexidade dos dados em presença impõe. A nossa preocupação é traduzir essa atitude no plano pedagógico, como pressuposto necessário à ampliação dos quadros de trabalhadores que percebam e assumam o contexto do confronto de classe como ele se coloca presentemente.

Pela complementaridade suposta na forma de o homem adaptar-se ao ambiente, entre as suas ações e a de seus parceiros (inclusive alguns eventualmente tão distantes que nem o próprio agente percebe o caráter complementar da ação), a manipulação do meio físico supõe e exige a manipulação de outros homens. Mesmo quando isso não ocorre, (ou, no mais das vezes, *parece* não ocorrer), temos que a ação sobre o meio físico significa ocupar espaços ou utilizar recursos que deixam assim de estar disponíveis para outros agentes. Mais ainda: como os ecologistas têm feito notar, e mais intensamente na medida dos potenciais técnicos aplicados, os efeitos das intervenções se fazem sentir muito longe de onde elas ocorrem. Por isso que toda técnica introduzida tem uma repercussão sobre a configuração do sistema social considerado e, numa medida maior ou menor, sobre a humanidade.

Sempre se pode especular sobre um projeto que leve o componente individualista da ideologia burguesa ao seu extremo limite, concebendo um ambiente totalmente mecânico, em que seu beneficiário sobrevivesse em magnífico isolamento. Não iremos aqui trabalhar as implicações psicológicas para o beneficiário de tal, agora sim efetivo, fim da história. Entretanto, na posição *partidária* (no sentido de *tomar posição ao lado de*) que assumimos o que nos importa são as conseqüências para os outros. Não temos dúvida que a decorrência

lógica teria que ser um tipo de *solução final*, de que aliás a ocupação militar do Rio de Janeiro foi um eloqüente ensaio. De qualquer forma este isolamento protetor parece não ser mais do que um sonho consolador a que a burguesia se entrega. Pelo contrário verifica-se

*a associação econômica de vários ramos a um sistema bastante extenso de partes intimamente interdependentes, com o imperativo sempre crescente de salvaguardar a continuidade da produção no sistema como um todo - quanto mais o sistema é ampliado em relação ao seu ciclo de reprodução, maior é o imperativo da continuidade e qualquer perturbação leva a uma ampliação maior, bem como a uma ameaça progressivamente mais densa até mesmo de uma interrupção temporária da continuidade (MÉSZÁROS, 1993: 116).*

É claro que não é esta a imagem que o sistema apresenta de si próprio. Pelo contrário, a descrição que os ideólogos da burguesia procuram vender é de que a mesma se constitui num poder que pode abrir mão, impunemente, de todos aqueles, inclusive países inteiros, que não se submetem ao seu jugo. Entretanto quando se analisam os episódios da crise mexicana, o caso do Barings e até mesmo o aporte de recursos em assustador volume para apoiar os candidatos dóceis nos países ex-socialistas, fica claro que a história não é bem assim.

O problema que se coloca para a burguesia, como em vários outros momentos históricos, é de apresentar uma *démarche* político-ideológica como uma decorrência de uma “relação” (...) “natural”. A ampliação da dominação, pela manipulação dos recursos tecnológicos que apropriou, deve ser apresentada como um “resultado” do fato de os trabalhadores “não terem se preparado” para lidar com o novo quadro que “resultou do progresso”.

Para refutarmos esta ideologia temos que levar em conta que a base material, uma vez incorporado um salto tecnológico, não “resiste”, de forma significativa, ao domínio humano. A propósito recorde-se a rapidez com que os “candangos” nordestinos dominaram os recursos técnicos com que tinham de lidar, na construção de Brasília. Por outro lado tal não sucede com o componente humano dos mesmos processos. Por isso que o tecnicismo serve à dominação: convertendo os

trabalhadores em “complementos” dos recursos técnicos, diminuí-lhes a humanidade e portanto a capacidade de resistirem. E é também por isso que o combate ao tecnicismo serve aos trabalhadores: desmistificando o domínio da técnica, permiti-lhes ver melhor a mão *humana* por trás dela e identificar melhor o adversário, de modo que não venham a tornar-se em novos luditas.

FORBES assim analisa a relação entre as condições sociais e o desenvolvimento científico e tecnológico: *Parece que no hemos más que despertar ante el peligro de que nuestras conquistas científicas y tecnológicas sobrepasen nuestro progreso social y espiritual* (FORBES, 1958: 356). A disponibilidade de novos recursos técnicos tornaria necessário mecanismos sócio-culturais mais eficientes para delimitar a interferência dos agentes sobre o meio físico e social, uma vez que a mesma se torna maximizada pelo potencial dos novos instrumentos. Entretanto, numa situação cultural em que se estimula o individualismo, a sensação de poder conferida pelas novas técnicas leva, ao contrário, a um crescente desprezo pelo *outro*, criando as bases de um comportamento autosuficiente e elitista, do qual decorrem atitudes anti-sociais, com resultados agravados pela sofisticação dos recursos colocados à disposição dos agentes. Uma atitude predatória com relação à natureza e com relação aos demais homens vai emergindo, como acontecimentos recentes demonstraram de maneira dramática, destacando-se aí o caso da morte do pataxó Galdino, em Brasília, para ficarmos na situação de nosso país. DUCASSÉ, após definir a técnica como um *sistema de hábitos sociais* (1962: 10), desenvolve o seguinte argumento:

*... desde o século XIX que o contínuo aumento do nosso poder de acção material ultrapassa claramente os recursos, para não dizer os limites do nosso gênio social (...).(...) saberemos nós restabelecer uma suficiente harmonia entre os fins da nossa espécie e os meios que empregamos para os satisfazer? (...) A aventura do homem dominando a matéria será o prelúdio da sua própria escravização ou o prefácio de sua liberdade?* (idem, p. 11-2).

A resposta da burguesia é claríssima. A técnica só lhe interessa enquanto instrumento de aumentar o seu domínio sobre a sociedade. Não é por acaso que nas

suas mãos a televisão significa o “topa tudo por dinheiro” de todos os domingos. Não estamos sugerindo que a banalização da forma de utilizar a técnica seja uma novidade. A utilização de novas técnicas e produtos para produzir quinquilharias que produzam lucros para seus fabricantes sem terem que produzir utilidades efetivas para seus compradores tem sido uma forma significativa de atividade do chamado “livre mercado”, da qual certo tipo de imprensa e órgãos de comunicação radiofônica e televisiva é apenas a forma mais evidente e escandalosa. Não nos parece abusivo especular se não há aí uma perversa lógica: a utilização do potencial produtivo de forma a acrescentar algo de efetivamente favorável ao bem-estar físico ou “espiritual” do destinatário do produto teria um efeito de conjunto de aumentar a “humanização” das condições de vida e produzir, assim, um efeito contraditório com a manutenção dos indivíduos dessa forma beneficiados na condição de instrumentos dóceis à dominação do capital.

O contexto geral em que situo a escola e a cultura compromete-se com uma visão de mundo que tem tido seu epitáfio insistentemente escrito nos últimos anos. Entretanto estamos convictos de que as condições objetivas de sua vigência se colocarão a cada momento, à medida em que a própria ausência do contraponto da experiência do socialismo permitir a emergência mais visível da face real do capitalismo<sup>55</sup>. O desenvolvimento que poderia criar as condições de realização de todos os seres humanos, liberado seu tempo para a produção do que o homem tem como seu trabalho mais nobre, no plano da criação, parece fadado a instaurar o pior dos mundos, com a definitiva separação entre privilegiados e malditos. Ao mesmo tempo, pela lógica do consumo desenfreado produz uma ameaça concreta da própria

---

<sup>55</sup> A este propósito um participante de um congresso de psiquiatria apontava, dias atrás, uma relação que permite evidenciar o sentido deste meu convencimento: *A corrupção afeta a saúde mental da população de todo o mundo. O diagnóstico foi dado (...) por profissionais reunidos no simpósio “Corrupção e saúde mental”, no 9º Congresso Mundial de Psiquiatria (...). Os palestrantes foram unânimes em apontar a corrupção como causa e efeito de distúrbios psicológicos coletivos e individuais. O brasileiro Jurandyr Freire Costa, da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), atribuiu a corrupção ao fato de a sociedade capitalista não ter criado “mecanismos para proteger seu patrimônio moral”. Segundo Costa, a cultura do “vale-tudo” aumentou com o fim do socialismo no Leste Europeu, que servia como referência de sociedade alternativa (CORRUPÇÃO afeta saúde mental, diz psicanalista. Folha de S. Paulo, 10/6/93 (p. 3-1). No presente estágio do capitalismo o lado perverso da lógica de seu desenvolvimento parece ter ganho dimensões realmente assustadoras. As novas tecnologias funcionam no sentido de produzir uma sociedade excludente, em que novos processos (...) elevam a produtividade da empresa, mas aumentam o contingente de marginalizados (DESEMPREGO desafia sistemas. Folha de S. Paulo. 16/5/93, p. 3-6). Ora, o aumento da miséria, por aí determinado, engrossa o contingente dos que, não podendo satisfazer suas necessidades de forma “legítima”, são alvo fácil do desenvolvimento de mecanismos “corruptos” de obtenção de renda.*

destruição do meio ambiente. O acúmulo de montanhas de lixo, a degradação climática, a destruição de formas de vida parecem no rumo de configurar um quadro no qual a grande obra do homem terá sido destruir-se a si próprio. Sim, porque a natureza essa tem todos os bilhões de anos para recompor a experiência, enquanto a espécie humana, destruído o frágil nicho ecológico em que ocorreu desenvolver-se não lhe restará forma de sobreviver. E neste caso

*não se trata de questão de consciência. Os ricos, os capitalistas, os poderes constituídos não são tolos. Vários deles estão perfeitamente conscientes, por exemplo, dos perigos ecológicos. Eles tentam levá-los em consideração nas suas projeções e planejamentos. Mas, sob pressão da competição, eles são forçados a fazê-lo de tal modo que a ameaça global permanece (MANDEL, 1993:6).*

Assim, diferentemente de outras etapas da história humana, não é a ausência de recursos técnicos adequados para moldar o mundo físico que se coloca como obstáculo para o desenvolvimento harmônico de toda a humanidade. Pelo contrário, consideradas as condições demográficas, de disponibilidade de recursos físicos e até mesmo as expectativas de consumo da maior parte dos homens, enquanto não envolvidos na ciranda de fabricação de necessidades montada pelo capitalismo, apresentam-se condições de grande progresso na condição de vida que se pode oferecer à população mundial. O que se verifica, porém, é que ao lado de grandes desperdícios praticados para atender aos projetos das empresas, que manipulam os hábitos de consumo de uma restrita minoria de privilegiados com esse fim, temos amplas maiorias submetidas a condições que em alguns casos lembram as fases negras da história humana, em termos de degradação material e espiritual.

O mito da pós-modernidade e a sua utilização pelas ideologias da ordem suscita questões políticas da maior importância para as correntes comprometidas com os interesses políticos dos trabalhadores. Do ponto de vista tático não se pode deixar de considerar a prioridade da defesa do Estado de bem-estar, que se caracteriza pelo fato de que

*a partir de finais do século XIX (...) a forma política do Estado liberal foi substituída, nas sociedades europeias desenvolvidas pelo Estado-Providência, ou*

*Estado social de direito, uma forma política muito mais democrática apostada em compatibilizar, dentro do marco das relações sociais capitalistas, as exigências do desenvolvimento econômico com os princípios filosófico-políticos da igualdade, da liberdade e da solidariedade que subjazem ao projecto social e político da modernidade* (SANTOS, 1994: 183).

Estas políticas, na sua ambigüidade de instrumentos de cooptação dos trabalhadores pela burguesia e ao mesmo tempo de brechas para uma estratégia baseada em movimentos reivindicatórios por parte das organizações operárias mais combativas, estão contudo sendo liquidadas nas condições geradas pelo avanço neoliberal. O esforço de compreensão da globalização capitalista se impõe, como requisito de uma retomada da defesa dos interesses dos dos trabalhadores.

Uma abordagem que necessariamente terá que ser feita, para a elaboração da tática política, nas condições apontadas, será das coalizões que devem ser estabelecidas. Para estabelecer os referenciais políticos a serem considerados teremos que considerar duas realidades distintas e complementares geradas no bojo da globalização capitalista. Há a realidade do aumento do peso da categoria que até hoje tem sido identificada como classe média. Trata-se da questão de que, no núcleo de trabalhadores aquinhoados com uma relativa estabilização de seus vínculos de emprego tendem a predominar aqueles que têm uma formação profissional, obtida ou não por vias acadêmicas. Estamos convencidos de que, no longo prazo os parâmetros ideológicos que delimitam o posicionamento desses trabalhadores sofrerão o impacto do compulsão de exclusão que domina o capital, por sua própria natureza. Muito embora a reação a esse impacto possa ser também a adesão a posturas fascistas, abre-se aí também uma possibilidade de transição para uma posição ideológica de contestação da hegemonia burguesa. Por outra parte a dinâmica atual do capitalismo coloca-nos diante do extraordinário crescimento da subclasse correspondente aos trabalhadores colocados à margem do processo econômico, pelo sempre crescente desemprego estrutural. Para dar conta desse quadro as organizações ligadas aos trabalhadores deverão capacitar-se a operar com um arco mais largo de motivações e ao mesmo tempo manter um nível adequado de coerência do projeto político que as anima. Analisando as perspectivas colocadas pela posição intermediária entre os

polos de desenvolvimento capitalista e as partes marginais do sistema, SANTOS coloca ponderações que podem ser tomadas, no nosso entender, como indicações de maior abrangência:

*Aliás, o próprio desenvolvimento intermédio suscita o curto circuito entre a luta pelas reivindicações materiais (salários decentes e segurança social) e as reivindicações pós-materiais (a ecologia, o antinuclear, a igualdade sexual e racial, todas elas, aliás, misto de materiais e pós-materiais). Este curto circuito político, porque exige amplo consenso entre as forças sociais e políticas apostadas na transformação, pareceria recomendar, entre outras coisas, a unidade orgânica das duas centrais sindicais, a coligação do partido socialista e do partido comunista e a integração da agenda política pós-materialista, tanto nas centrais sindicais como nestes partidos (1994: 90).*

Na análise do atual quadro econômico social, marcado pela globalização do capitalismo, verifica-se uma revivescência do malthusianismo que, qual uma fênix, renasce, como ideologia do polo burguês enquanto classe dominante. Tal se deve a que, de maneira talvez nunca vista antes, a alteração do sistema produtivo se faz no sentido de tornar descartável uma quantidade cada vez maior de trabalhadores, constituindo-se aí um quadro de desemprego estrutural tão agudo que cabe perguntar se as condições de convivência a que, para bem ou para mal, nos acostumamos sob a hegemonia burguesa, podem sobreviver. Como qualquer movimento de recuperação de padrões ideológicos que se apresentam aparentemente superados, é necessário entender também este no quadro de necessidades que se colocam, no caso para a burguesia, de estabelecer bases novas para uma hegemonia que se encontra ameaçada.

O malthusianismo representa uma ideologia adequada à burguesia nas fases de decadência. A sua mensagem essencial é de que os trabalhadores devem conformar-se à ordem dominante, buscando em sua própria temperança (e não em revoltas “estéreis”) o remédio para seus males, uma vez que os mesmos são causados não pela dominação burguesa mas pela “ordem natural das coisas”:

*não é improvável que assim como num carvalho as raízes e os ramos não possam ser muito diminuídos sem enfraquecer a vigorosa circulação da seiva no tronco, assim também na sociedade as camadas dos extremos não podem ser diminuídas além de certo grau sem reduzir o esforço vital de todas as camadas médias, que é a verdadeira causa de que elas sejam as mais favoráveis ao desenvolvimento do intelecto (MALTHUS, 1983: 377).*

Dessa forma procura-se justificar a apropriação de mais-valia, pela classe dominante, como constituindo-se de fato a “justa” distribuição dos frutos do trabalho social, tendo em vista as “contribuições” (...) “mais valiosas” que a mesma “estaria fazendo” para a produção dos mesmos. Como, na realidade, os resultados dessa dominação se traduzem no constante agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, também aqui o malthusianismo subjaz como uma formulação adequada para sustentar a vigência desse arranjo social, contra os pontos de vista “subversivos”:

*A idéia de que as impressões e os estímulos deste mundo são os instrumentos com que o Ser Supremo modela a matéria para a condição espiritual, e de que a necessidade do esforço constante para evitar o mal e procurar o bem é a principal fonte daquelas impressões e estímulos, parece remover muitas das dificuldades que ocorrem em uma consideração sobre a vida humana e me parece oferecer uma razão satisfatória para a existência do mal natural e moral (...) [MALTHUS, 1983: 383].*

Assim, no contexto de uma ausência de perspectivas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, seus sofrimentos ganham o status de inevitabilidade<sup>56</sup>,

---

<sup>56</sup> No atual quadro da economia capitalista vai se consolidando a percepção de que a concentração das rendas e a exclusão social daí decorrente, longe de se constituírem em “etapas” a serem superados, são características estruturais do modelo. Os defensores da hegemonia do capital vão, progressivamente, sendo obrigados a admitir essa evidência, o que os leva a revisar teses anteriormente defendidas. É claro que o discurso elaborado a esse respeito é escorregadio, porém a leitura atenta das peças que vão surgindo permitem perceber esse “revisionismo neoliberal”. A propósito ver: DUPAS, Gilberto. O intelectual e o político-presidente, 3/8/97, p. 5-13, CAMPOS, Roberto. Não é por aí..., 27/7/97, p. 1-4 e CAPITALISMO ainda é a única via, diz Fukuyama, 27/7/97, p. 1-25, todos na *Folha de S. Paulo*. Aliás a temporalização do título do último material citado não deve passar despercebido, em nossa análise. Nesse sentido fica mais perceptível a ingenuidade ou mesmo a atitude criminoso de muitos que construíram carreiras acadêmicas, políticas e sindicais numa perspectiva de superação do capitalismo e que,

quando muito a justificar a caridade, mas nunca uma visão revolucionária, ou mesmo reformista. Ora, os processos de decadência decorrem da inadequação dos interesses de determinada classe dominante às exigências que o contexto histórico coloca para o avanço da civilização. Dadas as atuais condições, a burguesia só pode defender seus interesses reais na medida em que negar de maneira inequívoca quaisquer compromissos com uma sociedade marcada por um mínimo de respeito pela dignidade humana. As massas colocadas de lado pelo avanço da globalização capitalista só podem ser encaradas como lixo a ser eliminado, sob tal ponto de vista. Particularmente a perpetuação de tais grupos, pela manutenção de índices de incremento populacional típicos da época em que o capitalismo necessitava de grandes contingentes populacionais para manter sob controle o custo da mão-de-obra, é um horizonte aterrador do ponto de vista da tranquilidade dos herdeiros do sistema<sup>57</sup>.

Não deixa de despertar curiosidade que o incremento de produtividade, que se constitui, poderíamos dizer, na própria essência da elaboração da cultura, tendo sido num determinado momento a grande contribuição da burguesia para o avanço histórico, tenha se convertido em um problema de tal monta.

O que sucede hoje com o capitalismo é que a sua estratégia de expansão predatória, que lhe permitia resolver as crises pela realocação tanto do excedente de mão-de-obra como do excedente de bens de forma a incorporar novas regiões e povos ao seu mercado encontra agora uma limitação de caráter geográfico: não existe o que poderíamos chamar de “fronteiras de expansão” disponíveis para o deslanche de tais estratégias. A incorporação dos ex-países socialistas, que se apresentou num determinado momento como a grande oportunidade de uma nova fase de expansão do capitalismo vem se revelando muito mais problemática do que imaginaram as cabeças da burguesia. Deve-se recordar que, quando do início desse processo, ele foi cantado em prosa e verso, tanto no que se refere à “recuperação”

---

açodadamente, se converteram a tais teses, quando os acontecimentos políticos tornaram incômodas as posições que anteriormente defendiam, demonstrando o ligeireza de seus alinhamentos ideológicos, que velejam ao sabor das “modas” de cada momento.

<sup>57</sup> Daí que nas condições presentes, volte a imperar no pensamento burguês uma perspectiva malthusiana como se depreende da colocação, entre os requisitos que tal pensamento visualiza para o desenvolvimento, que as nações que pretendam obtê-lo tratem de manter *sob controle sua expansão demográfica* (DELFIM NETTO, Antônio. Bens de capital e crescimento. *Folha de S. Paulo*. 5/6/96, p.1-2).

para o “mundo democrático” dos países do leste mas também como um novo horizonte das oportunidades de investimento<sup>58</sup>. Inclusive foram freqüentes as advertências aos países capitalistas periféricos que tinham que correr para se adaptar ao modelo neoliberal, pois as tais “novas oportunidades de investimento”, no Leste Europeu, estabeleciam uma concorrência que não admitia delongas. Esta incorporação se baseava fundamentalmente na miragem do “paraíso” de uma sociedade de consumo, armadilha na qual a ausência de uma efetiva revolução cultural nos países socialistas jogou as suas populações:

*Toda a experiência das últimas décadas mostra que onde o socialismo permite a coexistência do capitalismo global, em oposição à inclusão de práticas capitalistas selecionadas que são reconstituídas para se encaixar no projeto socialista, é o socialismo, e não o capitalismo, que será prejudicado. A razão disto é que, na ausência de um desenvolvimento capitalista das forças produtivas, o socialismo não consegue atender às demandas das massas no Segundo ou Terceiro Mundos pelo padrão de vida que está abertamente disponível à maioria das pessoas no Primeiro Mundo. O triunfo do capitalismo global é o triunfo das classes capitalistas transnacionais em vender a ideologia-cultura do consumismo e distribuir os bens através das corporações transnacionais e de outras instituições econômicas (SKLAIR, 1995: 264).*

As populações dos países que contavam com governos socialistas foram bombardeadas com a propaganda de um paraíso de consumo capitalista, diante do qual as possibilidades das economias em que viviam só poderiam ser consideradas como muito limitadas. Também este processo teve muito a ver com as condições técnicas que marcam o contexto presente, no caso o impacto das mesmas sobre as possibilidades de comunicação.

É claro que a atração configurada pelo mercado capitalista está ligada a graves desvios na condução política dos partidos que ocuparam o poder nos governos socialistas e comunistas. De um lado não há dúvida de que uma destas falhas (e de

---

<sup>58</sup> É claro que este aspecto ficou mais restrito aos cadernos de economia, nos jornais. Nem seria muito interessante, para os advogados do tal “mundo democrático” dar destaque a este aspecto em espaços mais acessíveis a outras análises.

particular gravidade) foi a de não promover uma autêntica revolução cultural, que se constituiria, isto sim, no mais efetivo obstáculo à atração acima referida. Entendemos que essa revolução tinha que processar-se no nível da própria concepção dos objetivos que norteiam a vida dos homens e da relação que a definição de tais objetivos pode estabelecer entre cada homem e os demais. A competição com o capitalismo fica difícil, para não dizer impossível, quando o individualismo e o consumismo permanecem como os ideais norteadores da cultura.

Mesmo que as economias socialistas tivessem condições de oferecer padrões de consumo equivalentes aos desfrutados pelas classes médias dos países capitalistas (e havia notórias dificuldades a esse respeito) não se pode ignorar que para a mentalidade individualista um valor inarredável é a diferença de padrões de vida e status com relação às demais pessoas. Este fator é que tem sido manipulado pelo capitalismo para obter os altos índices de produtividade e inventividade que inegavelmente têm caracterizado as economias controladas pela burguesia. Aliás residem aí as dificuldades enfrentadas pelos regimes do “socialismo real” para competir com os níveis médios de consumo dos países capitalistas. Só um trabalho intenso no campo ideológico, que atingisse as bases da cultura remanescente de egoísmo e individualismo, poderia enfrentar essa questão.

Entretanto não podemos ignorar que houve problemas de outra ordem, num plano mais elementar do que o colocado pela necessidade de um trabalho no plano da ideologia. Enquanto as mudanças requeridas nesse plano não ocorressem seria de esperar um controle para que, pelo menos, o poder socialista não ficasse vulnerável do ponto de vista de um raciocínio baseado em noções comuns, de uma moralidade formulável no plano da cultura pré-existente. Como se configura nessa declaração de Mikhail Gorbatchev, verificaram-se aí problemas que não era difícil prever, acautelando-se contra eles:

*Não se pode silenciar (...) a justa indignação dos trabalhadores pelo procedimento dos dirigentes investidos de confiança e poderes, e incumbidos de defender os interesses do Estado e dos cidadãos, que abusavam do poder, abafavam críticas e tiravam vantagens individuais (...).(...) não se conseguiu criar*

*uma barreira sólida aos indivíduos desonestos, velhacos e ambiciosos que procuram tirar vantagem do cartão de militante (GORBATCHOV, 1987: 40-1).*

Em outras palavras, os partidos comunistas, que ocupavam o poder nos antigos regimes socialistas e seus dirigentes e militantes têm que assumir suas responsabilidades, decorrendo daí assumir suas falhas. Estas dizem respeito tanto à questão política mais geral de definição e implementação de uma adequada concepção de sociedade como ao plano mais elementar, da vigilância para impedir a corrupção dos quadros partidários. Tal postura é essencial até para reivindicar os inegáveis avanços que os regimes socialistas representaram como credenciais que os habilitem a participarem como atores legítimos do atual processo político naqueles países. A autocrítica deve permitir a construção de mecanismos que evitem os mesmos desvios ou outros ligados ao mesmo tipo de problema organizacional, principalmente na perspectiva de virem aqueles partidos a novamente assumirem parcelas de poder, a partir dos processos eleitorais futuros.

Entretanto também é necessário ressaltar os pontos em que a experiência histórica do funcionamento dos regimes do “socialismo real” contribuiu para um avanço da condição da classe trabalhadora. Um dos mais importantes ativos a serem contabilizados diz respeito à influência exercida pela presença de tais experiências sobre a forma como se desenvolveu a situação da classe trabalhadora nos países capitalistas. Não é possível ignorar que a situação da classe trabalhadora no ocidente, na medida em que melhorou, não seguiu tal caminho gratuitamente. Veja-se, por exemplo este comentário sobre o fracasso da revolução na Alemanha:

*Em 1925, Zinoviev, ao mesmo tempo em que se eximia da responsabilidade e culpava Brandler por querer começar “a todo preço” a revolução de Sachsen<sup>59</sup>, reconheceu a estabilização, pelo menos parcial e temporária, do capitalismo e, por conseguinte, a “ausência de uma situação imediatamente revolucionária” na Alemanha<sup>60</sup>. Na verdade, o Komintern não conseguira arrastar sequer a maioria do movimento operário, senão uma pequena minoria, pois, entre outros fatores, a*

---

<sup>59</sup> O autor aqui se reporta à seguinte referência: ZINOVIEV, G. *Les Perspectives Internationales et la Bolchévisation - La stabilisation du Capitalisme et la Revolution Mondiale* - Discours prononcé à l'Exécutif élargi de l'Internationale Communiste, Paris, Librairie de l'Humanité, 1925 (p.4).

*própria Revolução Russa fortalecera a posição dos partidos da Internacional Socialista (II Internacional), na medida em que assustou os países capitalistas do Ocidente e eles começaram (alguns, como os Estados Unidos, com maior relutância) a reconhecer garantias e direitos do trabalho, conforme, inclusive, o Tratado de Versalhes determinara (BANDEIRA, 1992: 44).*

Tanto é verdade que as revoluções socialistas contribuíram de maneira decisiva para motivar políticas sociais no campo do capitalismo que, com a derrocada dos regimes saídos destas revoluções desencadeou-se uma razia contra tais políticas, o que aliás pode ser considerada como característica essencial da orientação da burguesia, na conjuntura que estamos vivenciando. Como era de prever, mais intensa ainda tem sido a ofensiva neoliberal para liquidar com as políticas de proteção social remanescentes dos regimes socialistas e comunistas. Mais de uma vez a imprensa burguesa tem reconhecido este fato, inclusive quando é forçada pelos fracassos eleitorais dos neoliberais que apareciam, nas suas análises anteriores, como imbatíveis “novas lideranças” nos antigos países socialistas.

O que se verifica é que os povos dos países incorporados ao capitalismo estão revendo de maneira significativa este passo histórico. É claro que esse processo coloca diante dos partidos remanescentes dos regimes socialistas e comunistas enormes desafios, na medida em que não significam que as ilusões ligadas às “promessas” do “mercado” tenham sido superadas. Entretanto marca um importante evolução, contrária às profecias neoliberais de uma tranqüila convivência dessas populações com a organização capitalista de suas sociedades<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Id. *ibid.*, páginas 17, 45, 46 e 53.

<sup>61</sup> O último caso em que se pode observar este movimento, o da República Checa é particularmente interessante para ser analisado. No dia 1/6/96 um jornal que pode ser considerado o principal porta-voz do neoliberalismo, no Brasil, comentava nos seguintes termos a situação política naquele país: *A República Checa é a exceção neste movimento de nostalgia política que sopra a favor dos comunistas (...). As eleições vão confirmar a exceção checa? Há razões para acreditar nisso. O primeiro ministro atual, o conservador Vaclav Klaus, deve, sete anos após a Revolução de Veludo - como é chamada, lá, a queda do comunismo - conservar o poder (...). Deve-se dizer que a experiência “liberal”, que deu resultados variáveis nos outros países ex-comunistas - brilhantes, mas dolorosos, na Polônia, medíocres em outros lugares e “mafiosos” na Rússia - foi um invejável sucesso na República Checa (LAPOUGE, Giles. Klaus deve manter o poder na República Checa. *O Estado de S. Paulo*. 1/6/96, p. A-13). Portanto, as eleições na República Checa deveriam demonstrar que os insucessos eleitorais dos “democratas” eram simples “acidentes de percurso”, ocasionados muito mais pela “falta de amadurecimento” dos países em que ocorriam, para colher os frutos dourados do livre mercado do que pela natureza das relações sociais necessariamente vigentes no capitalismo. Entretanto, a dura realidade costuma destruir os sonhos com que acalentamos nossas esperanças. Já no dia 4 do mesmo mês, o mesmo jornal dava a seguinte notícia: *A**

A perspectiva da análise realizada pelos teóricos ligados à burguesia vai no caminho de que, “em última instância”, não haveria incompatibilidade entre uma sociedade de livre mercado e a manutenção de condições sócio-econômicas que garantam o bem estar da maioria da população. Tal asserção, de resto, seria inescapável expectativa, face à forma como se deram as transições dos regimes de “socialismo real” para os recém-implantados de orientação capitalista. Apesar da retórica dos jornalistas burgueses insistir que as questões ligadas à liberdade política teriam sido o centro da motivação daqueles eventos políticos, de fato o que se verificou foi que as promessas de ingresso no paraíso capitalista de consumo foi que pesaram na forma como os mesmos ocorreram. Por nosso lado estamos convencidos de que a pressa dos empreendedores capitalistas em colher lucros no leste europeu é da essência da própria psicologia necessariamente incluída no perfil requerido para tal tipo de inserção social. Deixado a si mesmo, não pode o livre mercado produzir senão as condições sociais que acarretaram os sucessos eleitorais nos países do Leste europeu que estão marcando a reentrada da esquerda na vida política desses países.

Aliás outra não é a situação emergente também nas nações capitalistas, com situações diferenciadas conforme as especificidades da cultura político-social de cada país. Na medida em que as burguesias desses países se percebam livres dos obstáculos criados pelos movimento sindical e pelos partidos que eram ligados aos trabalhadores, cada vez mais afetados pelas idéias revisionistas, estimuladas pela avalanche neoliberal, agravam as condições de exploração da força de trabalho, plantando as sementes de processos de profunda instabilidade social. Veja-se a

---

*coalizão conservadora que governa a República Checa perdeu sua maioria no parlamento nas eleições legislativas de sexta feira e sábado segundo resultados finais divulgados ontem pela Comissão Eleitoral checa. A coalizão, liderada pelo atual primeiro ministro, Vaclav Klaus, obteve 99 cadeiras no parlamento - que tem 200 membros. (...) Klaus, que executou diversas reformas liberalizantes na economia checa, reduzindo a inflação e o desemprego, era considerado o último líder conservador na Europa Oriental não ameaçado pelo ressurgimento da esquerda (COLIZÃO conservadora perde maioria. O Estado de S. Paulo. 4/6/96, p A-14). Explicitando melhor as coisas, o outro jornal burguês comentava da seguinte forma as mesmas eleições, vinculando de maneira mais nítida os seus resultados à tendência de liquidação das políticas de proteção aos trabalhadores, que resultaram das consultorias ocidentais aos governos de orientação neoliberal que se implantaram com a queda dos anteriores regimes socialistas e comunistas: O mínimo que se pode dizer é que vai ficando clara a impossibilidade de reformas-relâmpago em todos os países sujeitos a processos de transição. Há custos sociais que não se podem ignorar e que a comunidade financeira internacional, avalista e entusiasta do neocapitalismo europeu oriental aos poucos aprende a compreender (INCERTEZA no Leste. Folha de S. Paulo. 6/6/96, p. 1-2).*

propósito os acontecimentos recentes na França e mesmo, mais perto de nós, na Bolívia e no Paraguai.

Estas considerações são importantes, para fundamentar uma pedagogia adequada à globalização capitalista na medida em que postulamos uma pedagogia libertária<sup>62</sup>, comprometida com a realização de um ideal de humanização. Uma solidariedade esclarecida, que perceba no crescimento do outro o requisito de um crescimento próprio, pelo enriquecimento do patrimônio comum de cultura material e espiritual vem a ser o modelo de homem a ser produzido por essa pedagogia. Este ideal é incompatível com o capitalismo, numa abordagem mais geral, e com sua forma específica nesta quadra histórica, o neoliberalismo. As tentativas de estabelecer esta compatibilidade demonstraram-se sem nenhuma consistência. Esbarram numa combinação de interesses a nível nacional e internacional, que apoiando-se mutuamente, também limitam-se, quando por alguma circunstância poderiam aproximar-se de um ideal mais identificado com um princípio civilizatório. Conforme a análise de CASANOVA

*O ideal de autonomia e liberdade intelectual e acadêmica defendido pelos especialistas das Nações Unidas, para o que estudaram “alternativas estratégicas de desenvolvimento” esteve longe de realizar-se. A substituição ou complementação do pensamento funcionalista e técnico do mundo acadêmico norte-americano pelo de um certo pensamento crítico não foi capaz de vencer o threshold (limiar) da hegemonia perdida para encontrar uma nova hegemonia com valores universais. A antiga se impôs (...). Para isso (...) conta com experiência e forças que bloqueiam quanto podem os centros autônomos, até submetê-los, condicioná-los ou destruí-los (...). Os governos e intelectuais social-democratas adotaram e adaptaram as políticas monetaristas segundo os contextos político-sociais em que operavam. Neles a democracia é um projeto “limitado”, e a justiça não faz a menor concessão aos “liberais de corpo mole”*

---

<sup>62</sup> É necessário anotar aqui a coincidência dessa formulação com a proposta de uma *educação libertária*, que constitui parte importante do patrimônio ideológico do movimento anarquista. Nesse sentido deve ser destacado que estamos inteiramente de acordo com a *preocupação do movimento [anarquista] com o que hoje se conhece por educação política dos indivíduos, tendo em vista uma formação específica que propicie a sua participação consciente na transformação da realidade social* (LUIZETTO, 1989: 10). Nesse sentido deve-se entender *pedagogia libertária* como essencialmente oposta ao caráter autoritário e

*(...)(...)... a hegemonia mundial ficou com o Grupo dos Sete, com os Estados Unidos como a principal potência militar, e com os países da Europa, Canadá e Japão como sede das grandes empresas que, com os seus Estados e associados do Sul, dominam a estrutura global. Esse grupo carece de um projeto de democracia, de justiça social, de desenvolvimento e de conhecimento científico e humanístico realmente sério (1995: 26-8).*

Na definição do quadro em que se instala o malthusianismo redivivo do capitalismo globalizado ocupa lugar importante o problema do desemprego estrutural. É verdade que tal abordagem não se processa de forma linear. Ela é mais reservada ao mundo acadêmico, onde se faz necessário desenvolver a luta pela hegemonia ideológica numa guerra de posições em que a verdade parcial é muitas vezes desejável à mentira deslavada. Entretanto, mesmo neste plano, eventualmente, o caráter excludente do modelo neoliberal é apresentado como um “acidente de caminho”, garantindo-se que na próxima esquina nos aguarda o paraíso da sociedade de mercado plenamente realizada. Assim, por exemplo este trecho de ARON, onde especula com

*“mudanças qualitativas” que assinalaram uma ruptura radical entre o antes e o depois, entre a história do passado e a do amanhã. Talvez fosse necessário dizer que essa transformação qualitativa ocorre todos os dias, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas contribui para este milagre que é invisível para nós, a força de ser evidente: o homem trabalha cada vez menos e produz cada vez mais. Os hippies nos oferecem uma primeira imagem, entre as muitas possíveis, do homem finalmente liberado da maldição milenar do trabalho (1995: 110).*

Esta “utopia liberal”, diga-se de passagem, em não merecendo crédito quando à possibilidade de realizar-se, não deve ser definida como um componente ideológico a ser necessariamente repellido. Estamos convencidos de que uma aproximação conseqüente, no rumo desse ideal, implica em alterações nas

---

alienante que necessariamente a educação burguesa tem que adotar, na fase de decadência ideológica da classe que a sustenta, do ponto de vista político.

instituições vigentes na sociedade burguesa que só podem representar progresso na condição da classe trabalhadora. O que se coloca é a necessidade de não confundir tais avanços parciais com a meta a ser atingida.

Na perspectiva de “fim da história”, que marca o discurso da burguesia atualmente, os problemas que se apresentam, devendo-se aí ter em vista a centralidade do desemprego estrutural, seriam simples “acidentes de percurso”, a serem superados sempre que os trabalhadores se conformem à cartilha neoliberal. Vendidas as empresas públicas (de preferência com a utilização de “moedas podres”), demitidos os funcionários públicos e eliminados outros “entraves às forças do mercado” (sistemas de aposentadoria “exageradamente generosos”, salários mínimos muito “elevados”, etc, etc), seremos admitidos à “modernidade”.

Quando o caráter predatório da atual ordem capitalista não pode ser escondido ele sempre pode ser apresentado, de acordo com o paradigma do pensamento burguês para as fases de decadência como um quadro de dificuldades “naturais”, nos quais a máxima preocupação dos bens pensantes seja a “manutenção da ordem”, contra a possibilidade de distúrbios decorrentes de uma reação “inadequada” dos “de baixo”. Não deixa de ser interessante perceber a associação entre a visão malthusiana da crise e os argumentos preocupados com a “ordem”, como nesta consideração de que *quando as pressões aumentam nas sociedades humanas - rápido crescimento populacional, diminuição de recursos, desemprego, migração para favelas, falta de educação - então as explosões sociais e políticas são prováveis (...)* [KENNEDY, 1993: 351].

Propomo-nos a realizar uma análise das relações entre a atual configuração das relações econômicas, políticas e culturais no mundo capitalista e os problemas e propostas que se colocam no campo da educação, considerada a educação numa perspectiva de compromisso com um conceito de civilização que adquire, neste contexto, um inequívoco caráter político. Vinculamos este conceito a uma linha de raciocínio que pode ser derivada da seguinte asserção de Norberto Bobbio:

*O impulso a uma igualdade cada vez maior entre os homens é, como Tocqueville havia observado no século passado irresistível. Cada superação desta ou daquela discriminação, com base na qual os homens dividiram-se em*

*superiores e inferiores, em dominadores e dominados, em ricos e pobres, em patrões e escravos, representa uma etapa, por certo não necessária, mas possível, do processo de civilização (1995: 128).*

Nessa concepção o conceito de civilização encontra-se profundamente associado à idéia de que os progressos obtidos pela espécie, no controle do ambiente físico, constituem patrimônio comum a todos os homens, devendo refletir-se em condições de organização econômica e social que caminhem no sentido de criar a possibilidade de que todos realizem, no maior grau possível, o seu desenvolvimento em todos os níveis aos quais a idéia pode ser aplicada. Nem é esta perspectiva herança ideológica restrita aos partidos e organizações identificadas com os interesses dos trabalhadores. Podemos dizer que todas as filosofias, inclusive o liberalismo burguês, em suas fases revolucionárias, a perfilam. Os conceitos elitistas e excludentes que incorporam são apresentados como instrumentos de utilização da “natureza” das relações sociais, de forma a, apesar dela e mesmo contra ela, se realizar o desenvolvimento que deverá levar o progresso a todos os homens, pelo menos tendencialmente. Outra coisa é o fato de, realizada sua hegemonia política, perderem tal identificação, restando o elitismo e a exclusão como os elementos de sua caracterização como formas reacionárias.

Entendemos que este sentido geral, que Bobbio identifica, reportando-se a Tocqueville, só pode concretizar-se se pudermos avançar as lutas daqueles que se encontram subalternizados, na sociedade de classes. E isto porque o progresso no rumo de uma maior igualdade depende do reconhecimento do outro-subalternizado como parceiro, na melhor das hipóteses e na pior (porém, com toda probabilidade, aquela com que teremos que contar) pela eliminação da hegemonia dos que têm se favorecido, enquanto classe, dos processos de dominação. Esta perspectiva, de um mundo que caminhe no sentido de superação das desigualdades, é possível de ser colocada como meta factível pela própria consideração do modo pelo qual o homem tem obtido sucesso, enquanto espécie. *Desde que desceu das árvores, o homem enfrenta o problema da sobrevivência não como indivíduo, mas como membro de um grupo social (HEILBRONER, 1969: 6).* O nosso cotidiano é rico na demonstração do caráter social que informa a maneira de nossa espécie promover

sua adaptação ao meio físico. Do acordar ao voltar ao repouso, do nascer ao morrer, não agimos senão com o recurso a instrumentos que não construímos, mas senão que foram produzidos por outrem. Não comemos, não nos vestimos, não cuidamos de nossa saúde senão que na dependência do fruto do trabalho de nossos semelhantes. Até quando amamos, expressamos nossos sentimentos com o recurso à linguagem, que não só recebemos pronta como só assimilamos forçados a isso pelo ambiente social. Aliás, a própria análise do conceito central que informa o atual contexto de organização das atividades econômicas, o de *produtividade*, ressalta este caráter social da forma de o homem intervir no ambiente físico. FOURASTIÉ, enumerando os fatores humanos que levam à produtividade inclui nos questionamentos que levam aos mesmos.

*saber o que é necessário para dirigir grandes massas (o que, infelizmente, nem sempre é empregado para o bem geral); o que é necessário fazer para dirigir grupos menos importantes, fábricas médias e pequenas; o que deve fazer um engenheiro, um contramestre, para ter uma equipe que produza, para que seus homens estejam contentes com ele, sigam-no e obedeçam-no sem dificuldade (...)*  
[FOURASTIÉ, 1961: 97].

Poder-se-ia mesmo dizer que o instrumento mais sofisticado de que o homem tem lançado mão para amoldar a natureza aos seus desígnios tem sido o seu semelhante. Assim também pode-se dizer que as tecnologias até aqui desenvolvidas nada mais faziam do que complementar o trabalho humano, situando-se os seus aparatos “objetivos” como complementações do corpo (e da mente) dos trabalhadores. Se esta etapa da história da tecnologia está sendo ou não superada pela microeletrônica talvez seja uma das grandes perguntas atuais no campo da engenharia. Na medida em que a resposta seja positiva, cabe analisar as repercussões disso no campo social. Entretanto, até aqui, o que se teve foi que controlar a natureza significou, antes de mais nada, controlar os outros seres humanos. Daí que a necessidade de controle social tenha desafiado até hoje todas as nossas esperanças em utopias generosas de fraternidade e liberdade. Daí que seja reconhecidamente a guerra o momento em que damos maior impulso à nossa capacidade de criação.

Talvez daí também decorra que tenhamos tanta necessidade de marcar nossa diferença, com relação aos outros homens, acrescentando “penas” ao nosso “rabo de pavão”, sejam elas materiais ou simbólicas: assim sinalizamos nossa condição especial, pela qual os nossos semelhantes devem perceber porque nossos desejos devem ser por eles satisfeitos<sup>63</sup>.

O importante papel desempenhado pela natureza social do trabalho humano no aceleramento do ritmo com que o homem transforma o meio em que vive é ressaltado por Adam Smith, radicando a pertinência dessa abordagem ao melhor do pensamento que se situa como a raiz da sociedade burguesa. Ele atribui à divisão do trabalho, que é outra forma de designar a sua forma socializada, a virtude do aumento da capacidade produtiva do homem:

*Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho tem sido muitas vezes notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregados (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. (...).(...) a*

---

<sup>63</sup> A referência seguinte aponta para uma análise que exemplifica o mecanismo ao qual estamos aludindo: parece impossível (por assim dizer) ao homem contemporâneo imaginar uma sociedade na qual os indivíduos sejam verdadeiramente iguais em direitos e obrigações, na qual as diferenças entre os indivíduos corresponderiam a algo que não as diferenças de suas posições numa escala de comando e renda. E isso se liga ao fato de que cada um não pode imaginar a si mesmo, ser algo a seus próprios olhos (ou, como diriam os psicanalistas, estabelecer seus pontos de apoio identificatórios), a não ser em função do lugar que ocupa numa estrutura hierárquica, ainda que num dos seus escalões mais baixos. Levando as coisas ao limite extremo, pode-se dizer que esse é o único meio que a sociedade capitalista contemporânea deixa aos homens para que eles sintam ser alguém, alguma coisa mais ou menos determinada - já que todas as demais determinações, todos os outros pontos de enraizamento da pessoa, todos os pontos de apoio, vão cada vez mais sendo esvaziados de conteúdo. Numa sociedade onde o trabalho se tornou absurdo em seus objetivos e no modo pelo qual é praticado, onde não mais existem coletividades vivas verdadeiras, onde a família se estreita e se dissolve, onde tudo se uniformiza através dos mass média e da corrida ao consumo, o sistema não pode oferecer aos homens - para mascarar o vazio que a vida lhes impõe - mais do que a ridícula futilidade do lugar que ocupam na pirâmide

*importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que em outras o mesmo operário executa 2 ou 3 delas. Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis, e portanto não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, 1 libra contém mais de 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais de 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia e talvez nem mesmo a 4.800<sup>a</sup> parte daquilo que hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações (1983: 41-2).*

Desta forma, constituindo-se no trabalhador coletivo, o homem pode livrar-se da carga de ter que despender todo o seu tempo de vigília na procura dos mínimos necessários à sua subsistência. Inicialmente, aumentando-se a produtividade do trabalho manual, a obtenção de comida e dos demais bens necessários pode passar a ser uma tarefa especializada, podendo o trabalho de um número passo a passo menor de indivíduos prover as necessidades do conjunto do grupo. Puderam-se assim criar espaços nos quais desencadeou a criatividade, ampliando ainda mais os instrumentos materiais e sociais. Desenvolve-se, assim, um círculo virtuoso<sup>64</sup>, em que mais produtividade acarreta mais condições de criação e esta por sua vez abre campo para

---

*hierárquica. Então, não é mais incompreensível que muitos se agarrem a ela; e que as rivalidades categoriais e profissionais estejam muito longe de desaparecer (CASTORIADIS, 1985: 257-8).*

<sup>64</sup> Quando falamos aqui de um círculo “virtuoso” estamos querendo enfatizar que, quanto às “possibilidades” criadas pelo desenvolvimento de novas técnicas, há uma *vertente* de perspectivas criadas que aponta no rumo do progresso em termos de humanização. Isso *não* elimina, como estamos verificando às nossas custas, que tais técnicas possam ser instrumentalizadas pelo que de mais reacionário exista na sociedade humana.

mais produtividade. Até o ponto em que para além de satisfazer suas necessidades o homem se coloca em condições de inventar novas.

Entretanto, nessa fase, a especialização implicava que esta nova forma de utilizar o potencial de ação humana significasse que as tarefas intelectuais ficassem restritas a uma parcela dos homens. Como era lógico que acontecesse, aqueles que se encontravam em posição de se beneficiar da divisão social do trabalho procuravam maximizar as vantagens individuais que disso decorriam e assegurar que seus filhos e agregados também se beneficiassem. As condições tecnológicas com que atualmente convivemos, porém, modificam os dados “objetivos” dessa relação, tornando a perpetuação da sociedade de classes uma simples questão de preservação de privilégios, sem qualquer conteúdo de necessidade “material” para sua existência. Pode-se dizer que o desenvolvimento do processo produtivo fez suceder à especialização a liberdade de trabalho, como paradigma da forma de intervenção do homem na realidade que o circunda.

É claro que teremos outros níveis em que se darão novos processos de especialização porém, cada vez mais, não como uma divisão entre *os que pensam* e *os que fazem*, mas sim como uma divisão entre diferentes especialistas científicos, artísticos e filosóficos. Tanto mais que esta análise sobre a forma social como se dá a produção “material” estende-se às operações “mentais” que formam a base do atual aceleramento tecnocientífico aplicado ao processo produtivo. Esse caráter “social” estendido também ao “trabalho”(...) “mental” *não é* uma novidade. Entretanto o seu significado concreto fica muito maximizado pelas “redes” que vão se constituindo, sendo que no aparecimento dos mesmos, conquanto importantíssimo, a base “material” constituída pelo aparato microeletrônico, de satélites artificiais etc., está longe de ser o essencial. Para nossa discussão, o que importa é frisar a importância que a cooperação de um número cada vez maior de homens, em termos absolutos e relativos, apresenta para que a exploração do que o homem tem de nobre no seu ser, a criação intelectual, possa significar para a humanidade o maior progresso possível. Nas palavras de JAGUARIBE, a nosso ver assimiláveis em outras dimensões da vida cultural além da tecnologia em sentido estrito

*la innovación tecnológica depende, cada vez más, de una compleja coordinación de especialistas de alto nivel científico. Es cada vez menos frecuente la innovación tecnológica hecha por un “inventor” individual, aunque dotado de elevada formación científica. En su lugar, surgen una ciencia y una industria de la invención en la que ésta resulta de un planeamiento sistemático, en el que desaparecen las fronteras entre lo científico y lo tecnológico, y en el que la interdependencia de especialidades y la necesidad de movilizar un inmenso sistema de recursos - posible sólo por la aparición de superempresas y la decisiva intervención del Estado - hacen que el trabajo continuado de equipo, en gran escala, se convierta en una necesidad absoluta (1971: 20-1).*

Portanto, se se pretende manter o sucesso da espécie humana, em criar uma “segunda natureza”, na qual os ideais do humanismo caminhem para uma realização cada vez mais ampliada, deve-se encontrar uma maneira de tornar possível a continuidade e a ampliação da cooperação entre os criadores, quer eles se situem no campo das ciências, das artes ou da filosofia. Para tanto é preciso redirecionar os rumos das políticas que têm presidido à utilização do imenso potencial econômico que as novas técnicas produtivas têm colocado a disposição da humanidade.

É preciso assegurar que os recursos técnicos estejam prioritariamente destinados para a cooperação científica e cultural. Que haja absoluta liberdade de pesquisa e informação. Que se estimulem as vocações intelectuais existentes e se motive o surgimento do maior número possível delas, através da mudança de concepções vigentes a respeito do que é socialmente desejável e através da destinação de recursos que assegurem que ao longo de toda a sua vida os indivíduos, se assim o desejarem, possam se dedicar ao cultivo dessas vocações.

O que postulamos é que os atuais rumos do sistema capitalista apontam para a total inviabilização desta perspectiva. As razões para considerarmos desta forma as perspectivas atuais do capitalismo encontram-se em duas constatações: (1) de um lado, a lógica do próprio sistema conduz à necessidade de manter a desigualdade, uma vez que é esta a mola mestra do progresso, dentro da concepção de mundo que informa a sociedade burguesa. Ora, a ética de uma sociedade voltada para a maximização do potencial criativo da humanidade, como a que propugnamos

caminha num sentido inverso, de uma maior igualdade, de um reconhecimento do outro como um colaborador potencial, tanto mais útil sob essa perspectiva quanto mais eu lhe reconheça a dignidade e o conseqüente direito a uma vida material e espiritual plena; (2) por outra parte, em decorrência do ponto anterior, para conseguir manter um mínimo de adesão ao sistema, seus condutores precisam acenar com uma perspectiva de constante ascenso nos níveis de consumo, de forma que a desigualdade seja “legitimada” pelo “progresso” nesse outro nível. Assim, uma estabilidade mínima, do ponto de vista social supõe, para o capitalismo, um assalto aos recursos naturais que coloca sob ameaça a própria continuidade da vida humana.

*Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir ad infinitum. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem que mudar (HOBSBAWM, 1996: 562).*

O que se deve ter claro é que os riscos apontados não são fruto do acaso. Há um modelo de sociedade, que implica nesta forma predatória de o homem se relacionar tanto com o ambiente físico como com a própria sociedade. Há beneficiários dessa forma de se organizar a economia, e portanto dos conteúdos culturais que tornam tal organização possível. É claro que essa relação não é uniforme. Há diferentes graus de parasitismo, nos quais grupos e indivíduos tiram vantagem dessa forma louca de se desenvolver a exploração dos recursos naturais e de se organizar o trabalho social com esse objetivo.

Essa distinção entre diversas intensidades em que os diferentes setores empresariais (e diferentes grupos especializados de uma maneira geral) tiram

proveito da forma pela qual o capitalismo organiza os processos produtivos tem grande importância política. De um lado ela explica circunstâncias nas quais os sistema consegue mobilizar apoios a políticas que diante de uma análise racional, só podem ser tidas como suicidas, pelo menos se considerados os interesses mais amplos da humanidade, inclusive considerando a situação que terá que ser enfrentada pelas futuras gerações. Por outro, entretanto, permite localizar fissuras estratégicas que, sem que caiamos na ilusão de superar os aspectos ideológicos de maior profundidade, permitem concertar alianças táticas, limitadas em objetivos e horizontes, mas com as quais se faz o dia a dia da política concreta.

Entretanto, mesmo para chegar ao quadro apontado por último, como sugerimos, é preciso considerar o potencial conservador contido nessa extensão dos interesses contemplados no arranjo capitalista. Portanto há e continuará a existir ferrenha oposição a qualquer tentativa de enfrentar o desastre. Inclusive não faltam os argumentos que reivindicam para esta defesa a condição de posicionamento “progressista”, contra uma postura “saudosista”. Neste contexto é preciso ter claro quando se trata realmente de circunstâncias em que trabalhadores são obrigados a participar de esquemas predatórios para sobreviverem. A política correta nesses casos será de exigir que a abundância possível, através do uso dos novos recursos técnicos seja colocada a serviço de investimentos que criem alternativas para esses trabalhadores. Numa ou noutra perspectiva, a de exigir um desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável ou a de exigir uma distribuição justa dos frutos do progresso, como em todas as demais questões humanas, não há outra forma de posicionar-se que não tomando partido.

E contudo é preciso ter claro que o progresso técnico que o capitalismo nos proporciona pode ser a porta aberta para um mundo no qual as perspectivas de realização humana são infinitamente mais ricas:

*A técnica é um meio de favorecer o que o homem tem de essencialmente humano; é um meio de desembaraçar-nos de tudo o que é material, mecânico e automático, e participa em uma certa proporção nas formas mais baixas de vida. Com que fim? Permitir-nos desenvolver as formas mais altas. A técnica e a máquina obrigam, de certo modo, a identificar aquilo que é próprio do homem e*

*a perceber, pouco a pouco, que as atividades humanas compreendiam, até agora, uma série de atos de que podemos mais e mais descarregar sobre a máquina* (FOURASTIÉ, 1961: 113-4).

Se tal não acontece, deve-se fundamentalmente ao fato de que os benefícios do progresso foram apropriados pela burguesia, em prejuízo dos trabalhadores. Assim, entendemos que para alavancar um projeto identificado com a civilização, entendida como a extensão a todos os homens da possibilidade de se realizarem plenamente, o enfrentamento da atual conjuntura mundial supõe uma tomada de partido ao lado dos setores subaternalizados, de forma a garantir sua participação em termos igualitários nos extraordinários frutos que o avanço tecnocientífico trouxe ao processo produtivo. Portanto, quando dizemos que vamos estudar a educação, em sua relação com a assim chamada globalização do capitalismo, queremos dizer que nos interessa como a educação pode ser mobilizada como técnica a serviço desse opção política. E o primeiro requisito para isso é desmontar as armadilhas ideológicas montadas pelos beneficiários do sistema, em favor da manutenção de sua hegemonia.

É necessário cautela com a atribuição de absoluto caráter de novidade, que frequentemente aparece no discurso de muitos analistas, no que se refere à reestruturação econômica e social que presentemente se processa, sob a égide da burguesia. Conforme considera MOTA

*trata-se tão-somente de uma nova etapa do processo de internacionalização multissecular. Processo iniciado por volta do século 15, ampliado nos séculos 17 e 18 com o mercantilismo, acelerado na primeira metade do século 19 com a industrialização e tornado planetário com a Segunda Guerra Mundial (1939-45)<sup>65</sup>.*

De uma maneira geral pode-se identificar o núcleo dessas transformações na aplicação do produto da ciência ao sistema produtivo e em significativas alterações na vida social, em decorrência disso. Para entender a forma como as inovações técnicas no espaço da produção repercutem sobre as relações sociais é indispensável

---

<sup>65</sup> MOTA, Carlos Guilherme. Estudos Brasileiros nos EUA. *O Estado de S. Paulo*. 24/4/97, p. A-2.

atentar para as determinantes do esforço de inovação técnica, nas condições do capitalismo. E isto tanto mais quanto reconhecemos que na história ocorrida até o momento foi este regime que contribuiu de maneira mais decisiva para fazer avançar a forma pela qual os homens se produzem a si próprios, do ponto de vista material. Ora, a motivação essencial do empresário capitalista é a extração de mais-valia, a partir da exploração do trabalho. Toda a concepção e forma de organização da empresa capitalista e da forma social abrangente dentro da qual ela existe está dirigida para essa finalidade. A contradição fundamental que se coloca para a hegemonia burguesa é que toda a sua ação, que revoluciona constantemente os recursos técnicos disponíveis para a transformação do meio físico no sentido de sua maior adequação à satisfação das necessidades humanas, sendo desenvolvida para reforçar seu poder, torna-o cada vez menos necessário. Evitar o desenvolvimento lógico dessa contradição passa a ser a necessidade fundamental a que deve se orientar o empenho da classe dominante. Tanto as relações do proprietário dos meios de produção como as que se estabelecem entre os diversos indivíduos e categorias de que o capitalista compra a força de trabalho devem ser estabelecidas de forma a privar os trabalhadores de qualquer possibilidade de controle efetivo sobre o processo produtivo e sobre os bens que ele gera. Para isso a burguesia conta com o fato de que as inovações técnicas, ao representarem nas suas mãos uma apropriação do trabalho “vivo”, na medida em que ele se converte em trabalho “morto”, permitem acuar os trabalhadores, pela ameaça do desemprego:

*Nas transações entre trabalhadores e patrões encontram-se duas pretensões de valor que se igualam no salário acordado. A pretensão de valor do trabalhador encontra-se, entretanto, estrangida pela existência de muitos desempregados. O esforço produtivo que ele quer fornecer, em conseqüência, é sempre menor do que o esforço sempre maior, que o patrão quer receber (...)(...) a hierarquia aparece como forma por excelência do exercício do poder nas organizações, um poder que é exercido com a finalidade crucial, ainda que entre outras, de controlar o desempenho dos trabalhadores com a finalidade de lhes extrair mais*

*esforço produtivo do que querem dar pelo salário recebido*<sup>66</sup>. *Eis, entretanto, que isto pressupõe não a redução do trabalho concreto ao abstrato, mas sim a permanência da heterogeneidade quantitativa e qualitativa dos trabalhos*<sup>67</sup>. (PRADO, 1996: 230-2).

Em conformidade com o caráter central do capitalismo, o que tem sido chamado de “globalização”, sob a égide da burguesia, tem significado que o extraordinário incremento de produtividade propiciado principalmente pela aplicação da microeletrônica, que poderia permitir a criação de condições de vida muito mais confortáveis, com a concomitante possibilidade de que um número muito maior de homens pudessem se desenvolver como sujeitos da cultura tem, ao contrário disso, desaguado numa situação de exclusão econômica e cultural tão aguda que não hesitaríamos em dizer que coloca em risco qualquer conceito humanista de sociedade. Assim, no momento mesmo em que a maturação dos resultados “objetivos” do progresso técnico possibilitado pelo desenvolvimento da produção capitalista torna possível o salto para a efetiva humanização do trabalho, do ponto de vista da lógica “material” do processo<sup>68</sup>, a classe dominante empenha-se em utilizá-

---

<sup>66</sup> O autor acrescenta aqui a seguinte nota de rodapé: *Dessa perspectiva, os trabalhadores deveriam lutar pela institucionalização do contrato de trabalho como contrato trilateral que prevê a existência de uma arbitragem que se manifesta inclusive sobre a repartição do lucro.*

<sup>67</sup> A citação apresenta-se como uma crítica à teoria marxiana da *redução do trabalho concreto, privado e complexo ao trabalho abstrato, social e simples, assim como (...) redução simultânea do tempo de trabalho privado ao tempo de trabalho socialmente necessário* (idem *ibidem*). Ressaltado o valor da formulação de PRADO para uma análise do caráter de exploração de que se revestem as relações capitalistas de produção, parece-nos que ele cai na armadilha de não considerar que a preservação *ideológica* da *heterogeneidade quantitativa e qualitativa dos trabalhos* constitui exatamente a estratégia do capital para de um lado aumentar essa exploração e de outro garantir as condições *subjetivas* da continuidade dela. A manutenção de trabalhos mais penosos e menos valorizados serve como “ponto de referência” para a constante pressão para baixo dos salários momentaneamente situados em nível mais elevado e, ao mesmo tempo, divide os trabalhadores entre aqueles que têm “mais” (...) “interesse” na manutenção da atual estrutura social e econômica e os demais. O trabalho abstrato, enquanto fator de nivelamento dos trabalhadores não é uma bandeira que o capital possa assumir, como critérios de reorganização das relações de produção, mas uma realidade objetiva, de que o capital se aproveita para seus próprios fins. Quanto os marxistas constatarem sua existência pretendem exatamente que tal conhecimento seja *também* apropriado *pelos trabalhadores* como elemento das análises que deverão fundamentar a intervenção deles no processo da luta de classes.

<sup>68</sup> As novas condições técnicas podem significar uma perspectiva de maior humanização, desde que percebidas como espaço a ser disputado aos beneficiários do processo de dominação vigente centrada, numa grande medida, na regulamentação das relações entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores: *Vários autores - e em verdade, toda uma tradição do pensamento ocidental - vêem favoravelmente a perspectiva de que o homem deixe de ser tão completamente absorvido pelo trabalho e dedique mais tempo ao lazer, à cultura, ao cultivo de qualidades pessoais. Neste sentido, a redução da jornada seria não só uma imposição do avanço tecnológico, mas uma oportunidade* (FIOCCA, Demian e

lo como o instrumento da máxima desumanização, pelo lançamento de grandes massas de trabalhadores sob a maldição do desemprego estrutural. Isto se deve a que, para manutenção do padrão ideológico-cultural que sustenta o capitalismo, a diferença de bem-estar e realização humana precisa ser garantida contra qualquer perspectiva alimentada por sentimentos tendentes ao igualitarismo. Na medida em que as perspectivas sócio-culturais do modelo de organização das relações humanas que o capitalismo impõe se tornam claras, seja pelo horror causado pelas perspectivas de instabilidade social que as mesmas apresentam, seja por reflexos culturais ligados aos padrões ideológicos mais comprometidos pelo humanismo, aparece concretamente uma ameaça à coesão ideológica da sociedade burguesa. Para fazer face a isso são necessários, do ponto de vista da classe dominante, elementos culturais que possam anestesiar o choque representado por tal situação. Por isso que, ao contrário do ideário do iluminismo, que fundamentou as utopias de que a burguesia lançou mão para realizar seu projeto revolucionário, a própria “realização humana”, na vigência do domínio burgues, tenha que ser abastardada a um consumismo barato<sup>69</sup>. Para que o contexto ideológico seja adequado a essa perspectiva, é necessário que a educação se converta num mero espaço de preparação de “recursos humanos” o que é suprido, em grande medida, pela concepção tecnicista da atividade pedagógica. A relação entre educação e organização social é obscurecida pela concepção tecnicista da educação. Esta concepção opera a partir de uma descrição da cultura como constituindo-se no espaço de uma aliança genérica entre todos os homens para dominar a natureza. Ora, a natureza, como Marx adverte, não existe mais entre os homens. Deve-se considerar mesmo que, na medida em que o homem se constitui como tal, introduz no ambiente uma modificação de tal monta que implica numa ruptura com o status anterior da realidade, impondo-se o relacionamento *entre os homens* como o fator decisivo da sobrevivência deles. Mesmo no delírio solipsista, que entendemos estar por detrás dos desenvolvimentos mais reacionários da ideologia burguesa, tal como ela tem se

---

LEITE, Oriete Gerin. Flexibilização não combate desemprego estrutural. *Folha de São Paulo*, 7/2/96, p. 2-2).

<sup>69</sup> Ao lado disso deve-se considerar que a cultura consumista oferece também esplêndidas oportunidades de acumulação de capital. Entretanto a soma das vantagens econômicas e ideológicas que ela apresenta nos parecem que melhor pode explicar a sua absoluta predominância, como forma concreta de existência da sociedade capitalista.

configurado atualmente, o “novo Robinson” estaria convivendo com seus semelhantes, que pretenderia ignorar, na forma do trabalho morto de que pretende beneficiar-se.

Contudo o relacionamento entre os homens de que estamos falando significa que o outro se torna o instrumento mais precioso da minha intervenção no meio. E no caso desse instrumento privilegiado, para que ele possa efetivamente realizar a minha vontade, impõe-se que seja anulada a vontade de que ele é dotado. Por isso que a relação de que se trata aqui é essencialmente uma relação de conflito. A base técnica entra aqui principalmente como o conjunto de meios que serão utilizados pelos contendores para realizar uma relação favorável, no confronto com os interesses sociais que se lhe opõem. Entretanto cabe acrescentar que a posição de qualquer das partes na luta que então se estabelece será tão mais favorável quanto menos a consciência do conflito se puser como um dado, no que se refere à subjetividade da parte contrária. É nesse passo que se coloca a importância da ideologia como elemento decisivo nas relações sociais.

Assim, a forma que toma a organização social, sua base material e a descrição e interpretação que dela é feita a partir dos vários interesses em presença, determinará o conteúdo, a forma e as dimensões que caracterizarão o processo educacional. A base material e técnica, além de fornecer os meios que serão mobilizados, constituirá também o quadro de referências que terá que ser considerado para definição das formas ideológicas que poderão dar conta das relações sociais erguidas sobre esses fundamentos. A veiculação da ideologia, conformada a tais parâmetros, constituirá o conteúdo mais importante, a ser inculcado através da ação pedagógica. A ilusão tecnicista deve ser descartada inclusive porque o desenvolvimento da técnica é sempre no sentido de menos e não mais complexidade operacional, a não ser pelo que se refere à elite de engenheiros de projeto e técnicos de manutenção, exígua minoria, com relação à qual o crescimento de oferta terá tão somente o efeito de facilitar à classe dominante um recrutamento a preços mais baixos.

Entendida a educação como processo pelo qual a sociedade converte os indivíduos a que tem acesso em integrantes da cultura (ativos ou passivos), os objetos culturais específicos de cada realidade cultural serão elemento essencial da definição de como se organizará um dado projeto educacional.

Ora, os objetos culturais da sociedade capitalista com a qual convivemos têm como seu eixo conceitual a ideologia da globalização, aí incluídos como aspectos essenciais os avanços no âmbito da produtividade, sejam os decorrentes da incorporação de tecnologia, no seu sentido mais restrito, sejam os que se podem situar no plano das inovações de formas de gestão. É importante fixar também que tal ideologia esconde seu conteúdo principal, situado no plano da reorganização da problemática que os marxistas identificaram sob o conceito de “exército de reserva”.

Portanto, uma abordagem da educação, hoje, não pode prescindir dos elementos colocados pela globalização capitalista. No que se refere a uma visão economicista do processo educacional, será por aí que teremos elementos para analisar os aspectos quantitativos e qualitativos da demanda de mão de obra. Quanto ao considerar a educação no aspecto que mais nos interessa, de matriz inarredável da organização político-ideológica, tratar-se-á aí de entender como a ideologia levará os indivíduos a perceberem a sua relação com a sociedade capitalista “globalizada” e como a educação será influenciada e influenciará, sob tal ponto de vista.

Cabe mais levar em conta que os conteúdos da cultura “globalizada”, a exemplo dos de qualquer outra cultura, são “armas”, que as classes sociais utilizarão umas contra as outras conforme tenham o controle sobre os mesmos. Por isso não se trata de entender a relação dos homens “em geral” com a cultura globalizada, senão que entender como uma classe estabelece (ou é levada a isso) a sua posição com relação a este complexo, seja no nível “técnico”, seja com a ideologia em sentido estrito. A ideologia burguesa, pelos seus próprios motivos, comprometeu-se, do ponto de vista retórico, com uma perspectiva a respeito da organização social em que a participação social, cultural, política e econômica são valores a serem preservados. Entretanto, do ponto de vista “objetivo”, a sociedade burguesa não pode prescindir, devendo pelo contrário exacerbar uma atitude excludente, funcionando o fracasso econômico e social como um importante item do processo pedagógico que leva às atitudes exigidas pela ética que a fundamenta. O processo a que assistimos, em que se realiza a “modernidade” capitalista, nada mais é do que a culminância dessa lógica. Sem entender essa relação fundamental não poderemos desenvolver uma contra-pedagogia, que afirme uma ética de igualdade, capaz de contrapor-se à barbárie da globalização sob a hegemonia burguesa.

O caráter social da ação humana, entendido como uma interação que para além do seu caráter mecânico incorpore o outro como sujeito (e a mim e ao outro como núcleo de um sujeito “coletivo”) constitui o cerne da concepção a que filiamos nossa abordagem da vida humana. Do ponto de vista de uma fecunda interpretação antropológica, pensamos que é importante situar que esta concepção do outro como “parceiro” deve ser considerada como uma vantagem adaptativa e não como um ônus que pode ser imposto a partir de uma ética.

No plano pedagógico a implicação é a recusa do individualismo como visão de sociedade e do tecnicismo, como seu componente necessário, na medida em que, de uma perspectiva individualista o “outro” é essencialmente apenas “mais um elemento do mundo objetivo”, que devo dominar através de adequada técnica. Trata-se de opção por uma educação na qual a dimensão sócio-política ocupa um lugar central, sendo que o necessário desenvolvimento de uma educação técnica (incluída aí a base científica da ação técnica) tem um caráter instrumental para o nível sócio político (o que não significa diminuir a importância da técnica, mas sim o contrário disso). Isto se justifica até porque é o caráter social que confere à “técnica” (...) “humana” uma conformação específica que se constitui como elemento essencial do próprio ser do homem:

*Em especial aptidão para viver em comum, para desenvolver sem cessar os caracteres da vida “social”, transforma a potência técnica do homem e assegura-lhe o domínio do espaço e do tempo. Ao associar à invenção de um só a recordação das experiências de seus predecessores, o corpo e o espírito de todos aqueles que hão-de seguir, a sociedade confere à inteligência humana a sua dimensão característica. Graças a este imenso prolongamento a nossa técnica pode então lutar, sem desvantagem, com as grandes potências naturais (DUCASSÉ, 1962: 10).*

É esta indissociabilidade da perspectiva do desenvolvimento do homem com relação ao caráter social de sua ação que torna necessário resistir ao mito<sup>70</sup> da modernidade, enquanto o mesmo se coloca como um viés tecnicista. Tal viés,

colocando o homem como o elemento subordinado do processo produtivo representa uma ameaça brutal ao próprio conceito de civilização como o locus de realização do homem. Em especial, os partidários dessa visão tecnicista necessitam desconstruir qualquer discussão das relações de classe, como expressão do controle social enquanto dominação social

---

<sup>70</sup> Estamos utilizando o termo no sentido de *crença não justificada (...) que pode e deve ser questionada do ponto de vista filosófico* (JAPIASSU e MARCONDES, 1991: 169).

### Capítulo III

## IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

Para fundamentar a concepção que estamos defendendo analisaremos a seguir os pressupostos de teoria educacional de que partimos. A concepção de educação, como processo social fundamental só pode ser desenvolvida a partir de uma concepção do homem e de sua relação com o processo histórico. Podemos elencar inúmeras interpretações desta problemática. Entretanto na raiz de todas elas estará situado um conflito resolvido de maneira mais decidida ou menos decidida entre uma visão que reduz o homem a objeto ou uma outra que o situa como sujeito daquele processo. Posicionando-nos com a segunda solução, pensamos que ela pode ser sintetizada no ideário político que, independentemente de aceitarmos a antropologia aí implícita, decorre da formulação de SUCHODOLSKI:

*... a educação moral deve fundamentar-se na educação sistemática do homem desde a sua mais tenra infância , numa educação que desenvolva e crie este “impulso do coração” imperceptível (...) que é (...) um dos mais importantes fundamentos da dignidade humana que se opõe ao fascínio de uma má conduta. Uma juventude educada desta maneira fornecerá cidadãos a um mundo que, embora criado há vários séculos pelos homens, não foi até ao presente um mundo de todos os homens. É somente através da participação na luta para criar um mundo humano que possa dar a cada homem condições de vida e desenvolvimento humanos que a jovem geração se pode verdadeiramente formar (1978: 123).*

A consciência que os vários protagonistas do processo social em curso tiverem, a respeito dessa problemática, entretanto, é que será o eixo da ação intelectual e política necessária ao combate ao modernicismo tecnicista. Será só a organização dos que estão sendo eleitos como os perdedores que poderá permitir a elaboração de alternativas.

Tais alternativas estão diretamente relacionadas com a questão da gestão social em geral (e também, portanto, com a gestão das instituições educacionais). Sob este

aspecto cabe destacar que a participação ou exclusão econômicas estão diretamente relacionadas com seus equivalentes políticos. Ao contrário da despolitização da vida social, implícita no discurso neoliberal, do que se trata é da politização, mais do que nunca, em todos os seus níveis. Quanto mais elevado o nível de desenvolvimento técnico, maior o potencial de manipulação, maior a necessidade de uma articulação para se contrapor à manipulação. Entretanto, na situação atual, a política passa pela decodificação da técnica, na medida em que assistimos a um salto, neste nível “objetivo”. Porém a meta final será sempre a política.

O alvo da luta inclui, necessariamente, o poder sobre a administração do potencial de tempo livre criado pelos novos recursos técnicos colocados à disposição do processo produtivo. Esta questão tem se traduzido no debate sobre se as novas condições técnicas podem significar uma menor jornada de trabalho ou se, necessariamente, devem desembocar no desemprego estrutural (dizer que a alternativa é uma jornada menor, porém com salário também diminuído, na mesma proporção, significa apenas disfarçar a opção por uma política de produzir o desemprego, em favor da hegemonia do capital)<sup>71</sup>. Afinal é no contexto histórico a que o marxismo procura dar resposta que a conversão dos instrumentos de progresso em recursos de desumanização se torna mais dramática. Contudo, a ambigüidade do progresso técnico-organizacional na esfera da humanização é apontada também pelo

---

<sup>71</sup> Nessa discussão tem sempre que ser levado em conta que a globalização, representando um sentido geral da história humana, representa, na essência de seu conteúdo, uma tendência que leva à humanização. O problema com que nos defrontamos atualmente é a instrumentalização de seus recursos pela classe dominante. Como a distribuição geográfica dos contingentes humanos que são beneficiários do capitalismo obedece a um diagrama que coincide com a inserção histórica de determinados países no processo de hegemonia do capital, não deixa de ser ilustrativo considerar o fato de que aproximadamente 90% da riqueza mundial concentra-se na triaxialização EUA-Japão-Europa. Sígnio de fenômeno cuja estrutura penetra a organização de classes de todos os países capitalistas, esse fato justifica colocar-se a discussão de se a globalização capitalista não significa exatamente uma anti-globalização, enquanto seu sentido é concentrar os benefícios da aplicação das novas tecnologias, geradas pelo trabalho de todos os homens, em um segmento, definido pelo seu caráter de classe. Especificamente na área educacional, defrontamo-nos com parte significativa dessa estratégia de hegemonização do processo social atualmente em curso pelos interesses do capital. Isso não é fortuito. A externalização dos processos produtivos com relação ao corpo do trabalhador exige cada vez mais a educação como requisito da inserção econômica. Muito mais importante ainda, o aumento da divisão do trabalho torna a vida social ainda mais opaca, exigindo mais elaborados instrumentos teóricos e ideológicos, para possibilitar a participação política e cultural, o que supõe uma educação política cada vez mais essencializada, como requisito da própria afirmação como sujeito histórico. A burguesia vem se equipando intensamente para assegurar seus interesses, nesse novo contexto. Assim, por exemplo (mas não marginalmente, senão que com papel absolutamente central) *o Banco Mundial, braço operacional e instrumento ideológico da economia globalizada, empurra a universidade no moinho de competitividade do mercado* (DIAS SOBRINHO, 1996: 16). A intenção que temos é contribuir para que a ação correspondente ocorra, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores.

melhor da análise burguesa, que pelo seu caráter clássico foge à apologética vulgar. A este propósito encontra-se a seguinte observação de Adam Smith:

*Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada por suas ocupações normais. O homem que gasta toda a sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar a sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana (1983 : 213).*

A diminuição da quantidade de trabalho humano necessária para a produção de uma determinada quantidade de bens, que tem aparecido para os homens como uma maldição não tem que sê-lo, necessariamente. Como já se apontou acima ela pode se constituir numa oportunidade de civilização. Trata-se na realidade de superar uma concepção do trabalho humano restrita à visualização do trabalhador como mero conversor de energia, tendo em vista a transformação do mundo material, no rumo de uma outra, em que o que interessa é o seu potencial efetivamente criador.

Neste plano, as possibilidades que o tempo liberado da produção material apresenta, com vistas a uma sociedade de educação permanente devem ser consideradas como uma linha de reflexão a ser perseverantemente percorrida. A análise do lazer como situação de educação permanente, feita por DUMAZEDIER, abordando o caso francês, é a seguinte:

*Ainda que a democratização da cultura seja um direito garantido pela Constituição Francesa, continua a ser ela um problema sem solução. Numa sociedade cada vez mais complexa e de evolução muito intensa, na qual o desenvolvimento cultural não pode completar-se na infância, a escola, ainda que reorganizada, não será capaz de por si só resolver tal problema. (...) A educação*

*só terá condições de ser contínua, após a escola, para um número crescente de indivíduos de todos os meios sociais, caso consiga identificar-se, em certos aspectos, com as complexas funções do lazer vivido (1973 : 251-52).*

Releva notar que a análise das relações de classe está ausente da formulação acima referida. O autor num certo sentido “objetifica” a questão, postulando uma “sociedade” e uma “evolução social” que aparentemente não decorrem de uma ação intencional, de agentes históricos lutando pela consecução de seus interesses, procurando portanto deslocar as possibilidades de ação da classe social que se lhes antepõe. Aliás, pelo menos no caso brasileiro, pode-se dizer que a temática do lazer foi fortemente apropriada pelos aparelhos ideológicos burgueses, como instrumento de despolitização de ações visando à questão do bem-estar social<sup>72</sup>. Cabe resgatar o significado do tempo livre, como objeto de luta das classes trabalhadoras. No Brasil, apesar do acima referido, entendemos que podem encontrar-se elementos de reflexão nesse sentido no campo marxista. Florestan Fernandes aponta o tempo livre como situação na qual se criam oportunidades educacionais: *... o folclore não é mera fonte de recreação para as crianças ou para os adultos. A diversão traz consigo a medida do homem: ela também eleva à esfera da consciência ou ao plano da ação certas distinções fundamentais para o comportamento humano (1979: 16)*. Cabe considerar aqui que o caráter extra-institucional do folclore coloca-o como espaço legítimo da resistência cultural dos subalternizados. Daí que se lhe deva destinar importante lugar na ocupação do tempo livre, na estruturação do lazer.

No caso da Universidade, o papel criativo reservado ao aparato institucional já é matéria consensual, pelo menos no plano da retórica.. O reconhecimento da liberdade de organizar o próprio tempo e, até mesmo, o da importância de uma certa ludicidade, nos padrões de motivação para o “trabalho” a ser desenvolvido neste nível do processo “de escolarização” se encontram estabelecidos. Na linha dessa abordagem, GIANNOTTI faz as seguintes observações sobre a instituição:

*Se deve prestar contas dos recursos que recebe da nação, se deve cumprir competente e energicamente com as tarefas para as quais foi constituída, isto só*

---

<sup>72</sup> A este propósito ver toda a elaboração teórica do SESC, entre as décadas 70 e 80.

*pode ser feito, do nosso ponto de vista de produtores e consumidores de cultura, cultivando o terreno da pesquisa e da incerteza. Embora saibamos que esta pausa está inserida noutras lógicas terríveis, cada vez mais o mundo moderno estende o âmbito da universidade, quer aumentando sua população, quer alongando o período em que os alunos nela permanecem, quer intensificando os efeitos de seus produtos* <sup>73</sup>. (...) *E, se vale como um lazer operoso, sejamos sábios a ponto de tirar vantagens da face inventiva do ócio. Houve tempos em que schole se traduziu como otium cum dignitatem . É tempo de assumir que a escola é também o lugar do ócio com responsabilidade social, espaço de pensamento e de inventividade onde alguns* <sup>74</sup>, *quanto mais possível pelo mérito, possam respirar para dedicar parte de suas vidas a tecer os grandes painéis em que a experiência de um povo se fabrique como engenho e arte* (1986 : 112-13).

Contudo, como sugerimos, o tempo livre como espaço para a função de lazer pode ser apropriado pelos trabalhadores, e direcionado para a realização do projeto de civilização. É exatamente o contrário da situação atual, em que ele se constitui ou em um “problema social” ou em espaço para que se acentuem os vícios do consumismo e da alienação. No quadro prevalecente multiplicam-se as formas de utilização do tempo livre em que são estimuladas a grosseria, o desrespeito humano, a mentalidade de jogatina, por um lado, ou por outro os misticismos que impedem o desenvolvimento de uma visão crítica e objetiva da realidade circundante. A classe dominante não pode e não quer contrapor-se a essas formas desumanizantes de preenchimento do tempo que foi poupado ao trabalho produtivo, pelo desenvolvimento de uma nova base técnica. Não pode porque as alternativas seriam contraditórias com seus interesses, por estimularem a percepção pelos trabalhadores da realidade da exploração a que são submetidos. Não quer porque afinal de contas o lixo cultural aí contido acaba se configurando em “oportunidades empresariais”, contribuindo assim para intensificar o processo de acumulação de capital. Só os

---

<sup>73</sup> Estas observações de GIANNOTTI, da nossa perspectiva, devem ser entendidas no âmbito da vigência da social-democracia, nas sociedades capitalistas. Seria preciso analisar como fica a situação, mantido um padrão de hegemonia ideológica do neoliberalismo. Contudo, sem dúvida nenhuma o autor expressa aí uma concepção de universidade que só se compatibiliza com modelos de sociedade que, partindo da social-democracia podem inclusive abranger propostas mais ambiciosas.

movimentos ligados aos interesses das classes subalternizadas têm razões objetivas para tentar uma alternativa e devem, necessariamente, caminhar nesse sentido. Para tal é preciso elaborar uma nova concepção da cultura, e dentro dela, da educação (e, portanto, do próprio homem). A concepção que se segue parece-nos adequada a se constituir em plataforma para essa discussão:

*É urgente regular os problemas da juventude e os da Universidade, e seria extremamente grave não se lhes dar uma solução que englobasse os adultos. E que aqueles que fazem actualmente a economia quotidiana e a vida nacional beneficiem de um esforço especial para que não sejam vencidos pela transformação da Sociedade! A formação, para uns e para outros, não deve reduzir-se a uma mecânica da alteração pois, por essência, é uma dinâmica; não basta adaptar as pessoas ao seu século (é a esmola de uma cultura) mas é necessário dar-se-lhes meios para agirem e viverem (é a conquista de uma cultura). (...) Não seria (...) vital e renovador encontrar um mínimo de tempo para a reflexão, o tempo em que cada um pertence realmente a si próprio, para restaurar o homem na sua dignidade e a economia global na sua dinâmica? Reside aí todo o problema político da participação e o problema técnico da organização: uma nova concepção de um vasto “management” global (ROUX, 1974: 178-79).*

Entretanto, para que o lazer possa se converter numa situação de humanização mais intensa do trabalhador é preciso que ele seja objeto de uma “expropriação”. Cabe redefini-lo como uma conquista coletiva da humanidade que não pode ser apanágio da burguesia. Da mesma forma que o tempo liberado pela tecnologia não pode ser sua arma para aprofundar mais ainda a dominação. Para tal desiderato entender a forma como a globalização aparece ao trabalhador, como requisito de transformá-la, se apresenta como tarefa fundamental.

---

<sup>74</sup> É exatamente a possibilidade de estender (e mesmo universalizar?) o conjunto daqueles que a isso podem aspirar que entendemos que a revolução do sistema produtivo que se encontra em curso pode possibilitar, na dependência, é claro, de que interesses a instrumentalizem.

A reestruturação da base material, tal como vem se configurando, resultou numa “nova mitologia”<sup>75</sup>. Isso decorre do fato de que as circunstâncias históricas que a contextualizam criaram para a burguesia possibilidades macro-políticas de impedir que elas redundem mesmo que em benefícios marginais para setores razoavelmente amplos da classe trabalhadora, sem contudo eludir as possibilidades de perturbações da “ordem” burguesa. A necessidade de um renovado elenco de “justificativas” para os problemas acarretados aos trabalhadores pelos mecanismos da sociedade capitalista, consideravelmente agravados nas condições que vão emergindo, decorre também do fato de que os mesmos são tanto mais escandalosos quanto todos os indicadores a respeito das relações “objetivas” imperantes na economia deveriam sugerir, pelo contrário, possibilidades de ampliação do bem-estar social geral. Por tudo isso os teóricos do lado da “ordem” passam a apresentar a organização capitalista dos novos meios técnicos como

*uma explicação abrangente e totalizante da realidade social, uma visão-do-mundo que permite aos seus seguidores situarem-se perante os problemas da economia e da política. Ao mesmo tempo vem ela dar uma expressão aparentemente objetiva a interesses de classes ou de países que se escondem e disfarçam sob a forma de constatações “imparciais” ou previsões inelutáveis. Não lhe falta, finalmente, o aspecto milenarista que acena, num futuro indefinido, para o estabelecimento de perfeição sobre a Terra. Como todo bem absoluto, esse também justificaria o sacrifício das gerações presentes em nome dos benefícios que nos reservaria o próximo milênio* <sup>76</sup>.

<sup>75</sup> Embora o sentido da palavra “mitologia” seja específico daquilo que se refere *ao sobrenatural, ao divino e ao misterioso* (JAPIASSU e MARCONDES, 1991: 169), enquanto significado de “mito”, pensamos que se aplica aqui, na própria medida em que se trata de um recurso ideológico, no que se refere ao apelo ao termo “modernidade”, por parte dos defensores do neoliberalismo, que como tal tem necessariamente que negar as evidências objetivas, como se vê inclusive em todo o noticiário que escamoteia os desenvolvimentos perversos da globalização sob a hegemonia do capital. No nosso entender o caráter não-analítico mas, pelo contrário, dogmático e imediatista de que tal linha de argumentação tem por força que revestir-se vai exatamente pelo caminho de ter que apelar muito mais para uma “fé” em “autoridades” fabricadas pela mídia, do que num avanço de uma percepção clara dos processos sociais.

<sup>76</sup> É a seguinte a referência aqui: RICUPERO, Rubens. A Utopia do Ano 2000. *Folha de São Paulo*, 10/2/96, página 2-2. O autor classifica a globalização como ideologia. Incorporamos aqui a idéia de “mitologia”, no sentido em que estamos trabalhando com o termo, porque no que se refere a ideologia não descartamos o significado de *um conceito neutro relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária* (BOTTOMORE, 1993: 186). Pretendemos assim acentuar o caráter de trapaça e manipulação que identificamos nas formulações dos defensores da ordem neoliberal.

Na verdade trata-se de uma reedição (que no nosso caso, não se negando como farsa consegue preservar-se como tragédia) da “mão invisível”. De acordo com essa abordagem, a grande mobilidade de que passa a ser dotado o capital resultaria num deslocamento das oportunidades de emprego para regiões periféricas, com relação à estrutura do sistema capitalista. Esse deslocamento resultaria na alteração das relações de produção vigentes nessas zonas periféricas, no rumo das condições “mais” (...) “favoráveis”, no que se refere às condições de trabalho, que atualmente postula poderem ser encontradas nas regiões de capitalismo “desenvolvido”.

Do ponto de vista da construção de uma pedagogia adequada para estes novos tempos, o que se coloca como prioritário é construir uma teoria e conduzir a pesquisa sobre como os sujeitos históricos submetidos a essa circunstância, de uma globalização capitalista na qual o viés ideológico fundamental é o *capitalismo de sobrevivência do mais apto*<sup>77</sup>, percebem-se e percebem a situação em que estão envolvidos. Para tanto é preciso construir, primeiro, uma teoria sobre a sociedade que está sendo gerada, neste contexto.

Entretanto existe o risco concreto de que o esforço criativo diante das novas condições históricas desande em reles revisionismo ou aberta adesão à ideologia reacionária. O princípio geral seria o de que se torna necessário manter uma radicalidade teórica e ideológica que impeça o necessário pragmatismo da prática política de resvalar para uma mudança de rumos que desfigure efetivamente a política de defesa, no médio e longo prazo, dos interesses dos trabalhadores. Aqui assumiríamos o diagnóstico de que

*O marxismo não tem motivos para abandonar seu ponto de Arquimedes: a busca de ações subjetivas capazes de estratégias efetivas para o desalojamento de estruturas objetivas. Mas em meio às atuais mudanças que percorrem o capitalismo mundial, aqueles três termos só podem se combinar com êxito se tiverem um fim comum que milhões de pessoas hoje hesitantes ou indiferentes possam desejar e no qual, ao mesmo tempo, acreditar. Este fim ainda está longe, sob qualquer avaliação. Mas podemos ter certeza de que não será alcançado sem*

---

<sup>77</sup> Ver página 63.

*o fluxo da principal tradição do socialismo - a corrente do materialismo histórico em direção a ele (ANDERSON, 1987: 123).*

Com o cuidado de procurar delimitar claramente o que nos separa de certas posições que, a pretexto de adaptar-se aos fatos emergentes, pretende abrir mão do patrimônio político-ideológico construído pela classe trabalhadora, ser-nos-á possível encarar tranqüilamente a discussão de fórmulas que só agora se colocam porque só agora a história colocou condições novas para as quais as novas propostas podem constituir indicações positivas.

A análise de KAGARLITSKY é precisa quanto à determinação ideológica das novas relações, contra o “objetivismo” dos apologistas da “modernidade” neoliberal, que procuram atribuí-las a desequilíbrios “provisórios”, no plano das relações econômicas encaradas como “naturais”:

*Assim como rejeitamos os últimos vestígios da ideologia socialista, estamos dizendo adeus também ao humanismo, à tradicional missão democrática da intelligentsia, que sempre costumou entender os valores democráticos não só em termos das instituições liberais do Ocidente (como, por exemplo, as da África do Sul), mas no sentido dos interesses da maioria (KAGARLITSKY, 1993: 61).*

O essencial da ideologia da “nova ordem” é que ela rompe com o pressuposto de um Estado garantidor de um mínimo de solidariedade social, ainda que compulsória (veja-se o caso da previdência) para reinstaurar um Estado “mínimo”, que funciona apenas como árbitro e garantia das relações contratuais. No caso de países como o nosso a situação será ainda mais grave, pois populações bastante numerosas serão jogadas diretamente de uma situação social em que imperavam relações sociais, no âmbito da família no sentido estrito ou das relações patriarcalistas, em que os “chefes” e o grupo são de alguma forma responsáveis pelos membros do grupo, de uma forma mais “protetora” do que o que se pode esperar de qualquer esquema de bem-estar social ocorrente no capitalismo, para uma situação em que as próprias salvaguardas sociais desenvolvidas no capitalismo se encontram ameaçadas.

O sucesso individual do trabalhador<sup>78</sup> nas condições criadas pela exacerbação das condições de mercado teria necessariamente que se estruturar a partir de uma capacidade de ação autônoma, que é impossibilitado exatamente pelas condições culturais de origem, na medida em que persistem, pela resistência característica de todo complexo cultural à sua remoção. No caso brasileiro esta dificuldade para a ação autônoma, particularmente no âmbito das relações de produção tem sido realçada por vários analistas, como é o caso de LOPES, quando diz que a *relação paternalista patrão-dependente é colocada por muitos autores como o traço básico da sociedade tradicional brasileira* (1976: 185). Deve-se notar que os traços dessa sociedade tradicional, particularmente no que se refere aos aspectos que favorecem a continuidade da dominação oligárquica, apresentam-se como características resistentes da organização da nossa vida político-cultural, inclusive pela aguda promoção da persistência dos mesmos, através de estratégias de intervenção mobilizadas pelas elites. Isso explicaria a constatação do mesmo autor, no sentido de que atue contra a organização de classe dos trabalhadores, em determinadas circunstâncias, um sentimento de *respeito e (...) subordinação às pessoas da classe dominante* (1967: 116). Essa persistência das relações tradicionais de submissão constituem o “local”, o “específico, que será mobilizado pela mesma “perspectiva global”, em que se coloca o neoliberalismo, para assegurar a intensificação da extração de mais valia. Não é outro o sentido das “oportunidades” de trabalho criadas pela transferência das empresas de regiões onde se verifica uma maior tradição de vida operária, inclusive de sindicalização, para periferias do sistema. Apesar de os “incentivos” das políticas governamentais de “desenvolvimento industrial” (pagos pelo aviltamento das estruturas de atendimento público à população, eventualmente existentes) operarem como vantagens adicionais para os investidores, tal transferência se daria de qualquer forma, em busca de situações mais isentas de possibilidades de lutas dos trabalhadores para garantirem melhores condições de trabalho. Sem constituir propriamente uma novidade, essa estratégia do capital se torna mais e mais viável pela extraordinária mobilidade assegurada pelas condições técnicas e políticas de que atualmente dispõe. A carga de submissão com

---

<sup>78</sup> Deve-se de novo lembrar aqui a predominância na base social de indivíduos originados ou formados sob a influência total ou parcial de uma organização sócio-cultural “atrasada”, sob o ângulo dos processos de urbanização e industrialização.

que vem marcado o trabalhador egresso da maioria das situações rurais, nas condições que temos por exemplo em nosso país, é enfatizado pelo depoimento de Lenira, empregada doméstica, em Cadernos de Educação Popular nº 4:

*O fato é que depois eu pude perceber que a doméstica que vem da zona da cana, ela já vem com medo, já sendo assim mais escrava, porque ela já viu todos aqueles camponeses sendo escravos. Como meu tio, meus irmãos. Eu vim em 1944 aqui para o Recife. Quer dizer que há uma diferença para agora. Mas naquele tempo, o camponês ainda apanhava nos escondidos. O senhor de engenho era tudo, era padre, era militar, ele era tudo. Então você já vem submissa, já vem naquela marca (1982: 10).*

É a inconsistência da tese da mobilidade social, que seria assegurada pelos mecanismos de mercado, que torna necessária à dominação a manutenção de elementos do arsenal ideológico característico das fases anteriores à estruturação de relações capitalistas. As elites dominantes garantem assim tanto a disponibilidade de uma mão-de-obra dócil às condições de exploração como massas de manobra para garantia do poder político, face a eventuais desafios decorrentes de agravamentos da situação sócio-econômica, quando das inevitáveis crises do processo de produção capitalista. Neste trecho, FARIAS destaca a persistência dos laços de dependência, garantia da manutenção da ideologia pré-existente, nas novas condições de inserção do migrante:

*... não “se largam” de suas famílias para procurar emprego nas ruas ou praças de Fortaleza. Existe todo um sistema de tutela seja de seus familiares, já aqui residentes, seja de patrões. Quer dizer, muitas vezes existe um acerto prévio de trabalho feito com as famílias empregadoras por parentes e amigos (muitos parentes ou amigas já empregadas domésticas aqui). Outras vezes são os próprios patrões que vão buscá-las na “fonte”, que em alguns casos são suas próprias fazendas (ou de seus parentes), celeiros de famílias pobres (trabalhadoras rurais) [1983: 69-70].*

Esta condição de dependência com relação aos “superiores”, inclusive e principalmente os econômicos e políticos, é particularmente favorável à dominação de classe. Facilita a demarcação fundamental de levar o indivíduo a assimilar e tomar como suas as idéias que procuram justificar a dominação: *los individuos deben aceptar la justicia de su propia situación personal y la de los mecanismos a través de los que han conseguido esta situación* (BOWLES e GINTIS, 1972: 47). Dessa forma as áreas “atrasadas”, com relação ao desenvolvimento de relações capitalistas se tornam funcionais, mais uma vez, quanto às demandas colocadas para o sistema dominante, nas áreas “adiantadas”: as primeiras funcionam como supridoras de mão-de-obra ideologicamente adequada para suprir tais demandas. A essa função se agrega a outra, que as áreas “atrasadas” preenchem, de constituírem espaços de desenvolvimento de alternativas para instalação de empreendimentos econômicos, quando as condições sócio-culturais nas áreas já incorporadas se tornarem inadequadas ao capital.

As forças pelas quais esta predominância da ideologia reacionária se fará podem incluir processos sofisticados, como exemplificado pela análise de RODRIGUES: *O esquecimento e o recurso de manter diferentes aspectos separados entre si constituem mecanismos de defesa bastante desenvolvidos nesse grupo de pessoas, para as quais as condições objetivas de vida são praticamente intoleráveis* (1980: 64). A sofisticação do processo de mascaramento ideológico das relações de dominação é função preenchida pela ampla gama de aparatos de inculcação de idéias que as sociedades de classe construíram ao longo da história. Eles incluem a religião, os meios de comunicação social e a educação formal, como elementos destacados do conjunto de meios mobilizados para tal fim. Tais recursos operam de forma integrada, reforçando-se mutuamente ou complementando-se, quando as formas de operação de parte deles apresentam defasagens, com relação às necessidades de controle social. Dois desses instrumentos apresentam-se como relativas novidades, um no sentido de constituir importante recuperação de um recurso tradicional, sob novas condições e o outro por representar uma apropriação de um elemento antagônico aos interesses burgueses, de forma mais ampla do que isso ocorreu no passado. Trata-se no primeiro caso das seitas evangélicas fundamentalistas e no segundo do chamado “sindicalismo de resultados”, eufemismo inventado para

batizar o nosso velho conhecido, o peleguismo sindical. Ambos os sistemas operam com base no forte reforço de uma ideologia individualista, que constitui traço fundamental da ofensiva neoliberal.

Entretanto recusamos uma visão fatalista das relações ideológicas que delineamos acima. A ideologia, como qualquer instrumento cultural, constitui-se em criação humana, podendo portanto sofrer a interferência de seus próprios sujeitos. Tornar tal intervenção possível para os trabalhadores, despertando sua consciência crítica é a tarefa que nos propomos. Explicitar os fatores da situação cultural vigente que se relacionam, positiva ou negativamente, com tal propósito é o objetivo que consideramos válido para o nosso trabalho de pesquisa.

Com relação à própria estrutura do atual processo de organização das relações capitalistas de produção, tal plasticidade é possível desde que compreendamos adequadamente o jogo de relações entre particular e geral, local e global, que se instaura dentro das condições técnicas atualmente disponíveis. Se por um lado os recursos técnicos tornam possível (e tudo que é socialmente possível, sendo do interesse de indivíduos e grupos suficientemente amplos e/ou poderosos, tende a tornar-se também necessário, na medida em que passa a constituir um modo socialmente predominante de ser) a extensão do espaço sócio-cultural para uma escala planetária, por outra parte coloca os segmentos particulares e/ou locais diante de desafios perante os quais sua particularidade/localidade pode constituir (e no mais das vezes constitui) patrimônio garantidor de interesses importantes que têm. Daí passa-se de novo à análise da base técnica, para que se possa determinar se ela oferece, ao lado dos instrumentos colocados à disposição da globalização, também instrumentos para a garantia de espaços delimitados de afirmação cultural, frente às tendências mais abrangentes. A maneira como os recursos técnicos atualmente vigentes têm se comportado sob tal aspecto confirma tal possibilidade:

*... os instrumentos utilizados por uma coletividade humana devem ser explicados a partir das características mais globais de sua vida social. Contudo, é também verdade que as diferenças entre os países modernos são hoje menores e que alguns padrões universais limitam a viabilidade de tecnologias alternativas. Afinal, o antropólogo Leroi-Gourhan já mostrara que toda boa inovação técnica*

*possui alto grau de difusão entre culturas diferentes. Tais padrões universais não significam, todavia, uma convergência cultural. Apesar da tendência cosmopolita da técnica americanos, japoneses e europeus não fazem exatamente o mesmo uso dos computadores. Basta examinar os sistemas de informática nos campos jurídico ou educacional destes países para que fique claro como a cultura técnica de cada um deles define aplicativos bastante diferentes (VALLE, 1993: 7).*

Tal possibilidade sempre esteve presente na configuração da cultura. Afinal, a cultura se caracteriza exatamente por, originada na elaboração mental do homem, se “externalizar” com relação ao seu sujeito, passar a constituir para ele um “objeto”, que tanto pode “estranhar-se” com relação ao seu criador como constituir-se em “matéria prima” de *novas* elaborações, convertendo-se em *outro* objeto, que pode inclusive ser *o contrário* da especificidade do que lhe deu origem. O criador individual do objeto cultural, uma vez que o tenha colocado em circulação perde o seu controle para a sociedade como um todo, todos e cada um dos indivíduos, todos e cada um dos grupos, as classes opostas, elementos múltiplos e contraditórios que compõem o continuum social. Não foi outra coisa que as classes dominantes fizeram ao longo da história, que não apropriar-se das inovações, sejam elas materiais ou simbólicas, fruto do trabalho de toda a sociedade ou mesmo contribuição específica de sujeitos individuais ou coletivos situados no polo social oposto, usurpando a paternidade e o domínio delas em seu próprio favor. É claro que, para isso, contam também com os processos internalizados pelos subalternos, que os fazem cúmplices da própria dominação. CHILDE, tratando da *revolução urbana* que permitiu a superação da *barbárie neolítica* e *subverteu a velha ordem social (...)* baseada nos *laços de sange*, e deu origem ao aparecimento de uma nova classe de *especialistas integrais*, escreve:

*Agora, até uma família de cultivadores neolíticos está em condições de produzir mais alimentos do que os seus membros podem consumir, mas para garantir a produção regular desses excedentes é indispensável algum tipo de estímulo ou mesmo de compulsão. Se uma aldeia vive um número suficientemente grande de famílias, o total dos excedentes por elas produzidos pode, se for*

*concentrado, chegar para assegurar a existência de uma ou duas famílias “não produtivas”, isto é, que não produzam alimentos (...). Mesmo as comunidades neolíticas pré-cerâmicas de Jericó ou Jarmo podiam dar-se ao luxo de sustentar um ferreiro; no entanto, devem ter preferido manter um sacerdote profissional (1974: 90-1).*

A possibilidade de mudança implica em relações novas entre os membros da sociedade considerada, não necessariamente “harmônicas”. Afinal, a emergência de especialistas de controle social supõe o aparecimento, já nos primeiros estágios do desenvolvimento humano, de tensões entre as diferentes categorias de integrantes dos agrupamentos que aí se estabeleceram. Então o que se verifica na história humana é que a contradição entre os interesses dos indivíduos, grupos e classes não é a exceção. Pelo contrário, nas condições das sociedades de classe, o conflito é estrutural às relações estabelecidas. E também os rumos da mudança não estão dados, dependendo fundamentalmente da “subjetividade” (ainda que, e no caso, principalmente, “objetivada” no coletivo da classe social). Será necessário elaborar a ideologia e a tática que permita aos trabalhadores assumirem os controles dos mecanismos culturais e técnicos que podem lhes dar a possibilidade de colocarem a serviço dos seus interesses as relações que se estabelecem no âmbito da globalização capitalista. Para tal é preciso fazer frente à profunda ambigüidade das possibilidades de reação dos indivíduos e grupos socialmente subalternizados diante dos mecanismos de exclusão. É a tarefa que KAGARLITSKY atribui ao seu partido, na Rússia, de encaminhar o rumo da mudança no sentido do interesse dos trabalhadores:

*a transformação do Partido do Trabalho em um unificado partido, incipientemente de massa, depende do grau em que os próprios trabalhadores e suas famílias sejam trazidos para a política. E isto, por sua vez, coloca uma grande responsabilidade sobre as atuais lideranças do partido e dos sindicatos. O protesto espontâneo das massas contra as políticas de Yeltsin e Gaidar pode refletir subseqüentemente no aumento expressivo da filiação e no apoio ao movimento de esquerda ou pode assumir a forma de uma revolta descontrolada (1993: 241).*

O quadro de liquidação dos regimes do assim chamado “socialismo real” teve para a burguesia mundial o significado de que, doravante, os freios que ela tinha se imposto na exploração dos trabalhadores não eram mais necessários. Tais freios situavam-se tanto no âmbito das políticas de empresa, no sentido de doutrinas organizacionais que abriam espaço para processos que amenizassem a extração de mais valia, quanto no que se refere à organização do Estado, com a inclusão, nesse particular, de “políticas sociais”, com resultados convergentes com aqueles a que nos referimos no primeiro aspecto. É esse conjunto de medidas, destinadas todas a cooptar os trabalhadores que estivessem “ameaçados” de ser “seduzidos” por doutrinas “subversivas” que se encontram sob o fogo do ataque neoliberal.

No plano da elaboração pedagógica as condições que se instauram com a atual globalização do capitalismo se distribuem, como consequência da própria estrutura do problema pedagógico em si, nos níveis do treinamento técnico e da preparação política dos atores que irão participar das relações sociais que aí serão estabelecidas. Sem entrarmos na questão da necessidade de que os indivíduos treinados numa determinada técnica compreendam os significados políticos que elas, especificamente, podem ter<sup>79</sup>, coloca-se o problema maior, de que o sentido mais abrangente da aplicação dos recursos técnicos em geral é o de criar uma nova maneira de funcionamento do pacto social, considerado em seu conjunto. No atual contexto, o projeto da classe dominante, para utilização das potencialidades do sistema social apontam no rumo de um forte aumento do caráter excludente das relações capitalistas. É sob esse enfoque que cabe empreender a análise da presente conjuntura mundial, como tarefa preliminar a todos os aspectos da intervenção social, inclusive a escolar.

Próximos ao fim do milênio, as condições da vida social apresentam-se profundamente revolucionadas, alterando-se de maneira dramática as expectativas com que nos situamos face ao futuro. Do ponto de vista das ciências sociais, coloca-se uma tarefa significativa, de determinar os fatores que interferem na configuração

---

<sup>79</sup> Tanto a sua relação com os beneficiários do seu trabalho, enquanto relação econômica e política, como as consequências dele para o conjunto da sociedade integram esse universo de indagações que devem ser colocadas para o indivíduo que esteja adquirindo tal treinamento. Entretanto, o que nos preocupa aqui é que a educação “geral” deve adaptar-se ao novo patamar técnico e às suas consequências político-sociais.

das relações entre os agentes sociais e, dessa forma, permitir aos mesmos atuarem com conhecimento de causa, dentro dos parâmetros assim localizados. A educação, como prática social específica, por sua vez, não pode elaborar teorias e propostas, a não ser no contexto da organização social que desse processo vier a emergir. Essa demanda, do ponto de vista da educação, coloca-se sob diversos ângulos: mudam os conteúdos da cultura que lhe cabe transmitir, mudam os problemas sobre os quais deverão atuar os agentes sociais que ela formar, mudam os recursos técnicos com os quais o trabalho educacional poderá ser desenvolvido. Mas mudam, e isso é o que nos interessa principalmente, as relações de poder social sob e sobre as quais a educação vai atuar. Tal processo tem implicações de grande amplitude:

*A globalização<sup>80</sup> do mundo abre outros horizontes sociais e mentais para indivíduos, grupos, classes e coletividades; nações e nacionalidades; movimentos sociais e partidos políticos; correntes de opinião pública e estilos de pensamento. As condições e as possibilidades da cultura e da consciência envolvem também a sociedade global. Tudo o que continua a ser local, provinciano, nacional e regional - compreendendo identidades e diversidades, desigualdades e antagonismos - adquire novos significados, a partir dos horizontes abertos pela emergência da sociedade global (IANNI, 1994:3).*

Como se verifica da formulação acima, não se trata, como às vezes se quer fazer crer que o local, particular, específico desapareçam. Pelo contrário, as idiossincrasias encontram novas possibilidades de expressar-se e impactar o quadro mais amplo. Assim por exemplo, temos verificado que as redes de comunicação praticamente instantânea, possibilitadas pelo desenvolvimento da informática são invadidas, no cotidiano, por manifestações de preconceitos raciais, religiosos e políticos, mas também por outras, voltadas para uma tentativa de afirmar valores de

---

<sup>80</sup> Preferimos falar de uma globalização *capitalista*, ao tratar das dinâmicas aí indicadas por IANNI. Tal especificação deve-se a que entendemos ser a grande marca político-ideológica dos desenvolvimentos em curso a apropriação pela burguesia dos avanços técnicos obtidos pelo conjunto da humanidade como armas a seu dispor, na luta de classes. Aliás essa consideração é fundamental para situarmos a natureza das tarefas que se colocam para aqueles que não se somam à política reacionária: trata-se, exatamente, de resgatar tal patrimônio técnico para o benefício de toda a humanidade e não apenas da atual classe dominante. Também não nos parece que se possa falar de uma globalização *do capitalismo* porque, conforme tem sido dito por analistas burgueses, embora com intenções diametralmente opostas às nossas, o que se verifica é que o capitalismo, naquilo que ele tem de efetivamente progressista, em termos de organização social, está longe de se tornar um padrão universal.

solidariedade e reforma social, que enquanto tais colocam-se como focos de resistência a uma “globalidade” imediatista e medíocre que nos é vendida como o melhor fruto da “pós-modernidade”. Por outro lado é no particular e local que as forças de caráter mais abrangente vão buscar os indicadores que lhes permitam estabelecer padrões de controle social adequados aos seus projetos. Assim, é nesse nível mais limitado que se definem os produtos materiais e simbólicos que serão “vendidos”, seja num sentido mais literal seja num que, nem por soar “figurado”, deixa de guardar importância e adequação terminológica, consideradas as naturezas das tendências a que nos referimos: como os analistas identificados com o sistema dominante não deixam que nos esqueçamos, os projetos políticos, as idéias religiosas e todos os demais componentes da ideologia podem ser tratados como “produtos” oferecidos num “mercado”, constituindo mesmo essa possibilidade um dos aspectos essenciais sobre a qual se aplicam os esforços da burguesia. Nem poderia deixar de ser assim, pelo menos na medida em que as possibilidades técnicas sobre as quais se fundamenta a globalização não vierem a criar um novo solipsismo que, parece-nos, é o ideal subjacente a muitas abordagens ufanistas que se verificam a respeito do contexto atual da cultura.

A relação que se estabelece entre geral e particular apresenta um interesse específico para a análise que pretendemos, uma vez que é da apreensão crítica dos contextos locais ou de segmentos definidos da sociedade que poderá emergir a pauta de temas com capacidade de mobilizar as pessoas para a luta voltada para a transformação das relações sociais.

Estabelecida uma agenda que tenha potencial mobilizador, deve-se evitar cair num messianismo “pedagógico”, baseado na falácia de que a saída para os males do desemprego estrutural está numa suposta adequação da mão-de-obra ao “progresso” (...) “técnico”. É fundamental para entender que o progresso técnico, ao contrário de se constituir fundamentalmente no *objetivo* que move a iniciativa na economia capitalista é, muito mais, um *meio* através do qual ela busca realizar a condição social e ideológica de sua perpetuação. Se, e enquanto, o trabalho puder ser comprado a um preço tão baixo que o lucro obtido seja de molde a tornar mais vantajoso continuar a aplicar uma tecnologia mais atrasada do que arcar com os custos de amortização do capital que teria que ser investido na pesquisa e/ou

construção ou aquisição dos sistemas mais avançados, a inovação será postergada<sup>81</sup>. A contrapartida será de que, sempre que forem incorporadas novas técnicas de produção, isto inevitavelmente significará a deterioração das condições de barganha dos trabalhadores diante do capital.

Esta equação define as coordenadas políticas da globalização do capitalismo, entendida como o acirramento dessa forma pela qual se processa a luta de classes. Entretanto, a grande desigualdade sócio-cultural, inevitavelmente associada ao desenvolvimento do capitalismo (e que abrange o ex-mundo socialista, na medida em que os partidos e governos que os dirigiam não conseguiram realizar uma efetiva revolução cultural) acarreta que grandes contingentes das populações atingidas por suas conseqüências não consigam ter do mesmo uma compreensão que possa habilitá-las a situarem-se como seus sujeitos, superando-o quando seus interesses assim o indicarem. Essa conseqüência está longe de ser fortuita. Na verdade uma parte fundamental de todo empreendimento de dominação social está em conseguir que os setores subalternizados, do ponto de vista econômico, político e social, também o sejam no que se refere ao aspecto cultural. É claro que o diagrama social implícito nessa análise conflita com os elementos centrais do projeto histórico inicial da Revolução Burguesa, como já indicamos. Mais do que isso, a retórica liberal nunca abriu mão desse patrimônio ideológico, no afã de justificar a dominação do capital. Entretanto, no contexto dessa hegemonia o caráter instrumental das novas tecnologias, por definição, não pode se traduzir em outra coisa que uma nova forma barbárie. Na realidade tal condição decorre de uma característica do capitalismo, na sua fase de decadência, a qual ele compartilha com todos os regimes de dominação de classe que o antecederam quando, perdendo seu sentido histórico, converteram-se em meras estruturas de sustentação de privilégios gestados nas lutas político-sociais, enquanto as mesmas favoreceram as elites envelhecidas contra as forças que buscavam a superação desse estado de coisas, em favor da retomada do avanço civilizatório. Essa característica corretamente apontada,

---

<sup>81</sup> Isso não quer dizer que os índices de produtividade (e a qualidade do produto, que no fundo deve ser entendida como uma variante do índice de produtividade) não acabem desempenhando um papel importante na busca, por parte do capitalista, de novas tecnologias a serem aplicadas nos processos levados a cabo em sua empresa. Entretanto o que afirmamos é que esse não é o fator mais importante a esse respeito, o que de resto é confirmado pela retórica de intimidação da ação sindical, baseada nas

no que se refere à sua essência, mas não quanto à intencionalidade da forma como é implementada e suas conseqüências, é a condição dos regimes de dominação de classe, em suas fases reacionárias, de estarem muito mais afinados com o que existe de “natural”, nas relações sociais. Entretanto o que se tem que levar em conta é que a própria idéia de civilização *supõe a superação do natural*, até mesmo pelo instrumentalização dos processos nele existentes como base operacional. Daí que o *natural* tal como promovido pelos regimes em decadência possa ser identificado e de fato se identifique com o *bárbaro*. Entendemos a conjuntura que vivemos como colocando para as ciências sociais o desafio de pensarem análises que, sem abrir mão do potencial de avanço que as atuais condições científicas e tecnológicas colocam para o padrão material da vida humana, situem-se como uma defesa intransigente dos valores do humanismo. Trata-se portanto de agregar a um projeto de reorganização da base objetiva da vida, os elementos ideológicos (ou “culturais”) que recuperem o sentido pleno da idéia de civilização. Ambos os aspectos (tanto o relacionado com as condições “objetivas” como o que diz respeito às “subjetivas”) estão na dependência de uma concepção adequada do trabalho educacional. Por outro lado, na medida em que entendemos a educação como um processo em que o educando tem necessariamente que ser um pólo ativo, a primeira tarefa será elaborar uma análise que permita aos “de baixo” entender o contexto presente, pressuposto de sua capacidade de auto-construir-se como sujeitos dos processos históricos que vivenciam, única meta adequada, dada tal concepção pedagógica.

A inevitabilidade da ideologia, como princípio organizador da vida social decorre do próprio caráter de antecipação de uma nova organização do mundo, que constitui a essência do trabalho humano, e como tal a essência do próprio ser do homem. É claro que a vista dos conceitos de ideologia até aqui elaborados, estamos falando da sociedade de classes e das que vierem a sucedê-las imediatamente. Nestas o conteúdo de confronto permanecerá como um resíduo ainda significativo, por isso que apenas será possível substituir uma hegemonia por outra. Nas condições em que o controle social signifique a imposição do poder de uma classe sobre a outra, a antecipação que a teoria fará será a de uma forma de controle sobre o adversário,

---

ameaças de automação do processo produtivo, como alternativa que estaria sempre a disposição dos patrões, diante de mobilizações dos trabalhadores que efetivamente ameçassem seus interesses.

necessariamente. Por isto que não é difícil perceber em toda proclamação do “fim da ideologia”, à qual recorrentemente os grupos hegemônicos apelam, para resguardar seus privilégios, uma manobra em si eminentemente ideológica:

*gerações de estudantes - principalmente no período pós-guerra - foram levadas, por um número notável de cientistas sociais, patrocinados por fundações, a acreditar que a ideologia fora inteiramente abolida e que fora substituída, para sempre, pelos sistemas íntegros e sóbrios da ciência estritamente fatural. Escapou à atenção não somente dos teórica e politicamente ingênuos, mas, inúmeras vezes, mesmo daqueles que deveriam ter sabido mais a esse respeito, o fato de que tais alardes em si eram manifestações disfarçadas de um tipo peculiar de “falsa consciência” ideológica - que rotula arbitrariamente seu adversário de “ideólogo”, de modo a conseguir reivindicar para si, por definição, total imunidade a toda ideologia, isto é, que “provou” aprioristicamente tanto o vício quanto a virtude (MÉSZAROS, 1993: 21-3).*

É este, também, o caso do contexto da globalização do capitalismo. Assim, no embate com os setores relativamente organizados dos trabalhadores, a globalização é apresentada como um dado “objetivo”, uma “nova” (...) “natureza” do processo social, que tornaria inevitável o desemprego estrutural, a terceirização, a “flexibilização” dos direitos sociais e todo o conjunto de estratégias que o capital vem mobilizando para assegurar e aprofundar sua hegemonia dentro do contexto que vai se desenhando em todo o mundo. Portanto a ideologia da globalização capitalista pode ser identificada como sendo o neoliberalismo, como “nova” proposição da ideologia da burguesia, que seria agora determinada, sempre na formulação ideológica que tem tomado, não por um projeto de exploração da força de trabalho, mas como uma “adaptação” (...) “necessária” dos empresários às “novas” condições do mercado, criadas pelos “novos” índices de “produtividade” e conseqüentes também “novos” patamares de “competitividade”, todos estes “fatores” (...) “decorrentes” do complexo que seria constituído pela incorporação de tecnologia e extensão do mercado a todo o planeta<sup>82</sup>. O que se tenta produzir com esse discurso é

---

<sup>82</sup> É por este rumo que pode ser analisado o caso brasileiro: *Os economistas do governo acham que o desemprego é inevitável, uma fase transitória, um sacrifício que será compensado mais tarde* (SAYAD,

uma aceitação da hegemonia burguesa, nos quadros da conjuntura presente da organização da produção, reduzidas as perspectivas dos trabalhadores à aspiração de progressos individuais, quanto à apropriação dos bens resultantes do trabalho de toda a sociedade. Essa aceitação se baseia numa renúncia à solidariedade social, na medida em que a chamada economia de mercado não contempla, a não ser quando forçada a isso pela organização da base da sociedade, senão a luta de todos contra todos. Na melhor das hipóteses significa render-se à “inevitabilidade” do quadro de competição desenfreada e destruidora, com relação aos padrões de vida que se possam considerar realmente civilizados. Contudo pensamos possível e propugnamos por uma outra posição que parte do pressuposto de que

*Resignar-se face à globalização significa confiar que as forças de mercado criarão a ordem e o desenvolvimento. Proceder dessa forma significa submeter-se à dimensão ideológica e utópica da globalização, correndo os riscos a ela associados, sem garantia de poder usufruir das oportunidades e benefícios que a sua dimensão real pode oferecer (CORAZZA, 1997: 26).*

A globalização deve ser entendida como um *produto* da ação do homem, cabendo mesmo especular se constitui uma síntese dessa ação, na medida em que os progressos da cultura parecem sempre caminhar no sentido de tornar mais extensos os limites em que ela se processa. Como tal a globalização deve estar *à serviço* da realização humana, na forma que a vontade e discernimento dos homens apontar como mais apropriada para tal fim. Cabe evitar que, *mais uma vez*, a classe dominante converta as condições criadas pelo processo histórico em um pressuposto “natural”, no qual justifique sua posição de dominação. Para tanto a educação dos homens para entenderem os dados da organização social em que são levados a viver e os encararem como *instrumentos* de sua realização como sujeitos se coloca como tarefa a ser desenvolvida.

Tanto do ponto de vista teórico como prático, a determinação da ideologia através dos processos de comunicação, e dentro deles, de uma adequada pedagogia,

---

João. Como fazer estatística do desemprego. *Folha de São Paulo*. 9/9/96, p.2-2). Seria portanto, nesta formulação, do mais absoluto interesse dos próprios trabalhadores que as políticas neoliberais fossem

seja ela formalizada ou não, constitui uma estratégia essencial na luta de classes. A educação, numa concepção ampla desse processo, deve ser entendida, antes de mais nada, como a inculcação de concepções a respeito dos processos físicos e sociais que caminhem no sentido de garantir um determinado arranjo social e, portanto, os interesses que se beneficiam do mesmo. É por isso que, entendida a ideologia aqui como ocultação e falseamento do real, é no processo educacional disseminado no conjunto das instituições sociais que repousa o núcleo estratégico do projeto em que as classes dominantes estão se empenhando neste fim de milênio. Ressalvado o fato de que a questão ideológica da filosofia da educação diz respeito a uma perspectiva mais geral quanto aos processos sociais, somos de opinião de que, no quadro de desemprego estrutural, determinado pela globalização capitalista a escola, como espaço de ocultamento desse fenômeno, volta a ganhar importância.

Para entender e intervir nessa luta surda que se processa é preciso localizar as variáveis que determinam a formulação das diferentes pedagogias e como a manipulação delas permite dirigir os processos educacionais conforme um projeto político-social específico. Assim teremos, na pedagogia, de um lado, uma tendência idealista, para a qual

*política, participação, democracia e cidadania foram sempre vinculadas muito mais à consciência, ao saber, à ignorância, à religiosidade e aos valores culturais do que às condições materiais de existência, às formas de produzir a vida material, às relações sociais de produção, como se fossem realidades separadas (ARROYO, 1991:73).*

Essa tendência é que nos interessa mais, pois é através dela que a ideologia burguesa mais atinge os intelectuais, arrefecendo a crítica do capitalismo. Ela é a expressão no campo pedagógico de uma visão idealista, que aproveita muito bem à dominação de classes, que remete os problemas sociais para um vago campo “ético”, onde tais problemas seriam resolvidos por “reformas interiores” dos indivíduos envolvidos em tais processos. Coloca-se assim em segundo plano a discussão da

---

implantadas, sem o que se veriam eles totalmente à margem do fluxo dinâmico que as “novas” condições estariam determinando para a organização da economia.

objetividade das relações econômicas e o decorrente posicionamento ideológico, substrato do assumir a realidade da luta de classes.

Ao lado dessa modalidade de pensamento burgues, que pretende antes de mais nada desmobilizar os ensaios de organização dos trabalhadores, entretanto, existe também a alternativa reformista, que é utilizada quanto a evidência de situações claras de carências materiais não pode ser ignorada. No campo educacional a ideologia reformista se expressa, entre outras, por uma vertente ideológica de um viés economicista, que erige em prioridade a assim chamada “educação profissionalizante”, sob o argumento de que o avanço tecnológico passaria a demandar um trabalhador melhor qualificado, o qual, por sua vez, como decorrência da qualificação teria a perspectiva de ser mais valorizado pelo capitalista. Por aí, conforme esse argumento, é que se caminharia no sentido da superação do conflito de classes. Na história recente da educação brasileira essa linha de análise predominou no período do regime militar, até ser sepultada pela evidência de seu fracasso. Assim CUNHA e GÓES descreviam o quadro da política educacional que se configurou no início da década de 80:

*Pela Lei 7. 044/82, a qualificação para o trabalho, antes visada pela Lei 5. 692/71, foi substituída pela preparação para o trabalho, um termo impreciso que mantém, na letra, a imagem do ensino profissionalizante, mas permite qualquer coisa. A lei da reforma retirou de uma vez por todas, a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau, mesmo a tal habilitação básica. Agora, o ensino de 2º grau poderá ensejar habilitação profissional (1985:71).*

Na verdade o que ocorreu foi que a generalizada resistência das escolas e seus usuários frustrou completamente a política adotada em 1971. Ora, se quando *obrigatório* o ensino “profissionalizante” não vingou, imagine-se quando colocado em termos de opção. Daí, pelo menos como projeto ideológico para o futuro, a profissionalização parecesse fora de vigência, embora ainda jogando um papel como resíduo ideológico. Presentemente assiste-se a uma retomada dessa falácia, por parte das autoridades educacionais, entretanto ainda não aferível em sua efetividade.

A perspectiva idealista está muito mais presente, no plano teórico, resultando numa interpretação *culturalista* (NOSELLA, 1991:92) que acaba penetrando mesmo

no campo progressista. Daí resulta, via de regra, uma tentativa de discriminar entre um marxismo “ortodoxo” e o que seriam linhas mais “abertas” para um “diálogo” com o pensamento burguês. Assim, a leitura que a partir desse viés acaba se fazendo dos vários intelectuais marxistas, acaba por intentar dividi-los nessas categorias, colocando por exemplo Anibal Ponce na primeira posição e Manacorda na segunda.

Característico como decorrência política desse tipo de raciocínio, é o fato de pessoas que já se postularam “de esquerda” chegarem ao ponto de, sem aceitarem ser identificadas com o pensamento reacionário, defenderem, no que se refere à organização escolar, *algum tipo de colaboração com a iniciativa privada* (MELLO, 1990:48). Na verdade, o que se oculta por trás desse discurso é a velha questão do repasse de recursos públicos para o ensino privado. A retórica do Estado “mínimo” perpassa a argumentação, utilizando-se para tanto as dificuldades que enfrenta a escola pública de primeiro e segundo graus, sem que se analise a gênese das mesmas no descaso dos mesmos políticos com quem os defensores dessas propostas têm se aliado, no momento em que houve a ampliação da presença dos trabalhadores e seus filhos nas escolas aí compreendidas.

Não é estranho que isso aconteça, se considerarmos o fato de que os acontecimentos do Leste Europeu produziram uma leva de oportunismo. É claro que todos aqueles que faziam de uma posição “progressista” também veículo de uma atitude oportunista, diante do quadro que se desenhou, cantado em prosa e verso pela burguesia e seus agentes como o “fim da história” teriam que procurar se compor com os que percebiam como os vitoriosos. Contudo, a emergência no próprio campo da burguesia de atitudes de prudência, face ao triunfalismo neoliberal, deveria levar a uma postura diferente os que apressadamente debandam do campo do marxismo. Justifica-se a asserção de FERREIRA:

*A filosofia e as ciências humanas podem e devem se beneficiar da obra marxiana. É quase inacreditável que falsos comunistas, travestidos agora de liberais, se orgulhem de desconhecer a obra de Marx, enquanto pensadores liberais, radicalmente contrários ao marxismo, vêm a público defender a obra marxiana, postulando a sua importância já clássica, com lugar assegurado ao lado de Aristóteles, Kant, Hegel e outros. Na verdade, nestes tempos que incubam*

*transformações sociais - ao contrário do que supõem os apregoadores do “fim da história” - é sábio não ter pressa, não se deixar induzir pelos modismos (1992:20).*

Evidentemente isso não quer dizer que os limites da apregoada “nova ordem” do capitalismo devem desembocar na reedição pura e simples dos regimes do assim chamado “socialismo real”. O próprio método de pensamento que se reivindica como base para a transformação social no rumo do socialismo e do comunismo supõe que toda experiência deva ser criticada e superada, sendo a própria experiência geradora de condições novas, às quais tal pensamento deve se aplicar com o objetivo de determinar formas novas de orientação das relações entre os homens. Constitui mesmo tradição do pensamento de esquerda gerar no seu próprio seio questionamentos freqüentemente impiedosos a respeito da práxis que seus seguidores desenvolvem. É claro que, como em qualquer corrente política, a veiculação externa aos seus quadros dessa crítica freqüentemente é limitada por considerações táticas e estratégicas. Nesse sentido pode-se mesmo dizer que a queda dos governos do “socialismo real”, paradoxalmente, abre campo para uma fecunda renovação do pensamento de esquerda, na medida em que o desonera da defesa dos mesmos, abrindo espaço não só para pensar novas concepções que venham ao encontro dos valores mais profundos com que se compromete, como fazê-lo à luz dos créditos e débitos decorrentes daquelas mesmas experiências históricas. Como BRAVERMAN já advertia bem antes dos eventos do Leste Europeu, a *falência da ideologia comunista soviética* (1981:23) já apontava para a necessidade de uma abordagem crítica de uma visão que identificava nas revoluções ligadas em maior ou menor grau com a experiência soviética a única e definitiva forma do comunismo:

*A União Soviética teve uma revolução, mas uma revolução sob condições sociais específicas e quase toda a sua história subsequente combina progresso na tecnologia e produção com um afastamento em relação a seus objetivos revolucionários originais. Essa combinação especial exige sua própria análise específica. Na sociedade soviética temos a primeira forma fenomênica de uma época de transição que pode muito bem durar por séculos e que, sem dúvida, exibirá muitas formas contraditórias, complexas e de transição (idem, página 30).*

Temos portanto que o avanço da Revolução Soviética no plano das condições objetivas não correspondeu a progressos equivalentes no nível ideológico. Isso nos remete diretamente para a discussão no plano da cultura como visão de mundo e de uma pedagogia que pretenda produzir as atitudes capazes de implementá-la. Por um lado, no plano da educação, a discussão a respeito da vigência da visão marxista passa, numa grande medida, pelo questionamento de se a *concepção expressamente materialista da história e da sociedade* propugnada por KORSCH (1977: 126), poderia dar conta da cotidianidade, enquanto espaço da *práxis*. O que se deve considerar é que, exatamente no âmbito do marxismo se encontra uma muito rica reflexão para dar conta dessa questão, para muito além de uma visão mística dessa cotidianidade. Desse ponto de vista

*No trato prático-utilitário com as coisas - em que a realidade se revela como um mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas - o indivíduo "em situação" cria as suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (KOSIK, 1976:10).*

Essa ressalva é necessária porque o situarmos os problemas que se apresentaram na experiência dos países do Leste Europeu no plano ideológico pode conduzir a uma tendência de deslocar totalmente o foco para uma perspectiva idealista, o que nos afastaria daquilo que efetivamente mobiliza as energias dos homens, visando a transformação de seu viver concreto. Contudo, se considerarmos a relativa autonomia de que a ideologia e sua forma visível, a cultura, são dotadas saberemos que trabalhar com elas se coloca como tarefa que não pode ser esquecida. Outra não foi a experiência, no caso do desmoronamento dos regimes do "socialismo real". Na medida em que as novas condições de intercâmbio de informações colocaram diante das populações daqueles países a vitrine da sociedade de consumo, não havia um preparo das mesmas para distinguir entre o inegável progresso técnico que as mesmas representavam e a degradação desse mesmo progresso técnico, na forma de quinquilharias que nada acrescentam em termos de civilização<sup>83</sup>. Também

---

<sup>83</sup> Essa relativa autonomia da cultura e da ideologia é tanto maior quando mais "mediadas" são as relações dos homens com a base material sobre a qual transcorre a sua vida. Um número sempre maior deles estará afeto ao trato de uma realidade "representada" por signos, que só adquirem sentido no plano

a deficiência no que se refere à formação ideológica tem papel relevante nas dificuldades de manter padrões de produtividade e progresso técnico que permitissem minimizar os déficits de consumo naquilo que eles refletiam necessidades humanas legítimas<sup>84</sup>. Entretanto, o próprio pensamento de KOSIK aponta para a dimensão em que a perspectiva transformadora deve considerar a forma como os homens pensam a sua situação, sem o que as transformações serão cosméticas e reversíveis no plano em que efetivamente teriam que ser asseguradas: *A práxis de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue* (idem *ibidem*). O caráter excludente que é inseparável da sociedade capitalista implica em que qualquer projeto de sociedade que pretenda dirigir-se à realização de *todos* os homens, como tendência a ser buscada, tenha que opor-se à hegemonia burguesa como requisito de coerência. Nada se altera, a esse respeito, pela constatação de que, em sua fase revolucionária, o caráter privilegiado que a burguesia deu à promoção do individualismo, do egoísmo, como motores da criatividade e da industriabilidade humanas tenha resultado, como de fato resultou, em amplo progresso material para a humanidade<sup>85</sup>. O reconhecimento desse aspecto, que aliás o marxismo sempre fez, não elimina que, no presente momento, essas mesmas tendências militem no sentido da progressiva destruição do que se possa conceber como padrão de vida civilizado.

---

das relações sociais. Mesmo aqueles que tenham uma relação mais direta com o substrato físico de seu trabalho, estarão nesse sentido limitados pela realidade do caráter de trabalhador coletivo em que são colocados, com relação ao produto final sendo, aqui também, o trabalho, uma realidade sócio-cultural, ideológica, na forma em que para eles se apresentará. Sob esse aspecto a “virtualidade” da “modernidade capitalista” conta com condições privilegiadas para vender suas falácias ideológicas, se abdicarmos do conteúdo de oposição de classes aí implícito, na análise que fizemos de tal contexto.

<sup>84</sup> Aliás é sob esse aspecto que reside um questionamento que deverá ser aprofundado nos próximos anos, se tivermos a intenção de contribuir efetivamente para que a experiência histórica dos países do Leste Europeu, sob o socialismo possa render avanços para a humanidade. Tal tarefa, a que nos sentimos obrigados pelo débito moral para com as gerações que construíram aquelas experiências, passa também pela crítica dos desvios burocráticos que em parte explicam, ao tempo que agravam significativamente, as limitações de que estamos tratando naqueles processos revolucionários. Sob esse ponto de vista, cabe redesenhar uma teoria e implementar uma prática, nos partidos, sindicatos e movimentos populares, que valorize as posições de efetiva solidariedade e seja vigilante com relação aos oportunismos.

<sup>85</sup> E é necessário também que se diga que tal progresso material se converteu em base “objetiva” de progressos culturais, para não falar daqueles que resultaram do ímpeto criador de caráter mais estritamente cultural e mesmo ideológico que a burguesia, em sua fase ascendente, ofereceu à humanidade.

O papel que a escola tem a desenvolver, na formação de um pensamento progressista, sob tal ponto de análise, maximizado enquanto possibilidade pela eliminação de necessidade de trabalho vivo, coloca essa instituição no centro desse debate. Nesse plano desaparece qualquer possibilidade de uma artificial oposição entre *a essencial importância humana da formação do homem* (MANACORDA, 1989:360) e uma postura pedagógica que vincule a prática do educador ao processo de luta de classes, reivindicando dele uma tomada de posição no embate que se processa para decidir se os avanços técnicos serão colocados a serviço do desenvolvimento do homem em geral ou se serão apropriados pela classe dominante para seu usufruto exclusivo, inclusive como arma para opressão dos trabalhadores. Adquire especial sentido nesse contexto a constatação de PONCE:

*Enquanto a sociedade dividida em classe não desaparecer, a escola continuará sendo uma simples engrenagem dentro do sistema geral de exploração, e o corpo de mestres e de professores continuará sendo um regimento, que, como os outros, defende o interesse do Estado* (1963:178).

Deve-se entender que este projeto da classe dominante pode e deve enfrentar a oposição daqueles que se alinham com uma visão da história dentro da qual há lugar para o resgate do direito à plena realização para a totalidade dos homens. É claro que é necessário levar em conta que, com a adesão ao diagnóstico de PONCE, *não se quer dizer que mesmo esta escola reacionária não mereça a máxima atenção* (NOSELLA, 1991: 91). Pelo contrário, exatamente pela importância que ela pode ter como instituição alienadora, impõe-se marcar presença dentro dela, numa perspectiva de superação da hegemonia burguesa. O seu caráter limitado, seja enquanto instituição especializada, seja pela sua localização na instância que é, *num nível inicial*, determinada e não determinante, não coloca de lado a necessidade de aí atuar. O que é necessário ter claro é que, em última análise, essa atuação dos educadores comprometida com os setores sociais subalternizados é subversiva, apenas *tolerada* pelo sistema dominante quando as circunstâncias não recomendam uma ação repressiva mais aberta. Ela se constitui em *um* dos espaços políticos da sociedade burguesa, onde necessariamente se deve realizar a *batalha pedagógica*

(MANACORDA, 1989: 360) que não pode *ser separada da batalha política e social* (idem *ibidem*).

A determinação da forma de articular esses dois níveis da práxis dos educadores, um que lhes é específico, outro que eles partilham com os demais homens, passará pela análise da base técnica da produção e de suas decorrências no plano político-ideológico. Afinal, o que se faz no plano pedagógico é acelerar (ou bloquear) o acesso dos indivíduos ao domínio de uma certa tecnologia e de seus condicionamentos ideológicos. O grau e a forma deste acesso permitirá (ou impedirá) que os sujeitos dominem os recursos mediante os quais é possível controlar o meio físico e social convertendo-os, na medida de tal controle, em bases para a realização de suas aspirações. A formulação das próprias aspirações dependerá da interpretação que possam fazer do mundo e da sociedade e de sua posição nos mesmos.

No âmbito da educação, como nos demais campos onde se dá o processo sócio-político, o que se coloca para os que se identificam com o campo progressista, é de interpretar e traduzir de forma adequada as condições novas criadas pelo atual desenvolvimento das forças produtivas e pelas correspondentes condições histórico-políticas, para subsidiar sua prática (político) pedagógica. Não faltam elementos na tradição do pensamento marxista para orientar tal abordagem, muito embora não se possa cobrar dos pensadores que antecipem necessariamente problemas que só se colocarão, em contextos históricos futuros ao período em que elaboram suas intervenções. Além de todo o trabalho de BRAVERMAN, fundamental a este propósito, especificamente na área educacional temos contribuições relevantes. Assim, por exemplo, PONCE afirma que *uma vez que a máquina libertou o homem do trabalho ininterrupto, em nossos dias já não existe lugar para os escravos e os patrões* (1963: 58). Trata-se da tese fundamental, a respeito do momento que vivemos, a saber, de que o substrato técnico do qual a burguesia se apropriou, para postular a sua exclusividade sobre o mesmo e fundamentar a tese equívoca da pós-modernidade capitalista, é patrimônio de toda a humanidade, devendo propiciar a plena realização como situação tendencialmente extensiva a *todos* os homens. Ora, no presente momento, isso significa principalmente levar seus benefícios aos

trabalhadores. A esse respeito a contribuição de MANACORDA é significativa ao apontar para o fato de que na

*Idade Moderna (...) devido à crescente intervenção da ciência como força produtiva, passa-se ao sistema da fábrica e da indústria baseada nas máquinas, em que a força produtiva não é mais dada pelo homem, mas pela água dos rios, primeiro, e pelo carvão mineral, em seguida; e a máquina realiza as operações do homem, já reduzido a um simples acessório da máquina (1989: 270).*

A questão é exatamente de elevar os padrões de realização humana de maneira a que a máquina volte a ser o acessório do homem. A evolução técnica coloca a possibilidade da superação do lado perverso da divisão do trabalho, que se consolidou em etapas históricas anteriores até porque os benefícios em termos de progresso que se associavam a ela tornavam impensável recusá-la, salvo a partir de modelos alternativos de organização social que, como se viu, não tinham ainda a perspectiva madura de se implantarem de forma duradoura<sup>86</sup>. Para isso é importante ter claro que a denúncia da instrumentalização do progresso técnico pela burguesia, a serviço do aprofundamento e consolidação da dominação de classe, não significa ignorar o potencial de progresso civilizatório nele contido. A relação dos marxistas com os avanços da técnica gerados pela burguesia foi perfeitamente definida por LÊNIN, que estabeleceu como diretriz para a Revolução

*utilizar, imediatamente, amplamente, e em todos os domínios, os especialistas da ciência e da técnica que o capitalismo nos legou (...) lutar de maneira também impiedosa contra o que se diz radicalismo, que, de fato, é apenas grosseira*

---

<sup>86</sup> Isso não quer dizer que as revoluções que ousaram tentar tais modelos não tenham trazido as contribuições mais relevantes para a história humana. Apontaríamos três itens, a esse respeito: (1) o primeiro, que só os povos que viveram tais experiências poderão julgar efetivamente (o que certamente estarão fazendo nas próximas décadas), diz respeito à criação de um novo modo de vida que, com suas limitações e erros, coloca-se contudo como uma experiência sem precedentes na história da humanidade; (2) interessando mais, de forma direta, aos que se preocupam com propostas alternativas de sociedade, a preservação, aqui também sujeita às distorções decorrentes de qualquer iniciativa do gênero, porém ainda assim inegável, de preservação e desenvolvimento da cultura socialista e comunista e (3) finalmente, interessando aqui sim a toda a humanidade, um intervalo de algumas décadas de alternativas políticas e militares a um poder de cuja arrogância poderíamos imaginar a consequência, se isolado com o poderio nuclear com que saiu do segundo conflito mundial. No que diz respeito a esse último ponto cabe contabilizar também a motivação da experiência reformista social-democrata que, com as limitações que apontamos, constituiu-se em experiência histórica a ser utilizada pelo movimento dos trabalhadores, em suas consequências jurídicas, políticas e culturais, como cunha no ideário burgues, visando a lutas

*fatuidade, pretendendo que os trabalhadores sejam capazes de chegar ao fim do capitalismo e do regime burguês sem aprender com os especialistas burgueses, sem utilizá-los, sem ter seguido uma longa história de trabalho ao seu lado* (1978:160).

Já nesse momento LÊNIN apontava para uma abordagem que pode, de maneira muito ampla, atender aos problemas que a atual situação do processo produtivo coloca, do ponto de vista de uma política comprometida com um projeto de civilização e apostada contra a barbárie<sup>87</sup>: resgatar a herança cultural da humanidade para aquela parcela dela que pode, defendendo os seus interesses, defender os da totalidade, *contra* aquela outra que se converteu, de livre vontade, no *adversário*, conquanto ancorando seu projeto de ser na negação do ser dos demais. Isto *não* significa negar os frutos da Revolução feita pela burguesia. Significa, pelo contrário, valorizá-los e reivindicá-los para a humanidade, recuperando o que teve de historicamente progressista esse movimento.

Então, a tarefa educativa implicará em permitir aos trabalhadores terem acesso aos frutos do avanço técnico-científico, requisito para que atuem como sujeitos do processo histórico da sociedade contemporânea. Há um nível em que essa tarefa se confunde com a educação técnico-científica. Entretanto, para que a mesma não signifique a eliminação do humano mas sim a máxima potencialização dele, essa educação técnico-científica deve significar também a postulação do patrimônio que objetiva transmitir como resultante e fator de desenvolvimento de um projeto de civilização, entendido o termo como a máxima realização do maior número possível de homens. Portanto cabe mostrar aos trabalhadores que

---

reivindicatórias que, adequadamente desenvolvidas, permitem ampliar o seu escopo, visando ao aprofundamento da organização que delas decorrer.

<sup>87</sup> Na verdade o conceito de *barbárie* revela-se promissor para a análise do atual contexto do capitalismo. Pensamos que se pode considerar que temos, na ausência de uma proposta civilizatória, que no nosso entender ainda está restrita ao pensamento associado às idéias socialistas e comunistas, os cenários concorrentes de uma *barbárie "clássica"* e de uma *neobarbárie*, complementares entre si. A primeira corresponde a estratégias de sobrevivência de amplas parcelas da população, marginalizadas pelo "ordem" neoliberal: assaltos, tráfico de drogas etc. A segunda, mais grave porque não decorrente de uma condição que é imposta aos seus sujeitos, reedita os castelos medievais, com os conjuntos habitacionais fechados, cercados de guardas armados, forma de os *neobárbaros* se protegerem dos *bárbaros "clássicos"*. Ambos recusam o *outro*: os bárbaros "clássicos" por necessidade, os neobárbaros por opção.

*Recorrendo a toda a tecnologia já desenvolvida nós estaríamos em condições, hoje, de desfrutar o conjunto da humanidade, de uma margem bastante grande de lazer, de tempo livre, tempo livre este que seria então destinado ao aperfeiçoamento dos indivíduos, ao desenvolvimento do seu espírito, à sua formação intelectual, à sua formação cultural em geral. No entanto isso não ocorre exatamente porque as relações sociais de produção atuais, baseadas na propriedade privada, travam o avanço das forças produtivas e impedem que este avanço venha a beneficiar o conjunto da humanidade. Nesse contexto a luta pela socialização dos meios de produção, pela abolição da propriedade privada não é outra senão a luta para fazer avançar o desenvolvimento da humanidade em geral (SAVIANI, 1991:118).*

Questões como o caráter “histórico-cultural” ou “natural” (ainda que como “segunda” natureza), dos conteúdos que as redes comunicacionais vão veicular (e portanto do caráter ativo ou passivo da relação dos usuários com as mesmas), da mediação pelas redes como ponte ou como muro entre os sujeitos, da definição de se há e quem são aliados e adversários, na multidão de interlocutores com os quais passamos a defrontar-nos, têm que ser consideradas como itens da agenda de construção do discurso sobre a sociedade globalizada que se está gerando, sob o controle do capital e sobre as alternativas de espaços globalizados que se podem construir. Para isto é preciso que os intelectuais em geral (e dentre eles os educadores, entendidos como categoria específica) recuperem as questões do engajamento, da ideologia enquanto tomada de partido, como pressupostos inescapáveis de seu papel social.

Até aqui tratamos das diferentes possibilidades dos conteúdos da cultura e da ideologia, como aqueles que serão reproduzidos pela educação, conforme se der a orientação dos seus agentes, considerando-se aí a correlação de forças na sociedade em geral e especificamente dentro da escola: uma conformação aos interesses da burguesia, expressos hoje no neoliberalismo como formulação teórico-ideológica da globalização capitalista ou a sua crítica, visando a demonstrar o sentido de classe de suas formulações e propor alternativas à sociedade individualista e excludente com que o mesmo acena. Entretanto há outras formulações decorrentes desse contexto político que vão incidir sobre a escola. Tanto o papel ideológico do processo

educacional como o interesse do capital, de incorporar novos setores sociais aos espaços nos quais se dá a acumulação implicam numa outra consequência da globalização capitalista que de forma direta interessa aos educadores. Trata-se do que alguns caracterizam como *tendências emergentes em direção à mercantilização e privatização que a educação está enfrentando* (APPLE, 1995: 202). Sob este aspecto há uma forte tendência de que os sindicatos de educadores se preocupem mais com temas corporativos. Mais do que isso: que recorram ao princípio da solidariedade intersindical, frequentemente obtendo êxito, para levar outros sindicatos a encarar a questão das políticas educacionais sob esta mesma angulação. Veja-se que não se pretende anatematizar a luta corporativa. Entretanto, sem prejuízo da luta neste plano, que tanto do ponto de vista estratégico como pelo próprio objeto de disputa, tem que ser travada de maneira decidida, não se pode perder de vista que, aqui, mais do que em outras dimensões do processo social, os significados político-ideológicos são fundamentais e não podem deixar de ser considerados. O mesmo autor, na seqüência de suas observações indica neste sentido:

*Meu principal argumento, entretanto, é o de nos acautelar, de corrigir uma tendência presente entre nossos “mais avançados teóricos” de marginalizar nossas preocupações com a economia política e com as relações de classe. Não é para nos fazer reavivar grandes narrativas anteriores, cuja “vontade de saber”, era, ela própria, mais que problemática, que levanto esses pontos. É para nos fazer lembrar que se trata ainda do capitalismo e isso faz diferença em nossas vidas cotidianas e nas vidas não apenas daqueles/as estudantes que já estão na universidade mas também daqueles/as que logo estarão. Ignorar as complexas relações entre o capital cultural e o capital econômico não tornará a situação mais fácil (Idem ibidem).*

Daí que, para além dos temas corporativos, seja vital atender à questão dos conteúdos do ensino, colocando aí, sim, um problema de “qualidade”. Porém não uma qualidade supostamente “neutra”, como querem os neoliberais mas, de fato, uma qualidade que se expressa no engajamento consequente num projeto de civilização e humanização que afirmamos coincidente com um projeto de sociedade

conformado aos interesses da classe trabalhadora. Converter a educação numa tarefa exclusivamente “técnica” significa imaginar que os agentes sociais vão agir de maneira “neutra”, quanto puderem determinar a maneira como as pessoas serão “produzidas”. Cabe ter claro que o sentido da ação dos egressos do sistema educacional, em grande medida determinado pela maneira como o sistema funcionar, afetará o sistema social e, conseqüentemente, aqueles que são beneficiários da atual situação. Seria, pois, totalmente irrealista imaginar que podem ficar parados, diante de reformas educacionais, como de resto diante de qualquer processo de mudança social.

O objetivo que nos propomos é avançar na análise do processo de globalização, na sua atual conformação de desenvolvimento do capitalismo, da ideologia neoliberal que lhe dá sustentação teórica. Tudo isso com uma preocupação particular sobre a forma como é apresentado aos trabalhadores o seu lugar nesse processo. O desdobramento para o qual se pretende contribuir é a elaboração de uma visão de classe, a este propósito, por parte dos operários. Considera-se que esta análise é requisito básico para a formulação de diretrizes para a ação política e sindical que pretenda confrontar o assalto promovido pela classe dominante aos elementos de organização atualmente existentes na classe trabalhadora. Sem adotarmos o derrotismo revisionista a que muitos têm sido conduzidos, não temos dificuldade em admitir que o quadro sócio-político com que nos defrontamos apresenta elementos que carecem serem esclarecidos e analisados na sua especificidade. De resto é esta a lição elementar que ao longo de toda a história de lutas dos trabalhadores tinha que ser retida, e o seu olvido deve ser contabilizado como fator fundamental na determinação de derrotas, como as recentes, as quais, diga-se de passagem, são também ricas oportunidades de aprendizado: na luta social as classes só elaboram estratégias justas quando estão atentas às mudanças do quadro, que constituem desafios (e também oportunidades) para a efetiva construção das hegemonias. Especificamente do ponto de vista do marxismo

*a repetição dos mesmos termos, que outrora registram o maior avanço da teoria social, torna-se uma ideologia paralisante. Daí porque um dos princípios*

*fundamentais da abordagem marxiana estabelece que a crítica marxista “deve constantemente ser aplicada a si própria” (MÉSZÁROS, 1993: 72).*

O próprio sucesso do capitalismo, nas suas tarefas construtivas, coloca um primeiro elemento no desenho da cultura em que os trabalhadores vão ser construídos e se construir como protagonistas da luta de classes, entendida como forma mais geral da vida social. Como já advertia Lênin, cabe-nos valorizar e cultivar os refinamentos que nos foram legados pela burguesia, que constituem patrimônio de civilização a ser preservado, sendo necessário, exatamente, deixar claro que os trabalhadores não só os valorizam como fazem questão de reivindicar seu direito aos mesmos, até porque tiveram o papel fundamental de construtores cada vez mais centrais no processo de criação deles, crescendo tal papel à medida que a burguesia se abastarda em classe reacionária, incapaz de assumir conseqüentemente os frutos do progresso que lhe deve ser creditado em sua fase revolucionária. Entretanto, à medida em que avança a decadência cada vez mais, como um anti-Midas, a burguesia consegue converter em penduricalhos inúteis aquilo que inicialmente eram jóias que acrescentou à cultura. E os trabalhadores, apanhados no fluxo do esgoto cultural em que se converte a sociedade do “marketing” consumista, podem ter aí mais uma cadeia a tolher-lhes os movimentos de sua auto-construção como sujeitos do processo histórico. Tanto o trabalhador da parte mais avançada do sistema produtivo como aqueles dos setores mais atrasados podem ser convertidos em consumidores compulsivos e reificar-se, tornando-se peças harmônicas do sistema dominante.

Nos países em que a história da classe operária é relativamente recente há determinações mais precisas a serem consideradas. O operário típico de grande parte da indústria deste países é de recente extração rural (considerado o próprio indivíduo ou sua família), pelo que o impacto da vitrine do capitalismo é potencialmente mais forte no seu caso. Do ponto de vista político-ideológico deve ser considerado que as estruturas da sociedade urbana capitalista apresentam-se para ele com um maior grau de opacidade, agravada pelas influências familiares, religiosas e outras componentes de uma cultura tradicionalista, que o tornam presa fácil do clientelismo e do paternalismo. Se considerarmos o imenso potencial de manipulação contido nos

sistemas de informação gerados pelo contexto técnico atual, teremos a medida do gigantismo da tarefa de resgatar este trabalhador, como sujeito de suas circunstâncias.

A globalização capitalista, como é identificado pela própria palavra utilizada para indicar o fenômeno, se caracteriza por ser um processo que estende, para o nível planetário, o espaço em que são pensados e executados os processos econômicos, a cultura e a política. Entretanto o nível local não perde vigência, como instância operacional e de análise. Sob um certo ponto de vista podemos dizer que ele ganha importância, embora dentro de uma lógica em que, aparentemente, se encontra subordinado em termos absolutos ao global. Este caráter aparente de absoluta subordinação é assim por nós identificado na medida em que percebemos esta determinação como não sendo unívoca.

O conceito de um espaço econômico e cultural globalizado tem que ser entendido como mais um instrumento cultural, que como tal se situa como instrumento de interesses concretos, de sujeitos concretos, como tal individualizados e localizados. Apenas que, enquanto processo social específico de uma sociedade de classes, a globalização implica numa relação dialética entre um pólo hegemônico e um outro subalternizado. A relação dialética, contudo, implica em que os seus dois termos aparecem como “relativamente” determinantes e “relativamente” determinados, no sentido de que a ação de cada polo deve “levar em conta” o modo de ocorrer específico do outro. Por sua vez a resultante dessa relação incorporará os elementos de ambos os polos. No caso da globalização capitalista a burguesia, agora dotada de instrumentos mais e mais abrangentes, para alocar capital, utilizar mão-de-obra e distribuir mercadorias deve, para realizar seus objetivos, utilizar as diferentes condições econômicas, sociais, políticas e culturais que afetam a classe trabalhadora como alternativas para a execução de suas estratégias.

A estratégia “globalizante” do capital opera pela utilização de um aparato amplificado para áreas cada vez mais extensas, de comunicação e manipulação ideológica, para romper os laços de solidariedade comunitária, nacional e principalmente de classe, em favor de uma universalização de um individualismo que tende mesmo ao solipsismo. Assim, à universalidade dos laços de controle do capital, diante da qual o indivíduo estaria inerme, deve corresponder o isolamento

egoístico em si próprio, como requisito do sucesso ou até da simples sobrevivência. A totalidade, sob tal ponto de vista, é o poder da burguesia. Nesta abordagem deste aspecto global da globalização, se assim podemos dizer, ocupa papel central um esforço de revisar a relação entre educação, tecnologia e qualificação. A análise neoliberal apresenta tais termos como essencialmente ligados numa relação de crescimento concomitante. A posição que defendemos é, ao contrário que, quanto ao trabalhador coletivo, a função da tecnologia é exatamente expropriá-lo de sua qualificação. A habilidade, que se configurava como a única propriedade do trabalhador, é “internalizada” nos instrumentos, na máquina e agora no *software* da produção informatizada. Outra coisa é perceber que este novo paradigma produtivo (que com relação à base técnica é efetivamente novo, sem prejuízo de dever ser reconhecido como instrumento de manutenção da dominação, que é tão velha como a sociedade de classes) implica numa camada superficial de engenheiros e de técnicos. E aqui sim, a educação, enquanto *treinamento*, tem uma função importante do ponto de vista da burguesia, enquanto instrumento de garantir as condições *técnicas* de que a dependência do capital com relação a esta categoria de técnicos e engenheiros não seja “exagerada”.

A educação humana, como qualquer outro item da cultura, constitui-se numa resposta elaborada pelo seu sujeito a uma determinada condição ambiental, física ou social. Entretanto, as mudanças no plano social implicam em necessidades mais dramáticas de adaptação da teoria e da prática dos educadores, uma vez que afetam simultaneamente os problemas a que a educação deve atender, enquanto instrumento cultural, os próprios meios disponíveis para isso<sup>88</sup> e, com particular importância para nossa abordagem, afetam o nível ideológico, introduzindo novas motivações e novas formas de interpretar as condições em que as mesmas podem ou não se realizar.

As mudanças a que temos assistido, na configuração da economia mundial e, em conseqüência, na política e na cultura, seja pelas incidências no contexto em que atuam os sistemas educacionais, seja pela forma como alteram os próprios referenciais internos das escolas, têm que merecer um tratamento voltado para uma

---

<sup>88</sup> A incidência das mudanças sobre os meios disponíveis para a tarefa educacional, conforme os educadores tenham ou não o acesso aos mesmos e o treino necessários para a sua operação, alterarão a posição relativa que eles ocuparão no conjunto do sistema educativo *enquanto sistema de poder*.

reelaboração da teoria pedagógica. Entretanto é grave o risco de pensarmos esta reelaboração em termos de “tornar a educação um instrumento adequado para os novos tempos”. Instrumento de quem? e para que?

Fica evidente que o que estamos propondo é uma percepção e uma postura pedagógica que é antes de mais nada política. Isto se deve, de um lado, a que a educação como “produção de homens”, enquanto sua determinação intelectual (seja como sujeito ou como objeto), só pode definir-se se considerado o quadro político em que opera. Por outro lado a educação só pode definir-se também na perspectiva da *produção* do quadro histórico (ainda que a sua relação com este desiderato possa ser no sentido de opor-lhe obstáculos).

A educação só pode ser analisada sob uma perspectiva da práxis. Não se trata nunca de um homem em abstrato, senão que situado historicamente enquanto sujeito pelo menos potencial (e desejavelmente em ato) de seu destino. Em tese isto dispensaria qualificativos para um projeto educacional, o que provavelmente contará com uma concordância, também em tese, de praticamente todos os que se envolvem profissionalmente com a educação. Entretanto, sabem-no aqueles que levam este compromisso para além da retórica que tal consenso não se verifica na prática. FURTER, analisando o papel da educação para *um mundo humanizado* (1973: 165), formula que:

*O humanismo consiste em impor uma certa qualidade e uma grande densidade às relações humanas, não só porque a tarefa que o homem assume necessita o apoio de outro, mas, sobretudo, porque o humanismo é uma busca real de fraternidade, de liberdade e de igualdade, de uma maneira absoluta e global* (idem, p. 166).

Na medida em que o compromisso da educação com a construção de uma sociedade marcada por esta concepção de humanismo não for negado (e, pelo menos a nível retórico, tal negação é raramente encontrada), a primeira tarefa para a construção da pedagogia será a interpretação do quadro histórico e de suas implicações para tal ideal.

O período histórico com o qual nos defrontamos constitui-se em particular desafio sob tal ponto de vista. As modificações das bases materiais da vida humana e as repercussões das mesmas sobre os padrões de convivência (e confronto) na sociedade são de molde a suscitar fortes preocupações quanto à natureza da sociedade que se está gestando. Mais do nunca a elaboração pedagógica tem que ser realizada num marco político. Acresce que a própria elaboração do pensamento político se encontra obstaculizada, na medida em que uma das conseqüências da globalização capitalista foi a desestruturação de uma parte importante dos referenciais que se colocavam para o mesmo, nas últimas décadas. Com a queda dos governos baseados na concepção do chamado “socialismo real” e a debandada ideológica que se seguiu de muitos que se somavam à luta política e sindical dos trabalhadores<sup>89</sup>, ficou muito enfraquecida a possibilidade de contrapor-se ações politicamente consistentes, de grande porte, à hegemonia da ideologia burguesa. Nessas circunstâncias a única atitude historicamente conseqüente é a de retomar o trabalho de base, com a educação de novos contingentes de trabalhadores e intelectuais, para que a correta percepção do significado dos acontecimentos históricos que estamos vivenciando possa levar a tomadas de posição que recuperem um projeto capaz de colocar alternativas à barbárie que a burguesia nos propõe como perspectiva de futuro.

Assim, podemos ir mais além, e dizer que a pedagogia, sobre continuar a ser uma reflexão marcada pelo político, deva ela mesma se converter em pensamento político, sob pena de ser insubsistente.

Para entender porque o paraíso apontado pelos neoliberais tarda tanto em despontar, encoberto pelas brumas do desemprego estrutural é preciso que nos

---

<sup>89</sup> Sob esse ponto de vista pensamos que é importante distinguir duas grandes categorias, dentre os indivíduos e organizações que enveredaram pelo revisionismo. De um lado encontram-se pessoas honestas, que assumiram tal postura por limitações de formação ideológica. Com relação a esses casos é que pensamos que se justifica uma preocupação com o desenvolvimento de análises e de uma pedagogia política que abram caminho para a recuperação dos mesmos para o campo político da classe trabalhadora. Porém, ao lado deles encontram-se também os de oportunismo político, de intelectuais, políticos e líderes sindicais que na realidade só se colocavam aparentemente no campo proletário porque, pelas mais diversas razões, isso lhes proporcionava ganhos imediatos. Como ratos diante de uma perspectiva de catástrofe para seus cálculos mesquinhos e imediatistas, correm para o lado que se lhes afigura mais vantajoso, nas atuais circunstâncias. Quanto a esses devemos ficar gratos às contingências que os afastaram, que sob tal aspecto só podem ser qualificadas de muito felizes, ganhos que podemos contabilizar, sem prejuízo da autocrítica que os desenvolvimentos políticos em causa devem nos levar a fazer.

concentremos na análise daquilo que seria, para os defensores do “admirável mundo novo” do capitalismo, o grande fator da redenção dos trabalhadores, sob a hegemonia do sistema que defendem: a “qualificação” que as novas características do sistema produtivo demandariam do trabalhador. É claro que alguns aspectos dessa abordagem ficam carentes de resposta. Destacamos, como “pontos cegos” nessa argumentação o problema da natureza do produto a ser gerado e a própria questão da lógica “material” da incorporação de ciência “sedimentada” em tecnologia no processo produtivo.

O primeiro ponto diz respeito ao fato de que todo aumento de produtividade implica na definição de novas “necessidades”, como forma de utilizar os fatores produtivos “liberados” no processo. Se, por hora trabalhada, o trabalhador produz mais unidades de qualquer bem, ou aumenta a demanda deste bem ou teremos capacidade produtiva sobrando. De qualquer forma teremos que inovar, ou no sentido de ampliar a noção de “quem” tem “necessidade” daquele bem, para aumentar a demanda, ou teremos que definir uma “necessidade” (...) “nova”, para que a produção do bem correspondente ocupe a capacidade produtiva “liberada”. É claro que sempre é possível definir tarefas “novas”, compatíveis com a hegemonia do sistema atual, como por exemplo vender bilhetes do “baú da felicidade”, mas evidentemente não é nisso que pensamos como formas “produtivas” de criação de novas necessidades. Nas fases anteriores o capitalismo podia gerar novas necessidades “produtivas” porque tinha onde aplicar os lucros daí decorrentes. Atualmente teria que colocar em causa as suas próprias bases, como sistema social, para fazê-lo.

Com relação ao segundo ponto trata-se de perceber que o avanço tecnológico não torna mais complexa, mas sim *mais simples* a tarefa produtiva à qual se aplica. Aliás nem haveria sentido em que o contrário ocorresse. Outra questão é saber se, dentre o total de horas trabalhadas para gerar um determinado produto, uma parcela (proporcionalmente sempre menor) cresceu (eventualmente de forma extremamente acentuada) em complexidade. A questão central será de analisar a “média” de complexidade, no conjunto das horas trabalhadas.

Esta análise, relativa à indústria japonesa que, na realidade pode ser aplicada ao conjunto da produção capitalista, tem relação com a discussão acima:

*... o “trabalhador integrado” nas sociedades anônimas industriais do Japão precisam ter menos qualificação evidente, conforme descobri durante minhas visitas às fábricas da Nissan e da Honda na Europa. Perguntei ao gerente de pessoal nas duas fábricas qual a importância que eles atribuem à qualificação educacional e vocacional da maioria de seus aspirantes a trabalhadores na divisão fabril. Em ambos os casos a resposta foi “muito pouca”<sup>90</sup>.*

Na perspectiva da burguesia, de tentar assegurar para si, enquanto classe, as vantagens do progresso técnico, o malthusianismo redivivo se justifica, pois o objetivo é convencer os trabalhadores de que a crise passa por uma inadequação deles e de suas famílias à nova conjuntura, com suas “maravilhas” técnicas e organizacionais. Tratar-se-ia de os trabalhadores procurarem ter menos filhos e apertar os cintos, para pagarem por um ensino que lhes permitisse (a si e aos seus filhos) “capacitarem-se”, de maneira a, assim unguídos, poderem ser admitidos ao paraíso que lhes reserva a pós-modernidade.

Do nosso ponto de vista o que se coloca como necessário é reivindicar as novas condições técnicas como patrimônio comum de toda a humanidade. Assim, tais avanços na técnica devem ser utilizados para permitir que os trabalhadores possam ter tempo livre para se desenvolverem plenamente, enquanto seres humanos. No plano que nos preocupa, o da educação concebida como preparação de mão-de-obra para as empresas, a questão é evoluir para uma outra, voltada para desenvolver as potencialidades das pessoas como criadores de cultura, seja nas ciências, na filosofia ou nas artes. Mas, para isso, não imaginamos que se possa contar com a boa vontade da burguesia. Só os trabalhadores, plenamente conscientes do conjunto dos fatores que se encontram em jogo, podem criar as condições políticas requeridas por tal projeto<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> HEAD, Simon. Nova economia expõe sua face mais cruel. *O Estado de S. Paulo*. 12/5/96 (p.D-1).

<sup>91</sup> É evidente que falar em ação política dos trabalhadores nas atuais circunstâncias, de forte desmobilização sindical, é no mínimo polêmico. Nesse sentido queremos deixar claro que entendemos esta ação como envolvendo momentos de ações de massa e momentos de preparação de vanguardas, que se articulam no sentido de que, nas crises que propiciam as primeiras se deve estar atento à localização e cooptação dos trabalhadores com maior potencial de avanço político-ideológico. E de que, nos períodos intermediários, a educação da vanguarda deve levar em conta que seu papel essencial é conduzir as crises que venham a delinear-se ulteriormente a uma solução favorável à organização dos trabalhadores como classe, e não ao avanço das tendências fascistas, no âmbito dos movimentos operários.

E a primeira tarefa é entender como os trabalhadores percebem a situação, como pressuposto de um trabalho que possa mudar tal percepção no rumo que se faz necessário, única proposta conseqüente, desde que tomada a perspectiva que encara a civilização como comprometida com a realização plena de todos os homens.

No nosso caso preocupa-nos o papel que pode ser desempenhado pela escola, como parte do aparato ideológico, na orientação dos processos sociais atuais. Estamos nos propondo aqui duas ordens de problemas: (a) qual a pauta de discussões a propósito da forma de organização escolar, no contexto presente, principalmente no Brasil; (b) do ponto de vista dos conteúdos do processo educativo, qual a questão “filosófica” que deverá ser resolvida, visando a orientação que o processo educacional deveria tomar.

Apontávamos anteriormente que as ações do homem sobre o ambiente, na medida em que o mesmo deixa de ser “natural” são, em última análise, ações sobre os outros homens: investe-se em tecnologia pelo menos também (diríamos que principalmente) para ocupar espaço de um concorrente e para diminuir a dependência com relação a mão-de-obra<sup>92</sup>. É verdade que houve um momento em que o objetivo de controle da natureza se colocava como prioritário, para a burguesia emergente. O desenvolvimento desse ideário conduziu à situação atual, em que *o homem se tornou capaz de manter confortavelmente toda a humanidade* (SAVIANI, 1991: 24). Nesse sentido corresponde a um ideal que anima a humanidade desde seus primeiros albores, constituindo a linha geral que orientou a ação do homem sobre o mundo físico, de forma a elaborar uma “segunda natureza”, na qual as novas condições, mais favoráveis, de vida material, permitiram também o desenvolvimento espiritual, resultando na arte, na filosofia e na ciência, nesse caso mais como “vontade de saber” do que como decodificação instrumentalizadora das leis da natureza. O que não impede o mesmo homem de perpetuar uma situação da *miséria mais abjeta, para a maior parte da humanidade* (idem *ibidem*). Deve-se inclusive ter claro que, tal como se deu o desenvolvimento da cultura, esse lado desumanizador apresentou-se como uma parte essencial do mesmo movimento que, na outra face,

---

<sup>92</sup> Veja-se a propósito esta colocação do personagem a que GORENDER chamou Liberatorre: *A idéia de socialismo se desfaz pela carência de seu pressuposto indispensável: o agente que lutará por ele e o realizará. Com André Gorz, demos adeus ao proletariado. As novas tecnologias tendem a reduzi-lo cada*

abria campo para a realização de processos de grande expressão civilizatória. Portanto, é no plano político que se trava a trama da história, a partir do momento em que *a automação aponta para a possibilidade dos homens transferirem para as máquinas toda a necessidade material que temos* (idem *ibidem*). Isto não quer dizer que os problemas da educação técnico-científica estejam superados. No presente momento a demanda de trabalhadores preparados para operar os sistemas produtivos é significativa, podendo aumentar se, como é desejável, forem implantadas jornadas menores, possibilitando que o engajamento na produção não signifique a privação da possibilidade de contínuo desenvolvimento pessoal e/ou gozo de tempo de lazer. De fato, a evolução dos processos produtivos, incorporando os frutos do progresso técnico-científico colocam, mais do que em qualquer outra época, esta necessidade. Conforme BRAVERMAN

*O trabalhador só poderá reobter o domínio da produção coletiva e socializada assumindo as prerrogativas científicas, de projeto e operacionais da Engenharia moderna; à falta disto, não há domínio do processo de trabalho. A extensão do tempo de escolaridade que o capitalismo ensinou, por suas próprias razões oferece a estrutura; o número de anos passados na escola tornou-se em geral adequado para o provimento de uma educação politécnica completa para os trabalhadores da maioria das indústrias* (BRAVERMAN, 1981: 376).

Cabe, é claro, considerar o problema de que, na medida em que a demanda de horas trabalhadas para a produção dos artigos de consumo se reduzem, por mais que haja redução de jornada, abre-se a alternativa de ampliar a concepção de atividades profissionais para aumentar e diversificar a incorporação nas mesmas da produção de bens compreendidos numa outra esfera (arte, literatura, ciência etc.). Pode-se mesmo dizer que se é possível encontrar algum sentido em tudo o que a humanidade fez até hoje, inclusive e destacadamente os esforços para gerar o progresso técnico que caracteriza a atual situação, tal sentido com certeza estará muito próximo (ou mesmo coincidirá) com essa perspectiva. É claro que há interesses e pontos de vista que serão prejudicados por um projeto com essas características. E é exatamente por isso que é preciso ter clareza que o mesmo não é neutro. Ao contrário implica exatamente

---

*vez mais em números absolutos. Simultaneamente, decresce seu peso social específico* (GORENDER,

numa firme tomada de partido e em assumir a tarefa de lutar contra esses interesses, única forma de caminhar no sentido que indicamos. Contudo aí já entramos no espaço de importantes alterações na própria concepção de sociedade.

Entretanto, nos quadros da hegemonia burguesa, a situação da educação escolar acaba não atendendo ao imperativo do efetivo avanço das condições culturais da classe trabalhadora, face à deterioração apontada por SAVIANI (1991: 32-9)<sup>93</sup>. O paradoxo é que, pela lógica do processo do desenvolvimento da cultura, o que se deveria esperar seria uma crescente facilidade na aquisição pelo menos dos conhecimentos fundamentais, caracterizaram a escola de educação geral. A complexidade que é postulada como obstáculo ao desenvolvimento educacional tem que ser situada num outro plano de relações. Podemos entendê-lo perguntando-nos por que as soluções viáveis não são adotadas. Conforme apontado por SAVIANI as razões ligam-se ao significado político do processo educacional e da conseqüente incidência de suas alterações sobre os interesses políticos-sociais(1987:150)<sup>94</sup>. Esta questão, do significado político da natureza do processo de escolarização capitalista tem que ser percebida na especificidade que toma no contexto presente da história mundial. De um ponto de vista mais amplo, a queda dos governos do assim chamado “socialismo real”, no leste europeu tem sido associada com um quadro mundial no qual a ideologia pós-liberal implica num recrudescimento do individualismo.

---

1992: 165).

<sup>93</sup> O mesmo BRAVERMAN aponta para a questão semelhante ao longo de toda a obra aqui referida. Veja-se por exemplo: *No modo capitalista de produção, a extensão de uma “escolaridade” cada vez mais vazia combinada com a redução do trabalho a tarefas simples e fáceis representa um desperdício nos anos de escola e uma desumanização nos anos seguintes* (idem, p. 377). Ou este outro trecho: *...As escolas tornaram-se imensas organizações de adolescentes sentados, tendo suas funções cada vez menos a ver com o ensino aos jovens daquelas coisas que a sociedade pensa que devam ser aprendidas. Nesta situação o conteúdo da educação deteriorou-se à medida em que sua duração se estendia (...)(...) na grande maioria dos casos os sistemas escolares têm dificuldade em instilar nos doze anos as qualificações básicas de alfabetização e cálculo que ocupavam oito anos, há algumas gerações passadas* (idem, p. 371-2).

<sup>94</sup> O sentido político que pode ser atribuído à escolarização (ou se preferirmos, aos limites da escolarização) sob a égide da burguesia em sua fase de decadência pode ser percebido nas várias perspectivas que pode tomar em outros contextos. Assim, por exemplo, BRAVERMAN coloca que *a contínua extensão da educação de massa para as categorias não profissionais de trabalho perdeu cada vez mais sua relação com exigências ocupacionais. Ao mesmo tempo, seu lugar na estrutura social e econômica tornou-se ainda mais firmemente assegurado pelas funções que têm pouco ou nada a ver com o preparo funcional ou quaisquer outras necessidades estritamente educacionais. O dilatamento da escolaridade para uma média em torno de dezoito anos tornou-se indispensável para conservar o desemprego dentro de limites razoáveis* (op. cit., p. 371). E na sequência deste trecho, introduzindo o último que citei na nota anterior, o autor atribui à “escolarização” assim desvirtuada uma função que se relacionaria com o *interesse dos pais que trabalham (...)* e *(...) interesse da estabilidade social bem como da administração de uma população urbana móvel ...* (idem *ibidem*).

Analisando a questão sindical essa notícia aponta para uma tendência que na realidade se verifica em todos os âmbitos da vida social:

*A coincidência entre o fim do comunismo e a ascensão do neoliberalismo produziu outra consequência direta sobre o sindicalismo, esta de cunho cultural. "Produziu-se um avanço da ideologia baseada no triunfo como aventura individual e aplicação competitiva do salve-se quem puder", resume Agustín Moreno, sindicalista das "Comisiones Obreras"...<sup>95</sup>.*

A ocorrência sobre os sindicatos dessa tendência geral da sociedade capitalista, agravada pelo quadro político posterior à queda dos regimes do "socialismo real", não sendo casual, uma vez que a figura do sindicato sumariza tudo que é indesejável, do ponto de vista da burguesia, na atitude dos trabalhadores, atinge de fato todos os níveis da organização da vida social. Na verdade a escola será um outro alvo privilegiado dessa reorganização da ideologia, inclusive pela importância que necessariamente assume como instrumento para ocultar a realidade do desemprego estrutural. Se pensarmos a escola como uma instância de reprodução cultural necessariamente articulada com um projeto de sociedade, fica claro que a educação escolar não pode, sem entrar em choque com essa tendência geral da sociedade capitalista contemporânea, atuar no sentido de uma sociedade engajada no resgate da condição de sujeitos para todos os seus integrantes<sup>96</sup>. Coloca-se para os educadores uma opção mínima: somar-se à tendência excludente do neoliberalismo ou conceber a sua tarefa como identificada com os ideais que raras correntes políticas ousaram contestar ostensivamente, de uma sociedade que aponte para a realização de todos os seus membros, como seres humanos plenos, capazes de contribuir com a obra comum de civilização e com direitos a beneficiar-se dela. Nesse nível é possível um acordo mínimo com todos aqueles educadores que optarem pelo que há de essencial,

<sup>95</sup> SINDICALISMO volta à ofensiva na Europa. *Folha de S. Paulo*. 16/05/93 (p. 3-6).

<sup>96</sup> Veja-se por exemplo que o atual contexto aponta, no Japão, para o fato de que a aparente generalização do vestibular é acompanhada de uma competição selvagem [COQ, Guy. Massa x elite não é a questão. *Folha de S. Paulo*. 6/07/93 (Suplemento "World Media" - *Educação: O direito de Saber*), p. 4], o que pode ser vinculado a uma tendência assim analisada no texto introdutório da publicação aqui citada: *Coerente com queda das ideologias comunistas e a supremacia, neste fim de século, do liberalismo capitalista, a principal tendência tem sido oferecer ensino a todos e, ao mesmo tempo, selecionar os melhores - uma elite* (ROSSETTI, Fernando. Qualidade vira bandeira planetária. *Idem ibidem*, p. 2). Ou seja, a generalização da escolarização tende a utilizar um modelo que, não sendo novo, já foi bastante

na idéia de humanismo. Entretanto, esse acordo mínimo não deve obscurecer os compromissos mais específicos, que dão um sentido maior de unidade para intervenção que cada um de nós venha a fazer, no campo da educação. Ora, partimos do pressuposto de que o projeto de civilização é inapartável do projeto político do proletariado. Na medida em que as condições do trabalho produtivo, nas atuais condições técnicas vier a sofrer alterações ainda mais significativas dos que as que estamos assistindo, teremos alternativas muito claras do desenho de sociedade para o qual tais alterações apontarão. Caminharemos, numa hipótese, para um pacto social em que a apropriação dos benefícios da nova base técnica será ampla, criando as condições de um “não-trabalho” (...) “progressista”, ou seja, o lazer disponível para a realização humana. Isso significaria contrariar a lógica que tem sido implementada pelo capital, às atuais transformações. Mantida essa lógica, teremos o aprofundamento dos dramas do desemprego estrutural e conseqüente exclusão social a que já estamos assistindo. O primeiro cenário, ainda que não acreditemos que se configure plenamente, num futuro próximo, significaria na prática a realização, ainda que gradativa, das utopias que animaram os movimentos dos trabalhadores ao longo da história. O segundo cenário colocaria para os “novos excluídos” o imperativo de reivindicar a herança ideológica dos movimentos socialistas e comunistas como único ideário capaz de situar a luta pela própria sobrevivência, que seriam obrigados a desenvolver, numa perspectiva criadora. Seria com LÖWY considerar que

*A burguesia revolucionária tinha interesses particulares a defender, diferentes dos interesses gerais das massas populares; ela lutava ao mesmo tempo contra o feudalismo e para instaurar uma nova dominação de classe, o que implicava a ocultação ideológica (consciente ou não) de seus verdadeiros objetivos e do verdadeiro sentido do processo histórico. O proletariado, pelo contrário, classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria da humanidade e cujo objetivo é a abolição de toda dominação de classe, não é obrigado a ocultar o conteúdo histórico de sua luta (...). Ele é, por conseqüência, a primeira classe revolucionária cuja visão social de mundo (utópica) tem a possibilidade objetiva de ser transparente (1987:199).*

Assim, nas condições políticas em que nos encontramos, parece-me inarredável que a luta por uma educação comprometida efetivamente com um projeto de civilização passa pela questão do posicionamento ideológico<sup>97</sup>. Cabe, fundamentalmente, recusar a definição da tarefa do educador, dos “especialistas” e dos teóricos em educação e de, de uma maneira geral, do conjunto das estruturas educacionais, como sendo de um conteúdo estritamente “técnico”, de execução de tarefas definidas em outra instância, sem indagar do significado social, ideológico, dos resultados que se podem esperar. De resto, nenhuma ação humana pode ser assim compreendida. É claro que a questão da competência técnica se coloca, dramaticamente, como uma meta a ser buscada. Entretanto assim o é exatamente porque ela deve estar *a serviço* de uma meta política conscientemente assumida. Por outro lado o tecnicismo, a mentalidade de especialista, tem que ser combatida também quando aos conteúdos tecno-culturais que o sistema educacional busca transmitir aos crianças, jovens e adultos que por ele passam. Todas essas “técnicas”, todas essas contribuições parciais à cultura devem ser situadas enquanto integrando, no concreto de sua aplicação, um ou outro projeto de sociedade, pelo qual a contribuição específica que cada um dá, no âmbito de sua atividade particular, assume responsabilidade, na medida das condições que o agente tenha, de perceber tal relação<sup>98</sup>. É neste âmbito, da luta ideológica, que será possível realizar a démarche proposta por ALVES:

*...a ciência e a cultura (...) devem retomar os seus lugares nos programas didáticos de escola, por meio dos esforços dos professores comprometidos com a tarefa da transformação da sociedade. Quando se coloca essa necessidade, surge de imediato a dúvida sobre a sua viabilidade, por força da censura e do policiamento exercidos pelo estado burguês no trabalho escolar. Essa dúvida não cabe, mesmo porque nos piores momentos das ditaduras muitos professores não*

---

<sup>97</sup> De novo, trata-se aqui do termo “ideologia” no sentido leninista, de “tomada de partido”.

<sup>98</sup> Outra questão é a da valorização do mérito próprio de cada área, que uma obra pode ter independentemente da orientação ideológica de seu autor. Sob esse ponto de vista impõe-se o reconhecimento e valorização das contribuições que cada um faça, circunscrito esse reconhecimento à sua condição de profissional e de cidadão. Contudo entendemos que é possível distinguir entre este reconhecimento e valorização e a adequada percepção e ação decorrentes da forma como ele pode refletir no campo da organização política. É claro também que não pode ser reconhecido como aliado quem procura, em benefício próprio, manipular a necessária contextualização ideológica das contribuições especializadas para tentar evitar ou diminuir o reconhecimento do mérito do adversário político talentoso.

*deixaram de reagir e desenvolver um trabalho alternativo, ainda que isolado ou limitado em ações individuais ou de pequenos grupos. Tal dúvida é menos procedente, quando é instaurado um regime de governo que se protege sob a fachada da democracia liberal. Então as condições de policiamento e de censura tornam-se mais precárias e menos eficientes nos seus efeitos (1987:23).*

A ligação entre a luta ideológica e a tarefa da educação científico-cultural se traduz no plano do imperativo da elaboração da hegemonia, no qual se coloca o problema de uma estratégia que combine a radicalidade crítica com a adequada sintonia com o quadro cultural vigente na sociedade. Sem radicalidade crítica perde-se o referencial do projeto histórico ao qual a ação se vincula. Sem um “situar-se” no concreto da situação cultural a ser transformada, em suas possibilidades mas também em seus limites, não se consegue estabelecer elementos de uma estratégia e de uma tática capazes de realizar os passos intermédios sem os quais o projeto é irrealizável. É claro que se coloca o problema de que as operações táticas (e conforme o caráter mais agudo do confronto, conforme os diferentes momentos da luta, até mesmo aquelas de caráter estratégico) não se adaptam a uma concepção demasiado liberal de “democracia”, implicando em que o sujeito que as assume como necessárias assumam também a inevitabilidade da responsabilidade histórico-política mais intensa que neste quadro se torna inevitável. Incômodo como seja, esse equilíbrio entre não abrir mão dos princípios, no longo prazo, e saber relativizar (por mais que essa palavra tenha sido desgastada por usos oportunistas que dela se fizeram) a aplicação dos mesmos no contexto imediato das correlações de forças é essencial, não devendo se propor a um engajamento político mais efetivo quem a ele não queira ser submetido. Entendemos que é neste sentido, entre outros, que pode ser útil a seguinte formulação de GRAMSCI:

*Trata-se (...) de elaborar um filosofia que tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela - se torne um senso comum renovado pela coerência e pelo vigor das filosofias individuais. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os “simplórios” (1986:18).*

Na verdade o afastamento com relação a essa postura decorre de um entendimento inadequado da função dos princípios teóricos na vida social. Esse entendimento privilegia a função “intelectual”, num sentido restritivo, minimizando ou mesmo colocando como irrelevante a função “ideológica”<sup>99</sup>, que pode ser atribuída à teoria. Na verdade essa posição incorpora também à idéia de que cabe, aos “intelectuais”, como princípio “permanente” do processo de organização da vida social (e não apenas como momento estratégico e tático do mesmo) a “direção” da massa “não intelectualizada”. Ora, o princípio de que partimos é de que o processo de “humanização”, o processo civilizatório, só tem sentido se dirigido para a supressão desse “aspecto” da “divisão” (...) “social” do “trabalho”. A meta é converter o processo sócio-cultural num “produto” (...) “coletivo” de *todos* os homens. Um trecho anterior de GRAMSCI situa, a nosso ver mais enfaticamente, como plena de importância, no quadro geral do processo cultural, esta “ponte” a ser lançada entre a elaboração de uma cultura “avançada” e o conjunto do bloco social “subalternizado”:

*Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta por parte de um “gênio filosófico” de uma nova verdade que permaneça como um patrimônio de pequenos grupos intelectuais (idem, páginas 13 e 14).*

No quadro brasileiro, entre outros, a tarefa fundamental que se coloca, no plano educacional, é a discussão do problema da escola pública como parte da consigna *socialismo ou barbárie* (SAVIANI, 1991:104). De fato, até de um ponto de vista mais abrangente, a alternativa elitista, concebendo a sociedade e a escola que lhe corresponde como divididas entre dirigentes e dirigidos é, concretamente, uma perspectiva anti-civilização, anti-humanista. Além do papel cultural aí identificado,

---

<sup>99</sup> No caso convém insistir que o sentido do termo, aqui, é o de “tomada de partido”.

mesmo no plano das tarefas políticas de curto e médio prazo o problema da escola pública se coloca como absolutamente prioritário, na medida em que a rede privada é não apenas um instrumento de acumulação de capital como também um instrumento ideológico a serviço da dominação burguesa.

De outro lado, é no espaço da escola pública que se situam os fatores políticos de maior identificação com uma prática democrática. Veja-se a propósito as considerações de CUNHA sobre o papel das universidades públicas, através de discentes e docentes, na resistência à ditadura (1985:224). No nosso entender tal análise fornece um indicador importante para a problemática da escola pública em geral<sup>100</sup>.

Considerando a necessidade da defesa da escola pública será importante definir até que ponto se justifica a convicção de que participamos, de que as investidas contra a gratuidade do ensino na realidade constituem-se como *démarches* da estratégia privatista<sup>101</sup>.

É claro que como parte desta agenda temos que nos preocupar *também* com a *crítica interna* das instituições públicas. Os problemas do corporativismo, da “privatização do espaço público” e outros que têm sido apontados constituem tanto um limite para a função que estou atribuindo às instituições públicas, do ângulo de análise de um projeto político mais amplo, quanto um aspecto extremamente vulnerável, do ponto de vista político, convenientemente explorado pela reação, no jogo mais imediato. É claro que não se pode esquecer que a maioria das teses que configuram o que estamos chamando aqui de “corporativismo” são apenas a exacerbação de reivindicações em si legítimas, inclusive no que se refere à defesa de direitos que integram o ativo de lutas de gerações de trabalhadores. Assim, a acusação que a direita assaca aos movimentos de defesa dos interesses dos

---

<sup>100</sup> Esta questão, da relação do caráter público ou privado da educação e da significação política da mesma, encontra-se também em GRAMSCI: *A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que estão hoje a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas* (1982:121).

<sup>101</sup> E isso quando tais investidas são perpetradas por personalidades que circulam se postulando como defensoras do interesse público, como é o caso de matéria publicada na *Folha de S. Paulo* de 4/6/94, em que o ex-ministro da Educação, José Goldemberg propõe que *deve-se discutir o montante e o percentual dos recursos públicos destinados ao ensino superior e, inclusive, se a gratuidade se justifica em todos os casos (MEC põe 75% das verbas em universidades, conforme página 3-3 do órgão citado)*.

trabalhadores, classificando-os dessa forma constitui claro movimento político-ideológico de defesa dos interesses da classe dominante com o qual não podemos correr o risco de contribuir. Exatamente por isso a crítica *interna* aos sindicatos e partidos de esquerda, visando esse tipo de problema deve ser conduzida, para permitir que no confronto com a ofensiva burguesa contra os direitos sociais existam já os elementos de uma política que, *sem somar-se à posição do inimigo ideológico*, permita mostrar à sociedade que não só há compatibilidade da manutenção de tais direitos como que, em última análise, a vigência deles é convergente com os interesses gerais mais legítimos. Muito embora o autor tenha recentemente se comprometido com a burocracia governamental, o que, por certo, compromete sua credibilidade, o diagnóstico que se segue pode ser útil na análise que aqui se está propondo. Falando sobre a situação atual da Universidade, Pedro Demo assim se manifesta:

*De certa forma, a realidade histórica se vingou. Somos hoje um grupo social com a empáfia do professor, mas com salários restritos e com o prestígio social abalado. Muita injustiça vai nisto, mas há uma justiça fundamental: pelo que fazemos concretamente, em termos de qualidade formal ou política, não merecemos muito mais que salários apenas razoáveis. Conseguimos entupir as instituições de professores e funcionários, todos intocáveis em termos de estabilização no emprego, onde a quantidade, bafejada pelas trambicagens mais grosseiras do Estado e das oligarquias locais, massacra sem dó qualquer uivo da qualidade (1985:19).*

Na verdade essa discussão conduz para uma temática com a qual as correntes de progressistas mais preocupadas com a questão da democracia sempre tiveram dificuldade de lidar: a temática da possibilidade de um grupo social contar com mecanismos de exclusão, sem com isso perderem o caráter democrático da convivência que se processa dentro deles. É preciso distinguir entre a exclusão como mecanismo de luta de classes e a exclusão como alternativa necessária para enfrentar as disfunções da vida social, que só por suprema ingenuidade podemos pensar que deixarão de existir num prazo curto ou médio, mesmo com processos de

reorganização da sociedade, de sentido progressista, ainda que eventualmente muito bem sucedidos.

Em suma, não devemos permitir que o zelo por um serviço público comprometido com a cidadania venha a ser instrumentalizado pelos interesses privatistas. Temos que ter em conta que tais interesses, se vitoriosos, constituem de fato a maior ameaça de que, nos setores privatizados, o interesse público (e aqui o entendemos antes de mais nada como o interesse da maioria - e portanto dos trabalhadores) venha a ser, aí sim, gravemente fragilizado, em favor da lógica da acumulação do capital.

Assim, do ponto de vista do problema da organização escolar, o que se coloca é da necessidade de defender a caráter público da educação, na medida em que é neste âmbito que se situam as perspectivas mais favoráveis a uma escola afinada com um projeto de civilização. Entretanto, tal defesa tem que andar associada a um crescente assumir da luta *interna* às instituições educacionais, para combater os desvios corporativos e fisiológicos que se instalaram no interior delas.

Por outro lado, considerando-se o problema da definição da orientação dos conteúdos a serem transmitidos pela escola, mais ainda do que na questão da organização, o ideológico ocupa sempre um lugar central, como categoria a ser trabalhada. A recuperação do ideológico, como requisito na recuperação do científico, visando a um projeto de civilização tem que ser priorizado, no confronto com a onda do pensamento *cético, pessimista, anti-humanista e anti-racionalista* (CARDOSO, 1991: 1). As obras inscritas na lógica geral dessa orientação, característica da fase de decadência da burguesia como classe revolucionária, via de regra se apresentam como “não-comprometidas” politicamente. Porém seu sentido fica claro quando se coloca o problema do marxismo, a respeito do qual podem se encontrar formulações bastante eloqüentes, como aquela em que PETITAT critica o que chama de transformação do mesmo *em escravizante religião de Estado* (1992:142). Ou o caso de BURKE, quando ao definir o núcleo central da Escola dos Annales exclui daí *Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vovelle, quatro importantes historiadores cujo compromisso com uma visão marxista da história - particularmente forte no caso de Vilar - coloca-os fora desse núcleo* (1992:11). O compromisso desse tipo de abordagem “teórica” com o

idealismo<sup>102</sup> permite localizar o segundo elemento da agenda que temos que nos propor. Cabe considerar que tal compromisso significa essencialmente a negação da possibilidade do projeto histórico, pela eliminação de seu objeto, o mundo a ser transformado. Isto fica tão mais claro quanto assumirmos com GRAMSCI que *toda forma de idealismo cai necessariamente no solipsismo* (1986: 33). Assim se coloca no primeiro plano a discussão do problema da materialidade do mundo, como problema central da discussão filosófica.

Portanto, assumimos como posicionamentos a defesa da escola pública, enquanto forma de organização do processo de escolarização e o materialismo como matriz filosófica a partir da qual se elaborará a definição dos conteúdos a serem transmitidos pela escola.

---

<sup>102</sup> Veja-se, por exemplo, a análise de CARDOSO, a seguir, no sentido de que para muitos dos chamados pós-modernos *signos, símbolos, códigos e linguagens são o que de fato existe. Não há realidade alguma “lá fora” além deles; nem há de fato um “sujeito” social ou histórico, seja individual, seja coletivo* (1991: 8).

## **Capítulo IV**

### **O MITO DA QUALIFICAÇÃO E O PAPEL DOS EDUCADORES**

A perspectiva de que estamos partindo, de que a globalização tal como vem sendo apresentada nada mais é do que uma fórmula ideológica a serviço da defesa e consolidação da hegemonia do capital dentro das condições técnicas que vão emergindo a nível mundial, situa a educação como terreno estratégico da disputa político-social que deverá travar-se em torno do controle da sociedade nas próximas décadas e do sentido que a história humana tomará, seja para a integração dos mais amplos contingentes populacionais a um padrão de vida civilizada, seja na instauração da barbárie e da instabilidade social generalizada. Esta é uma das razões mais importantes pelas quais os aparelhos ideológicos burgueses têm enfatizado o terreno educacional, como item da agenda das reformas que defendem para adequar as sociedades à “modernidade” capitalista. E as reformas educacionais que vêm sendo defendidas pela burguesia centram-se fortemente no conceito de “qualificação” da mão-de-obra, pelo que a análise do mesmo é fundamental para o debate que pretendemos travar.

#### **Tecnologia e qualificação - uma questão ideológica?**

O desenvolvimento técnico multiplica as “caixas pretas”, “opacas” para a maioria das pessoas e criadoras de dependência com relação ao especialista. Como o especialista, por sua vez, é leigo com relação às esferas de conhecimento e técnica estranhos ao seu campo, ele está sujeito ao controle por parte de quem tem o poder sobre a instância verdadeiramente abrangente, no que diz respeito à totalidade, que é o poder político. Este, por sua vez, no caso do capitalismo se traduz em poder econômico. Então o cotidiano passa a ser controlado pelo especialista, o qual, contudo, é controlado pela classe dominante, na medida em que esta compra o seu saber e coloca-o a serviço de sua dominação. O mito da qualificação, tal como manipulado pela ideologia burguesa, consiste exatamente em propor que há uma via para alguém se tornar “livre”, nesse contexto, sem romper com a hegemonia

capitalista. O conceito de “tecnologia” geralmente é associado, na ideologia burguesa, ao de “neutralidade”, insinuando-se que as opções tecnológicas não dependem de objetivos “políticos”. O pressuposto seria de que existem objetivos “vitais” para os seres humanos, comuns a todos eles e neutros, no que diz respeito às relações que mantêm entre si. Deste ponto de vista as tecnologias estariam voltadas a atender tais objetivos, os quais não dependeriam dos diferentes projetos de sociedade que os diferentes seres humanos formulem. Estes objetivos estariam vinculados à manipulação do meio físico, cuja “objetividade” implicaria, igualmente, numa “objetividade” das técnicas. Como decorrência disso, antes e acima de discutir a distribuição dos bens a serem produzidos, seria necessário “preparar” os trabalhadores para “as operações” (...) “objetivamente” (...) “necessárias” para a produção dos mesmos.

O que pretendemos demonstrar é que esta “desideologização” da tecnologia é, em si mesma, uma insidiosa manobra ideológica. O que se deve contrapor a isso é que o próprio caráter social da ação humana implica em que nenhuma técnica é *apenas* manipulação do meio físico. Toda ação humana tem por objetivo controlar o ambiente, conforme os interesses do agente. Na medida em que o ambiente deixa de ser “natural”<sup>103</sup>, a ação tem que se processar basicamente sobre *outros homens*. Até mesmo a ação sobre a natureza implica no controle das ações dos outros homens. A atuação de uma sociedade sobre o mundo físico se dará por uma complexa dialética entre especialização e vulgarização da técnica. Por um lado, conforme uma determinada técnica “material” se incorpora ao funcionamento de uma sociedade, seu conteúdo vai se convertendo em “característica” da cultura que conforma o funcionamento dela. Com isso o aprendizado da técnica passa a ser cada vez mais corriqueiro, desaparecendo a própria importância do especialista, na medida em que a generalização da prática faz esmaecer a adequação do conceito de especialização. Mais do que isso, mesmo a complexidade operacional contida num recurso específico tende a ser superada pelas contribuições que as intervenções cada vez mais numerosas introduzem na sua estrutura. De outra parte o conjunto da estrutura

---

<sup>103</sup> A concepção de um ambiente estritamente “natural”, ou de um primado do natural na vida dos homens é claramente negada na *Ideologia Alemã: De qualquer modo, esta natureza que precede a história dos homens não é de forma alguma a natureza que rodeia Feuerbach; tal natureza não existe nos nossos*

social se torna mais complexo. Os instrumentos que se generalizam somam à simplicidade operacional, com relação aos controles *externos* uma crescente complexidade das estruturas *internas*, para cuja manipulação se requer, aí sim, um conhecimento sempre mais elaborado, gerando os grupos que tendem a ser relativamente valorizados, seja no nível mais elementar das atividades de manutenção, seja, a nível mais elevado, a engenharia de projeto. É claro que mesmo os trabalhadores que se encontram nesse caso dependem, para preservarem suas eventuais vantagens, da relação entre oferta e procura da mão-de-obra que representam, residindo aí um dos aspectos mais ambíguos da questão das políticas de treinamento: se e na medida em que elas propiciarem um aumento da oferta de trabalhadores preparados para atuarem nesses níveis de maior exigência técnica, o grande efeito que terão será o de oferecerem aos patrões possibilidades de rebaixarem os salários. Um problema que se coloca, nesse contexto, para a classe dominante é o de desenvolver inovações técnicas que permitam remover eventuais monopólios que grupos de trabalhadores conservam sobre determinadas atividades, enquanto essas entram na categoria de “especializadas”. Esta relação entre tecnologia e controle social pode ser reportada a uma observação de Marx:

*Poder-se-ia escrever tóda uma história das invenções, feita a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra a revolta dos trabalhadores. Destacam-se entre elas a máquina de fiar automática, pois ela abre uma nova época no sistema automático (1971: 499).*

Entretanto, ao lado desse problema “material” coloca-se um outro, “subjetivo” (ideológico): é preciso evitar que os trabalhadores colocados à margem das vantagens materiais propiciadas pelo desenvolvimento técnico se rebelem contra essa marginalização, ao mesmo tempo em que é preciso evitar também que aqueles que se encontram circunstancialmente no âmbito das funções “valorizadas” percebam a transitoriedade desse favorecimento. Nesse segundo aspecto a questão se coloca até porque, no imediato, esses trabalhadores conservam um significativo “poder de fogo” sobre o sistema. Porém é o controle dos que já foram colocados à

---

*dias, salvo talvez em alguns atóis australianos de formação recente, e portanto não existe para Feurbach*

margem que se coloca como questão crítica. É por aí que geralmente começam as turbulências que podem expor a natureza íntima das relações estabelecidas. Para entender essas relações é preciso revisar o significado social das invenções, superando a concepção positivista de que elas constituem inevitavelmente progresso, sendo neutras do ponto de vista da hegemonia social. As invenções constituem fatos fundamentais na história da humanidade, enquanto formulação de novas formas de o homem intervir no meio ambiente, produzindo alterações no mesmo que venham ao encontro de uma satisfação mais ágil de suas necessidades vitais. Na medida, entretanto, em que a cultura contém um traço de conservadorismo que lhe é inerente, o espírito inventivo só encontra acolhida sócio-cultural quando as inovações que propõe convergem com necessidades sentidas, desafios colocados pela configuração do meio ambiente à sobrevivência dos grupos sociais. Tanto que nas fases em que os níveis de produtividade correspondem às necessidades materiais da sociedade ou estão acima deles o próprio fato de que as formas de produzir os bens geram grupos que encontram seu lugar na organização social pela prática de uma função bem delimitada, que a longo prática lhes tornou fácil a execução, leva a que pouco estímulo se dê, no âmbito desses grupos, a tendências inovadoras. Daí que toda inovação de dê como parte ou inaugure por si um contexto de conflito social.

Os desafios dizem respeito ao meio ambiente como uma totalidade. Portanto, além da relação “quantitativa” entre a capacidade de transformar os insumos naturais em bens consumíveis, as relações que se estabelecem entre os homens no uso dessa capacidade, ou seja, as características sociais do meio em que os homens vivem, se apresentam para eles como mais ou menos favoráveis à realização dos objetivos que estabelecem como desejáveis. É assim que a capacidade de uma classe de impor seus interesses, em função da forma como ela se insere na atividade produtiva, aparece para a classe oponente como problema a ser resolvido. E problema dos mais sérios, uma vez que o prolongamento de uma situação em que a classe oponente dispõe de trunfos dessa ordem, pelo mesmo conservadorismo social a que já nos referimos, tende a consolidar o arranjo social em que tais trunfos estão vigentes. Assim é que as inovações técnicas que desloquem tais vantagens se apresentam como altamente desejáveis para a classe que se encontra diante do problema de minimizar a

vantagem daquela que se lhe opõe. Disso decorre que nenhuma classe é revolucionária ou conservadora num sentido absoluto. Aí também se afirma o caráter dialético da vida social. A *mudança* que uma determinada classe promove está sempre relacionada com a *manutenção* de determinados aspectos da realidade social que ela avalia como sendo favorável aos seus interesses. É esse o sentido que tem para a burguesia a criação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra. E é por isso que, inestimavelmente positivos no sentido de avanços que propiciaram no controle do homem sobre a natureza, todos os progressos técnicos decorrentes da iniciativa dessa classe resultaram sempre em agravamento da exploração a que é submetida a classe trabalhadora. Marx introduz em sua análise um conceito de pungente atualidade, da superfluidade do trabalho vivo:

*...os interesses conservadores a que Malthus servia impediam-no de ver que o prolongamento desmedido da jornada, juntamente com o extraordinário desenvolvimento da maquinaria e a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, tornava necessariamente supérflua grande parte da classe trabalhadora, notadamente depois de ter terminado a guerra e ter acabado o monopólio da Inglaterra nos mercados mundiais (1971: 605-6).*

A tese de que a qualificação constitui a forma de os trabalhadores escaparem à armadilha do desemprego estrutural adquire caráter nitidamente ideológico quando consideramos que o desenvolvimento de inovações tecnológicas não poderia ser feito pela burguesia com o sentido de aumentar ou manter inalterado o poder de barganha dos trabalhadores. A esse propósito, o que faz a burguesia é nada mais do que atualizar, a seu favor, uma tendência histórica das sociedades de classe:

*Desde tempos imemoriais, o nível dos salários teve considerável influência sobre o progresso tecnológico. As máquinas só podem competir com o trabalho humano quando os salários são altos. Um aumento dos mesmos pode constituir a causa única de um aparelho se tornar vantajoso ou não. Quanto mais altos forem, tanto maiores as probabilidades de financiamento de custosas pesquisas para invenção de máquinas que diminuam a mão-de-obra, ou de ainda maiores investimentos de capital na aplicação de tais aparelhos (EINZIG, 1959: 31-2).*

No caso do capitalismo verifica-se que essa tendência é intensificada, na medida em que a ética individualista que o domina torna mais centrada no interesse imediato a ação dos agentes sociais. Só a competição por poder econômico e por sua forma transformada em poder social, político e cultural, poder esse a ser encarnado no empresário capitalista individualmente considerado, cria a motivação para a pesquisa e o investimento que culminaram nas atuais condições de desenvolvimento tecnológico. Deve-se levar em conta também que, conforme a sociedade se torna mais complexa, os mecanismos que podem assegurar esses interesses devem incorporar uma concepção a respeito do que está ocorrendo que limite a possibilidade de os interesses opostos se assumirem subjetivamente: em suma, torna-se necessária uma elaboração ideológica que permita manter um consenso favorável à forma que a classe dominante pretende dar a esse processo. Assim, para analisar o significado do incremento de produtividade, característica central da globalização capitalista, é necessário ter claro que temos aí mais um caso de inovação cultural colocado pela classe que tem o controle sobre ela a serviço da manutenção da hegemonia dessa classe. Isso não elimina a possibilidade objetiva de tal inovação ser utilizada como suporte para uma ampliação do bem-estar e possibilidade de realização humana dos homens em geral. Entretanto essa possibilidade depende da elaboração ideológica que abra caminho para a luta dos trabalhadores pelo controle político das condições técnicas incorporadas à vida cotidiana.

### **Técnica e qualificação**

Já BRAVERMAN havia chamado a atenção para a necessidade de encarar com mais cuidado uma forma relativamente simplista de relacionar técnica e ciência. Sua análise aponta para a falácia, muito em voga atualmente, de estabelecer como coisa inequívoca que os desenvolvimentos “técnicos” sempre “decorrem” dos “científicos”, ou seja, que há sempre um trabalho teórico antes, ao qual sucederia, como regra, a aplicação à produção. Demonstra que muito mais frequentemente, ao longo da história, o trabalho prático, de operadores produtivos, forneceu elementos que posteriormente puderam ser aproveitados pelos cientistas para fazer avançar seus

ramos de pesquisa (1981)<sup>104</sup>. Nem poderia ser de outra forma, enquanto o crescimento da produtividade não liberasse meios para fazer da atividade intelectual uma atividade “produtiva” (...) “em si”, quer dizer, uma atividade que concentrasse tempo de trabalho e infra-estruturas de apoio que permitissem a elaboração de uma massa crítica de elementos teóricos que pudessem conferir à ciência o status de um trabalho socializado, cujo desenvolvimento pudesse se beneficiar do apoio mútuo entre um número sempre crescente de homens. Sem esse contexto a atividade intelectual tinha que depender do gênio individual, para avanços significativos, cuja continuidade ficava inteiramente à mercê da contingência de encontrar sintonia de cérebros e vontades (e portanto de contextos sociais) que tirassem desses avanços conseqüências relevantes, fossem elas também teóricas ou práticas, nesse último caso impactando o dia a dia e adquirindo vigência como elementos “válidos” da vida social. MANTOUX analisa da seguinte forma o mesmo problema:

*Do ponto de vista técnico, a revolução industrial consistiu na invenção e utilização de processos que permitiam acelerar e aumentar constantemente a produção: processos mecânicos nas indústrias metalúrgicas, que prepararam a matéria das mercadorias ou determinaram sua forma: o termo maquinismo só expressa imperfeitamente sua fecunda variedade. Pelo menos quanto à sua origem, esses processos não se deviam à aplicação das descobertas teóricas das ciências. Os primeiros inventores - isso parece bem demonstrado - não eram cientistas: eram pessoas de ofício que, ao serem colocados diante de um problema prático, empregaram sua inteligência natural e o seu profundo conhecimento dos hábitos e necessidades da indústria para resolvê-lo. Foi este o caso de Higs, Crompton, Hargreaves, Dudley, Darby, Cort. Às vezes eram também pesquisadores, que trabalhavam por instinto ou por curiosidade, sem educação científica nem profissional, como no caso de Wyat e Cartwright (s.d.: 491).*

Não quer isso dizer que, a partir daí, a ciência não tenha passado a ocupar importante espaço, quiçá predominante quando não tendendo à exclusividade, como fator determinante da evolução das técnicas produtivas. Ela o fez e cada vez o faz

---

<sup>104</sup> Op. cit., p. 138-9.

mais. Entretanto o que importa, do ponto de vista que estamos adotando é que tal processo ocorre sob o *controle da burguesia*. Controlando os meios econômicos (e decorrentemente os institucionais, inclusive os políticos) da produção científica, impondo uma ideologia de especialização, que priva o cientista da visão crítica e do domínio prático do produto do seu trabalho, a burguesia converteu o crescimento do papel da ciência na produção em mais um instrumento de sua hegemonia.

Disso resulta um importante aspecto da forma como se dá a incorporação da ciência, através de suas aplicações tecnológicas, ao processo produtivo, dentro do capitalismo, aspecto esse que, por sua vez, não pode deixar de estar presente na análise da tese da qualificação como saída para os problemas do desemprego estrutural, insistentemente acenada pelos teóricos do neoliberalismo. Como o horizonte colocado pela burguesia para a função da ciência é o aumento da extração de mais-valia não existe a perspectiva de que os frutos da mesma tenham espaço para alterar o diagrama social que caracteriza o capitalismo. Daí que a burguesia necessite, sim, de trabalhadores, técnicos e cientistas qualificados, porém sempre numa proporção que faz destes uma minoria dentro da população. É o que determina o diagnóstico, que não é das esquerdas, mas de “heróis” da “reestruturação” (...) “social” que a burguesia vem comandando, em seu próprio favor: o de que no esquema da globalização capitalista não há lugar para uma significativa parcela dos homens, que constituiria o contingente dos “inempregáveis”.

É preciso dar-se conta que a existência desse contingente não ocorre por uma fatalidade do processo de incorporação de novos recursos técnicos ao sistema produtivo. Na fase anterior à sistematização da pesquisa científica como etapa da organização da produção o trabalhador manual detinha um domínio dos materiais a serem transformados e do processo através do qual tal transformação se dava que é o que explica poderem os empreendimentos científicos ter se beneficiado freqüentemente de desenvolvimentos ocorridos no plano da prática produtiva mais direta. Entretanto esse domínio foi expropriado do trabalhador, na medida em que a incorporação de esforços científicos sistematizados como preliminar da aplicação técnica se deu sob o signo da divisão social do trabalho imposta pela burguesia que, antes de ter um significado propriamente “técnico”, tem um muito mais importante, de caráter “político”, a saber, de separar a mão que executa do cérebro que controla.

Mais ainda, separam-se os cérebros que controlam o meio físico daqueles que controlam as relações sociais.

Por isso que ao falar de um papel da qualificação na definição das inserções que se dão na estrutura de controle das atividades produtivas é preciso ter claro se se trata da qualificação como simples execução de operações concebidas por outrem e se essas operações dizem respeito à transformação do meio físico ou ao poder de caráter social e político. Se essas funções não estiverem integradas, com igualdade de condições de acesso ao domínio sobre os efeitos de cada uma delas, continuaremos a ter o trabalho alienado e a conseqüente opressão em favor dos que detiverem a manipulação do conjunto do sistema. A proposição da “qualificação”, enquanto os trabalhadores continuarem na condição de um “recurso” à disposição do capital, significará apenas que quanto maior for o número deles que forem “qualificados”, seja para a mera transformação física dos insumos, seja para o trabalho científico estritamente “especializado”, o resultado será o favorecimento das condições de imposição, pelo capital, dos seus interesses, uma vez que poderá contar com maior abundância de mão-de-obra, que correlatamente significará para os trabalhadores uma maior concorrência com seus iguais.

### **Educação e Qualificação**

Não por acaso, boa parte da defesa da hegemonia do capital, nessa quadra em que seus interesses demonstram o significado nocivo que os caracteriza para as perspectivas de realização humana da maioria dos homens, passa pela apresentação, mais uma vez, da educação como panacéia para os males que vão se revelando. Na medida em que a privação do direito ao trabalho aparece como elemento central do quadro de relações que vão se estabelecendo, os elementos anteriormente agregados à ideologia patrocinada pela burguesia colocam a escola no centro das preocupações sociais. Contudo, para qualquer análise da educação, nos quadros da globalização capitalista a que assistimos presentemente, torna-se essencial perceber que uma concepção pedagógica que signifique uma *aposta no progresso infinito do conhecimento, no avanço em direção ao aperfeiçoamento social e moral e na idéia de uma realização progressiva da emancipação social e individual* (FAVARETTO,

1991: 123) deve ser entendido como essencialmente ligado ao *projeto moderno*, enquanto *realização da universalidade* (idem *ibidem*) que foi, *mais que esquecido*, *destruído* (idem *ibidem*). Por isso que

*o (...) saber, e o ensinar estão envolvidos nos jogos das simulações (...). Embora afirmando reiteradamente a indissolubilidade dos processos de ensinar e aprender (como ensinar, como aprender), na educação a compulsão do ensinar acaba preponderando, pois o ensino é a prática consagrada da instituição, e o aprender, como bem se sabe, pode embaralhar os jogos estabelecidos. Nesta situação, embora permaneça como forma privilegiada de gestão do social, a educação é quase uma impossibilidade* (idem, p. 126).

Deve-se tal situação a que a educação, assim compreendida, constitui-se em elemento de um projeto histórico que, muito embora tenha sido apropriado pela burguesia em sua fase revolucionária, foi por ela abandonado, no momento em que seu interesse em consolidar e aprofundar a hegemonia que conquistou demonstrou-se contraditório com o caráter inclusivo, do ponto de vista social mais amplo, que tal projeto inevitavelmente teria<sup>105</sup>.

Faz parte da manobra ideológica da burguesia, a respeito do papel da educação na organização do sistema produtivo e das suas decorrências sociais, econômicas e culturais, na atual conjuntura, colocar a qualificação “técnica” como uma meta que, em si considerada, permitiria amenizar a exclusão social que vai se avolumando. Para tal a técnica é colocada como um aporte cultural complexo, cuja privação se constituiria na barreira fundamental que impediria os trabalhadores de se inserirem de maneira favorável no contexto da globalização do capitalismo.

---

<sup>105</sup> Na altura da proposição de seu empreendimento revolucionário a burguesia, sequiosa de ter a seu reboque os trabalhadores do campo e da cidade, arvorava-se em linha de frente da realização de uma sociedade marcada pelo triplo ideal de liberdade, igualdade e fraternidade. Nessa perspectiva a educação adquiria particular relevância, como o instrumento que deveria elevar as massas de trabalhadores às condições de cidadania. Isto se daria pela condição de percepção das possibilidades e problemas da ordem social e conseqüente capacidade de intervenção nela, mas com certeza na lógica mais profunda do raciocínio, também pelo acesso a uma condição de participação econômica, requisito essencial da participação política na ótica burguesa. Entretanto na medida em que, como foi sugerido, passou a se tornar explícito o interesse da nova classe dominante de consolidar a dualidade como marca da organização política que patrocinava, passou também a interessar estabelecer um sistema dual de educação, para que desde os bancos escolares os homens já viessem destinados à inserção social, política e econômica que se lhes reservava.

A relação entre educação e qualificação tem sido colocada sob um foco equivocado, na medida em que ocorre o mesmo com a relação entre técnica e qualificação. Na própria medida em que os padrões técnicos incorporados por uma sociedade se tornam parte de sua cultura (ou de níveis específicos da cultura considerada), o avanço para um padrão de trabalho que aproveite melhor a relação entre técnica e ciência decorre de um domínio dos fundamentos científicos que possam ser agregados para a análise da técnica e não do mero “treino” numa técnica na qual a ciência se sedimentou em tradição. O equívoco a respeito da relação entre técnica e qualificação, que tem aproveitado às forças hegemônicas da ideologia burguesa no sentido de manter os trabalhadores afastados do efetivo domínio da técnica decorre de conceber a técnica “moderna” como algo complexo, quando na realidade a sua marca é a simplificação, sendo complexos, isto sim, os seus fundamentos na ciência:

*a crescente cientifização da vida social e produtiva exige do cidadão trabalhador cada vez maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, desde que se pretenda resgatar a sua função de sujeito da história, uma vez que a simplificação que caracteriza o trabalho contemporâneo, é a expressão concreta da complexificação da tecnologia através da operacionalização da ciência (KUENZER, 1992: 138).*

O que se verifica é que a ciência (a “habilidade” do homem inclusive - e para os nossos fins, relevantemente - a habilidade do operário) é “objetivada”, “internalizada” na máquina (ou de forma mais generalizante, na concepção “tecnificada” do processo produtivo). Essa “internalização” da habilidade se dá dentro de uma sistematização das operações em que os “objetos” (...) “técnicos” se convertem em “caixas pretas”, cuja operação externa se dá através de procedimentos simplificados, convertendo-se os operadores de rotina em “apertadores de botões”. É claro que há uma demanda de pessoal de manutenção, num nível intermediário, ao qual é necessária uma habilitação maior do que aquela que se faz necessária ao que estamos chamando de operadores “da rotina”. Há também, num nível hierárquico mais elevado, a necessidade de engenheiros de projeto e mesmo de “teóricos” aptos

a analisarem e desenvolverem sistemas. Mesmo este pessoal, que realmente se poderia chamar de “mais” (...) “qualificado”, contudo, é mantido afastado de um controle sobre a totalidade do processo produtivo, pela noção de “especialização” que domina a concepção e organização de seu trabalho e, conseqüentemente, a sua formação.

Dessa forma de entender a relação entre ciência, técnica e educação decorre uma percepção da “modernização” do sistema educacional que se traduz pelo paroxismo da incorporação, no espaço escolar, de uma parafernália pretensamente essencial ao desenvolvimento de uma formação de pessoal “qualificado”. No caso brasileiro tivemos uma demonstração eloqüente dos resultados dessa mentalidade, com a malfadada “reforma” dos ensinos de primeiro e segundo graus, empreendida na ditadura militar. Um dos efeitos mais significativos dessa “reforma” foi a destruição do ensino industrial anteriormente existente, este sim mínimamente equipado em termos materiais e organizacionais para o treinamento de pessoal: convertido em estrutura de apoio para o ensino de segundo grau “profissionalizante”, a sobrecarga que assim teve de suportar arrebentou com as estruturas de que dispunha. O final da novela foi a conversão da obrigatoriedade da profissionalização em simples “opção” a ser feita pelas escolas, forma de eludir o pedido de desculpas pelos danos causados que cabia no caso. Aliás, um dos grandes defensores da “reforma” veio a admitir, na fase de descenso do projeto que, se todos os jovens em idade de serem “profissionalizados” fossem buscar lugar no mercado de trabalho não haveria lugar para acolhe-los. O seguinte trecho de SAVIANI faz uma análise do equívoco tecnicista em que mergulhou um certo pensamento “pedagógico”, a partir desse tipo de desvio, que está longe de ser gratuito, na sua proposição, embora se possa admitir que muitos nele ingressam por limitação da percepção que conseguem ter do seu significado mais profundo:

*Qual é a marca distintiva da época moderna? É a revolução industrial. E qual é a marca da revolução industrial? A máquina a vapor, as locomotivas. E porque os meios de comunicação, os meios de transporte foram revolucionados pela introdução da máquina a vapor, faria sentido pensar-se em levar a máquina a vapor para a sala de aula, para dentro da escola? Obviamente não se trata disso.*

*À escola cabe garantir a compreensão das noções, dos conhecimentos, dos princípios científicos que tornaram possível a construção da máquina a vapor. A questão da relação entre o computador e a escola se põe de forma semelhante. A função da escola não é ensinar a digitar. Cabe-lhe, isto sim, garantir a compreensão das bases, isto é, um domínio mais sólido daquilo que fundamenta a própria possibilidade da existência de computadores de modo que, a partir daí, o homem possa lidar com eles e compreender os seus mecanismos, já que dispõe de fundamentos sólidos para poder se mover nesse mundo (1991: 38).*

Veja-se que a proposta de reduzir a assim chamada “qualificação” ao treinamento para operar um equipamento específico, sem uma preocupação de levar ao entendimento dos fundamentos últimos que levaram à concepção e construção do mesmo levaria o trabalhador assim treinado a se tornar um “complemento” daquele equipamento. Numa situação histórica em que a obsolescência é a marca distintiva da evolução dos equipamentos não é difícil imaginar o que tende a acontecer com este trabalhador: tornar-se-á obsoleto juntamente com o equipamento. Entretanto este aspecto, conquanto útil para o aparato de dominação, não constitui aí o seu interesse essencial. O mais importante na organização da assim chamada “educação técnica” vem a ser a sua dimensão *ideológica*. Enquanto muitos que se pretendem marxistas não entenderam que a elaboração ideológica mais sofisticada deve ser “traduzida” ao nível da linguagem e das práticas correntes nos diferentes grupos sociais, parece que essa lição foi assimilada pela burguesia. Não importa que os agentes dessa “vulgarização” da proposta ideológica não tenham plena consciência do que se pretende que efetivamente façam. Aliás importa sim, freqüentemente, que *não tenham*, para que as operações que desenvolvem tenham a credibilidade que decorre da absoluta inocência a respeito dos propósitos de controle social que estão inseridos nos mecanismos de comportamento que lhes cabe produzir. Assim, no caso da ideologia que explora o mito da “qualificação”, o controle social através da hierarquia produtiva é disfarçado através da divisão social do trabalho e da atribuição, aos níveis hierárquicos superiores de uma pretensa competência que justificaria a função de dominação que exercem:

*A tarefa primeira do técnico industrial é também a político-ideológica, porque mesmo a função técnica em si mesma, não deixa de conter o domínio da ideologia. (...) O papel do técnico industrial na reprodução das relações ideológicas no interior do processo produtivo é realizado de maneira indireta através de sua função técnica. Quanto mais oculta se encontra sua função política mais ela se revela eficaz. Os trabalhadores manuais e, inclusive, os próprios técnicos são levados a crer que o trabalho de supervisão e coordenação executado por esses é meramente um trabalho técnico-científico, requerido pelo processo da produção material. Quanto menos o técnico industrial perceber e questionar a sua função ideológica, mais ela se torna ajustada às necessidades do capital e mais ela se enquadra no sentido real da divisão do trabalho intelectual e trabalho manual, específica do capitalismo. (...) O trabalho dos técnicos industriais não é prioritariamente aumentar a produção pela aplicação tecnológica. É antes de tudo garantir este aumento da produção pela intensificação da exploração do trabalho dos que trabalham diretamente a produção (MACHADO, 1982: 138-9).*

A incorporação dos resultados científicos nos processos produtivos, sem dúvida nenhuma, cria novas demandas educacionais, para que o sujeito possa exercer o domínio dos elementos assim agregados à cultura, seja nos seus aspectos técnicos como nos artísticos, filosóficos e políticos. Entretanto, na medida em que essa condição de domínio seja pretendida para os trabalhadores, resta saber se esta orientação será incorporada a sério, como diretriz política pelas atuais elites do poder. Não é o que se deduz do estado atual da política educacional. É claro que a necessidade de obter consentimento popular leva os governos burgueses a utilizar uma retórica que valoriza a educação e propõe o compromisso com a mesma, no contexto das plataformas eleitorais. Isso acaba implicando na ampliação das vagas escolares e das faixas etárias contempladas na definição dos compromissos das políticas de atendimento educacional. Entretanto, na medida em que as matrículas são assim ampliadas o que se verifica é uma constante deterioração da qualidade do ensino oferecido. É claro que isso coloca problemas, do ponto de vista das condições de desenvolvimento do país. Como colocado por Pedro Demo:

*... se o país não resolver o problema educacional, sobretudo o básico, não terá oportunidade de desenvolvimento, simplesmente porque não haverá sujeito capaz de fazer oportunidade. Nesse sentido, a ineficiência do atual sistema, a marginalização dos professores, o atraso didático são óbices que devem ser atacados com absoluta urgência, também porque só admitem solução de longo prazo. A razão principal, entretanto, está no reconhecimento de que a dignidade da sociedade depende, em primeiro lugar, da base educativa e da respectiva cidadania (1994a: 148).*

Entretanto, dentro da mentalidade predatória que preside a forma de atuação do empresário capitalista isso não chega a ser um problema do ângulo dos interesses da classe dominante. É preciso compreender a educação como item que integra o conjunto das chamadas “políticas sociais”, que emergiram nos Estados capitalistas como salvaguardas para a hegemonia burguesa, ameaçada pelo crescimento dos movimentos sindicais e políticos de orientação socialista e comunista. A prioridade do ataque aos problemas educacionais só se pode colocar do ponto de vista de uma proposta política que efetivamente contemple a questão do direito de todos os integrantes da sociedade à realização plena de seus potenciais humanos. Não é o caso dessas políticas. Mesmo na fase em que estavam em plena vigência, a sua efetiva aplicação dependia da ocorrência mais consistente ou mesmo da conjugação de vários fatores. Podia ser o estado do equilíbrio de forças entre grupos burgueses preocupados alternativamene com uma visão de caráter mais estratégico ou com uma perspectiva mais tacaña, de acréscimos aos níveis mais imediatos de acumulação. Ou, por outra parte, podia tratar-se da ação de sindicatos e partidos operários com capacidade de pressionar sobre a formulação dessas políticas, seja numa visão mais estratégica, de acumulação de forças, seja como uma abordagem mais imediatista, meramente reivindicatória. Podia mesmo tratar-se de uma ação de caráter mais eleitoral, de algum político burguês de extração populista. De qualquer forma, com a debandada ideológica que se verificou na esquerda, com a queda dos regimes do “socialismo real”, essas políticas estão sendo progressivamente abandonadas, avaliadas como desnecessariás. O mesmo autor identifica a razão profunda que leva

a uma política educacional precária, quanto à educação dos trabalhadores, e que muitos, ingenuamente, atribuem a “equivocos” dos que controlam o Estado

*Sobretudo continua mal posta a visão de pobreza. Fazendo parte da estrutura do sistema, seu combate tende a ser cortina de fumaça. Em certa medida, isso é componente sistêmico, e no capitalismo significa reconhecer que a política social tende a ser “bombeira” da economia e depende do excedente econômico para tudo. Essa determinação sobrepõe, na prática, à noção de direito, por mais que, em teoria, se diga outra coisa e esteja escrito na Constituição (DEMO, 1994b: 110).*

O significado da “modernidade”, no que se refere à educação, tal como concebido por nossos atuais dirigentes não poderia ser mais explícito, na confirmação da análise feita por Pedro Demo. Traduzindo-a em termos da globalização capitalista, apontam como consequência necessária dela a diluição das fronteiras nacionais e das próprias nacionalidades. Na medida em que se consolidou o poder dos polos mundiais do sistema capitalista a hegemonia burguesa se sente muito melhor servida por um aprofundamento da tutela desses polos, do que decorre a possibilidade de livrar-se dos ônus de sistemas nacionais de políticas sociais. Isso teria ainda, do ponto de vista das classes dominantes, a vantagem de diluir a formação de intelectuais identificados com as camadas subalternas de suas próprias sociedades, a partir dos quais as reivindicações dessas camadas pudessem ser sistematizadas e organizadas em movimentos político-sociais mais consistentes<sup>106</sup>. Na prática, o sentido dessa política é acrescentar uma dimensão *externa* à definição de uma dualidade no sistema educacional. Seja através da discriminação de supostos “centros de excelência”, dentro do país, seja executando esta “externalização” de políticas educacionais, mantém-se um padrão de privilegiamento de estudantes oriundos das classes dominantes ou adequadamente cooptados das classes subalternas, relegando-se os demais a uma rede de segunda categoria, a partir da qual o acesso às posições mais decisivas do mercado de trabalho é muito difícil,

---

<sup>106</sup> Veja-se por exemplo esta declaração do atual ministro da educação: *Alguns países, como a Coreia, chegam mesmo a “terceirizar” a universidade. (...) Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos*

reproduzindo-se assim uma estrutura ocupacional conveniente para a manutenção da dominação de classe<sup>107</sup>. A manutenção destas orientações das elites dirigentes das sociedades capitalistas tornam atuais as análises de COTGROVE, sobre a educação inglesa: *Para la masa de obreros ordinarios, los defensores de la instrucción técnica queriam poco más que la introducción del trabajo manual y de la ciencia elemental en un curso de la escuela elemental* (1963: 260). Mais adiante o autor especifica as razões que levam a este posicionamento:

*El sistema educativo del siglo XIX fue esencialmente un sistema de clases, con el énfasis puesto en la educación de una “elite” que gobierna y administra. Para la masa de trabajadores se estableció una instrucción inferior y elemental que les pondria en condiciones para las ocupaciones manuales. En dicha instrucción el contenido científico era inadecuado como base para una formación vocacional más avanzada* (idem, p. 278).

O autor conclui indicando que *si las relaciones entre la industria y la educación técnica son corretas, tal como se han descrito en este estudio, entonces la reorganización educativa no deberia estar dominada por las expresas necesidades actuales de la industria* (idem, p. 286). Pensamos que tais palavras merecem ser analisadas, com relação à situação com que nos defrontamos presentemente. Será necessário ter presente que a relação da ciência com a qualificação implica em que a primeira seja encarada como o elemento que permite ter permanentemente sob crítica o caráter relativamente estratificado da segunda, enquanto operação técnica. Na medida em que a técnica constitui um momento estático, a partir de um desenvolvimento científico anterior, os “objetos” (“materiais” ou “ideais”) que a

---

*Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico* (INVESTIMENTO sem risco. Exame. 17/7/96, p. 40 a 54. A declaração do ministro está na página 43).

<sup>107</sup> Essa questão da manutenção de “centros de excelência”, ao lado da outra, de uma política de formação de quadros através de cooperação internacional exemplifica como propostas aparentemente neutras podem configurar políticas agressivas, considerado o lado do confronto de classes. É claro que sob esses dois aspectos encontram-se orientações que de maneira nenhuma podem deixar de estar presentes na proposição de políticas educacionais. Entretanto é necessário deixar claro que não é admissível que, sob tais argumentos, se proceda a liquidação das perspectivas de se contar com um sistema nacional de formação, suficientemente amplo e dotado de condições humanas, organizacionais e materiais adequadas, de forma a que se democratizem as oportunidades de acesso. Também essencial é que a gestão das oportunidades situadas nos sistemas “de excelência” ou no âmbito das políticas de intercâmbio seja transparente.

configuram tendem a se caracterizar por uma “opacidade” diante de seus operadores, se eles não estiverem capacitados a interpretá-los. E essa capacitação só ocorre com base em uma formação científica, entendida como formação *básica*. Essa formação é tarefa da escola de formação geral, podendo o treinamento para operar tecnologias específicas ser encarado como uma tarefa “interna” aos sistemas produtivos encarados em si. Deve-se ter claro que mesmo numa visão em que se pretenda uma aproximação entre os sistemas produtivos e formativos, estabelecendo-se um *continuum* entre eles, os mesmos guardam um certo grau de especificidade, que será a referência para se estabelecer essa distinção. Mais importante ainda é ter claro que a formação científica ou técnica não pode ser dissociada da formação humanista e mais especificamente, político-ideológica, a qual ocorre de qualquer maneira, subrepticamente. Para impedir que esse caráter de “currículo oculto” permita forte manipulação da formação político-ideológica, em favor da classe dominante, cabe torná-la explícita e transparente, democrática em sua estruturação. Cabe também encarar toda a educação inclusive, evidentemente, nesse último enfoque, como campo da luta de classes.

### **Qualificação e relações de produção**

A relação entre qualificação e relações de produção está no centro de uma dialética que deve ser encarada como um eixo fundamental do projeto ideológico atual das classes dominantes. Ao mesmo tempo em que se desenvolve um discurso em que se exalta a qualificação, enquanto treinamento em operações padronizadas, mecânicas, ou, quando muito, “criativas”, mas só dentro dos estreitos limites do “incremento” da “produtividade”, se articula, paralelamente, uma operação de “desmonte” da idéia de que o trabalho é elemento essencial do processo produtivo. Dessa forma se pretende colocar perante os trabalhadores a opção de aceitarem as fórmulas perversas de contratação de mão-de-obra que vão emergindo da ofensiva neoliberal como única alternativa ao desemprego. Tal operação é da mais absoluta prioridade, do ponto de vista da burguesia, para acuar o sindicalismo, forçando as lideranças a somarem-se ao processo de convencimento acima referido, enveredando pelas vertentes do “sindicalismo de resultados”. Para isso manipula-se um conceito

abstrato de tecnologia, em que essa aparece a partir de um vazio cultural e político, de maneira que tanto o caráter de patrimônio comum a toda a humanidade, como o de instrumento passível de utilização no confronto dos diversos interesses existente em uma sociedade são escamoteados. Com relação ao primeiro aspecto trata-se de evitar a possibilidade de desenho de cenários alternativos, nos quais os acréscimos de produtividade sejam apropriados socialmente, para permitirem a liberação das possibilidades de desenvolvimento humano para o todos os homens<sup>108</sup>. Já a questão da utilização da nova base técnica como elemento central da exacerbação da exploração e correspondente marginalização de amplos setores sociais, esta como correlato necessário da primeira, deve ser ocultada para que as terríveis condições de vida que se vão configurando para os trabalhadores apareçam como uma “fatalidade” (...) “inesperada”, eximindo dos governos burgueses das responsabilidades pelas políticas que, ao contrário, sistematicamente aprofundam esses efeitos. Daí a necessidade de elaborar uma abordagem a partir da ideologia proletária, a respeito da atual conjuntura das relações produção, como requisito da luta política pelo resgate da condição de sujeito histórico, que os trabalhadores devem assumir sob pena de um aprofundamento intolerável das condições de exploração a que se encontram submetidos:

*As teses da não centralidade do trabalho, do fim do trabalho, da visão da fetichizada da tecnologia tomada como “fator” independente das relações sociais, capaz de per se nos levar à sociedade “pós-capitalista”, pós-industrial, longe de nos ajudar a penetrar na rebeldia das relações de exclusão cada vez mais perversas da sociedade capitalista contemporânea, podem reforçar perspectivas conservadoras. A análise concreta das relações de produção que, sob as formas atuais, torna a luta pelo trabalho assalariado indicação de uma situação menos perversa e alienadora do que o desemprego e subemprego, torna-se ao mesmo tempo uma tarefa teórica, política e ética (FRANCO e FRIGOTTO, 1993: 550).*

---

<sup>108</sup> Veja-se que, sob esse aspecto, nem mesmo a burguesia pode beneficiar-se, como fez em etapas anteriores. O caráter anti-humano de que se reveste a sua atuação, no presente contexto, implica em que a

Para entender o impacto da técnica sobre as relações de produção é preciso levar em conta que o seu efeito essencial é “internalizar” em “processos” (não necessariamente em equipamentos) as habilidades que anteriormente residiam de forma relativamente exclusiva no corpo e na mente do trabalhador. É claro que essa forma de organizar a intervenção no ambiente encontra seu limite na necessidade de inovação, uma vez que ela se aplica a operações que tenham se “sedimentado” numa “técnica”, quer dizer, que tenham se convertido em operações rotineiras. Entretanto, visualizar aí um problema para a função que tal processo deve ter, na estratégia de controle da força de trabalho, é ignorar que a inovação, na atual fase da sociedade burguesa só interessa quando sirva ao objetivo de garantir a dominação social, deixando de ter a função que teve em outros momentos da história, de assegurar efetivamente o avanço técnico-cultural como valor em si. Na verdade esse processo não constitui novidade, sendo pelo contrário o padrão de desenvolvimento que, sendo mais visível na cultura “material”, a ela não se limita. Os conceitos ganham também uma “objetivação”, nas instituições, por exemplo. Todo instrumento criado pelo homem, em sendo uma extensão de seu corpo (e mente?) “objetiva-se”, externaliza-se com relação ao seu criador. Dessa forma pode ser apropriado por outrem e converter-se em arma de dominação. Esse modo de as potencialidades de ação e “conteúdos” (...) “mentais” ganharem uma existência externa ao sujeito implica em que mais facilmente possam ser envolvidos no conceito de “propriedade”, ficando dessa maneira sob o controle institucionalizado da burguesia. Fica evidente que só a abolição desse domínio sobre o conjunto dos elementos dessa “segunda natureza”, constituída pelas “objetivações” em causa, pode resgatá-las para um uso comum a todos os homens e não por alguns *contra* os demais. Numa análise sobre a área de serviços, no contexto atual, de introdução da informática nos processos produtivos, encontra-se uma formulação apontando para essa nova etapa da “expropriação” das habilidades do trabalhador em benefício do capital:

*Da mesma forma como Henry Ford outrora substituiu os trabalhadores qualificados por filas de máquinas dispostas ao longo de uma linha de montagem,*

---

sua perspectiva em geral caía num clima de decadência moral e intelectual, que se reflete no cotidiano vazio que vem se consolidando como modo de vida dessa classe.

*os chamados “reengenheiros” combinaram as qualificações de funcionários especialistas e de gerentes de escalão médio acondicionando-as em pacotes de softwares que funcionam em computadores desktop<sup>109</sup>.*

O que a história mostra é a sucessão de esforços das classes revolucionárias de construir instituições capazes de garantir para o maior número de homens possível, como etapa intermediária de uma meta que busque à totalidade sob esse aspecto, os benefícios do trabalho social que vai constituindo um novo mundo, no qual os frutos da ciência podem garantir uma humanidade liberta da necessidade e apta a realizar todo o seu potencial de desenvolvimento. De outra parte mostra o empenho das sucessivas classes privilegiadas para garantir tais desenvolvimentos como armas a seu dispor para manter sua hegemonia. Do que se trata, nas atuais condições, é que vivemos um descompasso entre o processo de incorporação de novas tecnologias e o ritmo em que, do ponto de vista de um domínio social, elaboramos novos procedimentos para lidar com o mesmo, na perspectiva de uma humanização, entendida como participação de *todos os* homens no controle da cultura. Este controle tem se efetuado como poder excludente dos capitalistas, garantido pela estrutura ideológica e suas decorrências jurídico-políticas, com relação aos novos instrumentos criados, para manter sua dominação sobre os trabalhadores. A maneira burguesa de encarar essa questão, apresentada como a forma “natural” de encará-la, coloca os resultados do progresso técnico como dependendo, para serem efetivamente incorporados ao processo produtivo, do “espírito empreendedor” dos capitalistas, o qual, por sua vez, torna necessário que se ofereçam as oportunidades de lucro sem as quais tal iniciativa não ocorreria. Essa relação é que tornaria necessário desmontar as instituições nas quais se corporificam os direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. A burguesia não pode senão fazer assim, para se realizar enquanto classe. A própria forma como se define a sua inserção na relação social em que se configura o processo de produção implica em que assim atue:

*Se a direção capitalista é dúplice em seu conteúdo, em virtude da dupla natureza do processo de produção a dirigir que, ao mesmo tempo é processo de*

---

<sup>109</sup> HEAD, op. cit. (p.D-1).

*trabalho social para produzir um produto e processo de produzir mais valia - ela é, quanto à forma, despótica* (MARX, 1971: 380-1).

Assim, a idéia de que bastaria aos trabalhadores “qualificar-se” para ingressarem no paraíso de trabalho leve e salários compensadores choca-se com a percepção do fato elementar de que a classe dominante não irá comandar programas de investimento e pesquisa para depender *mais* da mão-de-obra. Até de um ponto de vista mais amplo, só uma concepção positivista sobre a sociedade, na qual se elimine a vigência do conflito, pode admitir essa formulação. Admitido o conflito como componente inevitável da sociedade capitalista, sendo mesmo o eixo central em torno do qual ela se estrutura, as intervenções da burguesia na vida técnico-cultural só poderão obedecer ao imperativo maior de alterar as relações sociais de forma a maximizar as suas chances de domínio sobre os trabalhadores. É por isso que a tese da qualificação deve ser entendida como uma forma privilegiada de intervir na luta de classes, que é a de ocultar a sua existência. A educação constitui um mote adequado para a burguesia responder aos questionamentos que se fazem aos desequilíbrios profundos que estão se manifestando na vida social, em decorrência dos “ajustes” neoliberais: de um lado remete para um futuro confortavelmente indefinido o momento em que as condições favoráveis aos trabalhadores com que acena iriam realizar-se; por outro permite ocultar a situação de desemprego estrutural, por meio do vínculo provisório e incerto de uma parte significativa do tempo útil da população às atividades escolares. É evidente que há possíveis elementos de contradição com os interesses do capital, nos desenvolvimentos potenciais do sistema educacional. Ele pode oferecer aos jovens da classe trabalhadora a oportunidade de participarem coletivamente de discussões e análises que podem conduzir a uma crítica da ordem capitalista. É por isso que a tese da qualificação se complementa com a do “fim das ideologias”: a conjunção das duas ajuda a tornar estéril o trabalho educacional, de um ponto de vista humanizador. Deve-se também ter presente, quando se discute o impacto que a educação possa ter sobre as relações de produção, que a própria ampliação da oferta de oportunidades educacionais, ampliando a disponibilidade de trabalhadores com nível de escolarização mais amplo, oferecerá aos patrões a condição necessária para

comprimir os salários dos mesmos. Assim, uma pesquisa recente concluiu que, na Grande São Paulo,

*o prêmio pela instrução caiu para todos os graus de escolaridade entre 1988 e 1995. (...) Se um analfabeto concluísse o primeiro grau, recebia R\$ 300 em média a mais em 1988. O trabalhador que concluísse o curso universitário recebia R\$ 942 de adicional em seu salário. Esses valores, em 1995, foram respectivamente, R\$ 195 e R\$ 722. A queda para o degrau inferior de instrução foi de 38%, enquanto que para o degrau superior atingiu 23,3%<sup>110</sup>.*

Esse comportamento do mercado de trabalho está de acordo com a constatação de que

*a simples qualificação, formal ou de fato, não gera oportunidades de emprego e (...) a disponibilidade de postos de trabalho num determinado nível depende, entre outros fatores, das técnicas de produção utilizadas. Também fica razoavelmente evidente que não é a qualificação que, por si só, acarreta salários mais elevados. Na realidade, o que ocorre é que cada posto de trabalho, cada ocupação, tem uma dada posição na estrutura hierárquica da empresa, à qual se associa um certo nível salarial. Esse nível salarial não está, portanto, associado à qualificação, formal ou de fato, dos pretendentes, mas sim à sua importância dentro da estrutura da empresa. De condição suficiente ao preenchimento de uma vaga e ao recebimento de um salário adequado, a qualificação tem se transformado, crescentemente, num simples pré-requisito para o trabalhador se candidatar a uma vaga (...) (ALMEIDA, 1982: 90).*

Elaborar uma análise e uma concepção proletárias da forma como se situam as relações de produção no contexto da base técnica da atual globalização capitalista será a tarefa mais imediata. Na medida em que ela puder ser realizada se colocará a

---

<sup>110</sup> TRABALHADOR pouco instruído perde espaço. *O Estado de São Paulo*. 4/8/96 (p.B-4).

questão de elaborar uma pedagogia *política* para a superação dos fatores de dominação que tais relações contenham<sup>111</sup>.

### Uma educação para a globalização

Ao longo de toda a história a educação sempre foi instrumentalizada pelas classes sociais para a realização de seus interesses, quanto à conformação da vida social. Isso decorre do fato de que a educação, apesar do discurso burgues apontar no sentido contrário, ser determinada basicamente pelos imperativos de condicionamento ideológico da vida social, subordinados a esses os objetivos de formação “técnica” dos trabalhadores. Assim acontece tanto mais que a demanda da formação técnica tende a tornar-se, ao longo do tempo, bem menor do que quer fazer crer o discurso liberal sobre a educação. Os objetos e processos que configuram a técnica, vencida a novidade da fase em que, inventados, fazem seu ingresso no dia a dia, constituem-se em ambiente ao qual vamos nos acostumando, com seus ritmos e relações. Veja-se que, conforme anotado por DUCASSÉ, *[as] máquinas (...) [desfizeram] o nosso velho mundo na medida em que refundiram toda a nossa psicologia* (1962: 156). Parece razoável supor, pela observação do cotidiano, que a “objetivação” da técnica permita que ela seja, cada vez mais, um componente “rotineiro” do processo sócio-cultural, absorvido de uma maneira relativamente “automática”, principalmente pelos indivíduos que, desde o seu nascimento,

---

<sup>111</sup> Na concepção de uma pedagogia *política* desencadeia-se uma discussão sobre até que ponto a produção de uma consciência determinada da realidade social pode contribuir para mudar as condições existentes. Trata-se, em última análise, da discussão sobre o determinismo em geral e sua aplicabilidade à história. Este, diríamos, é um dos problemas filosóficos de “última instância”. Num certo sentido pode-se dizer que o pensamento materialista afirma-se pela recusa de uma determinação “supra-humana”, como condição de validade da cultura como *aposta* na possibilidade da história como construção humana. Então trata-se de uma escolha entre duas determinações, uma da *lei natural*, outra da *vontade divina*, retratada na fala de Guilherme de Baskerville para Adso: *o próprio conceito de que existam leis universais e uma ordem dada para as coisas, implicaria que Deus fosse prisioneiro delas, enquanto Deus é coisa tão absolutamente livre que, se quisesse, e por um só ato de sua vontade, o mundo seria diferente* (ECO, 1995: 242). Entretanto, essa aposta, essencial para um projeto humanista coerente, jogamos no dilema de posicionarmo-nos diante de um possível determinismo *das leis naturais*, e na medida em que uma concreta organização sócio-econômica se consolida como “segunda” (...) “natureza”, diante da coerção das leis que lhe são próprias. A resposta para esse dilema é que, ao contarmos com com as condições objetivas não estamos nos submetendo a elas, mas considerando-as como o dado a ser dominado e direcionado pela nossa ação consciente, com vistas à consecução de nosso projeto (no caso, o projeto *de sociedade*). A economia continua sendo determinante, porém trata-se de uma determinação “relativa”, sobre a qual deve atuar nossa consciência histórica (e de classe, portanto) - e conseqüentemente a *educação* (embora não só ela e nem principalmente).

convivem com seus elementos. Assim, a educação técnica deixa de ser um problema “em si”, restando contudo como espaço adequado a um treinamento sim, porém nas relações *sociais*, disfarçado enquanto tal pela formulação exterior de treinamento “técnico”.

O caráter ideológico da educação abrange tanto a formação das classes subalternas quanto a da própria elite. A determinação de comportamentos circunscritos por determinadas regras de relacionamento garantem a solidariedade entre as diversas gerações de integrantes e uma mesma classe dominante, no sentido de que a forma de sociedade na qual seus privilégios estão garantidos não será alterada prematuramente e de que as alterações que no futuro se fizerem inevitáveis obedecerão a limites dentro dos quais o diagrama social não mude em prejuízo de tais privilégios. Para isso é da maior importância que as classes subalternizadas percebam a forma de inserção que o ordenamento imperante lhes reserva como desejável, assumindo a natureza dos objetos sócio-culturais e as práticas e relações que se estabelecem com relação a eles, para os diversos agentes sociais, como capazes de garantir situações e tendências que se identifiquem com seus interesses, pelo menos na forma como eles se apresentam à sua subjetividade. Dessa forma tanto a educação da elite quanto a dos trabalhadores obedecem ao mesmo imperativo de manutenção das hegemonias estabelecidas. A prática educativa, consideradas essas condições, se estabelece com base nos recursos técnicos disponíveis, utilizados porém com uma orientação que é diferente conforme os interesses de quem controla o aparato institucional, situando-se aí a falácia da abordagem tecnocrática do processo pedagógico. Os rumos para a educação, sob a hegemonia da burguesia em sua fase de decadência, podem ser muito claramente percebidos, quando se leva em conta que todo desenvolvimento humano é contraditório com seu interesse de classe então estabelecido. Por isso que, consideradas as determinantes que colocam a educação como uma demanda social relativamente sólida, a classe dominante precisa formular propostas que garantam que o atendimento da mesma se faça em termos compatíveis com seus interesses político-ideológicos e mesmo direcionados para fortalecê-los. As teses “pós-modernas” sobre educação, inevitavelmente, estão comprometidas com essa orientação. Inclusive a educação se converte em mais um instrumento que, longe de o fazer de forma irrelevante, se torna bastante

significativo para a acumulação de capital. No contexto mais central da sociedade capitalista globalizada

*Está sendo construída uma nova geração de “relações cooperativas” entre a educação e a indústria. Entre as mais “interessantes” está algo que muitos de vocês podem não saber muito a respeito. É o chamado Canal Um. O Canal Um é um programa de notícias de televisão comercialmente produzido que é transmitido para milhares de escolas nos Estados Unidos. Sua descrição é muito simples: dez minutos de “notícias” nacionais e internacionais além de dois minutos de comerciais produzidos muito habilmente pela Whittle Communications - um dos maiores editores de material para “audiências cativas” do mundo - e transmitido diretamente para as salas de aula. Em pagamento pelo uso de uma antena parabólica (a qual pode receber apenas o Canal Um), dois reprodutores de vídeo e monitores de televisão para cada sala de aula, as escolas assinam um contrato garantindo que, num período de três a cinco anos, noventa por cento dos*

*estudantes assistirão à sua transmissão nas escolas, durante noventa por cento do tempo. O cumprimento dessa cláusula é controlado (APPLE, 1995: 200).*

Uma das “justificativas” para esse tipo de “pedagogia” é o de que a extensão dos programas educacionais para setores cada vez mais extensos da população, por um período de vida cada vez maior, implica custos “insuportáveis” para o orçamento público, sendo “necessário” elaborar alternativas “inovadoras” que atendam a tal situação. Além da vantagem de uma educação que delimita horizontes ideológicos adequados à manutenção da hegemonia burguesa, os modelos de “educação” que caminham por tais rumos permitem minimizar o papel profissional dos educadores, bem como os requisitos de sua formação, permitindo estabelecer relações favoráveis aos interesses do capital, também sob o ponto de vista em que a escola se coloca como instrumento imediato de acumulação. Por outro lado os educadores profissionais têm que enfrentar a evidência de que as novas condições existentes na cultura implicam num redimensionamento do trabalho educacional em que seu papel fica sob forte impacto desestruturante. Sob tais condições o professor *no es más competente que las redes de memorias para transmitir el saber establecido, y no es*

*más competente que los equipos interdisciplinarios para imaginar nuevas jugadas o nuevos juegos* (LYOTARD, 1989: 98). Assim, o seu poder de barganha, diante da deterioração de suas condições de trabalho, fica fortemente limitado, configurando-se uma tendência que, sob esse aspecto, coloca-o numa situação análoga à dos demais trabalhadores, na maneira como tendem a se organizar as relações de emprego atualmente.

Contudo, esse mesmo cenário abre as portas mais amplas para uma nova perspectiva pedagógica, na medida em que atinge um dos pilares da educação autoritária, na qual todas as classes dominantes, ao longo da história, basearam a sua estratégia política para as escolas, no momento em que sua perspectiva era de tentar manter um poder social que já não se justificava como fator de progresso. A possibilidade *material* de enorme aumento no registro e circulação de informações abre as portas a que o professor deixe de ser o “repositório” delas, tornando-se um colaborador na tarefa de os alunos constituírem seus próprios caminhos como titulares do conhecimento e participantes da elaboração cultural. Dessa forma, a cultura, deixando de ser “propriedade”, controlada por uma elite e ministrada ao vários setores sociais, na dosagem compatível com os interesses hegemônicos, através da ação de “especialistas”, pode se tornar a base de uma nova política e portanto de uma nova sociedade. Só a reorientação do uso da base técnica, agora colocada à disposição da educação, conforme tal perspectiva, pode permitir uma nova pedagogia

*inspirada por um projeto político que vincula a criação de cidadãos com o desenvolvimento de uma democracia crítica; isto é, um projeto político que vincule a educação com a luta por uma vida pública na qual o diálogo, a visão e a compaixão estejam atentos aos direitos e condições que organizam a vida pública como uma forma social democrática e não como um regime de terror e opressão* (GIROUX, 1993: 65).

Para tornar possível essa linha de abordagem é preciso recusar e combater as propostas neoliberais. Elas representam, na perspectiva que adotamos nesse trabalho, exatamente a estratégia capitalista para evitar que as novas possibilidades, criadas

pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, do ponto de vista operacional, e pela produtividade acentuada, no ângulo econômico, sejam percebidas na implicação histórico-política que podem ter, como oportunidade de superação de barreiras “objetivas” que de fato se colocaram, ao longo da história, no caminho da realização de uma sociedade conscientemente orientada para um projeto de humanização efetivamente consistente. Enquanto as condições geopolíticas determinavam a necessidade de cooptar setores que pudessem avançar no sentido de mudança social para uma atitude que limitasse tal mudança a um nível adequado à manutenção do essencial da dominação burguesa, ainda havia a possibilidade de concessões “democráticas” e “humanistas”. Mesmo assim, tais “aberturas” eram cuidadosamente dosadas, de forma a preservar os mecanismos de controle dos sistemas educacionais em mãos confiáveis para os interesses da burguesia. Analisando tais propostas, na formulação de seu principal agente, o Banco Mundial, TORRES afirma que

*Na ótica do BM<sup>112</sup>, a formulação de políticas consiste na identificação das políticas tecnicamente “corretas”, o que leva à diminuição da importância das condições reais e específicas (políticas, sociais, culturais, organizativas) de implementação, guiando-se apenas pelas condições econômicas, neste caso as únicas realmente levadas em consideração. Nessa medida, no eixo êxito/fracasso, o “fracasso” de determinada política ou programa é invariavelmente atribuído à execução (falta de vontade ou incapacidade, geralmente dos professores) em vez de considerar o diagnóstico e a proposta (erros de concepção, de pesquisa, de diagnóstico, de técnicos e organismos nacionais e internacionais). Além do mais, o desenho e a formulação de políticas educativas, são vistos como patrimônio das cúpulas tanto na esfera nacional como internacional. Dessa forma (...) a reforma educativa proposta pelo BM representa o modelo clássico de reforma vertical, de cima para baixo. O que se delega e descentraliza são, na verdade, decisões já tomadas; o que resta para decidir nos âmbitos intermediários e locais são as possíveis adaptações e variações dessas decisões tomadas pelo poder central (1996: 183).*

---

<sup>112</sup> Banco Mundial.

O que se verifica é que a “participação”, “descentralização” e outras fórmulas “liberais” constituem um conteúdo meramente ideológico, das políticas burguesas, na área educacional, como de resto nos demais setores da organização social. A presença desses conteúdos na prática concreta dos gestores da educação burguesa pode variar em intensidade, conforme a conjuntura torne recomendável apelar para os mesmos, como instrumentos de manipulação do sistema. Na medida em que as condições mudarem, de forma a favorecer a classe dominante, as reformas “liberais” tendem a se tornar letra morta, prevalecendo as concepções mais “realistas”. Isso não quer dizer que as formulações “liberais” sejam de desprezar, enquanto espaços a serem instrumentalizados em favor de um trabalho de contestação da ideologia dominante. Pelo contrário, seria imperdoável erro tático não explorar tais contradições, cobrando todo o discurso “democratizante” e “humanista”, de forma a viabilizar uma discussão das bases culturais e políticas da sociedade capitalista, sem contudo cair na armadilha de acreditar que tais compromissos venham em algum momento a constranger a burguesia, se e quando seus interesses concretos se encontrarem sob ameaça.

### **A escola como centro cultural**

Toda cultura tende a uma “objetivação” enquanto seus produtos se “sedimentam” em “objetos” (...) “externos” à mente, cuja dinâmica de relações com o meio permitem reproduzir “mecanicamente” operações que antes dependiam de um controle consciente de um agente humano. As próprias idéias que se encontram por trás dos produtos “materiais” da cultura sofrem tal desenvolvimento. Parece razoável supor que a concepção da função docente, tal como a temos conhecido até hoje, está ligada a uma fase em que o processo de “objetivação” das idéias ainda não tenha avançado bastante. Em outras palavras, num contexto em que o acesso “físico” às informações é, pelo menos em tese, possível numa medida muito alta, em termos de quantidade de informações e de usuários e em termos de frequência, não tem sentido (nem futuro) alguém se especializar em ser “portador” de informações. Resta entretanto um papel humano no trabalho educativo, político etc.: trata-se da “problematização” e “extrapolação” enquanto resposta à problematização, com

relação à informação “objetivada”. Por “problematização” estamos entendendo (1) a determinação de relações entre as informações “literais” contidas nos repertórios de dados e aspectos da “realidades” (...) “objetiva” e “ideológica” não explicitamente ligados a elas; (2) conseqüências não explicitadas das informações “literais” contidas num determinado repertório de dados, decorrentes das próprias relações “internas” a esses mesmos repertórios (o que talvez poderíamos designar como o “texto não-escrito”) etc. Seria desenvolver o que usualmente é caracterizado como a “crítica” da informação. Estamos pensando o conceito de extrapolação como se estendendo mais além da problematização (muito embora a problematização possa ser uma extrapolação), na medida em que se trata de lidar com “projeções” que a partir de uma situação dada procuram “desenhar” abordagens que vão além dela. Como tal, num contexto em que o processamento da informação se beneficia de tecnologias que permitem agilizá-lo de forma muito intensa, isso que estamos chamando de “extrapolação” caracteriza o plano em que as resposta aos problemas se constitui na maneira “nobre” de utilizar o potencial dos “agentes humanos”. Quanto a situação não exigir a utilização de tal potencial será mais razoável utilizar os meios “mecânicos” de processamento de informação. Enfim, trata-se da atividade através da qual a informação é *criada*<sup>113</sup>. Trata-se da forma especificamente humana de existir. A intervenção do homem no meio que o circunda se dá necessariamente através do

---

<sup>113</sup> Seria melhor dizer que é a atividade através da qual é “criada” a própria *cultura*. O caráter exclusivamente *humano* de tal atividade pode ser eventualmente negado, atualmente, pelas especulações em torno da possibilidade de construção do que vem sendo chamado *inteligência artificial* (KENNEDY, 1993: 83). Entretanto preferimos ficar com a consideração de que aquilo *que em geral se classifica grosseiramente sob a denominação de “novas tecnologias” encobre, na verdade, a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza de modo mais conspícuo em torno a objetos materiais, de programas informáticos e de dispositivos de comunicação. É o processo social em toda a sua opacidade, é a atividade dos outros que aparece sob a máscara estranha e inumana da técnica* (LÉVY, Pierre. O digital e a inteligência coletiva. *Folha de S. Paulo*. 6/7/97, p. 5-3). Essa abordagem resgata as novas tecnologias para seu papel instrumental, que repõe o sentido humanizador ou alienador que possam ter como decorrência da ação livre dos protagonistas humanos da situação que presentemente vivemos. A explicação ontológica para essa circunscrição do papel cultural criador aos agentes humanos nós a vincularíamos, como hipótese, às *limitações* de que se reveste o ser do homem. Só a percepção de nossa finitude é que nos impulsiona para a resposta criativa. Sem ela os problemas se apresentariam a nós como simples objetos de contemplação, não se colocando como *desafios*. É o sentido que percebemos na inclusão que LEFEBVRE faz de *carecimentos* (LEFEBVRE, 1975: 49) entre as características do ser humano que tornam possível o conhecimento.

*raciocínio, quer dizer, (...) adaptadas operações mentais: aquelas que permitem que o desenho, o projeto, seja, em primeiro lugar construído na nossa cabeça e, também, comunicável através de sinais (lingüísticos ou de outro tipo) (...).(...) entre o homem e seu próprio fim a conexão que torna realizável, em forma humana, o mesmo fim é realizado pelo pensamento representativo e conceitual (LUPORINI, 1969: 67).*

A autonomia de cada homem, na realização *propriamente humana* da forma como se configura sob tal conceituação foi dificultada e mesmo impedida em situações históricas anteriores não só pela dominação de classe como também por condições objetivas que, numa certa medida, podem ser ditas convergentes com tal dominação, a ponto de muitas vezes serem classificadas as duas características da história humana como inseparáveis. A dominação de classe seria o requisito do progresso material, a garantia de que a adequada parte das energias humanas seria destinada à criação cultural. A escola na sua concepção tradicional correspondia a essa sociedade, na medida em que era necessária “objetivamente”, como a única situação através da qual a cultura podia se reproduzir. Por outro lado era também necessária do ponto de vista ideológico, para a habituação dos homens à sociedade de classes e aos seus respectivos lugares dentro dela, requisito da renovação e ampliação da cultura. O que se coloca, nas condições da base técnica atual, é a possibilidade concreta da superação das condições materiais e ideológicas sob as quais vicejou essa escola tradicional. Sob tal perspectiva a escola deve ser concebida como um *centro cultural*, onde os estudantes possam ter acesso à informação, registrada com recurso às mais diversas tecnologias, bem como disponham de situações nas quais possam “trabalhar” essas informações, de forma individual ou coletiva, seja do ponto de vista científico, político, filosófico, artístico etc. Essa abordagem não é nova. Outros já sugeriram essa concepção da organização do trabalho educacional. Nela, o profissional da educação será um “facilitador” do acesso e um orientador no tratamento da informação, com relação aos “estudantes”. Pensamos que, mais do que isso, à medida em que os estudantes se adiantarem, em termos de autonomia que tenham no trabalho intelectual, devem ser considerados como pesquisadores em formação, horizontalizando-se a relação entre eles e os

profissionais mais adiantados (inclusive os profissionais “da educação”). Está implícita aí uma concepção da cultura como um continuum conceitual, epistemológico e operacional, cuja integração de cada sujeito como seu ativo participante e construtor é uma possibilidade sempre presente e pressuposto de seu mais amplo desenvolvimento. Seria a transposição para o plano da concepção da cultura do mesmo conceito elaborado por Babbage, com relação à organização da produção, que pensava *a fábrica como uma máquina complexa* (TIGRE, 1993: 28). Essa forma de encarar o “trabalho” dos estudantes pode ser tão “precoce” quanto mais o caráter “democrático” dessa abordagem da educação progredir, em termos materiais, intelectuais e ideológicos. A relação mais verticalizada será tão mais intensa quanto mais o conteúdo “curricular” disser respeito a técnicas<sup>114</sup>, na medida em que essas constituem pré-requisitos para o acesso autônomo aos registros. Este será o reduto da “escolarização” no sentido em que a temos entendido até hoje. Finalmente cabe considerar o tipo de inserção social que uma instituição desse gênero deverá ter. A atividade dos “estudantes”, aí compreendida, deverá ter o “status” de “atividade produtiva”, de pleno direito. Eles estarão “produzindo-se” a si e “produzindo” aos seus companheiros, como sujeitos. Por outro lado a educação assim concebida será uma *educação permanente*. Esse também será um plano em que se resolverá a nova relação professor-aluno, convertidos em parceiros de uma aventura intelectual que se estenderá ao longo de toda a vida. Essas características da nova inserção social da educação decorrem do fim do trabalho como *necessidade* e dos incrementos de produtividade, que no atual contexto significam tão somente desemprego estrutural<sup>115</sup> e a conseqüente exclusão sócio-cultural. Deve-se levar em

<sup>114</sup> Estamos entendendo por “técnicas” aqueles conteúdos da cultura que, “objetivados” em instrumentos (“materiais” ou “simbólicos”) permitem a “manipulação” do meio (físico e social), desde que os agentes tenham sido “treinados” na utilização de tais instrumentos. De uma maneira geral as técnicas são “linguagens”, incluindo-se aí as “linguagens” (...) “de relação” com o meio físico (técnicas de laboratório, operação de ferramentas, máquinas etc.) e as linguagens “propriamente ditas” (idiomas, jargões “técnicos” - “economês” por exemplo, a própria alfabetização).

<sup>115</sup> Nesse passo é preciso deixar claro que recusamos toda a “pajelança pedagógica” que procura colocar a educação como panacéia face ao desemprego estrutural, que na realidade significa apenas e simplesmente o resultado absolutamente previsível da hegemonia política burguesa sobre os recursos técnicos atualmente colocados à disposição do processo produtivo. A ampliação dos níveis de escolarização da força de trabalho, mantidos inalterados os parâmetros ideológicos e as decorrentes relações de dominação, significam exclusivamente que o capital terá acesso a uma oferta maior de trabalhadores preparados em níveis mais altos, podendo assim comprimir mais e mais os salários daqueles que, dispondo de tais níveis, se encontrem empregados. A esse respeito é ilustrativa a seguinte notícia: *Apesar dos esforços dos trabalhadores, maior grau de escolaridade não é garantia de emprego estável e salário adequado, indica levantamento da Fundação Seade. O desemprego na grande São Paulo nesta década*

conta também, porém não como elemento periférico, mas sim da maior centralidade, que visualizamos essa formulação como fundamentalmente incompatível com a sociedade capitalista: a subalternização e a cultura consumista que lhe são intrínsecas são incompatíveis com a concepção de sujeito implícita nessa nova educação.

---

*creceu mais entre os que têm segundo grau completo. Em 1989, do total de desempregados, 5% tinha esse grau de instrução. Em 1996 subiu a 11,3%, crescimento de 123%. “Foi o maior crescimento registrado na pesquisa”, observa a economista da Fundação Seade, Paula Montagner. Para os que têm o terceiro grau completo, a situação não é muito diferente. Há sete anos eles representavam 5,6% dos desempregados. Agora são 11,2% (SILVA, Saete. Nível de instrução não assegura emprego e salário, revela pesquisa. O Estado de S. Paulo. 21/7/97, p. B-5). Isso não quer dizer que seja irrelevante apoiar a luta dos trabalhadores pela ampliação das oportunidades educacionais. Entretanto coloca sob outro prisma a postura escapista de tentar “despolitizar” o processo educacional, “vendendo” aos trabalhadores a ilusão de que o mesmo pode substituir a luta sindical e política pela superação da dominação burguesa. Pelo contrário, o processo pedagógico só tem um sentido civilizatório e vier a constituir-se em instrumento da ampliação da mobilização da classe trabalhadora.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reorganização produtiva que tem marcado os últimos anos, bem como suas conseqüências no plano sócio-cultural, estão sendo apresentados pelos defensores da ordem capitalista sob dois enfoques: (1) tratar-se-ia de um “inesperado” desenvolvimento das relações econômicas, para o qual as formulações clássicas da ciência social e as práticas a ela associadas se encontrariam despreparadas, implicando esse fato na necessidade de um reordenamento das relações sociais e das instituições em que elas se cristalizam; (2) contraditoriamente com a primeira proposição, seria possível delimitar com segurança a forma como a situação vai evoluir, sendo possível prever para um futuro razoavelmente próximo uma reacomodação do quadro de turbulências atual, notadamente no que se refere ao desemprego estrutural. É dado como evidente que a colheita das benesses que nos reserva nesse futuro a ordem capitalista está condicionado a uma atitude de calma e responsabilidade, sem que doutrinas “exóticas” venham perturbar o processo pelo qual, conforme a ordem das coisas, se instaura o milênio do mercado. Por outro lado, a superação da confrontação ideológica, com a liquidação dos regimes do socialismo real, criaria os pressupostos necessários para essa forma de encarar a situação. Foi assim que a política dos governos capitalistas passou a centrar-se, nesse período recente no desmonte do Estado de bem-estar, herança incômoda do período em que suas instituições se fizeram essenciais para a cooptação de apoio da classe trabalhadora, frente ao desafio representado pelas idéias socialistas e comunistas. De um lado a liquidação do Estado de bem-estar expropria os trabalhadores de mecanismos de proteção que, imperfeitos, impediam contudo que eles estivessem mais fortemente expostos a pressões para ceder ainda mais diante de medidas de intensificação da exploração. Por outro, os créditos assim liberados podem ser utilizados em políticas de “incentivo ao investimento”, ou mais propriamente denomináveis de subsídio ao capital, aspecto para o qual, evidentemente, não tem vigência o discurso sobre o Estado “mínimo”. Entretanto, à medida que passa o tempo sobre os primeiros instantes em que os profetas do neoliberalismo proclamaram seu credo no fim dos confrontos de classe, mais nítido vai se tornando

que, coerentemente com a natureza mesma do sistema, a exclusão de grandes massas da população mundial das formas tradicionais de integração no capitalismo, exclusão essa centrada na questão do emprego, mas alcançando todas as demais dimensões da vida, longe de ser um acidente de percurso do desenvolvimento da forma que vai tomando a dominação burguesa, constitui seu cerne incontornável e paradigmático. Assim acelera-se a chegada do momento em que a discussão sobre a globalização capitalista e sua ideologia justificadora, o neoliberalismo, incorporarão um conteúdo político que passará a ser nuclear para a abordagem do tema, ficando o caráter científico e filosófico da mesma subordinados ao posicionamento quanto aos projetos de sociedade inerentes a cada uma das posições em confronto. Esse aceleração, benvindo de um ponto de vista histórico-político, coloca um forte desafio para todos os intelectuais que se propõem a situar seu fazer como um compromisso com a construção pelos homens de seu futuro, como agentes autônomos e responsáveis: a verdade é que está longe de ser atendida a tarefa de levantar e analisar a massa de dados que poderia nos possibilitar dispor de categorias críticas suficientemente agudas para fazer face à sofisticação e, simultaneamente, violência, com que se dá a ofensiva da classe dominante, nessa quadra histórica, contra os movimentos sindicais e os partidos políticos comprometidos com a classe trabalhadora. A tal contexto não é estranha, muito pelo contrário, a debandada ideológica que se instaurou no campo da esquerda, após a “queda do muro”: não foram poucos os oportunistas, antes proclamando-se socialistas e comunistas inarredáveis, que ficaram “sepultados” sob as pedras do mesmo<sup>116</sup>.

Cabe considerar, antes de mais nada, que a globalização, longe de se poder ser apresentada como uma novidade histórica, deve ser encarada como um processo que, aprofundado pelo caráter “criativo” do capitalismo, constitui-se em característica essencial da própria cultura, e como tal da dinâmica pela qual o homem se define: a “invenção” de instrumentos (tanto os materiais como os simbólicos) nada mais é do que a criação de “extensões” do corpo (e do “espírito”) humano (s), que ampliam o espaço (e constroem o tempo, ambos esses movimentos dialéticamente ligados)

---

<sup>116</sup> Essa imagem não é de nossa autoria. A felicidade dela justifica que a resgatemos do contexto informal em que dela tomamos conhecimento, para que o seu poder de síntese sobre o lamentável quadro ideológico que estamos assistindo possa ajudar-nos na tarefa de retomada de uma discussão

em que se dá a intervenção do agente. Entretanto, é importante ter em vista que essa ampliação da capacidade de ação humana se dá, essencialmente, pela “internalização” aos instrumentos<sup>117</sup> das habilidades humanas que, conseqüentemente se “externalizam” com relação aos que anteriormente as detinham. Configura-se então uma expropriação do único patrimônio dos trabalhadores, o seu “saber fazer”, em favor dos capitalistas, enquanto esses detenham o poder jurídico sobre tais instrumentos. Daí que também os resultados perversos, associados a essa alteração das relações, podendo variar em escala não fogem à natureza daqueles que foram constatados em fases históricas anteriores: a conversão de contingentes humanos progressivamente maiores, em termos absolutos, em “excedentes” para as necessidades da produção, com a conseqüente marginalização sócio-cultural dos seus integrantes. Existe contudo um aspecto efetivamente inusitado, a saber, que diferentemente de fases anteriores do desenvolvimento da sociedade humana, e com particular ênfase, do sistema capitalista, não se apresentam evidências de áreas “pioneiras”, onde os excedentes de mão-de-obra e bens produzidos possam ser utilizados de maneira compatível com a ordem social pré-existente. A alternativa que se colocaria, de uma “expansão-para-dentro-do sistema”, com a inversão dos recursos que os acréscimos de produtividade tornam disponíveis numa melhoria da condição de vida, se efetivada em termos reais teria muito provavelmente o resultado de uma alteração das orientações ideológicas de indivíduos, grupos e classes sociais que implicariam em desafios à própria natureza do sistema dominante, colocando em jogo as hegemonias atualmente estabelecidas. Ficam evidentes, ao mesmo tempo, a impossibilidade de adoção dessa perspectiva pelos grupos beneficiários do atual arranjo sócio-político e a fraude em que se constituiu o ideal iluminista brandido pela burguesia, na medida em que apontava exatamente para essa forma de evolução das relações econômicas e sociais, justificando assim, historicamente, as ações pelas quais garantiu a crescente extração de mais-valia que acompanhou a vigência do sistema capitalista. O caminho que se

---

comprometida com os interesses dos trabalhadores e, através deles, com o próprio sentido de civilização que cumpre acoplar ao processo político.

<sup>117</sup> No que se refere aos instrumentos “simbólicos” também se dá esse processo. A codificação de técnicas, a institucionalização de relações, a codificação jurídica do domínio dessas formas “não materiais” de reorganização produtiva (no caso da institucionalização de relações através de requisitos

coloca, do ponto de vista dos interesses atualmente hegemônicos, para a utilização da capacidade produtiva que vai se acrescentando é o do consumismo, no qual as necessidades são “criadas” de forma a se dirigirem a um hedonismo culturalmente vazio, em que toda sorte de quinquilharias se vai acumulando como itens de uma pretensa sofisticação da vida. O caráter individualista e de competitividade selvagem que marcam esse modelo contribuem para intensificar comportamentos anti-sociais que vão dando a tônica das relações sociais que caracterizam a conjuntura presente. Nesse contexto vão se acumulando os fatores que determinam um quadro em que, a uma “neobarbárie”, caracterizada na exclusão sócio-econômica e cultural, corresponde um renascimento de uma barbárie “clássica”, consubstanciada seja no renascimento de fundamentalismos ou na estruturação de “comunidades” (...) “marginais”, baseadas no narcotráfico e outras modalidades de “criminalidade”. Esse renascimento da barbárie clássica, por sua vez, reforça a “neo-barbárie”, plasticamente externalizada pelos conjuntos habitacionais “fechados”, versão “pós-moderna” dos castelos medievais. É necessário anotar, para ressaltá-la, posto que evidente, a profunda diferença entre esses dois gêneros de barbárie: enquanto a neo-barbárie decorre de uma opção político-ideológica dos que nela se enquadram, a retomada da barbárie “clássica” se impõe para os demais como opção de sobrevivência física. Do ponto de vista de um pensamento de esquerda, a dialética em causa implica em importantes desafios. Em primeiro lugar o de resistir à tentação de uma condenação pura e simples da barbárie “clássica” e de somar-se ao apoio a providências “enérgicas” como as que se vê diuturnamente na atuação dos “esquadrões da morte”. Em segundo o de rever a recusa liminar em levar em conta o “lumpem” como área social a ser cooptada para um projeto de mudança social. Por outro lado a noção de que “o céu é o limite” para as aspirações de “fruição” desencadeadas pela cultura consumista coloca sob ameaça a própria sobrevivência física da espécie, como ficou dramaticamente demonstrado na Conferência de Kyoto<sup>118</sup>. Esse desafio que a promessa de crescimento infinito do consumo, a qual o

---

jurídicos como os de propriedade e de qualificação formal para exercício de funções) garantem as restrições de domínio que farão persistir a hierarquia social nesse campo.

<sup>118</sup> Durante os primeiros dias do mês de dezembro de 1997 reuniu-se na cidade japonesa de Kyoto a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, destinada a avaliar as previsões de ecologistas de *um apocalipse ambiental (...) [capaz de] destruir o planeta dentro de algumas décadas* (FUMAÇA da discórdia. *Veja*. 10/12/97, p. 55), em razão do “efeito estufa” e adotar políticas

sistema tem que fazer para sobreviver como alternativa ideológica, coloca para as próprias limitações físicas da sobrevivência da espécie representa importante fator político, de vez que torna a superação do modelo capitalista como um projeto de interesse de todos os homens e não apenas das classes subalternizadas.

A vertente humanizadora das conseqüências possíveis da redução das demandas de trabalho vivo, não podendo ser adotadas pela burguesia sem que essa classe cometa um suicídio histórico (na realidade a realização do progresso histórico que ela, tendo tornado possível, agora se vê na contingência de combater para se preservar enquanto tal), abre de fato o caminho para que se converta a globalização no instrumento efetivo de portentoso avanço no processo civilizatório. Realização na prática da profecia involuntária de Aristóteles, sobre o momento em que o progresso humano veio a possibilitar a supressão de parcelas cada vez maiores da necessidade de trabalho físico, a transferência para as máquinas da produção dos bens materiais é também temática dos clássicos do pensamento marxista, como requisito da realização de uma forma superior de existência para o homem. Entretanto, essa função “positiva” do progresso técnico, pela própria característica dele de mero instrumento, dependente para seus efeitos de em que mãos se encontre, não pode realizar-se sem que se altere o quadro do poder econômico-social, alteração para a qual se faz necessário lutar pela hegemonia político-ideológica. Esta última, não podendo se desenvolver sem que tenham sido lançadas suas bases “materiais”, no terreno das possibilidades econômicas, uma vez possível tem que ser explorada, inclusive contando-se com a autonomia “relativa” que ganha, podendo (e devendo) inclusive tornar-se determinante sobre o terreno “objetivo” que lhe serviu de solo nutriente. Outra não é a atitude da burguesia, cuja estratégia é exatamente justificar ideologicamente um quadro de exclusão por determinações “objetivas” que, pelo contrário, constituem a melhor base para que se alcance um estágio em que todos os

---

eventualmente necessárias. O descrédito com que as elites econômicas e políticas tratam tais preocupações é colocado em questão na própria matéria citada, em que é expresso, quando se constata que, vinte anos atrás, *quando os cientistas começaram a falar sobre o buraco na camada de ozônio, pouca gente deu atenção. Mais tarde se descobriu que a ameaça era grave, e foi preciso uma reunião de emergência dos governos do mundo inteiro para pôr limites na produção de CFC, o principal destruidor da camada de ozônio* (idem, p. 56). Com relação à Conferência de Kyoto, o acordo modesto (ACORDO obtido em Kyoto agrada a Clinton. *O Estado de S. Paulo*. 12/12/97, p. A-16) a que se chegou na prática corre o risco de ser letra morta, na medida em que o Senado dos EUA (maior emissor de gases causadores do “efeito estufa”) ameaça não ratificar o acordo (SENADO dos EUA deve rejeitar o documento. *O Estado de S. Paulo*, idem), cedendo assim às pressões empresariais.

homens possam escolher ser artistas, filósofos ou cientistas, sem serem constrangidos, conforme sua origem social, a serem bestas de carga.

A relevância do dado ideológico coloca como terreno de luta privilegiado o campo educacional, seja ele concebido como área de atuação especializada, seja enquanto função disseminada no conjunto do processo sócio-político. Até aqui destacamos os aspectos político-ideológicos mais gerais, envolvidos no tema da globalização capitalista e de seu suporte ideológico, o neoliberalismo, por entendermos que o momento é de um desafio mais abrangente, em que todos os setores de atuação social devem ser colocados diante da opção de se somar a uma perspectiva efetivamente civilizatória ou arcar com a responsabilidade histórica de contribuir para que os progressos técnicos que se aceleraram nas últimas décadas contribuam antes para a generalização da barbárie. Isso, contudo, não quer dizer que neguemos o papel da escola, na atual fase do desenvolvimento humano. Pelo contrário, a nossa suposição é de que ela tem uma importância que, embora deva ser situada como de caráter superestrutural, e conseqüentemente derivada de um desenvolvimento da base técnica, tendo sido significativa até aqui, poderá tornar-se ainda maior, dependendo dos rumos que sejam dados à organização social, nas próximas décadas. É claro que face às mudanças profundas que a organização sócio-econômica vem sofrendo e às que ainda, necessariamente ocorrerão, a própria definição institucional da escola deverá passar por revisões que estão longe de ficar claras, em todo o seu significado. Enquanto até aqui a escola tem funcionado, primeiro no contexto do iluminismo burguês, como instrumento de transmissão da cultura estabelecida, de forma a adequar os seus egressos a que se “integrem” de maneira “harmônica” no arranjo social em que lhes é dado viver e depois, na fase de decadência da burguesia, como disfarce para o desemprego estrutural, quando e se conseguirmos domar o tigre do desenvolvimento capitalista ela deverá ascender a uma etapa superior de sua existência convertendo-se, efetivamente, em centro gerador de inovação cultural. Para tanto, porém, os seus integrantes deverão ser revolucionados, com todas as dores do parto em que tal processo se dá. Será necessário que os professores abandonem a cômoda (embora mal remunerada) função de delegados “culturais” do Estado burguês e assumam uma efetiva parceria com seus alunos, enquanto criadores de ciência, filosofia e arte. Os estudantes, por

sua vez, deverão deixar de ser tutelados, assumindo-se como sujeitos plenos do processo sócio-cultural (com todas as vantagens e exigências em que essa transição implica). Tal perspectiva permitirá à escola conveter-se em um centro cultural, no qual os registros da cultura existente e os meios para a criação da nova estarão disponíveis para a comunidade de pesquisadores, pensadores e artistas assim constituída, instituição abrangente em que todos os homens poderão se realizar plenamente enquanto tais. Os recursos materiais para isso estão mais do que abundantemente providos pela produtividade acrescida, que hoje serve apenas para instaurar a cultura do lixo, em que se converteu o capitalismo contemporâneo. O que se requer é clareza ideológica e decisão política para caminhar nesse rumo.



## SUMMARY

This study analyzes the current capitalist globalization as a historical episode that repeats a recurrent pattern in which the upper classes take on technical progress due to general social work as a tool to deepen its hegemony. It identifies the ideological drawback which has occurred in the political and in the syndicate's field proletarian orientated both as a problem because it increases the middle class offensive position, and as a historical opportunity because it separates the workers' field from opportunism and fashion which discredited the working up of an efficient project, concerning the revolutionary ideology. It proposes a new interpretation of the present historical situation representing the confrontation between the usual barbarism which takes shape in the workers' strained way of life because of increasing violence and the unusual ways of economic integration and a neo-barbarism represented by the methods that the middle class has used to protect itself from its own excluding methods. It explains the ascending excluding nature of the middle class's methods due to lacking of expansion frontiers policy, where the present hegemonic class can use the surplus of the production and of the workforce as means of expanded accumulation. It postulates that the intelligentsia together with the working class people need to re-elaborate the proletarian ideology taking into consideration the rising significance of Lumpen Proletarian, as means of lower classes' survival.

## Bibliografia

- ALVES, Gilberto Luiz. *As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo*. UNICAMP, 1987 [inédito].
- ALMEIDA, Fernando Lopes de. *Política salarial, emprego e sindicalismo - 1964/1981*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. Balanço do neoliberalismo. Em: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (organizadores). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- APPLE, Michael W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. Em: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995 (p. 179- 204).
- ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Brasília: UNB, 1995.
- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. Em: BUFFA, Ester e outros. *Educação e cidadania*. Cortez/Autores Associados, 3a ed., 1991, p. 31- 80.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BANDEIRA, Moniz. *Do ideal socialista ao socialismo real: a reunificação da Alemanha*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. *Empresa transnacional e direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- BARROS, Souza. *Arte, folclore, subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BID. *Dez anos de luta pela América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- BLOCK, Fred L. *Las orígenes del desorden económico internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Zahar, 1993
- BOWLES, Samuel e GINTIS, Herbert. *La meritocracia y el "coeficiente inteligência": una nueva falacia del capitalismo; el IQ en la estructura de clases en los Estados Unidos*. Barcelona: Anagrama, s.d.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Zahar, 3a ed., 1981.

- BRETON, Philippe. *História da informática*. São Paulo: UNESP, 1991.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*, UNESP, 1992.
- CADERNOS de Educação Popular. *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma empregada doméstica*. Petrópolis, nº 4, 1982, p. 9-78.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira e outros. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola, s.d.
- CANO, Wilson. Perspectivas do desenvolvimento do Interior paulista. Em: *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1988.
- CARDOSO, Adalberto Moreira e COMIN, Álvaro Augusto. Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. Em: VILLAS BÔAS, Glaucia e GONÇALVES, Marco Antonio. (organizadores) *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995 (p. 35-52).
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Paradigmas rivais na historiografia atual*. UNICAMP, 1991 [mimeografado].
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. *O Colonialismo Global e a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CEPAL *América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*. Santiago de Chile, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estudios e informes de la CEPAL*. Santiago de Chile, 1996.
- CHILDE, V. Gordon. *A Pré-História da Sociedade Européia*. Europa América, 1974.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- CORAZZA, Gentil. Globalização: realidade e utopia. *Análise Econômica*. Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS. Ano 15. mar. 1997. n. 27 (p. 16-27)
- COSTA, Alfredo Henrique. Influência da tecnologia sobre a produção industrial. Em: FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e ASSOCIAÇÃO dos Professores Universitários de História. *III Simpósios Professores Universitários de História* (Anais). Franca, 1966.
- COTGROVE, Stephen F. *Educación Técnica y Cambio Social*. Madrid: RIALP, 1963.
- CUNHA, Luís Antonio e GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Zahar, 2a ed., 1985.
- CUNHA, Luiz Antonio. Universidade: ensino público ou liberdade de ensino? *Ciência e Cultura* [Revista da SBPC], n. 7, v. 37, jul. 1985 [Suplemento: Universidade brasileira - organização e

- problemas], (p. 220-228).
- DELFIN NETO, Antonio. Relações de trabalho. *Brasil mais*. Jun. 1997, n. 2, p. 67-8.
- DEMO, Pedro. *A universidade precisa renascer*. IPEA/IPLAN/CPR, Brasília, 1985, [mimeografado].
- \_\_\_\_\_. *Educação e qualidade*. Campinas: Papirus, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *Política social e cidadania*. Campinas: Papirus, 1994b.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Avaliação*. Ano 1, n. 1, jul. 1996, p. 15-24.
- DIAS, José Fernandes. Trabalho e sindicalismo no cenário da Terceira Revolução Industrial. *Cadernos do CEAS*. n. 156, mar/abr 1995, p. 19 a 24.
- DICIONÁRIO de Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- DUCASSÉ, Pierre. *História das Técnicas*. Lisboa: Europa-América, 1962
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. Perspectiva, 1973
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- EINZIG, Paul. *Conseqüências econômicas da automação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- ELSON, Diane. A Economia de um Mercado Socializado. Em: BLACKBURN, Robin. *Depois da queda*. Paz e Terra,, 1993, p. 249-54.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Guerra civil*. Companhia das Letras, 1995.
- ESPINHEIRA, Gey. A ascensão do individualismo e o declínio das religiões ou o mal-estar na racionalidade. *Cadernos CEAS*. n. 160, nov/dez 1995, p. 53-71.
- FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. Educação e exclusão social. *Cadernos CEAS*. n. 162, mar/abr 1996, p. 47-55.
- FARIAS, Zaira Ary. *Domesticidade: "cativeiro" feminino?* Achiamé/CMB, Rio de Janeiro, 1983.
- FAVARETTO, Celso F. Pós-moderno e educação. *Revista da Faculdade de Educação (USP)*, vol. 17, n. 1/2, jan/dez 1991
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Vozes, 1979
- FERREIRA, Maria Lúcia. *A teoria marxiana do valor-trabalho*. Ensaio, 1992.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. A desestruturação do mundo do trabalho e o "mal-estar" desse fim de século. *Cadernos do CEAS*. n. 171, set/out 1997, p. 9-29.
- FORBES, R. J. *Historia de la Tecnica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.
- FOURASTIÉ, Jean. *A produtividade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- FRANCO, Maria A. Ciavatta e FRIGOTTO, Gaudêncio. As faces do trabalho: como se constroem as categorias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. n. 178, set/dez 1993.

- FREDERICO, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*. Cortez, 1994.
- FRIEDMANN, Wolfgang. *De l'efficacité des institutions internationales*. Paris: Armand Colin, 1970.
- FURTER, Pierre. *Educação e vida*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Universidade em ritmo de barbárie*. Brasiliense, 1986.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP, 1996.
- GIROUX, Henry A. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. Em: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GORBATCHOV, Mikahil. *Glasnot: a política da transparência*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Marcino e Liberatore*. São Paulo: Ática, 1992.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira, 1986.
- GRIFFITH JONES, Stephany e SUNKEL, Osvaldo. *O fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. Em: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HEILBRONER, R. L. *Introdução à História das Idéias Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias para uma esquerda racional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HUYSSSEN, Andreas. *Mapeando o pós-moderno*. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991 (p. 15-80).
- IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação e desenvolvimento*. Em: MAKSOUUD, Henry e outros. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo do Trabalho. São Paulo em Perspectiva (SEADE)*. Vol. 8, n. 1, jan/mar 1994.
- JAGUARIBE, Helio. *Ciencia y tecnologia en el contexto sociopolítico de America Latina*. Universidad Nacional de Tucuman, 1971.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática, 1997.
- JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- KAGARLITSKY, Boris. *A desintegração do monolito*. UNESP, 1993.
- KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

- KOHEN, Alberto. *Marxismo, Estado y Derecho*. Buenos Aires: Centro de Estudios, 1972.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. Paz e Terra, 1992.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, s.d.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Paz e Terra, 2a ed., 1976.
- KUENZER, Acácia. *Ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Paz e Terra, 2a ed., 1993.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo.  
Em: \_\_\_\_\_. (org.) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-78.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal - Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LEITE, Marcia de Paula. *O futuro do trabalho*. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1994.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.  
\_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução*. Porto: Ofic. Gráf. Manuf. Vale Formoso, 1970.  
\_\_\_\_\_. Política [Coletânea de textos], Ática, 1978.
- LERDA, Juan Carlos. Globalização da economia e perda de autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias. Em: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996 (p. 239-64).
- LESSA, Carlos. Apresentação. Em: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LICHTENSZTEJN, Samuel e BAER, Monica. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Nosso Tempo/Oficina de Livros, 1990.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.  
\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1976.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUIZETTO, Flávio. Apresentação. Em: MORIYÓN, F. G. *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989 (p. 7 a 10).
- LUKÁCS, György. *Sociologia* [organizador (da coletânea): José Paulo Netto]. São Paulo: Ática, 1981.

- LUPORINI, Cesare. As “raízes” da vida moral. Em: DELLA VOLPE, Galvano e outros. *Moral e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969 (p. 47-72).
- LYOTARD, Jean-François. *La condición postmoderna*. Madrid: Cátedra, 1989.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação*. Cortez/Autores Associados, 1989.
- MANDEL, Ernest. *Balanço do neoliberalismo*. UNESP, 1993 [mimeografado].
- MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: UNESP/HUCITEC, s.d.
- MARQUES, Ivan da Costa. Informática, realidade virtual e exclusão radical. *São Paulo em Perspectiva* (SEADE). Out/dez 1993, v. 7, n. 4, p. 17-25.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Mandacaru/Estampa, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, volumes 1 e 2, 1971.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, vol. I, 1980.
- MELLO, Maria da Conceição D’Incao. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MELLO, Guiomar de. *Social Democracia e Educação*. Cortez/Autores Associados, 2a ed., 1990.
- MENEZES, Ana Maria Ferreira e MENEZES, Eline Viana. Globalização da economia: nova ordem, nova sociedade, novo Estado? *Cadernos do CEAS*. n. 167, jan/fev 1997, p. 32 a 47.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- \_\_\_\_\_. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. *Crítica Marxista*. vol. 1, n. 2, p. 129-37.
- MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania em Antônio Gramsci. Em: BUFFA, Ester e outros. *Educação e cidadania*. Cortez/Autores Associados, 3a ed., 1991, p. 81-94.
- OGDEN, C. K. e RICHARDS, I. A. *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PETITAT, André. Entre história e sociologia - uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia. *Teoria e Educação*, n. 6, 1992, p. 135-50.
- PINTO, Aníbal. *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. Fulgor, 1963.
- POULANTZAS, Nicos. El examen marxista del Estado y del derecho actuales y la cuestión de la “alternativa”. Em: CAPELLA, Juan-Ramón (org.). *Marx, el derecho y el Estado*. Barcelona:

- Oikos-Tau, 1969 (páginas 77-107).
- PRADO, Eleutério F. S. O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. *Estudos Econômicos*. IPE/USP. v. 26. n. 2, 1996 (p. 201-34).
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Democracia e mercado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. *Operário, Operária; estudo exploratório sobre o operariado industrial na Grande São Paulo*. São Paulo : Símbolo, 1980.
- RODRIGUES, José Albertino. Dinâmica do desenvolvimento regional. *São Paulo em Perspectiva* (SEADE), vol. 4, n. 3/4, jul/dez 1990.
- ROUX, Bernard. *Formação Permanente*. Pórtico. Lisboa, 1974
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SALERMO, Mário Sérgio. Reestruturação industrial e novos padrões de produção. *São Paulo em Perspectiva* (SEADE), Jul./Set. 1992, Vol. 6, nº 3, p. 100-108.
- SANDRONI, Paulo (consultoria). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento, 1994.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação e questões de atualidade*. Livros do Tatu/Cortez, 1991.
- SKLAIR, Leslie. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Abril Cultural. Coleção “Os Pensadores”, 1983.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. *A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas*. Lisboa: Horizonte, 1978
- SWINARSKI, Christophe. A respeito da implementação dos sistemas internacionais de proteção jurídica da pessoa na perspectiva do Direito Internacional Humanitário. Em: CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto (editor). *A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional: perspectivas brasileiras*. Brasília: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1992 (páginas 81-104).
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? Em: TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. Fortaleza: Cortez/UECE, 1996.
- TELLES, Vera. A pobreza como condição de vida. *São Paulo em Perspectiva* (SEADE). vol. 4, n. 2, abr/jun 1990.
- TIGRE, Paulo Bastos. Informática como base técnica do novo paradigma. *São Paulo em Perspectiva*. (SEADE) Out./Dez. 1993. V. 7, n. 4, p. 26-33.
- TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. Em: DE TOMMASI, Livia e outros (organizadores). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/PUC, 1996

VALLE, Rogério. Informática e uma Nova Compreensão do Significado Social da Técnica. *São*

*Paulo em Perspectiva*. SEADE, Out./Dez. 1993, Vol. 7, nº 4, p. 2-7.

VERRET, Michel. *Os marxistas e a religião*. Lisboa: Prelo, 1975.

VICUÑA, Francisco Orrego. La incorporación del ordenamiento jurídico subregional al Derecho

interno; análisis de la práctica y jurisprudencia de Colombia. Em: INTAL. *La dimensión jurídica de la integración*. Buenos Aires, 1973.

WERNECK, Vera Rudge. *A ideologia na educação*. Petrópolis: Vozes, 1982.

YAZBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. *Cadernos ABONG*. Out. 1997, n. 19 (Série Especial), p. 5-10.